UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CESAR AUGUSTO LAMBERT DE AZEVEDO

**A Política Externa Norte-americana para a
República Popular da China: cooperação ou competição?**

São Paulo
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A Política Externa Norte-americana para a
República Popular da China: cooperação ou competição?**

Cesar Augusto Lambert de Azevedo

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política do
Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do título de
Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira

São Paulo
2008

À minha esposa Carmosina, sempre companheira de jornada,
pelo estímulo e compreensão em todos os caminhos navegados.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira pela paciência, esclarecimentos objetivos e disponibilidade, imprescindíveis à realização deste trabalho acadêmico.

Ao Prof. Dr. José Luiz Niemeyer dos Santos Filho pelo debate franco e instigante, que muito me ajudou nas investigações.

A todos os funcionários do Departamento de Ciência Política, em especial à Rai pela atenção e pronta ajuda dispensadas, fundamentais durante o Doutorado.

Aos companheiros do CAENI, pela oportunidade de participar de discussões acadêmicas que muito me ajudaram a construir este trabalho.

À FACAMP, em especial ao Prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello e à Profª. Dra. Liana Aureliano, que me honraram com a confiança e apoiaram na elaboração desta tese.

Aos Professores Doutores Janina Onuki, Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Salvador Ghelfi Raza, Eduardo Barros Mariutti pelas observações e comentários que contribuíram no desenvolvimento deste trabalho.

In memoriam ao Prof. Dr. Braz José de Araújo, o formulador da idéia da realização do Doutorado, sem o qual o caminho para concretizá-lo não teria sido iniciado.

RESUMO

A tese busca apresentar uma explicação para a formulação da política externa norte-americana para a República Popular da China, a partir da disputa de grupos de interesse doméstico por espaço nessa política. Essa disputa tem por *locus* o Congresso dos EUA. Das formas de relação entre os grupos domésticos e os membros do Legislativo, o trabalho elege o financiamento de campanhas eleitorais combinado com os perfis político-ideológicos dos congressistas. Destes, são examinados os que introduziram propostas levadas à votação em plenário, nas duas casas legislativas. São também verificados os resultados dessas propostas em plenário. A combinação do financiamento de campanha com o perfil político-ideológico permite o estabelecimento de categorias de identificação desses congressistas. As categorias apontam para a aceitação ou a rejeição das relações sino-norte-americanas. Com base nessas categorias, é verificada a inclinação à cooperação da política externa dos EUA para a República Popular da China.

Palavras-chave: Política Externa; Política Internacional; Relações Internacionais; Estados Unidos da América; China.

ABSTRACT

This thesis aims to present a explaining to the formulation of the U.S. Policy toward People's Republic of China, from the dispute of interest domestic groups for a room in this Policy. Dispute has *locus* on the U. S. Congress. From kinds of relations among domestic groups and members of the Legislative, this work chooses elections campaigns financing combined with the politic-ideological side view of the members of the Congress. Among these are investigated sponsors and cosponsors responsible for introduce proposes for roll call at plenary assemblies of both Legislative Houses. Vote results are examined too. The arrangement of elections campaigns financing with politic-ideological side view allows the institution of identification categories of the members. These categories point toward acceptance or rejection of the US-China relations. Based at these categories, is determined the tendency to cooperation for the US policy toward China.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Concessão da NMF e obtenção da PRTR.....	75
Quadro 2 – Segurança.....	83
Quadro 3 – Direitos Humanos.....	90
Tabela 1 – Distribuição quantitativa de congressistas por categoria.....	96
Gráfico 1 – Representação da tabela 1.....	96
Tabela 2 – Grupos de GI X número de congressistas apoiados.....	98
Gráfico 2 – Representação da tabela 2.....	99
Tabela 3 – Grupos de GI X número de congressistas democratas apoiados.....	100
Gráfico 3 – Representação da tabela 3.....	101
Tabela 4 – Grupos de GI X número de congressistas republicanos apoiados.....	101
Gráfico 4 – Representação da tabela 4.....	102
Tabela 5 – Segmentos de financiamento X categorias aplicáveis.....	105
Gráfico 5 – Representação da tabela 5 referente aos democratas.....	106
Gráfico 6 – Representação da tabela 5 referente aos republicanos.....	107
Tabela 6 – Ordem decrescente de contribuição X categoria.....	114
Tabela 7 – Síntese explicativa da conjugação GI X Perfil político-ideológico do Congresso dos EUA nas questões referentes à RPC.....	116

LISTA DE SIGLAS

AC	Apoio Condicional
ACDA	Arms Control and Disarmament Agency
AFL	American Federation of Labor
AI	Apoio Incondicional
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AK	Alaska
AL	Alabama
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
APA	Administrative Procedure Act
AR	Arkansas
AZ	Arizona
BCRA	Bipartisan Campaign Reform Act
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CA	Califórnia
CAFTA	Central América Free Trade and Agreement
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellite
CIO	Congress of Industrial Organization
CO	Colorado
CT	Connecticut
D	Democrat
DC	District of Columbia [Washington]
DE	Delaware
DH	Direitos Humanos
DNOG	Divisão Naval de Operações de Guerra
EAM	End Against the Middle
EO	Executive Order
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América
FEC	Federal Election Commission
FL	Florida
FMI	Fundo Monetário Internacional
GA	Georgia
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
GF	Guerra Fria
GI	Grupo de Interesse
H.CON.RES.	House Concurrent Resolution
HI	Hawaii
H,J,RES.	House Joint Resolution
HR	House of Representatives
H.RES.	House Resolution

IA	Iowa
ICBM	Intercontinental Ballistic Missile
ID	Idaho
IL	Illinois
IN	Indiana
IRA	Irish Republican Army
KS	Kansas
KY	Kentucky
LA	Louisiana
MA	Massachussetts
MD	Maryland
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME	Maine
MI	Michigan
MN	Minnesota
MO	Missouri
MS	Mississippi
MT	Montana
NADA	National Automobile Dealers Association
NAFTA	North America Free Trade and Agreement
NASA	National Aeronautics and Space Agency
NC	North Caroline
ND	North Dakota
NE	Nebraska
NED	National Endowment for Democracy
NH	New Hampshire
NJ	New Jersey
NM	New Mexico
NMF	Nação Mais Favorecida
NSS	National Security Strategy
NTR	National Trade Relations
NV	Nevada
NY	New York
OH	Ohio
OK	Oklahoma
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OR	Oregon
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Pennsylvania
PAC	Political Action Committees
PAP	Polícia Armada do Povo
PCCh	Partido Comunista Chinês

PNTR	Permanent Normal Trade Relations
R	Representative/ Republican
RC	Roll Call/Rejeição Condicional
RI	Rhode Island/Rejeição Incondicional
RPC	República Popular da China
S	Senate/Senator
S.AMDT.	Senate Amendment
SALT	Strategic Arms Limitation Treaty
SC	South Caroline
SeCEX	Secretaria de Comércio Exterior [do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior]
S.CON.RES.	Senate Concurrent Resolution
SD	South Dakota
(2ª) GM	Segunda Guerra Mundial
SI	Sistema Internacional
S.J.RES.	Senate Joint Resolution
S.RES.	Senate Resolution
TN	Tennessee
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TRA	Taiwan Relation Act
TX	Texas
UNCLOS	United Nations Conference on the Law of the Sea
UNFPA	United Nations Fund for Populations Activities
USTR	United States Trade Representative
UT	Utah
VA	Virginia
VT	Vermont
WA	Washington
WI	Wisconsin
WV	West Virginia
WY	Wyoming
ZEE	Zona Econômica Especial

SUMÁRIO

Introdução	10
O Contexto	10
O Objeto	13
Objetivos	18
Metodologia	19
Hipóteses.....	21
Relevância do estudo para o Brasil	22
Estrutura do trabalho	26

Capítulo 1

A Competição por Espaço na Política Externa	28
1.1 Grupos de Interesse	37
1.2 O Congresso dos EUA.....	44
1.3 Articulação dos GI com o Congresso	47

Capítulo 2

O Pragmatismo e os Limites da Convicção	50
2.1 Metodologia da Análise	53
2.2 Análise	56
2.2.1 A concessão do NMF e a obtenção do Permanent Normal Trade Relations	68
2.2.2 Preocupação com a Segurança no Extremo Oriente e o acompanhamento do EPL	77
2.2.3 Os Direitos Humanos e a RPC	84
2.2.4 O pragmatismo e a ética	92
2.2.5 Conclusões parciais do capítulo.....	94

Capítulo 3

A Busca pela Resultante da competição por Espaço na Política Externa	96
3.1 As categorias e a conjugação de interesses.....	96
3.2 Possibilidade de <i>spill over</i> da categorização.....	111

Considerações Finais	118
-----------------------------------	-----

Referências Bibliográficas	124
---	-----

Anexos	I
---------------------	---

Anexo A – Contribuições de campanha, perfis político-ideológicos e categorias	II
Anexo B – GI norte-americanos proeminentes.....	XLIV
Anexo C – Síntese das propostas e conseqüentes RC.....	LI

Introdução

O Contexto

Em Pequim, na Praça da Paz Celestial, o episódio ocorrido nos dias 3 e 4 de junho de 1989 foi o ápice de uma crise política interna da República Popular da China (RPC). Ela expôs ao mundo que as modernizações implementadas ao longo dos anos 80, por iniciativa de Deng Xiaoping, ainda não tinham sido assimiladas por todas as correntes do Partido Comunista Chinês (PCCh). O fato de a repressão ter sido documentada em tempo real para todo o planeta, encetou iniciativas originadas por variados segmentos, principalmente no mundo ocidental. Os grupos defensores de direitos humanos procuraram mobilizar a opinião pública; religiosos lembraram a impossibilidade de se professar a fé no território chinês; os porta-vozes das grandes empresas manifestaram preocupação com um possível retrocesso no ambiente econômico regional. Enfim, os governos se viram pressionados pelos grupos domésticos a repudiarem formalmente os atos de violência das forças do Estado chinês contra estudantes e trabalhadores. Em especial, os parlamentos das democracias ocidentais demonstraram a sua repulsa, como forma de ecoar o sentimento das correntes internas que os elegeram.

Os Estados Unidos da América (EUA), na época, conduziam a sua política externa para a RPC como decorrência do estabelecimento do triângulo estratégico formulado por Henry Kissinger e operado pelo presidente Richard Milhous Nixon, em 1973, quando os norte-americanos estavam envolvidos na Guerra do Vietnã. O estabelecimento das relações diplomáticas com a RPC se deu em 1º de janeiro de 1979, quando se anunciava o programa de modernização chinês. Mas, para que os norte-americanos pudessem se beneficiar de um virtuoso potencial intercâmbio econômico-comercial com o antigo Império do Meio, seria necessário contornar um instrumento legal: o Ato de Comércio (*Trade Act*) de 1974. Este dispositivo legal proibia o Presidente de estabelecer acordos de comércio com todos os Estados-nação sob a denominação comunista e que, assim, praticassem a economia planificada. O Título IV do Ato, resultado da emenda Jackson-Vanik, abria a possibilidade de o Presidente desgravar produtos originários de países comunistas que possibilitassem a liberdade de emigração¹. Para contornar o Ato, o Executivo passou a solicitar ao Legislativo, anualmente a partir de 1980, a renúncia ao impedimento de estabelecer comércio com a RPC.

¹ O artigo intitulado “Politics of U. S. Policy Toward China: Analysis of Domestic Factors”, de Toshihiro Nakayama, The Brookings Institute, 2006, p. 9, relaciona a emenda com a dinâmica do NMF.

Na época do episódio na Praça, o socialismo soviético tinha chegado à exaustão e o sistema internacional (SI) experimentava o ocaso da bipolaridade em vigor na Guerra Fria (GF). Se o triângulo estratégico ensejou atrair a RPC para o SI e, assim, reduzir a influência soviética no sudeste asiático, os seus desdobramentos acarretaram o estreitamento nas relações sino-norte-americanas. Portanto, a repressão chinesa introduzia um componente de incerteza no desenho ainda nebuloso do SI a partir de então. O desenho poderia ter um só pólo, só conhecido no Extremo Oriente quando o esplendor da civilização chinesa influenciava as culturas vizinhas, meras tributárias. Poderia ser multipolar, se a análise contemplasse a economia, domínio onde os EUA tinham companhia, e o engajamento dos atores não estatais. A incerteza conduzia a algumas questões: haveria enrijecimento do sistema político chinês para um *status quo ante*? O processo de modernização econômico da RPC poderia sofrer modificações? Qual seria o novo rumo político a ser adotado pelo PCCh? Essas incertezas refletiram-se no Congresso dos EUA. As resistências para que o Presidente pudesse obter mais um *waiver* apareceram de pronto, como será examinado no Capítulo 2.

No campo da segurança as inquietações não eram menores. Posto que o fim da GF acalentasse um período de redução das tensões, a possibilidade da retomada, por Pequim, de uma agenda menos suscetível ao diálogo, poderia reavivar contenciosos localizados no Estreito de Taiwan e do Mar do Sul da China. Afinal, o Congresso dos EUA tinha aprovado, em 10 de abril de 1979, um instrumento jurídico que permitia ao governo manter relações especiais com Taiwan: foi o *Taiwan Relation Act* (TRA). Ele substituiu o *Mutual Defense Treaty* de 2 de dezembro de 1954. Na prática, o novo documento autorizou a continuação da cobertura militar norte-americana para a ilha, mas sem a presença, *in situ*, de tropas norte-americanas². O TRA continua em vigor, como se fosse um *offset effect* para Taiwan. Por outro lado, contudo, é excêntrico se compararmos-lo com o reconhecimento norte-americano do princípio conhecido por “Uma só China”, recomendado por Pequim a todos os Estados que estabeleçam relações diplomáticas com a RPC. Por este princípio, a China é indivisível e Taiwan é parte da China, isto é, da RPC, no entendimento do PCCh.

O estabelecimento do TRA realça o papel do Congresso nas questões inerentes à política externa. Revela também os interesses de parte do Legislativo norte-americano em relação à ilha, os quais serão examinados no Capítulo 2. A instituição do TRA refletiu os interesses de parte dos segmentos organizados que atuam dentro dos EUA. A motivação

² Os textos do *Mutual Defense Treaty* pode ser lido em <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/diplomacy/china/chin001.htm>. O texto do TRA pode ser encontrado em http://usinfo.state.gov/eap/Archive_Index/Taiwan_Relations_Act.html.

desses grupos repousava no desenvolvimento da democracia na ilha. Eles tiveram sucesso nas demandas dos seus pleitos junto à parcela dos congressistas. O mesmo desempenho eles não tiveram quando a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu, em 25 de outubro de 1971, substituir Taiwan pela RPC como representante do povo chinês e conceder-lhe assento no Conselho de Segurança, como lembram Bergère, Bianco e Domes (1990, p. 363). Mas é provável que a aprovação do TRA tenha contrariado os grupos domésticos norte-americanos interessados em aprofundar, ou ao menos manter, os vínculos com a RPC, como será visto ao longo deste trabalho.

O episódio da Praça é anualmente lembrado em várias cidades pelo mundo. Mas as comemorações são cada vez menos divulgadas e as imagens se tornam esmaecidas. Nos EUA, o engajamento econômico-comercial com a RPC evoluiu para uma interdependência. As relações comerciais bilaterais alcançaram US\$ 343 bilhões em 2006, com saldo para a RPC em US\$ 232,5 bilhões³. Os norte-americanos são os maiores parceiros comerciais dos chineses segundo o Departamento de Comércio dos EUA. Parte do superávit da balança comercial a RPC investe nos EUA, com a aquisição de títulos do Tesouro, o que contribui para que o governo norte-americano possa cobrir os déficits gêmeos (público e de conta corrente). O abalo da economia de um deles refletirá no outro. Certamente há interesse de ambos os lados para que o eixo econômico-comercial continue atraente.

Como superpotência, os EUA distribuem as suas forças militares ao redor do planeta. No Extremo Oriente, elas estão localizadas na República da Coreia – Coreia do Sul – e no Japão. Com a deflagração da “guerra ao terrorismo” na presente década, os norte-americanos também estão presentes no Afeganistão, um dos vizinhos ocidentais dos chineses. No que toca às relações contenciosas entre a RPC e Taiwan, os EUA defendem soluções não-militares. Advogam a manutenção do *status quo* regional. E acompanham com interesse a evolução qualitativa do Exército Popular de Libertação (EPL). São preocupações implícitas nos documentos oficiais do governo dos EUA, como aqueles intitulados Estratégia de Segurança Nacional – *National Security Strategy* (NSS) – ultimamente publicados em cada mandato presidencial. Elas estão presentes também como referência de alentada literatura – Shambaugh e Yang (1997), Austin (1998), Lilley e Shambaugh (1999), Mosher (2000), Swaine e Tellis (2000), Pumpherey (2002), Barnett (2005) e Susbielle (2006) constituem apenas pequena fração dela - na qual são apresentadas inquietações sobre a projeção do poder militar chinês na região. Não é raro o emprego da expressão “hegemonia regional” à RPC. Várias análises

³ Dados obtidos do The US-China Business Council, <http://www.uschina.org/statistics/tradetable.html>.

apontam para a possibilidade de os interesses norte-americanos no Leste da Ásia virem a ser desafiados. Essas preocupações têm reflexos no Congresso.

A política externa norte-americana para a RPC parece priorizar, então, dois eixos principais: o aprofundamento econômico-comercial; e o acompanhamento permanente da política de defesa chinesa. No primeiro eixo estão contempladas transnacionais que, no passado, nasceram nos EUA, voltadas para agro-negócio, energia, finanças, telecomunicações e transporte (Hook, 2005). São grandes empresas que realizam *joint ventures* com firmas chinesas e que defendem a permanência da estabilidade regional como condição indispensável para operarem. Há coincidência desses interesses privados com os do governo da RPC, pois o desenvolvimento do país a elevadas taxas anuais depende da estabilidade regional. Esta é também necessária para que o governo de Pequim possa manter sob controle as demandas internas. O crescente poder aquisitivo da população localizada nas províncias mais próximas do litoral atrai massas de migrantes do interior em busca de melhores oportunidades. Trata-se de um desafio crescente para o governo chinês.

No domínio da segurança, a literatura analisa os fatos segundo abordagens geopolíticas e de estratégia aplicadas às atividades militares. Não são comuns os títulos sobre política externa norte-americana que investiguem a atuação do segmento privado do país voltada para esse domínio. Em outros termos, em uma sociedade na qual grupos de interesse (GI) operam com desenvoltura, não é claro o mecanismo que transforma os interesses privados ligados à produção de itens aplicáveis à defesa em interesse público. O que se especula comumente é que há lobby da constelação de indústrias de defesa a imiscuir-se na política externa dos EUA, como sustenta Procópio (2003). No que tange à RPC, normalmente não é divulgado como o setor privado apóia as decisões governamentais no campo da segurança. Afinal, como emergem os interesses nacionais disseminados nas NSS? Em que medida eles expressam o interesse dos segmentos domésticos norte-americanos?

O Objeto

A investigação tem, assim, como objeto os grupos domésticos que disputam espaço na formulação da política externa norte-americana. O seu exame contempla as questões formuladas acima, que são pertinentes em face do superlativo intercâmbio econômico-comercial entre os EUA e a RPC. Se for condição primordial haver estabilidade política regional para que seja aprofundado tal intercâmbio, iniciativas políticas inamistosas seriam descabidas. Neste caso, a presença de forças militares norte-americanas no leste asiático pode ser interpretada como um fator de moderação. Montesquieu (1973) e Norman Angell (2002),

ao articularem estes argumentos em ordem inversa, sustentaram a mesma conclusão, isto é, afirmaram que o efeito natural do comércio é trazer a paz, pois dois Estados que comerciam juntos tornam-se reciprocamente dependentes. Segundo este argumento, todas as uniões estão baseadas nas mútuas necessidades. Para tanto, a força militar seria dispensável. Serviria, quando muito, para exercer o papel de polícia. As forças militares dos EUA estão no Extremo Oriente apenas com esta função? Ou elas seriam úteis para os chineses na medida em que serviriam para inibir pretensões de independência de Taiwan ou, ainda, para restringir eventuais ambições japonesas na região?

No âmbito das relações econômico-comerciais bilaterais também existem disputas. As freqüentes reclamações norte-americanas sobre uma desvalorização artificial da moeda chinesa, o *yuan*, se fundam na redução da competitividade dos produtos oriundos dos EUA. A decorrência natural é a contração de postos de trabalho dentro dos EUA. É um ambiente contra o qual se insurgem os segmentos norte-americanos ligados ao mundo do trabalho. A questão apresenta dois níveis de interferência: externo e interno. No campo externo, a perda de competitividade dos produtos norte-americanos cria o vazio ocupado pelos chineses. No âmbito doméstico, os produtos norte-americanos também são desafiados por itens chineses de baixo preço. É certo que não se trata de fenômeno novo; repete-se, provavelmente, o avanço dos produtos japoneses nos EUA há algumas décadas. Porém, as características da operação da política externa dos EUA para o Japão diferem daquelas próprias das relações sino-norte-americanas. A RPC não tem sido sensível aos avisos das autoridades dos EUA para que valorize o *yuan*.

Certamente os grupos privados norte-americanos que operam com as congêneres chinesas têm interesse na manutenção do ambiente propício aos negócios. Repudiariam qualquer iniciativa que perturbasse a paz no leste asiático. Tal atitude é, por certo, compartilhada pelas empresas chinesas. É manifesto o interesse do governo da RPC em um ambiente regional atraente aos investimentos estrangeiros e à continuada formação de parcerias entre empresas locais e estrangeiras. Mas essas confluências de interesses são pontuadas por discordâncias. Embora a RPC se coloque no sistema internacional como um Estado em desenvolvimento, os EUA têm ultimamente se recusado a concordar com tal adjetivação, em face do extraordinário nível de exportações de manufaturados chineses. Outro ponto largamente disseminado pela imprensa está na propriedade intelectual; neste campo, são comuns as reclamações de empresas norte-americanas, com a alegação de os chineses copiam produtos que resultaram de anos de pesquisa.

No âmbito de GI ligados ao meio ambiente, nos EUA a preocupação é expressa nos periódicos frequentemente. A crescente precipitação de chuva ácida e o avanço da desertificação têm sido tomados como exemplos que interferem no meio ambiente além-fronteiras da RPC. De fato, esses fenômenos são sentidos na península coreana e nas ilhas japonesas. Outra questão é a pressão sobre o solo na busca por maior produção de alimentos, que tem degradado a área agricultável na RPC. O manejo indiscriminado de defensivos agrícolas contribui para a contaminação dos lençóis freáticos. No campo da energia, os ambientalistas sustentam ser inadiável a modificação da matriz. O uso do carvão tem sido apontado como um dos mais potentes elementos poluidores do ar nas grandes cidades chinesas. Mas os ambientalistas norte-americanos reconhecem que os governos provinciais têm exercido maior vigilância na implantação de complexos industriais de origem externa que tenham sido proibidas de operar nos EUA⁴.

De sua parte, os defensores de direitos humanos nos EUA sustentam que o governo central da RPC não observa direitos civis: não há liberdade religiosa, de associação, de ir-e-vir e de expressão. Para esses defensores, direitos fundamentais dos cidadãos são desrespeitados. As condições de trabalho, segundo eles, seriam inadequadas, não contariam com um corpo de regras satisfatório de segurança do trabalho. A imprensa tem publicado freqüentes acidentes, inclusive com óbitos, nas tarefas de mineração no interior do país. Além dos defensores dos direitos humanos, os religiosos ponderam que monges, padres e pastores só podem exercer as suas atividades se forem nomeados pelo governo do PCCh. Por exemplo, os padres que oficiam missas na RPC não são submetidos à autoridade do Papa, mas do governo central chinês. Religiosos estrangeiros são proibidos de exercerem as suas atividades na RPC.

Evidentemente que os diferentes segmentos precisam manter boas relações com o setor governamental, para terem defendidos os seus interesses. Sensibilizar setores do Congresso e da burocracia do Executivo parece constituir a maneira trivial dos grupos de interesse norte-americanos agirem. Ainda segundo Hook, essas ligações não se alinham, necessariamente, com uma ou outra legenda do sistema bipartidário norte-americano. São coalizões *ad hoc* de republicanos e democratas simpáticos a cada causa. Segundo o autor, podem-se identificar quatro tendências. Uma seria a dos republicanos moderados, que defenderiam o aproveitamento das oportunidades econômicas decorrentes da possibilidade de acesso ao superlativo mercado chinês. Outro segmento seria constituído de democratas moderados, a defender o fortalecimento das relações bilaterais com a RPC desde que sejam calcadas em

⁴ Para aprofundar estes assuntos, Barry Naughton (2007) apresenta consistente discussão.

acordos formais, consoante organizações internacionais, e condicionadas à execução de reformas das instituições chinesas. O terceiro grupo conteria os conservadores republicanos, ainda aferrados a concepções próprias da GF; estes congressistas seriam sensíveis às iniciativas ligadas ao fortalecimento do setor de segurança norte-americano. Por fim, o grupo dos democratas liberais, que reclamam do modo como o governo chinês lida com os direitos humanos, o controle dos meios de comunicação, restrição de liberdade de culto e controle de deslocamento dos cidadãos.

Um dos interesses anualmente renovados, mediante aprovação do Congresso dos EUA, entre 1980 e 2000, foi o de Nação Mais Favorecida (NMF) concedido à RPC. Este acordo abriu, para os chineses, a possibilidade de estabelecer parcerias comerciais com importantes empresas dos de origem norte-americana. O NMF é considerado a regra mais importante do Acordo Geral de 1947 conhecido como *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT); tem por propósito proibir qualquer discriminação entre as partes contratantes desse Acordo. Isto é, qualquer ato de um Estado-nação que redunde em vantagem para outro, tem que ser estendida para todos os demais, conforme Thorstensen (2001, p.33). A partir do estabelecimento da NMF, a RPC passou a poder importar produtos de alta tecnologia, de que não dispunha, de modo a contribuir para a modernização do país. Permitiu também que os produtos da RPC chegassem desgravados aos consumidores norte-americanos. Em geral, a importação pela RPC não tem sido completamente aberta. Os chineses procuraram estabelecer seleção mediante barreiras tarifárias, fonte de repetidas queixas norte-americanas, em face da não reciprocidade. Criaram também variada lista de barreiras não-tarifárias, como quotas e licenças de importação. Investigação do United States Trade Representative (USTR) confirmaria, em agosto de 1992, larga faixa dessas barreiras aos produtos norte-americanos. Os EUA ameaçaram com sanções, sinalização que moderou o diálogo após o governo de Pequim informar que tornaria mais transparente o modelo de importação adotado. O acesso ao mercado chinês é feito mediante parcerias entre empresas estrangeiras e chinesas. Esta passagem mostra que as relações sino-norte-americanas, posto que plenas de oportunidades, se assemelham a um terreno sinuoso.

Portanto, as iniciativas da política externa dos EUA parecem apontar para interesses aparentemente dicotômicos. Isto porque tal política procura aprofundar as relações econômico-comerciais simultaneamente com o acompanhamento sistemático da evolução qualitativa do EPL. Em um ambiente no qual existem variados grupos domésticos em disputa por espaço na política externa para terem atendidos os seus interesses particulares, é lícito assumir também a existência de grupos privados que se beneficiam da possibilidade da

competição. As duas vertentes indutoras da política externa para a RPC - a da imbricação das relações econômico-comerciais e a da manutenção do *status quo* da segurança no Extremo Oriente – parecem estar equilibradas.

A operação dos grupos domésticos também se traduz na maneira com que os norte-americanos compartilham com a sociedade internacional as questões que tocam nos seus interesses nacionais. Os partidários do isolacionismo parecem experimentar crescente dificuldade em defender os seus argumentos em um mundo no qual diversificados agentes se relacionam com crescente frequência. Nos EUA eles dão prioridade mínima para a política externa e tiveram fugaz realce imediatamente após os ataques de 11 de setembro. É provável que hoje se somem aos que defendem a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, na medida em que defendem um menor engajamento dos EUA nos assuntos internacionais. Assim, o debate parece situar-se entre unilateralistas e multilateralistas. A propensão dos unilateralistas de dar reduzida importância aos organismos internacionais e de decidir sem a concordância dos tradicionais aliados leva a uma postura que Nye Jr. (2002) conceitua como hegemonia benigna. Os multilateralistas defendem maior diálogo dos EUA com os demais atores internacionais. Preocupam-se com a legitimação dos propósitos norte-americanos e preferem compartilhar o ônus da liderança planetária. Parece ter espectro diversificado, pois são conhecidos por multilateralistas moderados ou puros⁵, como nacionalistas econômicos (hamiltonianos), internacionalistas idealistas (wilsonianos) ou nacionalistas populistas (jaffersonianos), como identifica Mead (2006). Segundo este autor, os hamiltonianos são constituídos pela elite empresarial dos EUA e que, hoje, tem como “aspecto central... de política externa o papel do estreante complexo industrial-militar de alta tecnologia” (p. 96).

Os governos Clinton aparecem na literatura como sendo de característica multilateral, principalmente pelo entendimento que a RPC não deveria ser isolada, mas trazida mais fortemente para o sistema internacional. Afinal, a postura multilateralista é fundamentalmente cooperativa⁶. Por esta lógica, foi coerente que o seu governo procurasse fortalecer laços econômico-comerciais com a RPC e incentivasse as suas lideranças para apoiarem a adesão do país ao maior número de regimes internacionais. É coerente também com a tradição do partido

⁵ Viola e Leis, em *O Sistema Unipolar e as Responsabilidades dos EUA como Potência Hegemônica*, p. 136 dividem tanto unilateralistas quanto multilateralistas em puros e moderados. Os unilateralistas puros, isto é, ligados aos neo-conservadores, guardam as idéias do confronto típicas da GF; os unilateralistas moderados defendem a persuasão dos aliados tradicionais, no tratamento das interesses importantes. Os multilateralistas moderados não simpatizariam com a adoção de ataques preemptivos e defenderiam a discussão das assuntos no âmbito das organizações internacionais; os multilateralistas puros propõem o afastamento dos EUA de áreas do mundo, de modo a contribuir para a formação de um novo regime de segurança plural.

⁶ James E. Dougherty e Robert L. Pfatzgraff, Jr. detém-se na relação do conceito da cooperação com o multilateralismo em *Relações Internacionais: as Teorias em Confronto*, p 643-644.

Democrata, cujas lideranças liberais normalmente dão preferência às questões ligadas a comércio, tarifas e organização do trabalho, como destaca Hogan (1997). Portanto seria defensável a tentativa de os EUA procurarem atrair a RPC para a coalizão democrática ocidental, em prol da manutenção da estabilidade do sistema internacional, como sugere Rosecrance (1999). Logo, mais do que boas relações bilaterais sino-norte-americanas, os multilateralistas almejam um diálogo plural em ambiente de organização internacional. Na ótica deles, seria o *locus* adequado para tratar as questões regionais – e planetárias – que afetam também outros atores internacionais. Estariam nessa agenda, por exemplo, os contenciosos no Mar do Sul da China, onde todos os Estados costeiros daquele mar têm interesses. Para Huntington (1997), o multilateralismo de Clinton procurou adotar uma política compensatória para a região do Estreito de Taiwan: encontrou-se com o Dalai Lama, exilado pela RPC; não objetou o convite do Congresso ao líder formosino Lee Teng-hui; e assegurou o tratamento de NMF à RPC. Enfim, como aponta Kissinger (2001), existem duas escolas de política externa norte-americana referentes à RPC: a cooperativa que caracterizou os mandatos Clinton (engajamento e parceria estratégica) e a da concorrência que caracteriza os governos Bush.

O unilateralismo e o multilateralismo provavelmente não constituem modelos puramente teóricos, sem relação com o mundo real. Porém, as decisões governamentais sobre cooperar ou competir não podem estar desconectadas de interesses específicos domésticos. As análises das decisões tomadas pelos governos em política externa normalmente situam-se nas consequências ou desdobramentos, mas pouco nas ações motivadoras de tais decisões. As posturas unilateral e multilateral têm certamente seus apoios domésticos, os quais têm os seus interesses particulares. A questão é em que medida estes se transformam em interesses nacionais. Afinal, uma alegação costumeira é a de que os grupos de interesse não consideram os bens coletivos, somente os seus interesses próprios. Mas provavelmente não é sempre verdadeiro, na medida em que certas idéias e iniciativas originárias de grupos privados podem refletir interesse público, tais como evitar depressão econômica, exaustão de recursos energéticos, redução de modalidades de crimes e solução de métodos de resolução de conflitos.

Objetivos

O objetivo geral é, assim, entender a dinâmica das articulações que resulta nas decisões tomadas para a política externa norte-americana relativa à RPC, como resultante das

pressões endógenas. Essas pressões estarão espelhadas nas opções dos congressistas nas votações sobre temas relacionados à RPC.

Os objetivos específicos a serem obtidos são:

- a) destacar da constelação de temas discutidos no Congresso aqueles que digam respeito à RPC;
- b) examinar como se dão as votações dos membros dos partidos políticos norte-americanos nesses temas ligados à RPC; e
- c) verificar como são distribuídas as votações dos congressistas em relação aos diferentes interesses demandados pelos segmentos domésticos dos EUA.

Metodologia

A investigação da tese assumirá a abordagem das demandas ascendentes, isto é, *bottom-up approaches*, conforme a tipologia proposta por Rittberger (2002). Nesta abordagem o foco está nos interesses; ela é racional, considera importantes as instituições e adota o modelo comportamental da maximização dos ganhos. Moravcsik (1997) já defendia esta abordagem a partir da assunção de três premissas. A primeira delas é que os atores principais na política internacional são grupos individuais e privados racionais, com aversão ao risco, que se organizam em ações coletivas e trocas, de modo a promover interesses diferenciados, limitados pela escassez material, valores conflitantes e variadas influências na sociedade. A segunda assunção é que as instituições políticas – e os Estados – representam algum subconjunto da sociedade doméstica na base daqueles interesses que os representantes estatais definem como preferências, e agem em consequência na política internacional. A terceira e última assunção é que a configuração das preferências de um Estado independente determina o comportamento desse Estado. Estas assunções serão examinadas no Capítulo 1, quando examinarmos os GI. Procurar-se-á explicar a formulação da política externa norte-americana a partir “de baixo”, de modo a que ocorram confluências de interesses domésticos, ao seguir as duas vertentes indutoras citadas. A investigação trata, assim, dos interesses de grupos domésticos norte-americanos que influenciam a formulação da política externa dos EUA para a RPC, expressados por meio das opções dos membros do Legislativo. Considerar-se-á o ambiente geográfico da RPC, inclusive Taiwan, e do Mar do Sul da China.

A influência exercida por grupos domésticos organizados é decorrente da capacidade de mobilização para transformar as suas demandas em interesse público. Questões diretamente ligadas à política cambial podem ser alvo de determinados grupos com interesse em vender produtos para o exterior. Eventuais períodos nos quais a moeda local se mostra apreciada

fomentam pressões sobre os responsáveis pela política monetária no sentido de desvalorizar a moeda. Assim, elevaria a competitividade dos produtos ofertados por esses grupos. Trata-se, pois, de influenciar indiretamente a política externa por meio do instrumento cambial. Especificamente aqui operariam os grupos compostos de organizações sindicais e corporações empresariais. A moeda local valorizada facilita importações, com pressões sobre produtores domésticos. Novamente aqui capital e trabalho certamente procurariam a sintonia. Contudo, para os grupos empresariais preocupados com a importação de bens de capital; a valorização cambial aliviaria os custos de aquisição de tais bens. Rogowsky (1989), por exemplo, associa com pertinência a política econômica do governo ao poder dos interesses econômicos internos, principalmente aqueles ligados ao campo do comércio. Já Grossman e Helpman (1994 e 1995) identificam nos *lobbies* das indústrias exportadoras – com as suas contribuições para campanhas eleitorais – a capacidade de influenciar a elaboração de normas e regras aduaneiras.

O debate passa, portanto, pelas definições possíveis de interesse. No âmbito das relações internacionais, segundo Pistone⁷ a expressão “interesse nacional” está ligada a interesse estatal por segurança. Com efeito, a leitura dos NSS parece conferir aceitabilidade a essa definição. No caso dos EUA, onde a democracia é sempre evocada, a heterogeneidade de interesses leva à tentativa de relacionar custo/benefício às decisões tomadas. Os cidadãos poderão estar dispostos a abrir mão da liberdade individual em benefício da sobrevivência nacional – em tese, pois se observam reações a cerceamento dessa liberdade pelo atual governo central; mas poderão não aceitar determinadas ações sigilosas que invadam a privacidade, em nome do interesse público, como ocorreu em Watergate. Interesse público é o que produz benefício público, isto é, benefício comum ou coletivo proporcionado pelo governo e que alcança todas as pessoas, mesmo aqueles que não pagam para terem o direito de obterem-no, como querem Olson (1999) e Santos (1999).

Portanto, parece haver a possibilidade de que grupos domésticos de interesse procurem influenciar a formulação da política externa norte-americana para a RPC nos domínios econômico-comercial e de segurança. Para tanto, os interesses dos grupos situados em ambos os domínios devem estar consoante o interesse público. Devem passar a percepção de que a formulação da política externa, que observe essa confluência de interesses, é politicamente aceitável. A questão é como se dá a transformação do interesse privado em público, expresso,

⁷ Em Dicionário de Política, de N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino, p. 641-642.

para o campo externo, como interesse nacional no seio do Congresso, de modo a que a política externa para a RPC equilibre oportunidades nos dois domínios.

Hipóteses

A formulação da política externa dos EUA para a RPC seria conseqüente a duas hipóteses. Na primeira, a formulação dependeria das tendências dos segmentos internos ao isolacionismo, ao unilateralismo e ao multilateralismo, expressas pelos interesses específicos que possam ser traduzidos como interesse público e interesse nacional no Congresso. Esses interesses específicos traduziriam tendências e crenças na cooperação ou na competição, ou, ainda, no afastamento dos EUA de questões externas. A outra hipótese tem a formulação da política externa como variável dependente da manutenção do equilíbrio: entre o conjunto de vantagens financeiras e de abertura de postos de trabalho decorrentes das relações com a RPC; e da manutenção do *status quo* no Extremo Oriente. Esse equilíbrio seria a resultante dos interesses dos diferentes segmentos internos acolhidos pelos dois partidos de acordo com as crenças e as tendências à cooperação condicionada à disciplina institucional, aos direitos humanos e à redução do déficit democrático; ou à competição por vantagens econômicas e por predominância militar.

Na primeira hipótese, as possibilidades visualizadas por grupos domésticos norte-americanos nas relações com RPC, assim como os desafios no plano interno resultantes dessas relações, seriam traduzidos distintamente. A capacidade que os grupos tiverem de sensibilizar os representantes no Congresso determinará componentes de força na formulação. A interpretação que se tem de Brzezinsky (2007), assessor de Segurança Nacional no governo Carter, de que o Partido Democrata, o partido do internacionalismo, inclina-se cada vez mais para os apelos do neo-isolacionismo, e o Partido Republicano inclina-se crescentemente para o intervencionismo militante necessita ser verificada, porque reduz o debate. De fato, as administrações democratas são, genericamente, mais protecionistas e no período Carter os grupos de direitos humanos tiveram influência. Mas as administrações Clinton parecem desdizer a afirmação, pela forma engajada com que os EUA dialogaram com o exterior, especialmente com a RPC.

A segunda hipótese considera que o equilíbrio entre os dois domínios deriva da distribuição de interesses dos variados grupos internos. Os que se compõem de empresas e de sindicatos procuram ganhos tangíveis. A transformação desses ganhos localizados em públicos tem importância, pois a vinculação do congressista a determinada área geográfica associa-o à correspondente economia local, isto é, ao seu reduto eleitoral. Neste caso, é

possível que a busca pelo atendimento dos interesses nacionais tenha que acomodar um leque mais amplo de interesses setoriais. Grupos ligados ao comércio e às finanças auferem resultados materiais de uma política externa que atenda aos seus interesses. Semelhante pode ser assumido em relação aos sindicatos: também procuram obter resultados materiais, como a preservação do emprego, a expansão dos postos de trabalho e aumentos salariais. Já os grupos ligados aos direitos humanos, à liberdade religiosa ou até mesmo ao meio ambiente, cujos ganhos são intangíveis; satisfazem-se com bens imateriais. Neste último caso, o interesse público tem por base um universo de conceitos e de princípios diferenciados. Se for atribuído peso específico elevado à cláusula democrática parlamentar como ela é operada nos EUA, poder-se-ia inferir que esses últimos grupos se somariam à iniciativa governamental de manutenção das relações não-oficiais com Taiwan, por exemplo. E por interesses destes, o desenvolvimento das relações EUA-RPC estaria condicionado à modificação do sistema político monopartidário do Estado asiático. Neste caso, poder-se-ia pensar que a política externa norte-americana adotada para a RPC é coerente ao aprofundar os laços econômico-comerciais, ao mesmo tempo em que mantém vigilância sobre o aparato militar chinês.

Relevância do estudo para o Brasil

A pertinência deste trabalho acadêmico para o Brasil justifica-se por tratar de relações envolvendo a superpotência e a potência emergente no Extremo Oriente; o ambiente propício aos negócios ou as tensões geradas pelas dissonâncias entre elas replicam necessariamente em outros ambientes geográficos. E para um país que almeja ser *global trader*, como o Brasil, faz-se necessário o conhecimento da dinâmica do diálogo entre os EUA e a RPC⁸. E, para isso, é prudente conhecer os agentes que contribuem para a formulação da política externa norte-americana. É um ponto que desperta vivo interesse porque os EUA têm sido, ao longo de mais de meio século, o ponto central da política externa brasileira⁹. Em relação à RPC, o Brasil vem experimentando crescente intercâmbio. No campo econômico-comercial, a RPC já alcançou o segundo posto, cuja liderança é dos EUA. No campo tecnológico, o *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS) constitui modelo de parceria que vem se mostrando adequado para o Brasil: o produto brasileiro é lançado por veículo chinês. Os dados disponibilizados pelo satélite são compartilhados por brasileiros e chineses.

⁸ De outro lado, na ótica dos EUA, o artigo do ex-embaixador brasileiro nos EUA, Rubens Antônio Barbosa, intitulado *A China e o Brasil na América do Sul*, publicado no *O Estado de São Paulo* de 28/11/2006, p. A2, revela que a crescente presença da RPC na Íbero-América tem despertado o interesse dos formuladores da política externa norte-americana.

⁹ Como se depreende de Henrique Altemani de Oliveira em *Política Externa Brasileira*, p. 232.

As relações do Brasil com os EUA antecedem a vinda da família real portuguesa no Rio de Janeiro. Os compêndios de História nos ensinam que os inconfidentes mineiros tiveram influências da Revolução Americana, por causa dos novos rumos que ela imprimiu no pensamento político do século XVIII. Os EUA, em maio de 1824, foram o primeiro Estado-nação a reconhecer a nossa independência. Mas já em março de 1827 as relações bilaterais foram temporariamente interrompidas em face da oposição dos EUA ao bloqueio brasileiro exercido por meio da Marinha imperial no Rio da Prata¹⁰; inaugura-se a primeira divergência de interesses entre o Brasil e os EUA. Ao longo do século XIX, cada um esteve voltado para os seus respectivos problemas internos: o Brasil a consolidar a sua independência e defender a sua soberania territorial na Guerra do Paraguai; e os EUA em conquistar espaços no avanço para o oeste, além do envolvimento pela Guerra Civil e pelos conflitos externos com o México e com a Espanha.

Mas é no século XX que o diálogo é aprofundado. As relações, contudo, firmaram-se de maneira assimétrica: “entre 1910 e 1914, enquanto 34% das exportações brasileiras destinaram-se aos EUA, estes tiveram apenas 1,5% dos seus produtos comprados pelo Brasil”¹¹. Durante a Primeira Guerra Mundial (Grande Guerra), posto que o Brasil tivesse tomado parte no final com a Divisão Naval de Operações de Guerra (DN OG), a sua área de responsabilidade foi marginal, situada entre o Golfo da Guiné e o Estreito de Gibraltar. Os EUA também se engajaram no final desse conflito; mas atuaram no foco da guerra e – mais importante – tiveram participação fundamental no seu encerramento, por meio do então presidente Woodrow Wilson. Em 1929, o Brasil sofreu fortemente os efeitos negativos da crise que se abateu nos EUA. E, no plano da segurança, a assimetria se acentuou dramaticamente após a Segunda Guerra Mundial (2ª GM). Em consequência desta diferença de latitudes e da nossa participação no conflito ao lado dos aliados, duas iniciativas opostas demonstram o limite de ação do Brasil no campo externo: o constrangimento que experimentamos, à época, na tentativa de se desenvolver pesquisas de energia nuclear; e o acordo militar de 1952. Esses dois episódios replicariam vinte anos mais tarde: o acordo nuclear entre o Brasil e a então Alemanha Ocidental; e o rompimento do acordo de 1952. O acordo nuclear foi decorrente do rompimento do acordo estabelecido pelo Brasil com os EUA para o fornecimento do combustível para a usina núcleo-elétrica de Angra 1. Os norte-

¹⁰ Estes e outros pontos relevantes podem ser verificados em Mônica Hirst, na *Chronology of Major Events in US-Brazil Relations*, em *The United States and Brazil: A Long Road of Unmet Expectations*, p. 12.

¹¹ *Ibid*, p. 3.

americanos alegaram “que não teriam capacidade de processar o volume necessário”¹². A dissonância é clara e teve repercussões conseqüentes durante o governo democrata de James (Jimmy) Earl Carter, referente aos itens direitos humanos e proliferação nuclear, componentes da agenda da política externa daquela administração. A pressão norte-americana teve o efeito de limitar o alcance do acordo teuto-brasileiro que, em larga medida, incentivou a elaboração do chamado “programa paralelo”. A GF ainda estava em curso e o propósito principal dos EUA nas relações bilaterais era “forçar os parceiros ao alinhamento”, conforme Albuquerque (2005). Este autor acentua também que o propósito brasileiro, desde os anos 50, era a paridade por meio de compensações específicas. Para a superação da assimetria, segundo Balbachevsky, os diplomatas brasileiros visualizavam ser necessário o rompimento do “cerco tecnológico... por meio da ação estratégica e concentrada; ou que fosse capaz de mobilizar a competência nacional em torno de um projeto nacional, na ótica militar...como uma condição de sucesso do esforço de desenvolvimento da tecnologia nacional”¹³. Portanto, uma forma de manter o *status quo* da política de poder norte-americana tem sido o acompanhamento e o bloqueio de iniciativas brasileiras que busquem autonomia de tecnologia sensível.

A observação é atual se considerarmos que as instalações científicas brasileiras destinadas a pesquisas de enriquecimento de combustível nuclear são monitoradas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); e são as únicas militares no planeta que são assim monitoradas. Na prática, é a reafirmação brasileira à ratificação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). A pressão atual é pela assinatura do Protocolo Adicional ao TNP. Posto que a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 21, proíba definitivamente a utilização da energia nuclear para fins que não exclusivamente pacíficos, a pressão continua.

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e os EUA também foram dinamizadas no século XX, especialmente a partir da segunda década, quando os norte-americanos passaram a ser o principal parceiro comercial do Brasil. As relações foram aprofundadas após a 2ª GM, com a aceitação brasileira das teses multilateralistas norte-americanas em *Bretton Woods* – com a estruturação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) – e em Genebra e

¹² De acordo com Sérgio Gil Marques dos Santos, em Momentos Marcantes do “Pragmatismo Responsável” de Geisel: O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e o Rompimento do Acordo Militar Brasil-EUA. Em A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas, de Henrique Altemani de Oliveira e José Augusto Guilhon Albuquerque, p. 103.

em Havana. Contudo, na década de 80, os EUA passaram a retaliar o Brasil por conta da política de informática e de patentes. A falta de sintonia nos interesses de ambos apareceu nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Mas, como acentua Barbosa (2006), “o Brasil tem nos Estados Unidos um de seus mais importantes parceiros comerciais (o primeiro, considerado individualmente), bem como seu mais importante investidor e financiador”¹⁴.

Depreende-se, pois, que as relações com os EUA são fundamentais para o Brasil, tanto pela virtude da parceria econômico-comercial quanto pelos constrangimentos da busca por tecnologia sensível.

As relações sino-brasileiras são igualmente antigas, embora pouco conhecidas e remontam à fase colonial brasileira. D. João VI fez trazer certo número de chineses para trabalhar na fazenda real de Santa Cruz, nos arredores do Rio de Janeiro. Décadas mais tarde, o Segundo Império manda missão ao Extremo Oriente, na tentativa, sem sucesso, de trazer mão-de-obra chinesa para substituir a escrava que se extinguiu. Mas foi na década de 70 do século passado que são firmadas as modernas relações entre os dois Estados, com troca de embaixadores em 1974 e o estabelecimento de um Acordo Comercial. Em 1982 firma-se um Acordo Científico-tecnológico do qual decorreria uma parceria inédita: o CBERS, citado acima. As características de operação do satélite levantam dúvidas nos norte-americanos e é motivo de eventuais perguntas. A atenção norte-americana para a parceria repousa na possibilidade de que a trajetória orbital do satélite possa revelar dados de valor militar¹⁵.

No campo econômico-comercial, a RPC se constituiu no maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e o Brasil é o maior parceiro do antigo Império do Meio na Ibero-América. Como afirma Cardoso, “o comércio Brasil-China se apóia no princípio das vantagens comparativas, Isto significa que os ganhos que Brasil e China podem auferir na expansão do fluxo de comércio bilateral são potencialmente muito grandes”¹⁶.

¹³ Elizabeth Balbachevsky, em *Cooperação Científica e Tecnológica: O Conteúdo Estratégico dessa Dimensão na Política Externa Brasileira*. Em *A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas*, de Henrique Altemani de Oliveira e José Augusto Guilhon de Albuquerque, p. 137.

¹⁴ O Embaixador Rubens Antônio Barbosa, no capítulo 6 de *Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências*, reconhece a existência de variadas diferenças de óticas nas relações econômico-comerciais entre os parceiros. As discussões da Rodada Doha ressaltam as diferenças de ênfase em relação aos setores primário e secundário.

¹⁵ O autor deste trabalho acadêmico tinha notícias de tal preocupação, que puderam ser confirmadas quando, em 1999, me foi perguntado sobre eventual tratamento de dados obtidos do satélite pelos militares brasileiros.

¹⁶ Renato Silva Cardoso em *A Defesa Comercial no Âmbito das Relações Brasil-China*. In: *Brasil-China: comércio, direito e economia*, de Fernando de Magalhães Furlan e Thomas Benes Felsberg, p. 108.

Mas, na busca pela aproximação com a RPC, o Brasil tem exercitado um relacionamento econômico-comercial que se mostra também assimétrico. Aprofundam-se as diferenças de níveis tecnológicos dos produtos que o Brasil exporta para a RPC – principalmente matérias-primas – enquanto cresce a importação brasileira de bens industrializados da RPC. Os produtos chineses baratos desafiam as empresas brasileiras, que se mobilizam para sugerir imposição de salvaguardas, como pontua Mello (2005). Deve ser observado, porém, que há empresas brasileiras instaladas na RPC, em operação conjunta com parceiras chinesas. Podem ser exemplificadas as fabricações de aeronaves, compressores, turbinas para hidrelétricas. São produtos de alto valor agregado, pelo nível tecnológico inerente. O que é interessante, no momento, é o fato de a balança comercial brasileira com a RPC, tradicionalmente superavitária, ter mudado de sinal. Se até o final de dezembro de 2006 o sinal era positivo, nos primeiros seis meses de 2007 o Brasil experimentou déficit. Contudo, vale ressaltar que o RPC é o terceiro maior parceiro comercial brasileiro, depois dos EUA e da Argentina¹⁷.

Uma observação de Alain Touraine, recentemente publicada, reforça a nossa argumentação. Segundo ele, “O Brasil é um país que não tem conflitos com os Estados Unidos ou com a China. Por consequência, pode realizar este papel de ponte entre o Leste e o Oeste, entre Norte e Sul. É um papel muito importante”¹⁸. É prudente, então, conhecer como operam as relações entre a superpotência e a potência regional que pode assumir hegemonia no Extremo Oriente. Evitaríamos eventuais desgastes desnecessários decorrentes de decisões equivocadas, com base em variáveis esmaecidas pelo tempo. Afinal, as decisões acertadas, como resultado de um processo racional, balizado por sólidos fundamentos, ensejarão um círculo virtuoso futuro.

Estrutura do trabalho

Este trabalho acadêmico abrange o período correspondente ao final da GF – mandato de Bush (pai) até o ano de 2007, no segundo mandato de George Walker Bush (Bush filho). No primeiro capítulo será analisada a literatura que investiga os GI na formulação da política externa norte-americana. Para isso, iniciaremos com dois autores que podem estar na gênese

¹⁷ Dados obtidos da Secretaria de Comércio Exterior (SeCEx) pertencente ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) informa que entre jan/2006 e dez/2006 o Brasil teve superávit comercial com os EUA de US\$ 3.422 bi e com a RPC de US\$ 413 mi. Porém, no período entre jan/2007 e jun/2007, a balança mostrou um superávit brasileiro em relação aos EUA de US\$ 3.427 bi e um déficit brasileiro em relação à RPC de US\$ 305 mi. Portanto, em relação à RPC, o Brasil experimenta, em seis meses, um saldo negativo que é próximo do superávit obtido em todo o ano de 2006.

¹⁸ Entrevista de Alain Touraine a Andrei Netto, publicada n’O Estado de São Paulo, de 5/7/2008, p. A18.

do estudo de GI: Tocqueville e Weber. O capítulo percorre os estudiosos da formação de GI, a utilização de *lobby*, considerações sobre o Congresso norte-americano e a articulação dos GI com o Congresso nas suas formas principais.

No capítulo 2 nos deteremos no exame das propostas introduzidas no plenário das duas casas legislativas. A seleção dos assuntos relativos à RPC, as emendas e os *roll call* permitirão verificar as principais maneiras de articulação dos GI com os congressistas. A partir dos constrangimentos com os eventos que se verificaram na Praça Tiannamen, em 1989, serão examinadas as posturas dos membros dos comitês e as votações gerais conseqüentes. Intenta-se obter relação das votações com demandas de segmentos domésticos tomando-se como elementos as características ideológicas dos congressistas combinadas com financiamento de campanha. Por meio desta relação, pode-se identificar a tendência do congressista à cooperação ou à competição. Dessa forma, é apresentada uma tipologia resultante dessa combinação.

O capítulo 3 apresenta a análise das combinações dos financiamentos de campanhas eleitorais com os perfis político-ideológico dos congressistas. Para tanto, o estudo realizado no capítulo anterior é sistematizado por meio da decomposição dos dados organizados no anexo A. Chega-se, assim, à resultante das demandas dos grupos de interesse, encaminhadas para os membros do Legislativo, na busca pela oportunidade de que elas transformem-se em componentes da política externa dos EUA para a RPC. O trabalho é encerrado com as Considerações Finais referentes às análises precedentes.

Capítulo 1

A Competição por Espaço na Política Externa

A percepção da importância dos espaços ocupados pela iniciativa particular na vida doméstica dos EUA não é nova. O depoimento histórico produzido por Alexis de Tocqueville (2000), na primeira metade do século XIX, aponta para essa percepção. A importância que os norte-americanos da sua época dariam às associações foi anotada. Seria prática generalizada a formação desses grupos, de modo a que seus membros pudessem ter força na defesa dos seus interesses. Estes, na leitura de Tocqueville, tinham prioridade mais elevada do que os “negócios gerais”, tratados pelos “cidadãos principais. Estes só reúnem de longe em longe...”¹⁹. Segundo Tocqueville, não era fácil para o homem comum interessar-se pelo destino do Estado, pois não compreenderia que ligação esse destino teria sobre o seu dia-a-dia. Uma iniciativa de consequências próximas e imediatas o alcançava facilmente; mas a execução de um projeto alhures não lhe motivaria. A luta, portanto, seria travada pela associação para transformar as demandas locais em realizações. Tais associações cobririam variado espectro, como comerciais, industriais, religiosas e morais. As iniciativas que se faziam necessárias para a comunidade eram tomadas coletivamente. “Onde quer que, à frente de um novo empreendimento você vê na França o governo e, na Inglaterra, um grão-senhor, pode estar certo de que, nos Estados Unidos, perceberá uma associação”²⁰.

Os empreendimentos dessas associações podiam ser imateriais ou visarem retorno material. Weber (1967), cerca de setenta anos depois, ao tentar conectar a prática cristã protestante com o desenvolvimento do capitalismo, percebeu que os norte-americanos não viam incongruência entre a riqueza e a religiosidade, desde que observados certos preceitos, isto é, a riqueza teria legitimidade se fosse: obtida pelo trabalho árduo; não tivesse relação com a luxúria; e fosse resultado do *ethos* da organização do capital e do trabalho. Verificou também que a participação do cidadão em um ramo protestante dava-lhe “qualificação moral e especialmente de moral comercial para a pessoa. A seita é uma associação voluntária apenas daqueles que, segundo o princípio, são religiosa e moralmente qualificados”²¹. A extensão dessa prática para outros fins que não o religioso foi observado por Weber, fosse como degrau para ascensão social, para defesa de interesses agrícolas, comerciais ou

¹⁹ Tocqueville, no volume Sentimentos e Opiniões, em A Democracia na América, p. 127.

²⁰ Ibid, p. 131-132.

²¹ Max Weber, Ensaios de Sociologia, p. 214.

industriais. Para Weber, era o conjunto complexo dessas associações voluntárias que embasava a democracia norte-americana.

Pode ser anotado, pois, que as associações constituíram, desde o início, o modelo adotado pelo cidadão norte-americano para defender os seus interesses; e o fazia sem conflitos com a sua crença religiosa. Na observação de Weber, a associação foi variável importante no desenho da democracia dos EUA. Esse desenho, é certo, foi traçado no espelho das idéias filosóficas de ingleses, tais como John Locke, Algernon, Sidney e Thomas Kames. Na leitura de Driver (2006), o texto da Declaração da Independência, escrito por Thomas Jefferson para apreciação do Congresso, em julho de 1776, foi inspirado naqueles filósofos. Pouco antes, na primavera daquele ano, Jefferson escrevera o preâmbulo da Constituição da Virgínia, que marcou o rompimento com a monarquia e o parlamento ingleses. Posto que a Declaração da Independência tenha sido tornada pública em 4 de julho de 1776, somente foi concluída com a assinatura dos representantes de Nova Iorque, no dia 19 daquele mês. Tratava-se do fato de que os EUA surgiam por adesão das 13 colônias inglesas que se somaram à idéia de emancipação. Vê-se ali, portanto, um movimento associativo, bem diferente daqueles deflagrados em outras partes do continente americano.

A Constituição dos EUA, de 17 de setembro de 1787, assinala no Art. 1º, seção 8, e na Emenda XVI, o limitado universo de impostos e taxas que o Congresso tem possibilidade de cobrar. No Art. 2º prevê que a eleição do Presidente da República e do seu Vice é realizada por meio de um sistema de contagem dos votos dos representantes dos eleitores dos estados. O texto curto da Carta denota a parcimônia na linguagem e o foco no âmbito federal. Significa que caberia aos estados detalharem os diversos segmentos da vida coletiva de acordo com os interesses das suas comunidades. A sinalização, portanto, era que as eventuais demandas originárias nos diversos estados deveriam ser apresentadas ao governo central. Como observou Tocqueville, as pequenas comunidades, por ele chamadas comunas, tomavam as iniciativas que julgavam necessárias para solucionar questões que lhe diziam respeito; só se voltavam para o Estado quando os seus interesses eram compartilhados com outras comunas. Somente aí os interesses comuns eram, pois, discutidos com a autoridade estatal²².

A lógica de decisões orientada pela trajetória ascendente, isto é, das bases para o topo da pirâmide tem reflexos em todas as políticas públicas norte-americanas. O governo central, que opera a política externa de acordo com esta dinâmica, tem, portanto, que buscar a confluência dos interesses domésticos ou a sua conciliação. Os diversos grupos, que se

²² Alexis de Tocqueville examina a relação entre as comunas e o governo central no volume *Leis e Costumes*, p. 75-77.

associam voluntariamente em função dos interesses individuais, terão que demandar com as instâncias do governo central, porque a decisão final dos assuntos relacionados com o mundo exterior é do seu exclusivo domínio. No caso dos EUA, o diálogo desses grupos com o governo se dá através dos representantes, fundamentalmente, no Congresso. As demandas da base para o cume tomam o nome de *bottom-up*, termo adotado neste trabalho, conforme comentado na Introdução.

Essa lógica, aplicada no caso norte-americano, é lastreada por algumas características. Elas aparecem na sociedade doméstica e no sistema político que modela o relacionamento dos EUA com o mundo, de acordo com Wittkopf, Kegley Jr., e Scott²³. A crença na idéia do povo escolhido é uma característica que tem origem na influência religiosa, tão bem analisada por Weber, quando investiga a doutrina da predestinação²⁴. Conforme Cherry (1998), “a história da religião civil [norte-]americana é a história da convicção de que o povo [norte-]americano constitui o Novo Israel de Deus, seu novo povo escolhido. A crença de que a América foi eleita por Deus para um destino especial no mundo tem sido o foco das cerimônias sagradas [norte-]americanas, os discursos de posse dos presidentes, a sagrada escritura da religião civil” (p. 19)²⁵. Decorrente dessa idéia aparece a referência ao destino manifesto. Povo escolhido e destino manifesto certamente contribuíram com a mola impulsionadora do expansionismo territorial norte-americano no século XIX. No campo político, a influência de John Locke teria modelado a característica liberal norte-americana, consubstanciada na liberdade individual, na igualdade no tratamento e oportunidades diante da lei, direitos inalienáveis, autodeterminação, respeito aos direitos das minorias e na liberdade de expressão. O liberalismo norte-americano estaria na base da experiência do excepcionalismo americano, conforme Hartz (1955), Papp, Johnson e Endicott (2005); para eles, não teriam existido lutas religiosas e predominância de classe na época da independência. Autodeterminação e auto-preservação aparecem freqüentemente para justificar ações políticas relativas a poder, virtude moral e status, todas de acordo com o liberalismo de Locke, como atesta Weisbad (1973). A combinação da doutrina da predestinação, do destino manifesto e do excepcionalismo norte-americano em base liberal pode ser identificado no *National Endowment for Democracy* (NED), programa lançado pelo governo Ronald Regan em 1983. Tinha por propósito incentivar os povos do mundo a buscar instituições econômicas, culturais e sociais que desenvolvessem ou aperfeiçoassem a democracia e as garantias e liberdades individuais.

²³ Em *American Foreign Policy: pattern and process*, p. 246.

²⁴ *A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo*, p. 76

²⁵ Tradução de inteira responsabilidade do autor deste trabalho acadêmico.

A missão de disseminar a democracia e defender o respeito pelos direitos humanos pelas diferentes sociedades é lastreada pelas características acima, principalmente pelo excepcionalismo. Assim, de acordo com Papp, Johnson e Endicott, “embora a natureza da missão tivesse mudado ao longo do tempo, o senso da missão permaneceu”²⁶. Na época da independência Jefferson identificava como missão dos EUA acolher todos aqueles que experimentassem perseguições no Velho Mundo e buscassem a felicidade em outros climas. A Doutrina elaborada por Thomas Monroe constituiu documento político que dava substância a essa natureza da missão. Após a 2ª GM, Harry Truman disseminou a sua doutrina por meio da qual outra natureza pode ser identificada no apoio a indivíduos e nações estrangeiras que almejassem conquistar a liberdade. No campo da segurança, o traço da missão é claro quando Truman pontuou que “os povos livres do mundo olham para nós como um apoio às suas liberdades”²⁷. Significa dizer que, na ótica de Truman, o mundo livre ansiava pela liberdade que os norte-americanos experimentavam. Após a GF, Clinton reafirma a missão por meio da política de promoção da democracia, da liberdade de mercados e valores sociais de feições norte-americanas. A missão assim posta é anunciada para a RPC, pouco antes da sua visita a Pequim, em 1997, quando afirmou que “trabalhar com a China serve aos nossos interesses de livre comércio” e “nosso engajamento com a China é também o melhor caminho para avançar com os nossos ideais. Quanto mais nós trouxermos a China para o mundo, mais o mundo levará a liberdade à China”²⁸.

O significado de missão está presente, pois, na política externa dos EUA ao longo do tempo. As tarefas conseqüentes a ela são explicitadas sob a forma de interesses: defendê-los é tarefa concreta e indeclinável. É justo reconhecer, porém, que o exame da literatura denota a falta de consenso sobre quais seriam eles. Mas há também similaridades na identificação dos interesses pelos diferentes autores. Papp, Johnson e Endicott identificam os seguintes: aquisição e expansão do poder; segurança e vantagem militar; desenvolvimento econômico; difusão de ideologia; moralidade e regra da lei; e identidade cultural (p. 43-44). Os que defendem a política de poder, como um interesse norte-americano, sustentam que qualquer política que aumente o poder dos EUA é uma política de interesse norte-americano e deve ser perseguida. A identificação da segurança militar, posto que pareça um truísmo, é defendida pela crença de que o provimento da segurança é a tarefa principal do Estado; os que defendem a vantagem militar norte-americana o fazem por entender que ela se constitui na melhor

²⁶ Em *American Foreign Policy*, p. 40.

²⁷ Trecho do discurso proferido por Truman antes da Seção Conjunta do Congresso, em 12 de março de 1947.

²⁸ Trecho do discurso proferido por Bill Clinton, publicado pelo *Newsweek* on line em 1998.

proteção. O desenvolvimento econômico é percebido como resultante do aperfeiçoamento tecnológico gerador de vantagens qualitativas em comparação com outras potências; a facilidade de acesso a fontes de energia constituiria elemento altamente desejável para o desenvolvimento econômico. O terceiro interesse identificado pelos autores, a ideologia, que, segundo eles, esteve presente na justificativa de Woodrow Wilson para aderir aos aliados na Grande Guerra, para tornar o mundo seguro pela democracia, esteve também na cruzada anticomunista durante a GF; e com o fim da bipolaridade, com a política de “alargamento” de Bill Clinton. Esta pretendia levar a democracia a todos os Estados do planeta. A moralidade e a regra da lei representariam a auto-imagem dos norte-americanos levada para a política externa. Por fim, a identidade cultural seria outro interesse nacional, expresso pela forte ligação com a Grã-Bretanha e com os demais Estados cujas populações falem a língua inglesa.

Wittkopf, Kegley Jr. e Scott identificam, no pós-GF²⁹, como interesses norte-americanos os seguintes: promover a segurança e a estabilidade por meio da prevenção de ataques ao território norte-americano, da prevenção de guerras entre grandes potências principalmente entre as eurásianas e da manutenção da segurança do abastecimento de petróleo a preços estáveis; promover e incentivar a disseminação da democracia, o respeito pelos direitos humanos e a prevenção de assassinatos e genocídios; promover a liberalização dos mercados por meio da preservação de uma ordem econômica aberta; e proteger o meio-ambiente planetário dos efeitos adversos do aquecimento global e da redução da camada de ozônio. Esta proposta adota temas objetivamente mais atuais, em sintonia com agendas discutidas em foros internacionais. O primeiro dos interesses enunciados é consoante à preocupação do governo dos EUA com ataques como o que ocorreu às torres gêmeas do World Trade Center de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001. A disseminação de armas de destruição em massa, principalmente a nuclear e o seu uso por terroristas constitui origem de ações do governo dos EUA no território norte-americano e no exterior. O segundo interesse parece repousar em iniciativas de política externa voltadas para a RPC, a Rússia e a Índia; são três potências nucleares com áreas de influência que compartilham frações geográficas de soberania comum. Há aqui a retomada dos conceitos de geopolítica propostos há um século pelo inglês Halford Mackinder. A invasão do Afeganistão por tropas aliadas dos EUA com aval da ONU explicaria a defesa dos dois interesses.

A manutenção do fluxo de abastecimento de petróleo a preços estáveis poderia explicar a decisão do governo de Bush (filho) de invadir o Iraque, com a conseqüente

²⁹ *Op. cit.*, p. 56-66.

deposição de Saddam Hussein. O incentivo à disseminação da democracia, do respeito aos direitos humanos e condenação de genocídios está presente nas peças discursivas de várias autoridades norte-americanas, inclusive quando se dirigem aos chefes políticos da RPC. A preservação de uma ordem econômica aberta é decorrente da possibilidade de se construir um sistema econômico que minimize efeitos danosos ao comércio resultante de barreiras tarifárias ou não, subsídios e quotas; ela é controversa pela maneira com que os representantes norte-americanos operam nas negociações multilaterais, principalmente na Organização Mundial do Comércio (OMC). Por fim, identificar como interesse norte-americano a defesa ambiental parece contraditório com decisões dos EUA em não assinar o Protocolo de Kyoto sobre meio ambiente, por alegação de inconsistências nas conclusões e claros entraves para o setor secundário norte-americano: a adaptação das plantas industriais implicaria em custos elevados para as empresas.

Para Deibel (1992), haveria três esferas de interesses norte-americanos: criação de prosperidade econômica; manutenção da segurança física; e a difusão dos valores norte-americanos. No caso do primeiro, a quase simultaneidade da mudança na linha governamental na RPC - com a entrada do grupo de Deng Xiaoping - e da regularização das relações diplomáticas sino-norte-americanas com a troca de embaixadores, ensejou uma nova dinâmica bilateral. O desencadeamento da abertura chinesa com fulcro nas quatro modernizações de Deng operacionalizada pelas zonas econômicas especiais (ZEE), abriu oportunidades para transnacionais iniciarem as suas operações na RPC. O crescimento da vertente comercial das relações dos EUA com a RPC significou contribuição positiva para o atendimento do primeiro interesse identificado por Deibel. Além disso, a segurança física norte-americana não poderia ser, sequer remotamente, ameaçada se um potencial adversário operasse uma interação estreita com os EUA por meio do comércio. A difusão dos valores norte-americanos, na concepção de Deibel, apresenta similaridade com os de outros autores. Poderia ser também acolhido por Nye Jr. na categoria do *soft power*.

Robert Art (1991) sustenta que os EUA perseguem cinco interesses no pós-GF: proteção do território dos EUA contra destruição; preservar a prosperidade calcada em uma economia internacional aberta; assegurar o acesso ao petróleo do Golfo Pérsico; prevenir certas guerras; e promover instituições democráticas e valores humanitários onde for possível. Os desdobramentos dos ataques às torres gêmeas poderiam validar a identificação do terceiro interesse. A violação do território continental dos EUA por grupos combatentes informais violou o primeiro interesse e, portanto, motivou reação que se traduziu secundariamente na ação militar no Oriente Médio.

Os NSS, já citados na Introdução, explicitam claramente os objetivos, mas somente dois deles citam os interesses, sem destaque. Um foi emitido em agosto de 1991 por George Hebert Walker Bush (Bush pai): “sobrevivência dos EUA como nação livre e independente, com os seus valores fundamentais intactos, com as suas instituições e população seguras.” (p. 3 de 32). O documento emitido por Bill Clinton no seu segundo mandato é menos vago e cita três categorias de interesses: como vitais os que remetem à sobrevivência, segurança e vitalidade da nação; como importantes, os que interferem no bem-estar da nação ou do mundo em que vivemos; e humanitários, ou outros interesses de longo prazo. São identificados também exemplos em cada categoria:

a) vitais – segurança física do território e dos aliados; segurança dos cidadãos [norte-americanos] no país e no exterior; proteção contra a proliferação dos armamentos de destruição massiva; bem-estar econômico para a sociedade [norte-americana]; e proteção da infra-estrutura dos EUA (energia, bancos e finanças, telecomunicações, transportes, sistemas de abastecimento de água, serviços vitais para a vida humana, e serviços governamentais) de modo a evitar colapsos.

b) importantes – áreas onde os EUA têm interesses políticos; onde houver impacto ambiental de consequências planetárias; ruptura da infra-estrutura desde que não desestabilize ou incapacite a atividade econômica; e crises que possam causar perturbação econômica ou movimentos migratórios.

c) humanitários – reação a desastres naturais ou provocados pelo homem; ação contra graves violações dos direitos humanos; apoio às democracias emergentes; promover o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

Com efeito, podemos recordar as iniciativas do primeiro mandato de Bush (filho) decorrentes do ataque às torres gêmeas. Foram recorrentes nos discursos presidenciais as prioridades atribuídas à mudança de governos autoritários em democráticos, de molde a que os EUA não pudessem vir a ser ameaçados por armas de destruição massiva; e contassem com livre fluxo de hidrocarbonetos – especialmente oriundos do Oriente Médio - para uso doméstico e para abastecimento dos aliados.

Em relação à RPC, esses documentos identificam-na como desafio complexo em face das repressões de fundo político e de manifestações separatistas no plano interno, e receio dos vizinhos por causa do desenvolvimento militar chinês. Embora a cooperação desse a tônica nas relações bilaterais, é recorrente a ênfase na reafirmação das relações não-oficiais EUA-Taiwan. As Estratégias emitidas no governo Clinton enfatizavam também a necessidade de serem reforçados os laços comerciais entre os dois países. Os documentos divulgados pelo

governo George Walker Bush (Bush filho) também recomenda que os líderes da RPC ampliem o direito de voto para todo o país e para todos os níveis; enfatizam que o processo que a transição para a democracia está incompleta. Em termos políticos, os governos norte-americanos reclamam a adoção de sistema político semelhante ao seu para a RPC.

Segundo o ex-Secretário de Estado, entre 1993 e 1997, Warren Christopher, o ex-Presidente Harry Truman verificava que os interesses fundamentais dos EUA eram prosperidade, bem-estar, direitos humanos, democracia eficiente e paz³⁰. Segundo Christopher, para que tais interesses possam ser mantidos é fundamental que os EUA liderem as ações planetárias. Para tanto, seria necessário “procurar manter relações políticas e econômicas produtivas com os Estados mais poderosos do mundo” (p. 5). A estratégia teria que contemplar o desenvolvimento de instituições duradouras de molde a aumentar a cooperação entre os Estados-nação. Essas instituições respaldariam a recomendação dos diversos governos observarem princípios democráticos e respeitar os direitos humanos “para promover nossos interesses e ideais”. Em relação à RPC, Christopher é explícito:

“Se a China estiver completamente integrada na comunidade internacional, poderá significar uma contribuição poderosa para a estabilidade e a prosperidade regional. Caso a China escolha outro caminho, terá o potencial de desestabilizar a região e prejudicar os interesses norte-americanos. A opção é da China, mas o envolvimento dos EUA pode servir de estímulo para que ela desfrute dos benefícios – e aceite as obrigações – decorrentes da filiação às instituições internacionais e de adesão às suas normas” (p. 9).

Está claro neste trecho que os EUA defendem a manutenção do *status quo* e se importam com a posição chinesa de não desafiar o sistema internacional. Para os norte-americanos, a adesão da RPC aos regimes internacionais seria o melhor cenário para a estabilidade regional. Neste caso, os interesses dos EUA não seriam desafiados.

Papp, Johnson e Endicott destacam-se por serem incisivos e por apresentarem interesses de caráter pró-ativo, isto é, a segurança física poderia ser obtida pela aquisição e expansão do poder e pela segurança e vantagem militar. A difusão da ideologia e categorias como moralidade e regra da lei aparecem traduzidas por outros autores como disseminação dos valores democráticos e defesa dos direitos humanos. Por fim, a identidade cultural não é identificada como interesse pelos demais autores; por outro lado, a ausência da questão ambiental aparenta falha, uma vez que ela consta de agendas políticas dos variados governos.

³⁰ Warren Christopher em A Liderança dos Estados Unidos e as oportunidades norte-americanas, publicado na Política Externa, dezembro-fevereiro, 1995-1996.

Note-se que para Wittkopf, Kegley Jr, e Scott a preocupação ambiental volta-se para o aquecimento global, ponto ainda não de todo assimilado pelo governo norte-americano.

O que se pode verificar é que o caráter missionário orientado pela predestinação, pelo destino manifesto e pela excepcionalidade se reflete na preocupação com a difusão pelo mundo do ideal democrático e do respeito aos direitos humanos. Nas relações com a RPC, a insistência na manutenção desses tópicos na agenda tem sido motivo de reações de autoridades chinesas³¹.

Há, assim, uma conjugação de atributos subjetivos componentes da missão com elementos objetivos que compõem os interesses nacionais norte-americanos. Os atributos da missão constituiriam grandes marcos referenciais em relação aos quais as modernas associações demandariam os seus interesses. Modernamente essas associações são conhecidas por conjunto de GI. Vale observar que esta expressão encontra resistências. Pasquino (2002) comenta que GI é expressão imprecisa e prefere empregar “grupos de pressão”. Esta “indica, ao mesmo tempo, a existência de uma organização formal e a modalidade de ação do próprio grupo em vista da consecução dos seus fins: a pressão” (p. 564). Para Pasquino, a pressão é “não tanto como pensam alguns autores, a possibilidade de obter acesso ao poder político, mas a possibilidade de recorrer a sanções negativas (punições) ou positivas (prêmios), a fim de assegurar a determinação imperativa dos valores sociais através do poder público” (p.564). Para ele, os grupos assim constituídos se distinguem dos partidos políticos, pois estes desempenham três funções que os distinguem dos grupos privados: os partidos têm função de competição eleitoral; gerenciam diretamente o poder; e se legitimam democraticamente. Pasquino concorda, assim, com Wilson (1990, p. 1 e 1992, p. 80), para quem os GI organizam-se fora do governo, de modo a influenciar as instituições governamentais para que contemplem os seus interesses.

Lindblom (1981) também identifica imprecisão na expressão “grupo de interesse”. Segundo ele, alguns indivíduos exercem “atividades de grupos de interesse” (p. 76). Cita, como exemplos, personalidades como Howard Hugues, David Rockefeller, Bernard Baruch e até Albert Einstein para reforçar o argumento da influência de indivíduos sobre processos decisórios, em face do poder econômico ou do notório saber. É interessante notar que, para o autor, um *think tank* pode ser considerado GI, por empregar “a sua voz para orientar políticas

³¹ Uma declaração do ex-presidente chinês Jiang Zemin ao periódico pequinês People's Daily, de 22 de outubro de 1999, ilustra a percepção chinesa dos direitos humanos: “Por milhares de anos, prover as pessoas de alimentação, vestuário, e transporte tem sido o desafio para sucessivos governos na história chinesa. Na China de hoje, a mais alta prioridade tem sido garantir a mais elevada possibilidade da maioria da sua população à subsistência e desenvolvimento” (tradução de responsabilidade do autor).

nas direções por eles desejadas; sua influência propõe os mesmos problemas das atividades de muito dos grupos de interesse”. (p. 76). Mas, diferente de Pasquino, Lindblom não insiste em substituir a notação GI por grupo de pressão. A primeira aparece ao longo de todo o texto. Assim, embora os dois últimos autores mencionados acima objetem a expressão, preferimos mantê-la por ser a mais utilizada pelos estudiosos.

1.1 Grupos de Interesse

Definimos GI como uma organização formal ou informal composta de voluntários que comungam as mesmas características, definidoras da razão da existência da organização e que tem o foco em políticas públicas. Entendemos que o estudo dos GI é fundamental para a correta percepção da formulação da política externa dos EUA, por razões já explicadas e que podem ser reafirmadas pelo exame das premissas assumidas por Moravicsik, citado na Introdução. O exame das premissas reforça a escolha da abordagem *bottom-up* para a análise da política externa norte-americana. A primeira delas é que os indivíduos e os GI constituem atores fundamentais para a política internacional, têm aversão ao risco e que promovem intercâmbio de informações para defender interesses diferentes em ambiente de escassez material, conflito de valores e diferentes influências na sociedade. Esta premissa considera, pois, a sociedade com interesses plurais. Nesse ambiente, é natural a existência de conflito de interesses; e a escassez leva, inevitavelmente à competição. Contudo, essa competição se desenrola segundo o cálculo do custo/benefício, como orientação para se reduzir, ou mesmo evitar, o risco. Há, então, incentivo ao intercâmbio de informações e ações coletivas, isto é, à formação de associações. Vale reconhecer, contudo, que, na busca por satisfação dos interesses em ambiente de escassez, os atores podem ser levados à cooperação ou ao conflito. A cooperação poderá resultar na diminuição da escassez, desde que enseje a percepção de que ela redundará na maximização de ganhos para todos. Mas se houver divergências fundamentais de crença, divergências no acesso às fontes escassas, e distribuição não equitativa das consequências, o conflito poderá se instalar.

A segunda premissa diz que os Estados – e instituições políticas – representam subconjunto do segmento doméstico. Nestas circunstâncias, os Estados e as instituições representativas estão sujeitos a modificações realizadas pela coalizão de atores sociais. As políticas públicas resultam, assim, da conjugação das preferências dos segmentos domésticos; há pressões ascendentes sobre os componentes centrais de decisão. É pertinente lembrar aqui que o Estado continua a ser o ator principal e é o representante do conjunto da sociedade que o compõe. Mas a decisão estatal é a resultante da composição das preferências dos atores

domésticos. Na política externa, não é suficiente saber quais são os atores internos que serão representados, mas como serão. Assim, a terceira premissa assume que a interdependência das preferências intra-estatais determina o comportamento estatal. A interdependência é a consequência da aceitabilidade (custo/benefício) de dada sociedade – conjunto de atores domésticos – no diálogo internacional. E essa interdependência modelará o comportamento do Estado na formulação da política externa e na sua execução. A aceitabilidade aqui não pode ser resultante de constrangimento; isto é, a adesão a certo conjunto de normas, regras e princípios não pode ser coercitiva. Em outros termos, a adesão estatal deve ser resultado da decisão racional de cooperar. Nesses termos, a segunda premissa indica que a interdependência assim posta não pode ser reduzida a um mero jogo de soma zero.

Mesmo para a superpotência, os eventos externos impactam internamente. Os arranjos internos decorrentes podem induzir os formuladores a reconsiderar eventuais pontos da sua política externa. Na leitura de Putnam (1993), “Interpretations cast in terms either of domestic causes and international effects (‘second image’) or of international causes and domestic effects (‘second-image-reverse’)”³². Isto é, há uma imbricação dos fatores domésticos com os externos. Os eventos de junho na Praça Tiananmen impactaram os EUA; mas é válido inferir que os diversos GI sofreram os impactos diferentemente: aqueles que defendiam relações com a RPC provavelmente preocuparam-se com prejuízos nos seus interesses; os que colocavam reticências nessas relações viam as suas preocupações confirmadas. Em nível doméstico, os GI pressionam o governo para que sejam atendidos os seus interesses; usam as suas relações com políticos para que esses interesses sejam contemplados na política externa. Em nível internacional, os operadores governamentais da política externa buscam maximizar os ganhos pela adoção de iniciativas cooperativas que satisfaçam os interesses dos GI domésticos. Como sustenta Putnam, o sucesso nesse jogo, de soma diferente de zero nos dois níveis, depende da habilidade e da sensibilidade dos negociadores internacionais em obterem o *win-set* doméstico que possa ter sucesso na negociação externa. O *win-set* conjuga preferências e coalizões dos GI e instituições; no nosso trabalho, as instituições são compostas das duas casas legislativas norte-americanas.

Do debate sobre divergências de notação, isto é, se GI ou grupo de pressão, optaremos por GI. A divergência de Pasquino relativa ao entendimento de Bentley (1967), de que este “considerava o grupo [apenas] como uma *categoria analítica*”³³ não parece relevante. Um

³² Expressão encontrada em *Double-Edge Diplomacy: International bargaining and domestic politics*, de Evans, Jacobson e Putnam, p. 433.

³³ Itálico no original.

exemplo simples: um número qualquer de indivíduos que se reúne para a prática da atividade esportiva pode ter como interesses a preparação física, o aprimoramento técnico, a diversão ou a simples interação social. Esses interesses podem se manifestar diferentemente entre aqueles indivíduos; porém, se eles almejarem, por exemplo, constituir um time para disputar seriamente certa competição, é certo que comungariam interesse comum, serem campeões. Em consequência, desenvolveriam atividades que contribuiriam direta e indiretamente para a consecução do interesse comum. Assim, teriam que aprimorar o preparo físico, sofisticar a técnica individual e do grupo, planejar agenda para que todos pudessem cumprir os compromissos relativos às atividades; planejariam inclusive o financiamento das despesas. E, ao longo da competição, provavelmente teriam que exercer pressões diversas durante a competição, fossem elas sobre os agentes intermediários – árbitros – ou agentes finais – organizadores e promotores.

As pressões são empregadas “quando os canais de acesso para um grupo estiverem obstruídos ou quando for ínfima a possibilidade do grupo ter seus interesses levados em consideração pelos tomadores de decisão” (Santos, 2002, p. 197). Isto é, a obstrução de canais de comunicação só terá reflexo para o processo decisório se os GI possuírem meios de forçarem os tomadores de decisão. Os meios seriam elementos instrumentais punitivos ou de premiação. Este é um ponto pertinente a ser examinado adiante, quando tratarmos das articulações dos GI com o Congresso.

Ao tratarmos dos GI, não estamos considerando, para efeito deste estudo, os partidos políticos como sendo grupos de interesse.. Os partidos políticos exercem atividades que nenhum outro segmento pode fazê-lo e que compreendem a competição eleitoral, a gestão direta do poder e a representação democrática. Estas atividades, como vimos acima, não podem ser exercidas por nenhum outro segmento organizado de uma sociedade. Não serão considerados, também, os segmentos componentes da burocracia estatal, como forças armadas e instituições de defesa, departamentos ou ministérios. Ainda assim, a literatura oferece variadas tipologias. Santos (p. 197) classifica os GI como econômicos (as associações de empresários ou industriais; e os sindicatos de trabalhadores), os não-econômicos (de interesses culturais, religiosos, humanitários).

Os GI procuram influenciar formal ou informalmente a elaboração de regras burocráticas, de acordo com Furlong (1997). A influência formal acompanha o Ato de Procedimento Administrativo (*Administrative Procedure Act* – APA) e outros procedimentos formais determinados pelo Congresso norte-americano. Por meio desses atos, os diferentes GI podem participar do processo de elaboração de normas e, eventualmente, influenciar a

decisão. Evidentemente, os grupos que se dispuserem a tal, terão que possuir pessoal qualificado para executar esta tarefa. Ainda segundo Furlong, um meio usual de articular a obtenção dos seus interesses é o financiamento de campanhas eleitorais. Para ele, um requisito importante seria a capacidade demonstrada pelo grupo de financiar. A complexidade da operação poderá recomendar a união de esforços entre grupos, o que os levaria a coalizões privadas, como propõem Keefe (1988) e Berry (1989). Schlozman e Tierney (1986), citados por Furlong, afirmam que os grupos ligados a associações de comércio superam os grupos de outros tipos, como de corporações e dos sindicatos. Os dois pesquisadores chegam a apontar que os grupos ligados ao comércio influenciariam as elaborações de normas em cerca de 70% mais que os demais tipos de grupos de interesse. Segundo Keefe, uma característica importante nos GI é a legitimidade conferida pela longevidade, isto é, o tempo de atuação do grupo no ramo. Segundo o pesquisador, essa característica seria traduzida pelas diferentes ligações que o GI teria com diversos segmentos profissionais, informações acumuladas, e entendimento das nuances dos processos decisórios. Desta forma, a experiência acumulada pelos grupos mais antigos, transformada em tradição empresarial, conferiria percepção de confiança.

Com efeito, a legitimidade é um recurso indispensável para os GI influenciarem o processo de formulação de políticas públicas, como a externa. A legitimidade permite que o GI seja considerado como parte do conjunto de grupos, a fim de ter o direito de participar, como defende Dahl (1961). Isto porque há uma concorrência entre os diferentes grupos em uma sociedade democrática como a norte-americana. Embora não se conceba entre GI afins a percepção de escala hierárquica e os interesses não sejam dados, mas sobrepostos, e operem em ambiente de acirrada concorrência, é possível a defesa de interesses comuns em rede, como as associações de indústrias de óleo e gás (empresas de energia), ou de material elétrico (empresas de eletricidade), sindicatos ou na defesa de direitos humanos. Em face da aceitação das normas estabelecidas, a legitimidade inerente a um conjunto de grupos ensejará um relacionamento de resultado diferente de zero, de acordo com Hermann e Hagan (1987). Significa dizer, por exemplo, que empresas que atuem no segmento de petróleo e gás podem obter maior influência se estiverem associadas ou, modernamente, constituindo corporações. Desta forma, há a possibilidade de serem reduzidos os conflitos entre GI de um mesmo segmento, ao mesmo tempo em que a organização corporativa reduz a pulverização de interesses em jogo.

A possibilidade de influenciar a decisão de políticas públicas, como a política externa, resultaria também da proximidade do poder público que o GI conseguir obter. Na medida em

que, nos EUA, a decisão dos assuntos comerciais depende primordialmente do Congresso, assim como a prerrogativa da guerra é do Legislativo (Seção 8 do Art. 1º da Constituição dos EUA), é útil identificar sob que condições os GI influenciam os legisladores e os comitês por eles formados. Segundo Potters e Sloof (1995), há quatro maneiras de os GI procurarem influenciar o Congresso: mobilizando o eleitorado; atraindo congressistas; exercendo *lobby* no Congresso; e financiando campanhas eleitorais. A primeira maneira constitui forma indireta de sensibilizar o Legislativo para os pleitos dos GI. Para tanto, estes usariam de demonstrações, informações - às vezes privilegiadas - declarações de impacto e imprensa própria, se dispuserem. É um expediente comum de exercer influência sob a forma de participação popular. Isto é, transformar um interesse particular em interesse público. Os GI transmitem a mensagem aos responsáveis por elaboração de políticas de uma demanda pública. O que os líderes de GI procuram, neste caso, é transformar o alcance da informação em influência política. Em outros termos, convencer os tomadores de decisão de que o eleitorado comunga das mesmas idéias daquelas defendidas pelo GI. Para Page e Shapiro (1992), essa estratégia dos GI constituiria logro da opinião pública, por manipulá-la.

A atração de congressistas dar-se-ia por meio de benesses as mais diversas e a literatura não se detém aqui. O uso de *lobby* é atividade comum e constitui uma técnica de influência empregada por um GI; é uma atividade particular de um GI. Podemos definir *lobby*, da forma como é exercido nos EUA, como uma atividade organizada e operada dentro da lei, por dado grupo com interesses definidos e legítimos, com o propósito de ser ouvido pelo poder político, para informá-lo e dele conseguir determinadas medidas, decisões e posturas. Desta definição, o *lobby* é a linguagem do diálogo entre dado GI e o poder público; ele é um canal através do qual trafegam informações entre os GI e o poder político. Esta definição decorre da adotada por Pasquino, para quem o *lobby* “é o processo por meio do qual os representantes dos grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos *decision-makers* os desejos de seus grupos” (p. 563). E complementa ao afirmar que “Lobbying é, portanto e sobretudo uma transmissão de mensagens do grupo de pressão aos *decision-makers*, por meio de representantes especializados (em alguns casos, como nos Estados Unidos, legalmente autorizados), que podem ou não fazer uso de ameaças e sanções” (p. 564). Segundo Maisel (1981), grande parte dos legisladores recorre a lobistas como fonte de informação para os seus trabalhos para os diferentes comitês. Juntamente com o Congresso e a burocracia governamental, os lobbies formam o conhecido *iron triangles*, de extraordinária força política. Portanto, não é de uso exclusivo de GI.

A atividade de *lobby* é concretizada por meio de mensagens transmitidas por representantes especializados; a atividade é legalizada nos EUA. Os lobistas especializados são úteis para os congressistas, pela possibilidade de ter acesso a informações recentes na sua especialidade. Por outro lado, as organizações representadas por eles podem ter os seus pleitos mais facilmente aceitos nos comitês. À guisa de exemplo, um grupo de *lobby* de influência nos EUA é a Federação Norte-americana das Empresas Agrícolas, com cerca de 5 milhões de famílias associadas. Essa Federação foi atuante na aprovação, pelo Congresso, das Relações Normais de Comércio (Normal Trade Relations – NTR) com a RPC, a ser examinado no Capítulo 2. Outro importante *lobby* é o United Auto Workers; foi notável a sua atividade no governo Regan para que este concretizasse o projeto do míssil balístico intercontinental balístico (*Intercontinental Ballistic Missile* - ICBM) MX. O argumento era que tal projeto serviria de corrente transmissora para a abertura dos postos de trabalho nas empresas envolvidas. Assim, os congressistas que representavam interesses nas regiões onde localizavam essas empresas foram beneficiados com recursos de campanha, conforme Papp, Johnson e Endicott (p. 251). Para Kau e Rubin (1979), Cropper et al (1992), Wright (1990) os *lobby* constituíram elemento importante para que os GI enfocados na pesquisa deles tivessem influência efetiva nas votações no Congresso. Ao estudarem a atividade dos *lobby*, Hoyt e Toma (1993) concluíram pela eficácia na política salarial dos afiliados da Associação Nacional de Educação dos EUA. Em outros segmentos, Leigh (1994) e Mixon (1995) confirmaram as essas investigações.

O esforço de convencimento dos congressistas pode incorporar até *think tanks* como esforço de *lobby*³⁴. Esses especialistas, segundo Smith (1991), podem ser divididos em cinco tipos. O primeiro seria composto de pessoas que exerceram funções em cargos de alto escalão no governo; são os *scholar-statesmen*. Constituem personagens situados na elite política, reverenciados pelo conhecimento e pela experiência, por vezes acadêmicos. A avaliação de um especialista desse tipo tem peso considerável. O segundo tipo é o dos *policy specialists*, ligados ao meio acadêmico por meio de pesquisa e ensino. São prestigiados pelo conhecimento temático que possuem. O terceiro tipo é constituído pelos *policy consultants*, que executam tarefas de curto prazo e específicos. Trabalham para dado cliente e são muito requisitados pela experiência em planejamento e monitoramento de programas. O quarto tipo é o *government expert*, isto é, componente da administração governamental ou mesmo do legislativo. Tem familiaridade com os trabalhos de comissões e, normalmente, são úteis aos

³⁴ Para Hassner e Vaisse (2003) a fronteira que separa o *lobby* do *think tank* é difusa.

congressistas que compõem comissões. Outro tipo mais é o dos *policy interpreters*; são conhecidos pela exposição nos meios de comunicação, freqüentemente disponíveis para entrevistas. Por fim, o grupo dos *policy entrepreneurs*, sempre dispostos a impulsionarem novas iniciativas, encetando engenharia financeira, financiamentos, de modo a que se realizem projetos. Evidentemente algum especialista pode situar-se em mais de um desses tipos. Por exemplo, um dos grupos de interesse mais antigos e atuantes que se apóiam nesses especialistas é a National Grain and Feed Association, fundada em 1896. Possui vasta base, com cerca de 4,9 milhões de famílias associadas às empresas que a formam. A Associação trabalhou para a extensão do *status* de Relações Normais de Comércio – a NTR – concedido à RPC. Do seu lado, a RPC mantém aberto o seu mercado agrícola para os produtos norte-americanos. Vale observar que alguns GI confundem-se com *think tanks*, pelo número de pensadores neles contidos.

Quanto ao financiamento de campanha, as avaliações não são coincidentes, como lembra Smith (1995). Este autor cita diferentes estudiosos que defendem a existência de tal relação; outros que concluíram pela não existência; e uma terceira linha que concluiu haver relação em vários casos e não em tantos outros. Mas o que parece claro é que a contribuição de campanha constitui instrumento útil de acesso ao jogo de influência. E Smith enumera várias condições que sinalizariam a possibilidade de sucesso de um GI influenciar as votações decisórias (*roll call decisions*). Dentre elas estariam o caráter técnico do tema; a posição coincidente do grupo e do congressista; quando é claro o retorno para os contribuintes da campanha e os custos são distribuídos pelo eleitorado; quando é usado o *lobby* intensamente; quando os membros são ideologicamente moderados; quando há clima político propício para os interesses do GI. O estudo de Smith – que se apóia em vários outros por ele citados – nos indica que a contribuição de campanha, por si só, não explica resultados de votações no Congresso. Como o próprio Smith reconhece em outro trabalho (1984), deve-se considerar as crenças e valores dos congressistas. Isto é, deve ser considerado o perfil político-ideológico dos parlamentares.. Estes estarão atentos às conseqüências da proposta, isto é, quem será afetado, de que maneira, em que intensidade e quais serão as possíveis reações. Do lado dos congressistas, a preocupação permanente está em reduzir as incertezas eleitorais e medir as conseqüências políticas das decisões; do lado dos GI a preocupação repousa na obtenção das informações que os congressistas necessitam e, assim, ter a chance de influenciar nas votações.

1.2 O Congresso dos EUA

Com relação à formulação da política externa norte-americana, o Executivo propõe e o Congresso dispõe: aceita, modifica ou rejeita a proposta presidencial; tem, assim, importância fundamental, mesmo considerando um sistema político caracterizado por presidencialismo forte, como sustenta Lindsay (1992-1993). Segundo o autor, a influência do Legislativo pode se dar por meio de três maneiras: ações antecipadas; alterações do processo decisório do Executivo; e uso da tribuna como locus de exposição política. Na primeira forma, o Legislativo procuraria se adiantar a iniciativas do Executivo nos assuntos que os congressistas visualizassem interesse do outro poder. E o Executivo agiria de maneira semelhante. Este “jogo” aparece no comentário de Clymer (1991), quando o presidente Bush (pai) estava prestes a lançar a operação *Desert Storm* contra o Iraque: “*The President has not wanted to ask for such a resolution unless the leadership of the Congress could assure him that such a resolution would be forthcoming, because your hand would be weakened if it were not forthcoming*”³⁵. Nas palavras de Lindsay, há sempre receio do Executivo por uma rejeição a alguma das suas iniciativas. Haveria, portanto, cuidadoso exame prévio do Executivo, no que toca à remessa de documentos ao Legislativo.

O Legislativo também pode procurar alterar o processo decisório na formulação da política externa. O então Senador democrata pelo Wisconsin Leslie “Les” Aspin comentou, em 1975, que “*often by establishing new procedures, which are, of course, ostensibly neutral, Congress is able to effect substantive change*”³⁶. Há exemplos desta forma de procedimento do Legislativo. A criação da *Arms Control and Disarmament Agency* (ACDA), em 1961, o *Special Trade Representative*, em 1974, e a *Under Secretary of Defense for Acquisition*, esta voltada para aquisição de armamentos, alteraram iniciativas originalmente criadas pelo Executivo.

Os elementos instrumentais regulares usados pelo Congresso são a rejeição, as condicionalidades, a exigência de relatórios, e a adição de novos grupos especializados ao processo decisório (Lindsay, p. 618). A rejeição pode ser utilizada pelo Congresso quando os parlamentares entenderem que determinado acordo não atenda aos interesses do país. Um expediente mais ágil, autorizado pelo Congresso, é o *fast track*: neste caso, o Presidente pode fechar acordos sem a solicitação ao Congresso. Este procedimento é amparado pelo *Omnibus Trade and Competitiveness Act*, de 1988. A renovação do *fast track* tem que ocorrer dentro

³⁵ Trecho do artigo de Adam Clymer, publicado no New York Times, em 7/1/1991.

³⁶ Les Aspin em “The Defense Budget and Foreign Policy: The role of Congress”, publicado em *Dedalus*, 104, Summer, 1975, p. 168.

dos 90 dias que precedem o término do acordo a que se refere. No segundo elemento, as condicionalidades podem ser adicionadas quando o Congresso visualiza a necessidade de introduzir elementos de controle e de segurança a iniciativas do Executivo. É conhecido o caso da exigência do Legislativo de condicionar a continuação da assistência militar norte-americana ao Chile, na gestão Regan, à apresentação para a justiça dos responsáveis pela morte de Orlando Letelier. Já a exigência de relatórios parece ser expediente costumeiro nas diversas casas legislativas nos diferentes Estados-nação. Nos EUA, é comum a exigência para que o Departamento de Defesa submeta ao Congresso os relatórios referentes aos controles sobre os diversos programas de desenvolvimento de armamentos. Pode-se ter a exigência de estudos adicionais que interferem nas iniciativas do Executivo. Por fim, o Congresso pode exigir que novos grupos sejam acrescentados no processo decisório. Tanto no caso de transferência de tecnologia dual a aliados quanto no campo comercial. Em 1988, o Congresso exigiu do Departamento de Defesa que este solicitasse assessoria do Departamento de Comércio quando fosse negociar acordos de produção de armamentos com diferentes governos estrangeiros; ou o Ato Comercial de 1974, por meio do qual as negociações com o exterior deveriam acolher a assessoria de representantes dos sindicatos, da indústria, da agricultura, e dos consumidores.

O uso da tribuna como *locus* de exposição política, de acordo com Lindsay, é expediente comum pelos congressistas. Em face de um contencioso, denúncias ou incriminações, congressistas procurariam, por vezes, obter visibilidade no seio do Congresso ou nos meios de comunicação. Diante dos holofotes, principalmente da televisão, os congressistas têm a possibilidade de superar dificuldades e apresentar a sua leitura de textos normativos. Verifica-se que essa disputa por visibilidade pode traduzir-se diferentemente. Uma maneira é caracterizada por Rubin (1978) ao afirmar que é comum congressistas disputarem visibilidade por meio de debates sobre assunto que não dominam. Cita o caso do então senador democrata Frank Church, do Idaho, que teria combatido exageradamente o primeiro *Strategic Arms Limitation Treaty* (SALT I), associando-o a programa pouco claro sobre bombas de nêutrons, junto com iniciativas ligadas à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). De acordo com Rubin, o propósito do senador era criar fato político para mostrar-se atuante junto ao seu eleitorado. Mas, certamente, outras formas de visibilidade são mais usuais; mesmo porque o congressista precisa transmitir credibilidade. Tem que apresentar dados concretos e demonstrar domínio do assunto em pauta. No governo Reagan, o senador Richard Lugar, republicano por Indiana, questionou o apoio dado pelo governo dos EUA ao regime de filipino de Ferdinand Marcos, em face de acusações de fraude eleitoral em

1986 e corrupção. Obteve sucesso pelo apoio conquistado em face das provas apresentadas e a dinâmica discursiva aplicada ao caso. Por fim, o alvo dos congressistas pode ser um outro Estado-nação ou empresa estrangeira. O caso Toshiba, estudado pela universidade de Harvard, é citado por Lindsay (625). Tratava-se de transferência de tecnologia sensível para a então URSS. Em julho de 1987, os congressistas norte-americanos levaram o caso para a imprensa, de modo a gerar insatisfação no seio da população. O resultado foi o engajamento do Executivo junto ao governo japonês, com a conseqüente desistência da Toshiba em levar adiante a transferência. Idêntica medida foi tomada pelo Congresso para convencer os alemães e os japoneses a apoiarem a operação militar norte-americana contra o Iraque, em 1990.

Vale ainda observar que o Congresso pode também tomar iniciativas quando identifica possível omissão pelo Executivo. Por ocasião da divulgação soviética do sucesso da experiência com a *Sputnik*, em 1957, o Legislativo norte-americano, diante da inação do governo Eisenhower, aprovou, por meio da Comissão de Forças Armadas do Senado, a realização de uma série de audiências sobre a ameaça que teria para os EUA tal iniciativa soviética. O resultado foi a criação da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), além do National Defense Education Act, de modo a que houvesse fundos para financiar o desenvolvimento da ciência e do estudo de línguas estrangeiras (Papp, Johnson e Endicott, p. 275). Este episódio mostra a atenção do Legislativo norte-americano para as ações e as eventuais omissões do Executivo. Outro episódio, recente, foi o exame por comissão legislativa conjunta das falhas dos aparatos de inteligência dos EUA após os ataques de 11/9/2001 às torres gêmeas.

O que se identifica da literatura é que o Congresso é instância fundamental do processo decisório em política externa. Os seus componentes são “animais políticos que estão preocupados com o seu *status* institucional e com o poder, com a sua segurança eleitoral e como são percebidos dentro do círculo de Washington e além dele”³⁷, como afirmam Rosati e Scott (342). Portanto, a sobrevivência política levará os congressistas a considerarem os temas da política externa norte-americana sintonizados com o eleitorado e com as formas de financiar a permanência no cargo. As circunstâncias condicionarão os membros do Congresso a comportamentos diferentes em relação ao Executivo. Como sustenta Jentleson (1990, p. 146), os congressistas poderão adotar uma postura competitiva, com atuação ativa e assertiva relativamente à política externa presidencial, tal como se mostrou nos casos da venda de armamentos para a Arábia Saudita, da atuação de norte-americanos na Nicarágua e as relações

³⁷ Tradução de minha responsabilidade.

com a África do Sul durante o apartheid; ou mostrar-se-ão desinteressados por estarem mais preocupados com as questões internas, referendando as iniciativas do Executivo, como na política adotada para El Salvador; ou cooperando com o Executivo na obtenção dos objetivos, como resultado de consenso, como nas relações do governo Bush (pai) com a então URSS e com a RPC; ou ainda agir estratégica e seletivamente, como se vê nas discussões da rodada Doha.

1.3 Articulação dos GI com o Congresso

Buchanan (1963) reconhece ter experimentado dificuldades na obtenção de dados confiáveis. Contudo, quando se dedicou a estudar a articulação dos GI com a legislatura da Califórnia, verificou que os GI procuravam influenciar os legisladores componentes das comissões que tratavam de assuntos pertinentes aos interesses desses GI. Procuravam influenciar na designação dos membros das comissões, fossem elas para tratar de assuntos temáticos (Maass, 1950/51) ou de assuntos de interesse regional (Ray, 1980). Mas de que maneira isto pode se dar? Já foi afirmado que os GI podem se relacionar diretamente com os membros do Congresso por meio de *lobby*, financiando campanhas ou, indiretamente, mobilizando o eleitor. Em todos os casos são fundamentais o conteúdo da mensagem e como ela é transmitida. São importantes, aqui, a percepção e o conhecimento do destinatário. Por isso, os GI lutam para controlar a informação e que esta não seja destinada a congressistas que nutram antipatia pelos objetivos do emissor da mensagem. Como foi ressaltado antes, é também importante que se tenha a percepção de fé e legitimidade na demanda ou uma atitude geral em relação à participação do grupo, isto é, haja identificação do eleitor com a demanda do GI. Significa dizer que o endereçado da mensagem deve estar ciente das consequências da decisão, relativamente à demanda. O congressista vê-se diante de duas reações: a do eleitor, pela percepção deste das consequências da decisão tomada; e do GI, pela possibilidade de comprometer sua situação política futura.

Nos EUA, os congressistas financiam as suas campanhas por meio de três fontes, de acordo com a *Federal Election Commission* (FEC): contribuições individuais, destinadas ao comitê de campanha do candidato; autofinanciamento; e os comitês de ações políticas (*Political Action Committees* – PAC, que passaremos a usar) – ou grupos de PAC. O PAC tem origem no *Congress of Industrial Organization* (CIO), em 1944, para auxiliar a reeleição de Franklin Delano Roosevelt na presidência dos EUA. Os PAC são organizações que se procuram obter fundos para eleger, ou afastar, candidatos a cargos políticos. Há três modelos de PAC: ligados diretamente a corporações, a grupos de sindicatos ou mesmo a partidos; os de

fundo ideológico que arrecadam fundos para procurar eleger candidatos de agenda e perfil ideológico coincidentes com o GI (exemplos são o *National Rifle Association*, que defende o direito dos cidadãos terem o seu armamento, e o *Early Money is Like Yeast (Emily)'s List*; defensor da liberdade do aborto); e os formados por políticos (*leadership PACs*) que se cotizam para ajudar a eleger companheiros. As contribuições através do PAC se dão para o comitê do partido³⁸. Determinada empresa ou pessoa física pode contribuir individualmente ou associar-se em um PAC. Vale observar que até 2002 os candidatos também faziam despesas de campanha com recursos fora dos limites fixados pela legislação eleitoral chamado *soft money*. Contudo, em 6 de novembro de 2002, passou a vigorar a *Bipartisan Campaign Reform Act* (BCRA), que elevou os limites legais de contribuição. Foi uma iniciativa dos senadores John McCain, republicano, e Russ Feingold, democrata. A partir de então, os candidatos passaram a ser financiados somente pelo chamado *hard money*.

Já foi ressaltado que a literatura não é concordante sobre a proeminência da contribuição de campanha relativamente às votações dos recebedores. Wright (1996) afirma que a ideologia e as contribuições individuais e para os PAC têm correlação forte. Comenta que a associação nacional de concessionárias de veículos dos EUA (*National Automobile Dealers Association* - NADA) contribuiu muito mais fortemente para os políticos conservadores do que para os liberais nos ciclos eleitorais entre 1979 e 1982. Ele verificou que 79,9% das contribuições dessa associação, entre 1979 e 1982, destinaram-se a candidatos conservadores e a conservadores moderados. O restante teria sido dividido pelos candidatos identificados como liberais e liberais moderados (p.139). Vale observar que as posições políticas assim denominadas são daquele autor. Este caso específico poderia significar que os conservadores – e os seus moderados – identificam-se mais confortavelmente com as iniciativas ligadas com o mercado que os liberais. Evidentemente que tal indução merece exame. Para Wright, o valor do PAC para os GI está na possibilidade de acesso aos congressistas. Segundo esse pesquisador, os GI procuram os perfis políticos dos congressistas utilizando-se de voluntários distribuídos pelos distritos eleitorais, motivados de maneiras diversas. Combinam esse trabalho com a observação de diretores regionais ou locais pertencentes ao GI. Outra fonte de obtenção de informações seriam outros GI trabalhando em rede, tal como corporações. As informações conseguidas seriam repassadas para todos os componentes da corporação. Uma vez obtidas as informações necessárias, caberia ao GI

³⁸ A legislação eleitoral dos EUA estabelece limites de quantias destinadas às campanhas. Informações sobre a legislação podem ser obtidas nos portais <http://usgovinfo.about.com/od/thepoliticalsystem/a/aboutpacs.htm>, <http://www.opensecrets.org/basics/law/index.asp>, <http://www.fecwatch.org> e <http://www.capitalleye.org>.

escolher os congressistas alinhados politicamente com os interesses do grupo e financiá-los. Os laços de união entre dados GI e congressistas não terão, necessariamente, coincidências geográficas. Tal afirmação poderá deslocar elementos pertinentes à decisão dos congressistas de suas bases eleitorais geográficas. Trata-se, aqui, de avaliação de custo/benefício na tomada de decisão.

No nosso estudo, consideraremos os GI compondo segmentos. Assim, serão considerados os seguintes segmentos de GI³⁹: agronegócio; comunicações e eletrônica; defesa; empresas de energia; setores financeiro e seguros; setor de saúde; escritórios de advocacia; transportes; negócios; sindicatos; e ideológicos. Todos eles possuem grupos de interesse que interagem com a RPC, seja visualizando vantagens nas relações sino-norte-americanas ou operando de forma a se proteger da competitividade chinesa. Assim é que o setor de saúde nutre expectativa de auferir vantagens seja pelo fornecimento de tecnologia ou para simples venda de equipamentos. Os escritórios de advocacia podem ter clientes favoráveis ao aprofundamento das relações com a RPC, ou esses clientes desejam se proteger da competição. Os sindicatos são normalmente cuidadosos com a competição. O segmento dos negócios nem terá grupos favoráveis e outros reticentes às relações, a depender do ramo de negócio e o tipo de enfrentamento na competição. O segmento de defesa se organiza com os grupos que operam diretamente com material de defesa. O segmento de comunicações e eletrônica reúne GI que fabricam produtos de uso civil e militar. As empresas de energia nutrem a expectativa de operar no mercado chinês, principalmente aproveitando as oportunidades abertas pela RPC na expansão da infra-estrutura. O mesmo se dá com o segmento de transportes. O segmento financeiro e seguros, como sói acontecer, têm clientes de variados perfis: alguns vêm vantagens nas relações com a RPC, enquanto outros as receiam. O segmento ideológico agrega grupos religiosos, ambientalistas, anticomunistas e defensores dos DH. Esses segmentos constituirão, no nosso estudo, fontes de financiamento de campanhas eleitorais dos congressistas.

³⁹ Os segmentos de GI mencionados tiveram por base os que compõem a base de dados do Center for Responsive Politics, por ser o mais objetivo e sintético. O portal pode ser acessado em: <http://www.opensecret.org>.

Capítulo 2

O Pragmatismo e os Limites da Convicção

O evento de 3 e 4 de junho de 1989, na Praça da Paz Celestial, impactou os congressistas norte-americanos. A preocupação do Legislativo dos EUA com a evolução da crise foi traduzida pela moção apresentada, em 24 de maio daquele ano, pelo deputado democrata (D) por Nova Iorque (NY) Stephen J. Solarz, de número (nº) 136. Portanto, antes mesmo do evento, a moção já condenava a forma como o governo de Pequim conduzia a crise. Solarz não foi acompanhado de nenhum outro congressista nessa proposta. Ela foi aprovada por unanimidade na votação nº 76, de 6 de junho. Imediatamente após o evento, em 6 de junho, o senador democrata pelo Maine George J. Mitchell (D-ME), líder da maioria, introduziu uma moção de condenação do uso da força pelo governo de Pequim contra os estudantes e trabalhadores que se manifestavam na Praça. A resolução, nº 142 de 6 de junho, foi votada no mesmo dia, sob o nº 78, quando todos os senadores condenaram as ações do governo da RPC⁴⁰. Ainda no mês de junho, no dia 21 a deputada Nancy Pelosi (D-CA), expressou a preocupação com os chineses nos EUA. Sua proposta (2712) sugeria a possibilidade de naturalização dos chineses que a solicitassem. A votação nº 4, de 24/1/1990, acolheu a proposta por 390 votos a 25. A 2712 sofreu veto presidencial que não foi derrubado no Senado; para derrubá-lo seriam necessários que 2/3 dos senadores votassem favoravelmente à manutenção da proposta da deputado Pelosi.

Mitchell apresentou duas emendas no mês de julho, como decorrência do episódio do mês anterior em Pequim. Uma delas, a de nº 239 de 11 de julho, propôs a aprovação da concessão de residência permanente, a partir de 5 de junho de 1989, para cidadãos chineses, mesmo para aqueles que já se encontravam nos EUA. A proposta abria, portanto, a oportunidade para que os chineses, que se sentissem em posição de desconforto e conseguissem sair da RPC, pudessem ser acolhidos nos EUA. Esta emenda foi aprovada por unanimidade na votação nº 104. A outra emenda, de nº 271 de 14 de julho, propôs medidas adicionais àquela que condenou o governo de Pequim. Tais medidas sugeriam postergar a aprovação de financiamentos de exportações norte-americanas para a RPC e interromper linhas de financiamento para instituições chinesas. Além destas medidas, a emenda recomendava que o Presidente revisse a solicitação anual de *waiver* para a concessão de NMF à RPC e de todos os acordos bilaterais até então firmados entre os dois Estados, inclusive o do

⁴⁰ O texto da moção e a chamada para a votação podem ser obtidos no portal do Senado, <http://www.senate.org>.

uso pacífico de energia nuclear. Recomendou ainda que fosse suspensa qualquer licença de exportação de material militar que fosse coberto pela seção 38 do Ato de Controle de Exportação e Material de Defesa, tais como helicópteros, munição e sobressalentes. A proposta foi votada em 14 de julho sob o nº 118 e foi aprovada por 81 votos a 10. O *waiver* referia-se aos produtos chineses cobertos pela regra NMF. A não aprovação da NMF implicaria na elevação imediata das taxas de importação daqueles produtos; na época, as exportações da RPC para os EUA somavam US\$ 12 bi, de acordo com Sutter (1998, p. 34).

Outra iniciativa do Congresso, ainda em decorrência do evento de 3 e 4 de junho, foi emanada do senador William L. Armstrong, republicano do Colorado (R-CO), que introduziu a proposta nº 324 de 19 de julho. A proposta sugeria ao plenário conceder asilo para todos os chineses que se declarassem perseguidos por resistência ao aborto e à esterilização forçados. A emenda foi aprovada por unanimidade, na votação nº 130, de 20 de julho. No mesmo sentido, a emenda nº 775, de 20 de setembro, do senador Robert W. Kasten Jr., republicano do Wisconsin propunha, sozinho, que o governo não disponibilizasse recursos para *United Nations Fund for Populations Activities* (UNFPA) se este fundo concedesse apoio de qualquer ordem para o governo da RPC administrar esterilizações e abortos forçados. Foram necessárias três votações, no mesmo dia 20 de julho, para que a emenda fosse aprovada (votações nº 186, 187 e 188, esta aprovando por 52 a 48). Especificamente, este debate sobre apoiar a disponibilidade de recursos para o UNFTA já vinha ocorrendo desde os anos 1980, segundo Crane e Finkle (1989). As diferentes estratégias empregadas pelos congressistas favoráveis e contrários pode ser apreciada nas palavras desses autores (p. 37):

“Opponents of UNFPA have generally employed a strategy of expanding the scope of conflict on the UNFPA/China issue – raising the issue to the White House, on the floor of Congress, in the mass media, and in the other forums where they can most easily generate agreement with their positions. By contrast, UNFPA supporters have sought where possible to contain the issue at the bureaucratic level or in the Congressional committees where they have felt they can expect strongest cooperation. While this strategy has yielded many moments of satisfaction for supporters of UNFPA funding, the crucial decisions consistently have favored the opponents”.

Nakayama⁴¹ afirma que o afastamento das tensões experimentadas durante a GF aumentou a força dos argumentos de fundo moral dos oponentes à contribuição norte-americana à UNFPA. De fato, como vimos na explicitação dos interesses nacionais dos EUA, argumentos de fundo moral estão atrelados a eles. Contudo, dado que houve aprofundamento das relações econômico-comerciais sino-norte-americanas, a votação apertada que dividiu o plenário parece natural. Reforça o argumento do alargamento do espaço de operação dessas relações sem ultrapassar os limites dos valores morais tão caros aos norte-americanos, como tinha sido adiantado anteriormente.

As iniciativas acima relatadas mostram a imediata reação dos congressistas. A unanimidade na condenação aos atos de repressão parece natural, diante das cenas vistas em todo o mundo. Para uma sociedade com o vigor democrático, como a norte-americana, não haveria de ser outra a postura dos seus representantes. Significa, pois, que as imagens da repressão conflitavam com as crenças nas liberdades individuais. Contudo, podemos produzir outras leituras, além desse senso comum. A emenda 271 do senador Mitchell não foi acolhida por dez congressistas, o que enseja, quantitativamente, pequena discordância. A emenda do senador Kasten mostrou o plenário praticamente dividido. Uma possível leitura dos congressistas norte-americanos seria que, para estes, as liberdades de expressão e de reunião na RPC tinham pouco valor para o governo do PCCh; justificar-se-ia, pois, a condenação. A preocupação com os chineses que estavam nos EUA, manifestada pela representante Pelosi, poderia significar dúvidas sobre os destinos deles ao retornarem à RPC. Mas quando se sugeria um elenco de medidas que afetavam diretamente as relações de comércio bilaterais, houve algumas poucas dúvidas. O *waiver* anualmente solicitado pelo Executivo para estender a situação de NMF à RPC tinha o propósito de contornar a emenda Jackson-Vanik. Podemos afirmar que a proposta do senador Mitchell de acolher os chineses já constituiu obstáculo à renovação da NMF, pois reafirmava que a RPC não permitia a liberdade de emigração. Além disso, o conjunto de medidas por ele proposto interrompia as relações econômico-comerciais entre os EUA e a RPC. Deve ser ressaltado que cada um dos *waiver* expirava às 24h00 de 2 de julho de cada ano. Portanto, quando as emendas daquele senador foram propostas, a autorização para o Presidente já tinha vencido. O conjunto de iniciativas apontava, assim, para uma redução no comércio com a RPC, pelo menos no que se referia às iniciativas do Congresso dos EUA. Mas, de certo, um desaquecimento, mesmo temporário, das relações econômico-comerciais com a RPC representaria perdas para alguns setores. A não renovação

⁴¹ Op. Cit. P. 8.

do NMF em consequência do episódio na Praça da Paz Celestial se constituiu, assim, no que Nokken (2003, p. 156) verificou ter sido combustível para um debate político, pois as tarifas de importação dos produtos chineses aumentariam.

O que é interessante até aqui é o fato de já aparecerem dez votos contrários à aplicação das sanções adicionais, propostas na emenda nº 271. Mesmo com a decorrência de somente pouco mais de um mês, houve senadores contrários às medidas. E a divisão verificada com a emenda do senador Kasten pode significar interesses de GI em oposição a convicções de outros. A possibilidade pode ser verificada por intermédio de dois componentes, como foi examinado no capítulo anterior: financiamento de campanha; e valores e crenças ideológicas dos congressistas. Trata-se, portanto, de investigar os perfis político-ideológicos dos legisladores e de que fontes obtiveram recursos para custear as campanhas. Para tanto, foram mapeados os dados dos congressistas participantes das propostas apresentadas para votação em plenário, para tornar possível o estudo no período da pesquisa.

2.1 Metodologia de análise

Consoante a moldura temporal proposta na Introdução, o exame do objeto da investigação começa em 3 de janeiro de 1989⁴² quando o 101º Congresso iniciou o primeiro período legislativo, e encerra em 3 de janeiro de 2008, quando inicia o segundo período do 110º Congresso. A moldura corresponde às administrações dos Presidentes George Bush (pai) e a maior parte dos mandatos de George Bush (filho). O levantamento contemplou o universo de 10948 votações – *roll call*, que chamaremos RC – na Casa dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados brasileira), chamada *House of Representatives*, HR, e 6688 RC no Senado, totalizando 17636 RC. Dessa soma, foram extraídas as RC pertinentes ao objeto da investigação, com 57 na HR e 35 no Senado. São números significativos, se considerarmos a superlativa constelação de assuntos tratados pelo Legislativo da superpotência. Essas RC, relativas à política externa norte-americana para a RPC, foram divididas em três categorias: economia e comércio; segurança; e direitos humanos (DH) que contém religião e meio-ambiente. A primeira categoria incorpora o setor financeiro, o trabalhista (*Unions*), o industrial e o agronegócio. A segurança engloba os interesses voltados na comercialização de material de defesa, as garantias inerentes e implicações estratégicas para os EUA, assim como as preocupações do Congresso com o desenvolvimento do EPL. A última categoria considera os DH, que incorpora todas as liberdades civis, políticas e sociais, a liberdade religiosa como

⁴² Cada legislatura é iniciada nos anos ímpares, desde 1934, e é dividida em dois períodos de um ano. Detalhes podem ser obtidos em http://www.senate.gov/pagelayout/reference/one_item_and_teasers/Years_to_Congress.

ponto relevante no ambiente norte-americano, e o meio-ambiente com as preocupações dos GI pela degradação do solo, a qualidade do ar, a poluição hídrica, a preservação ou manejo da cobertura vegetal e outros assuntos do domínio ambiental.

O exame da disputa pela defesa de interesses dos GI no âmbito da política externa determinou, pois, que fossem analisadas as ligações desses grupos com os parlamentares. Como foi assinalado, uma das formas foi o levantamento das contribuições que esses GI canalizaram para o Legislativo, via comitês dos candidatos e comitês partidários; a outra foi o estudo do perfil político-ideológico dos congressistas. As informações puderam ser obtidas em banco de dados disponíveis em portais públicos e privados. Além das fontes já citadas anteriormente, foram utilizados, entre outros, os dados disponíveis na biblioteca do Congresso dos EUA, no Departamento de Comércio norte-americano, no *Hoover Institution*, no *Brookings Institution*, no FEC, no *Center for Responsive Politics* - este constituído por vários ex-congressistas - e o *Gov.Track.us*. Foram úteis também periódicos como *Congressional Quarterly*, *Almanac of América Politics*, *Foreign Affairs* e similares. O exame dos perfis e dos financiamentos de campanha considerou os congressistas que compuseram as comissões *ad hoc* proponentes de moções e emendas ao plenário. Assim, não foram levantadas as crenças político-ideológicas nem os as fontes de financiamento de campanha dos congressistas que não fizeram parte de grupos proponentes. Nas votações em plenário, foram considerados os votos SIM e NÃO dos deputados e senadores dos partidos Democrata e Republicano. Não foram considerados neste trabalho os votos de esporádicos independentes tampouco as abstenções. Os dados consolidados podem ser examinados no Anexo A – Contribuições de campanha e perfis político-ideológicos (ele contém as siglas dos estados dos congressistas). Buscou-se aplicar aos senadores e deputados analisados quatro categorias:

a) apoio incondicional (AI), tem viés multilateralista, isto é, favorável à incorporação da RPC no sistema internacional nos mais diferentes campos de atividade, podendo incluir o da segurança, por acreditarem que tal postura poderá seduzir os chineses a tomarem o rumo político democrático, o respeito aos DH, à liberdade religiosa e cuidados com o meio ambiente;

b) apoio condicional (AC), também tem viés multilateralista e favorável ao estreitamento das relações com a RPC, mas atento à situação política na RPC, especialmente relacionada com os DH; vota favoravelmente a propostas que atrelem essas relações às liberdades civis, cuidados ao meio ambiente e respeito à propriedade intelectual; é, portanto, seletivo na sua aceitação das relações com a RPC;

c) rejeição condicional (RC), contrário às relações sino-norte-americanas, a menos que haja vantagens econômico-comerciais para a maioria dos segmentos domésticos sem comprometer a segurança; tem viés unilateralista e diferencia-se também da categoria AC pelo preponderante interesse nos assuntos do domínio econômico-comercial; e

d) rejeição incondicional (RI), defensor de agenda que lembra o período da GF e está sempre atento à possibilidade de se opor às relações com a RPC, com argumentos que repousam na “ameaça chinesa” para a segurança dos EUA e os seus interesses no Extremo Oriente; pode ser unilateralista ou isolacionista.

Os congressistas incluídos nas categorias AI e AC são considerados cooperativos, enquanto aqueles enquadrados nas categorias RC e RI são considerados competitivos.

Ao longo do trabalho serão utilizadas as siglas indicadas abaixo, referentes às propostas introduzidas pelos deputados e senadores, para exame dos plenários:

a) H.CON.RES. – House Concurrent Resolution, significa um tipo de medida que tem que passar em ambas as casas legislativas, isto é, na H.R. e no Senado, mas não se torna lei.

b) H.J.RES. – House Joint Resolution, torna-se lei se passar em ambas as casas e for aprovada pelo Presidente da República.

c) H.R. – House of Representatives e também designa uma medida como projeto de lei, que pode tornar-se lei se passar pelas duas casas e for aprovada pelo Presidente da República.

d) H.RES. – House of Resolution, significa um tipo de medida exclusivo da HR e não se torna lei.

e) S. – sigla de Senado e designa uma medida introduzida no Senado como um projeto de lei que pode vir a tornar-se lei se passar em ambas as casas e for aprovada pelo Presidente da República.

f) S.AMDT. – sigla de Senate Amendment, que significa uma emenda apresentada ao plenário da casa

f) S.CON.RES. – sigla de Senate Concurrent Resolution, para designar o tipo de medida própria do Senado que não se torna lei.

g) S.J.RES. – sigla de Senate Joint Resolution, medida que se passar nas duas casas e for aprovada pelo Presidente da República, torna-se lei.

h) S.RES. – sigla para Senate Resolution, com o significado de um tipo de medida pertencente somente ao Senado e que não se torna lei.

Vale observar ainda que alguns dos congressistas considerados neste trabalho não se encontram mais na vida pública; alguns se afastaram voluntariamente; outros não foram

reeleitos; e alguns faleceram. A participação deles é pertinente a alguma proposta de votação em plenário referente às relações sino-norte-americanas em determinado Congresso. Não se deteve ao período de vida parlamentar de cada congressista, por não ser relevante para este trabalho acadêmico. Neste trabalho, a análise também não considerou parlamentar independente, porque era solitário em algumas legislaturas; nem os que se abstiveram de votar. Para ambos os casos, a quantidade de representantes não alteraria os resultados das votações examinadas.

2.2 Análise

As propostas comentadas no início deste capítulo, decorrentes do evento ocorrido na Praça da Paz Celestial, foram apresentadas por iniciativa dos congressistas citados, isto é, os *sponsors*. Mas eles estiveram acompanhados por colegas dos dois partidos (*cosponsors*). Assim é que proposta do senador Mitchell (S.RES. 142) teve os *cosponsors* os seus colegas de partido Jeff Bingaman (NM), Alan Cranston (CA), Edward Kennedy (MA), John Kerry (MA), Herb Kohl (WI), Frank Lautenberg (NI), Carl Levin (MI), Claiborne Pell (RI), Paul Sarbanes (MD) e Timothy Wirth (CO), mais os republicanos Conrad Burns (MT), Robert Dole (KS), Chuck Grassley (IA), Jessé Helms (NC), Robert Kasten (WI), Richard Lugar (IN) e Alen Specter (PA). É certo que o impacto do evento inibisse qualquer tentativa de justificação da repressão – por exemplo, manutenção da ordem. Mas, se acorrermos ao Anexo A, os congressistas acima tinham perfis político-ideológicos que ajudam a explicar a decisão: são preocupados com as liberdades democráticas, os DH, o cuidado com o meio ambiente, o controle da proliferação de armas e pragmatismo comercial. Os segmentos de GI que aparecem como financiadores de campanha também contribuem pouco para entender essa decisão. A explicação plausível está no fato de o evento ter sido recente em relação à introdução da proposta; compreende-se que naquele momento era politicamente difícil defender a continuidade das relações com a RPC.

A proposta da deputado Pelosi – H.R. 2712 – reuniu também vários deputados democratas e republicanos. Nesta, foram *cosponsors* os democratas Peter DeFazio (OR), Byron Dorgan (ND), Lane Evans (IL), Richard Gephardt (MO), Marcy Kaptur (OH), Tom Lantos (CA), John Lewis (GA), Edward Markey (MA), Robert Matsui (CA), Jim McDermott (WA), Donald Payne (NJ); Donald Pease (OH) e Stephen Solarz (NY), além dos republicanos Christopher Cox (CA), Glenn English (OK), Benjamin Gilman (NY), Henry Hyde (IL), Dana Rohrabacher (CA), Bob Smith (NH), Christopher Smith (NJ), Gerald Solomon (NY) e Frank

Wolf (VA). Vemos, mais uma vez, que a decisão desses congressistas pode ter explicação baseada na conjugação dos perfis com as fontes de financiamento de campanha.

A proposta S.AMDT. 239 do senador Mitchell foi assinada com os colegas de partido Harry Reid (NV), Jeff Bingaman (NM), Christopher Dodd (CT), Kent Conrad (ND), Patrick Leahy (VT) e Herb Kohl, mais os republicanos Robert Dole (KS), Richard Shelby (AL), Chuck Grassley (IA) e Jessé Helms (NC). Alguns desses políticos já tinham participado de uma das duas propostas anteriores. Pode-se afirmar que se trata de tentativa de reafirmar a manifestação de *disgust* pela atitude do governo de Pequim.

Os votos negativos à votação nº 118, correspondentes à emenda nº 271 do senador Mitchell, proposta junto com o senador republicano Bob Dole, merecem verificação. Com efeito, a possibilidade de alongamento da interrupção das relações econômico-comerciais sino-norte-americanas poderia, no limite, afastar oportunidades de vários GI frente a um mercado demandante. Com isso, as lacunas poderiam ser preenchidas por empresas estrangeiras; a recuperação de tal mercado seria imprevisível. A declaração do próprio Mitchell de que um novo *waiver* seria como uma recompensa para o governo chinês pelo ano de detenções e execuções⁴³ expressou o humor de parte do Senado dos EUA, à época. Contudo, o deputado democrata pela Califórnia (D-CA) Robert T. Matsui objetou que haver mais comércio poderia significar mais democracia na RPC⁴⁴. A sua crença repousava, portanto, em antiga idéia já apresentada neste trabalho anteriormente. Tal concepção, nas relações bilaterais entre os EUA e a RPC, relevaria o episódio da Praça da Paz Celestial com um propósito de maior alcance. Na sua leitura, o deputado mostrou pragmatismo, supostamente em favor de interesse dos EUA. Preservar o mercado chinês significava manter abertos postos de trabalho nos EUA. Para Matsui, os valores norte-americanos ainda permitiriam avançar, pois o sistema político monolítico liderado pelo PCCh não suportaria as fissuras que a sedução da oferta de um maior universo de produtos de boa qualidade provocariam nos chineses.

O levantamento de dados referentes aos dez senadores que se manifestaram negativamente na votação nº 118 está sintetizado no Anexo A. Este é composto por congressistas que participaram como *sponsors* ou *cosponsors* nas propostas apresentadas para votação em plenário. O senador republicano pelo Missouri Kit Bond parece preocupar-se com o cerceamento às ações de inteligência dos EUA; por outro lado, tem relações estreitas com os GI ligados aos negócios e ao agronegócio. Os dois segmentos domésticos sentir-se-iam

⁴³ Tradução de minha responsabilidade, retirada do Congressional Quarterly, 1990, p. 2570).

⁴⁴ Idem, p. 2571.

prejudicados com a interrupção prolongada das relações sino-norte-americanas. O conservadorismo político de Bond e as fontes de financiamento mais generosas para as suas campanhas eleitorais parecem explicar uma postura política que equilibre preocupações com a saúde econômico-comerciais e da segurança. Outro senador que votou negativamente foi David L. Boren (D-OK), considerado tanto conservador como imprevisível entre os seus pares; o exame dos setores que costumeiramente financiavam a sua campanha mostra destaque para o do agronegócio e o da educação. Já o senador republicano por Rhode Island Lincoln Chafee, pelo seu perfil liberal e pelas ligações com grupos de negócios. As opções desses congressistas poderiam ser explicadas pelas previsíveis perdas que teriam as respectivas fontes de financiamento – talvez com exceção dos GI ideológicos - com a interrupção das relações bilaterais. Cochran (R-MS) e Conrad (D-ND) também têm vínculos com o setor do agronegócio; no caso deste último, a posição contrária à proibição de venda de material de defesa à RPC coloca-o em situação semelhante a do senador Bond. Os demais senadores que votaram negativamente foram: Durenberger (R-MN), Lugar (R-IN), Rudman (R-NH), Specter (R-PA) e Stevens (R-AK). Destes cinco últimos, Durenberger, Rudman e Stevens optaram, declaradamente, por rejeitar a 271 na tentativa de ajudar o Presidente Bush (pai) na sua luta pela obtenção de um novo *waiver*. Pode-se verificar que, dos votos contrários, oito foram do partido Republicano. Nesta RC, os votos favoráveis contabilizaram 32 republicanos e 49 democratas; nove senadores se abstiveram (4 republicanos e 5 democratas).

No contexto desta tímida discordância, devem ser comentados dois casos: a do senador Mitchell e a do representante Mitsui. Mitchell foi o líder da maioria no Senado entre 1985 e 1995. A sua posição política demonstrada na proposta 271 pode ser interpretada como um obstáculo criado para o presidente Bush (pai); nessa legislatura (Congresso 101) havia 55 senadores Democratas e 45 senadores Republicanos, de acordo com Rosati e Scott (2007, p. 343). Além disso, a sua ligação com os sindicatos poderia ter contribuído para essa posição. Quanto ao deputado Matsui, também fortemente ligado aos sindicatos, compôs com o deputado Jim Kolbe (R-AZ) uma frente bipartidária independente dos líderes⁴⁵. Stokes (1994) examina esta iniciativa bipartidária pró-comércio com a RPC. A posição política deste deputado provavelmente diferiu da orientação que a liderança do seu partido disseminara durante o mandato do presidente Bush (pai).

⁴⁵ Texto publicado no Arizona Journal of International and Comparative Law Online.

Por fim, no ano de 1989 houve ainda duas últimas propostas, como foi assinalado acima. Na S.AMDT. 324, o senador Armstrong, teve a companhia dos democratas Kent Conrad (ND), e Dennis DeConcini (AZ), além do republicano Jessé Helms (NC). Reuniram-se ali um conservador, segregacionista e anticomunista com dois financiados por sindicatos, GI de defesa. O senador Kent preocupa-se com o nível de DH dos parceiros dos EUA; DeConcini é um anticomunista. O próprio Armstrong rejeita as relações sino-norte-americanas condicionalmente. Na outra proposta, a S.AMDT. 775, explica-se o estímulo que motivou o senador Kasten Jr. a introduzi-la, na medida em que se trata de um institucionalista e defensor do respeito às regras democráticas.

No ano de 1990, novamente a disputa pela aprovação da NMF emergiu no Congresso. A moção (HR nº 4939), proposta pelo deputado democrata por Ohio Donald J. Pease, recomendava que o presidente não voltasse a negociar com a RPC. A argumentação fundava-se no recorrente desrespeito aos DH e à proibição do regime de Pequim em permitir a emigração de nacionais chineses. Condicionava futura relação às liberdades religiosa e política e fazer os negócios com empresas que não fossem controladas pelo governo de Pequim. Por fim, recomendava que o governo norte-americano envidasse esforços para convencer os Estados-nação componentes da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômica (OCDE) a restringirem as trocas comerciais com a RPC. Tomaram parte na elaboração da emenda os deputados democratas Benjamin L. Cardin (MD), Byron Dorgan (ND), John Spratt (SC) e Pete Stark (CA), além do republicano Dana Rohrabacher (CA). O plenário votou três vezes, em 18 de outubro, em face de emendas que foram apresentadas: RC 484, que aprovou a proposta por 347 a 74; RC 485, que também a aprovou por 409 a 7; e a RC 486 aprovando-a por 384 a 30. O exame dos perfis político-ideológicos desses congressista mostra que estavam preocupados em estender benefícios de saúde pública, sustar liberalizações no campo comercial, importações de itens de armamento leve, fortalecer atividades sindicais e forte oposição contra o comunismo. A análise dos financiamentos de campanha revelou forte participação de setores ligados à saúde, sindicatos, escritórios de advocacia e grupos ideológicos. Vê-se uma combinação curiosa, mas coerente de trabalhismo e anti-comunismo em prol da rejeição ao *waiver*. O conhecido *end against the middle* (EAM).

Ainda em 1990, o ânimo do Congresso objetou mais uma vez a renovação do pedido pelo Executivo: a H.J.RES.647, proposta em 5 de setembro pelo deputado republicano Solomon (NY), tinha por *cosponsors* os republicanos Hunter e Rohrabacher, e o democrata Markey. A emenda refutava os argumentos do Executivo ao solicitar mais um *waiver*. A proposta foi aprovada por 247 votos a 174, pela votação 483, de 18 de outubro de 1990.

Evidentemente a recomendação para que não se fizesse negócio com empresas controladas pelo governo de Pequim constituía desafio importante. Afinal, ainda poucos anos depois, em 1996, o número de empresas privadas chinesas era de 19, de acordo com Naughton (2007, p. 300). Portanto, no início da década de 90 do século passado a tradicional parceria de empresas estrangeiras só poderia ser realizada com empresas estatais. A proposta, pois, inviabilizou, praticamente, naquele ano, qualquer relação franca de comércio dos EUA com a RPC.

No ano de 1991 houve três moções de impedimento para o Executivo renovar o *waiver*. Em 2 de maio, a deputada democrata (CA) Nancy Pelosi apresentou uma proposta para a não renovação do *waiver* (HR 2212). Acompanharam-na os deputados democratas Neil Abercrombie (HI), Rick Boucher (VA), Eliot Engel (NY), Edolphus Towns (NY), Gene Taylor (MS) e Maxine Waters (CA), além dos republicanos John Doolittle (CA), Curt Weldon (PA). O argumento era o desrespeito aos DH promovido pelo governo da RPC, em especial o que se verificou no evento de junho de 1989; referia-se também à necessidade da RPC cessar o aborto e a esterilização coercitiva, interromper a exportação de mísseis balísticos e tecnologia nuclear e investigar a exportação de bens para os EUA produzidos por prisioneiros. Reafirmava a inexistência de liberdade religiosa, as severas restrições à liberdade de imprensa e de locomoção dos tibetanos e preconizava a renovação de vistos dos passaportes dos cidadãos chineses nos EUA, de modo a não protegê-los de suposta retenção quando retornassem ao país de origem. Sugeria também a intervenção do governo norte-americano junto aos demais membros do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) para que esses tomassem iniciativas restritivas ao comércio com a RPC, semelhantes à que eram sugeridas na proposta, então posta em curso. Houve três votações em plenário: duas no dia 10 de julho, com rejeição da proposta por meio da votação 204 (308 a 118) e da aprovação pela 205 (313 a 12); posteriormente, no dia 26 de novembro, por meio da votação nº 436, a proposta foi aprovada por 409 votos a 21. A diferença de postura dos deputados nessas duas votações é explicada pela ausência do detalhamento acusada pela mesa na 204 (19h36). Assim, dez minutos após, já com todos os dados, foi realizada a votação 205 (19h46).

A segunda moção foi proposta em 30 de maio pelo deputado republicano por Nova Iorque (R-NY) Gerald B. H. Solomon (H. J. RES. 263) em desaprovação à extensão da NMF à RPC; agregou com ele outros deputados republicanos, como Joe Barton (TX), Jim Bunning (KY), Dan Burton (IN), Duncan Hunter (CA), Dana Rohrabacher (CA) e Ileana Ros-Lehtinen, além dos democratas Neil Abercrombie (HI), John Conyers (MI), Lane Evans (IL), Barney Frank (MA), William Jefferson (LA), Edward J. Markey (MA), Eleanor Holmes Norton (DC) e Nancy Pelosi (CA). O *sponsor* da moção, deputado Solomon, nutre profunda preocupação

com o desenvolvimento da Marinha do EPL e com a expansão das empresas de navegação chinesas em todo o mundo, conforme se verifica no Anexo B. Posto que pertença ao mesmo partido do então presidente, o seu perfil ideológico e as adesões que obteve ao longo da sua carreira – em especial por meio das fontes de financiamento das campanhas eleitorais – parecem explicar a sua iniciativa. A combinação dos perfis e das fontes de financiamento (Anexo A) dos demais parece explicar também as escolhas de seus nomes para *co-sponsors* pelos respectivos partidos – com a exceção do deputado Joe Barton. Nessa combinação há a fidelidade partidária, postura anticomunista, preocupação com o desenvolvimento da expansão das atividades marítimas chinesas, DH e outras razões. A moção foi aprovada em plenário, em 10 de julho, por 223 a 204 votos.

A terceira moção, S. 1367, foi apresentada no Senado, em 25 de junho, pelo senador democrata George J. Mitchell. Os termos da proposta pouco diferenciaram daquelas apresentadas na outra casa do Legislativo. Os *cosponsors* foram os senadores democratas Daniel Akaka (HI), Alan Cranston (CA), John Forbes Kerry (MA), Carl Levin (MI), Paul S. Sarbanes (MD), Timothy E. Wirth (CO), Dennis DeConcini (AZ), Christopher John Dodd (CT), Edward M. Kennedy (MA), Patrick J. Leahy (VT) e Claiborne Pell (RI). A moção foi aprovada pela RC 142 de 23 de julho, por 55 votos a 44. Considerando-se que o único senador ausente foi um democrata, pode-se afirmar que o resultado, neste caso, foi polarizado partidariamente, pois o Senado contava com 56 democratas e 44 republicanos. O exame dos GI financiadores desses congressistas mostra diversificação. Por exemplo, há senadores financiados, preponderantemente, por empresas de comunicação e eletrônica, por sindicatos e por grupos ideológicos, os quais viam com reticência o estreitamento das relações comerciais sino-norte-americanas; em contraponto, outros têm preponderância de GI de agronegócio, dos escritórios de advocacia e dos setores financeiro e seguros. Se for tomado o maior contribuinte de cada um dos senadores acima nomeados, a preponderância recai sobre os GI que experimentavam vantagem com a negação do *waiver*. A conclusão parcial que se tira desta votação é que houve combinação de fidelidade partidária na votação e coerência da maioria desses senadores com as suas fontes de financiamento de campanha. Mas há uma particularidade: sete senadores democratas votaram pela renovação do *waiver*. Esses congressistas, liderados pelo senador Baucus (D-MT), representavam estados agrícolas, onde escritórios de advocacia contribuíam com financiamento de campanha. Segundo Sutter (1998, p. 42), eles chegaram a remeter carta para o presidente da república, alertando-o que a interrupção do *waiver* levaria à perda de empregos nas suas bases eleitorais. Os pontos focais do debate situaram-se nos DH, no comércio e na proliferação dos armamentos.

A proposta do deputado Solomon foi apresentada às 16h33 do dia 10 de julho. Pode-se afirmar que esta reforçou a H.R. 2212 da deputada Pelosi. Interessante notar que os dois patrocinadores pertencem a partidos diferentes. O republicano conservador Solomon adere à progressista e liberal democrata Pelosi na oposição ao *waiver*. Tal observação não é nova, pois Cload (1991) já tinha anunciado tal combinação. Porém, o exame dos nomes dos *cosponsors* e as suas posturas político-ideológicas somadas à identificação dos financiadores das campanhas permitem visualizar quais os GI que estariam sendo beneficiados com tal rejeição. Evidentemente, dada a amplitude do apoio dos setores financeiro e seguros para a maioria dos congressistas cotejados, é razoável atentarmos para os demais financiadores. Os GI que mais aparecem são os escritórios de advocacia, os sindicatos e os ideológicos. Parece, pois, coerente com o impedimento imposto pelo Congresso ao Executivo na tentativa deste restabelecer as relações econômico-comerciais com a RPC.

O ano de 1992 foi de eleições nos EUA e, portanto, ocorreram embates entre os candidatos à presidência da república – Bush (pai) à reeleição, pelos republicanos, e Bill Clinton, pelo partido Democrata – e ao Congresso. A proposta do candidato desafiante era de “alargamento democrático”⁴⁶. Com relação à RPC, a eleição de Clinton significaria uma postura política de objeções ao governo de Pequim no tocante aos DH, segundo o discurso de campanha. Mas ele também afirmava que a RPC não deveria ser isolada, mas atraída para um movimento planetário em favor da democracia⁴⁷. Mas, no Congresso, os efeitos da HR 2212 foram sentidos no Senado. Na votação nº 31, de 25 de fevereiro, o *waiver* foi rejeitado por 59 votos a 39. Tendo havido veto presidencial, posteriormente, nova votação, a de nº 52, de 18 de março, caçou o veto presidencial e manteve a proibição do Executivo voltar a negociar com a RPC, por 60 votos contra 38. Ainda em 1992, o deputado Solomon introduziu, em 5/6/1992, a H.J.RES.502 condenando a extensão do NMF. O deputado não foi acompanhado de outro congressista nessa proposta. O plenário da HR aprovou a proposta por 258 a 135 votos, na RC 285, de 21/7/1992.

Porém, durante o mandato de Bush (pai), as medidas para rejeitar a renovação da MNF sofreram o veto presidencial. No senado, não foi obtida a proporcionalidade dos 2/3 necessários para a derrubada do veto do Executivo, mesmo com o Congresso de maioria

⁴⁶ Conforme Nancy Bernkopf Tucker, em *The Clinton Years: The problem of coherence*.

⁴⁷ Esse discurso de campanha pode ser cotejado no artigo assinado por Ed Wash, “Clinton indicts Bush’s World Leadership” no *Washington Post* de 2 de outubro de 1992. Já eleito Presidente, Clinton irá repetir a afirmação em artigo publicado no *Newsweek* de 1998, reproduzido pelo *Washington Post*, sob o título “Why I’m Going to China”.

democrata, nas duas casas. Os desgastes decorrentes do embate com o Congresso apareceram na campanha à reeleição, quando as críticas ao presidente minaram sua pretensão.

No ano seguinte, 1993, tem-se novo Presidente, o democrata Bill Clinton e novo Congresso, o de nº 103, ainda com maioria democrata. Na medida em que Clinton, durante a campanha, tinha condicionado a iniciativa de solicitar o NMF ao DH, os GI defensores desses direitos perceberam que também teriam maior espaço na formulação da política externa dos EUA para a RPC. Além disso, tais grupos tinham poderosos aliados no Congresso, como a deputada Nancy Pelosi e o senador George Mitchell. Afinal, ambos tinham posições contrárias à concessão do *waiver*. Haveria, pois, favoráveis condições para esses GI firmarem espaço na defesa dos seus interesses⁴⁸. De outra trincheira, oposta, os GI que se sentiam prejudicados com a restrição, que já durava quatro anos, procuraram sensibilizar o Executivo e o Legislativo. O *Business Coalition for US-China Trade*, que reunia a *National Association of Manufacturers*, *National Retail Federation*, *Business Roundtable*, *National Foreign Trade Council* e *US Chamber of Commerce*⁴⁹, chegou a remeter carta para o presidente da república solicitando ultimar o pleno reatamento comercial⁵⁰. Com efeito, em 28 de maio, o presidente Clinton emitiu a *Executive Order* (EO) 12850 estendendo o *waiver* por mais um ano. Mas o documento continha condicionalidades: cumprimento do acordo sino-norte-americano, de 1992, sobre trabalho nas prisões, concedendo tratamento digno aos prisioneiros e permitindo-lhes visitas e acesso de organizações humanitárias internacionais; avanços no respeito aos DH; respeito a manifestações pacíficas de cunho religioso e político; liberdade cultural e religiosa para o Tibete; e permissão para a instalação de canal de televisão e emissora de rádio internacional na RPC. Por fim, recomendou aos funcionários norte-americanos, que lidariam com a questão, que vinculassem as negociações à adesão da RPC ao TNP e às normas do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis⁵¹.

Apesar do conteúdo da EO, o embate entre GI contrários às relações e aqueles favoráveis à renovação do NMF teve, no Congresso um novo teste com mais uma proposta do deputado Gerald Solomon, a H. J. RES. 208, apresentada em 8 de junho de 1993, com a recomendação de não ser concedido o *waiver*. Acompanharam-no os deputados democratas Neil Abercrombie e Barney Frank, mais os republicanos Lincoln Diaz-Balart (FL), Peter King

⁴⁸ Conforme John W. Dietrich em *Interest Groups and Foreign Policy: Clinton and the MNF debates*, publicado em *Presidential Studies Quarterly* de junho de 1999, p. 280 a 296.

⁴⁹ De acordo com o periódico *Business Week*, de 16 de junho de 1997.

⁵⁰ Dietrich, op. cit.

⁵¹ Este ponto pode ser ampliado no CRS Issue Report, assinado por Vladimir N. Pregelj, intitulado “92094: Most-Favored-Nation Status of the People’s Republic of China, de 6/12/1996.

(NY), Dana Rohrabacher (CA). Aos deputados que já foram examinados anteriormente neste trabalho, Diaz-Balart parece ter conciliado a ideologia com os interesses de sindicatos que lhe dão suporte; King pode ter votado segundo a fonte de financiamento combinada com a oposição ao presidente. Contudo, a proposta foi rejeitada por meio da votação nº 347, de 21 de julho, por 318 votos contra 105. Significa que a maioria democrata sinalizou para o Executivo que, pelo menos na HR, concederia o *waiver*, o que de fato ocorreu. Portanto, as coalizões dos GI favoráveis ao reatamento das relações econômico-comerciais saíram fortalecidas. Mas, deve ser realçada a iniciativa presidencial de adicionar condicionalidades à solicitação do *waiver*, posto que mais brandas que as anteriores: a renovação da NMF continuava ser condicionada à melhoria do respeito aos DH, mais as condicionantes da emenda Jackson-Vanik; mas a condicionalidade do comércio de armamentos e sua proliferação foi generalizada para “*other tools*”. As condicionalidades atenderam aos reclamos dos GI de DH, assim como, em especial, aos deputada Nancy Pelosi e ao senador George Mitchell. Porém, em agosto, o Executivo impôs sanções à venda de assessórios norte-americanos para satélites, como retaliação pela venda de mísseis chineses aos paquistaneses.

O desdobramento das sanções foi a articulação dos GI de comunicações e eletrônica (no ramo de defesa) e de escritórios de advocacia para reverter a situação. A alegação era que a medida importaria suspensão de contratos, como os da *Hughes Aircraft Company*, com a redução de 4000 a 5000 postos de trabalho. O total de empresas prejudicadas pela medida do Executivo chegaria a 800, de acordo com Sutter (1998, p. 50). O argumento dos GI *pro-business*, recorrente, parece ter soado como sinal de alerta para Mithcell, Pelosi e outros contrários à renovação da NMF, por conta dos DH. A contração de expressivo número de postos de trabalho impactou a defesa desses congressistas. A partir daí, abrandou a ênfase no discurso anti-renovação no Congresso, como mais uma vez mostra Sutter (p. 51).

Até aqui, isto é, entre 1989 e 1993 as afirmações de O’Halloran (1994), e de Gibson (2000) de que os democratas tendem para as uniões sindicalistas e o protecionismo, enquanto os republicanos atendem preferencialmente os GI empresariais e, logo, defendem o livre comércio parecem não se confirmar integralmente. A preocupação dos congressistas com a base eleitoral é, certamente, importante; eles dependem dos votos para continuarem no exercício parlamentar. Mas, como se verificou, há influências dos GI financiadores das campanhas e dos perfis ideológicos; verifica-se também que os contenciosos entre o Executivo e o Legislativo são mais densos quando o presidente da república não dispõe de maioria no Congresso. A expressão de Bailey e Brady (1998, p. 528) “heterogeneidade

interpartidária das estratégias eleitorais”⁵² pode ser considerada pertinente, se levarmos em conta essas variáveis.

Em 1994 a renovação solicitada pelo executivo desconectou as condicionalidades e voltou ao modelo anterior. Segundo Lampton (1994), houve alguns fatores para que o presidente tomasse essa decisão. Um deles teria sido a postura dos GI ligados ao segmento econômico-comercial, que estariam determinados a não permitir que se repetissem as condicionalidades desenhadas pelo Executivo no ano anterior. Para Dietrich (1999), a concentração dos GI de negócios no comércio seria um fator importante. Assim, esses grupos teriam focado as negociações com os congressistas considerados como pertencentes à coalizão centrista. Ela seria composta, segundo Lampton, pelos senador republicano Bob Dole (KS) e pelos senadores democratas David L. Boren (OK), John Forbes Kerry (MA), além dos deputados democratas Ackerman (NY), Matsui (DA), McDermott (WA), mais o republicano Leach (IA). Estes congressistas eram de corte político moderado e não eram reticentes à retomada, a pleno, das relações comerciais com a RPC. Esta postura diferia das percepções correntes após o evento de junho de 1989. Em outros termos, significava, em 1994, que, aparentemente, afastava-se da estratégia política de influenciar o governo de Pequim por meio de recursos de fundo moral, como DH e liberdade religiosa.

Sob o foco da análise da influência dos grupos domésticos na formulação da política externa dos EUA para a RPC, o que se pode extrair, daquele momento, é que os GI ligados ao segmento econômico-comercial passaram a ser preponderantes. Não é sem razão que a proposta do deputado republicano Solomon, de não-renovação do *waiver*, apresentada sob o nº 373, em 8 de junho de 1994, não foi acolhida em plenário. Solomon juntou como *co-sponsors* os deputados republicanos Bunning (KY), Rohrabacher (CA), Smith (NJ) e Wolf (VA), além do democrata Bernard Sanders (VT). Era uma equipe de parlamentares que combinava conservadorismo anticomunista, votação com o partido, ligação com sindicatos e oposição a acordos de comércio com o exterior. O resultado da votação 381 dessa proposta, em 9 de agosto, teve rejeição de 356 congressistas contra 75 votos de outros, em plenário da HR. Nela saíram em desvantagem os GI ligados aos sindicatos, aos defensores de DH e de liberdade religiosa. A diferença de 281 votos qualifica o vigor dos grupos pró-comércio naquele momento e indica um desvanecimento, pelo menos momentâneo, das lembranças das imagens duras da Praça da Paz Celestial, em junho de 1989, mostradas pelos meios de comunicação. As oportunidades abertas pelo comércio com a RPC estiveram seduzindo os

⁵² Tradução da responsabilidade do autor deste trabalho.

componentes atuantes no processo decisório responsável pela retomada, a pleno, das relações sino-norte-americanas.

Vale observar que em 1994 foram apresentadas também duas propostas no Senado. A 14 de julho, o senador Dale Bumpers (D-AR) e os *cosponsors* senadores Byron L. Dorgan (D-ND), Jesse Helms (R-NC), Herb Kohl (D-WI) e Russ Feingold (D-WI) introduziram uma emenda à H. R. 4426, a S.AMDT. 2294, de autoria do deputado democrata pelo Wisconsin David R. Obey para suspender fundos para “treinamento parlamentar e democracia na RPC”⁵³. A H. R. 4426 dizia respeito à destinação de recursos para operações amplas de financiamento de programas de assistência econômica multilateral, assistência militar e assistência à exportação. Referente à RPC, a 4426 reconhecia restrições à destinação de fundos para a United Nations Population Fund (UNPF) devido à prática de aborto obrigatório e esterilização involuntário, decorrente à política do filho único implantada pelo governo de Pequim. Mas nada contém sobre destinação de fundos para operacionalização democrática. Os proponentes da emenda do senador Bumpers *et al* combinavam conservadorismo, anticomunismo e ideologia que se adequaram às fontes de financiamento, em particular os sindicatos. Contudo, o teor da emenda não estava em sintonia com o Executivo, na medida em que este preconizava um *spill over* de democracia e liberdade de mercado. Nessa medida, qualquer retraimento de fundos destinados ao incentivo a melhores práticas democráticas soava desconexo. Porém, a emenda foi aprovada no mesmo dia no Senado por 60 votos a 38, na RC 197.

A outra proposta daquele ano foi do senador republicano pelo Colorado Hank Brown, que a introduziu, em 5 de agosto, a S.AMDT.2462 juntamente com o senador democrata pelo Connecticut Joseph I. Lieberman. O propósito visava autorizar dada ao presidente da república da China (Taiwan), Lee Teng-hui, visitar os EUA. A proposta foi aprovada pela RC 265, de 5 de agosto, por 94 votos, tendo havido a abstenção de seis senadores, um deles republicano; não houve voto contrário. A questão era delicada, na medida em que os EUA não reconheciam formalmente Taiwan como unidade política. Mesmo que o presidente taiuanês empreendesse a visita em caráter particular - como se noticiou à época - o cargo que exercia poderia redundar em constrangimentos diplomáticos com a RPC. É verdade que o perfil político-ideológico de ambos os congressistas, em combinação com as fontes de financiamento, explicariam a iniciativa. Mas a autorização poderia se constituir em momentâneo constrangimento para o presidente dos EUA. Contudo, dado que naquele ano a

⁵³ Tradução de responsabilidade do autor deste trabalho.

maioria nas duas casas do Congresso fosse do Partido Democrata, a proposta da dupla Brown e Lieberman foi aprovada, naquele mesmo dia, por unanimidade na RC 265.

A partir de 1995 até 2000, anualmente houve propostas para neutralizar a renovação do *waiver*. Todas elas foram rejeitadas em plenário. Em 16 de junho de 1995, a tentativa foi do deputado republicano pela Virgínia Frank R. Wolf, por meio da proposta H. J. RES. 96, com o apoio dos republicanos Joe Barton (TX), Jim Bunning (KY), Dan Burton (IN), Lincoln Diez-Balart (FL), Dana Rohrabacher (CA), Christopher H. Smith (NI) e Gerald B. H. Solomon (NY), além dos democratas Neil Abercrombie (HI), Lane Evans (IL), Barney Frank (MA), Tom Lantos (CA), Edward J. Markey (MA) e Nancy Pelosi (CA). A proposta foi derrotada na votação 537, de 20 de julho, por 321 a 127. Entre os democratas, com exceção de Evans, os demais continuaram reticentes à renovação do NMF, como era previsível pela combinação das variáveis independentes. A postura dos republicanos citados pode ser explicada somente pelo perfil ideológico, de vez que as fontes de contribuição de campanha situavam-se, majoritariamente, entre os proponentes do estreitamento dos negócios com a RPC. De fato, no plenário 52 republicanos aprovaram a moção, enquanto outros 178 a rejeitaram.

Na medida em que os ecos da repressão na Praça da Paz Celestial se desvaneciam, outros pontos eram abordados pelos congressistas. Além das relações puramente econômico-comerciais, como foi adiantado em 1994, houve a autorização para a visita do presidente de Taiwan. Esta iniciativa foi replicada em 1995 em três oportunidades, uma delas no Senado. Em 6 de março e em 29 do mesmo mês o deputado Tom Lantos (D-CA) apresentou a H. COM. RES. 53, respectivamente com o mesmo intuito da ação do ano anterior. Seus *cosponsors* foram os democratas Neil Abercrombie (HI), Gary L. Ackerman (NY), Eliot L. Engel (NY), Barney Frank (MA), Maurice D. Hinchey (NY), Michael R. McNulty (NY), Frank Pallone Jr. (NJ), Donald M. Payne (NJ) e Zoe Lofgren (CA), mais os republicanos Dan Burton (IN), Michael N. Castle (DE), Peter T. King (NY), Dana Rohrabacher (CA) e Gerald B. H. Solomon (NY). Do Anexo A verificamos a forte presença dos sindicatos no financiamento destes congressistas, com perfis que combinavam liberalismo, anti-comunismo, preocupações com o desenvolvimento do EPL, DH, além de interesses comerciais. A votação 304, de 2 de maio, aprovou a proposta por 396 votos e 38 abstenções. No senado, a proposta (S.CON.RES. 9) foi apresentada em 3 de junho pelo senador Frank H. Murkowski (R-AK), acompanhado pelos senadores republicanos Hank Brown (CO), Conrad R. Burns (MT), John H. Chafee (RI), Thad Cochran (MS), Robert J. Dole (KS), Chuck Grassley (IA), Jessé Helms (NC), Richard G. Lugar, John McCain (AZ), Olympia J. Snowe (ME), Arlen Specter (PA) e John Warner, com os democratas Daniel K. Akaka (HI), Kent Conrad (ND) Russel D.

Feingold (WI), Joseph I. Lieberman (CT) e Claiborne Pell (RI). Mais uma vez pode-se verificar que a combinação dos GI financiadores com os perfis dos senadores pode explicar a posição tomada. A votação 157 no senado, de 9 de maio, aprovou a proposta por 97 votos contra apenas 1, e 2 abstenções. Nas duas casas não houve, assim, objeções consideráveis à visita de Lee Teng-hui. O acolhimento pelo Congresso norte-americano à solicitação do presidente de Taiwan realizar visita particular aos EUA foi um dos fatores de desgaste nas relações sino-norte-americanas, naquele momento.

A partir de 1996, a moções apresentadas no Congresso norte-americano com relação à RPC foram mais diversificadas, embora a questão da NMF continuasse a tomar a atenção dos congressistas anualmente. Isto porque as tensões ocorridas no Estreito de Taiwan em 1996 fizeram os membros do Congresso sair da letargia sedutora das lides econômico-comerciais. O que se deu naquele ano no Mar Amarelo contribuiu para que houvesse um acompanhamento simultâneo das questões econômico-comerciais e de segurança no Extremo Oriente, como será examinado no subitem 2.2.2. Desta forma, a análise das propostas e conseqüentes *roll call*, a partir de 1996, procurará contemplar esses dois domínios. Em relação à solicitação do *waiver*, em 1996, o deputado Dana Rohrabacher (R-CA) sugeriu, em 13 de junho, a H. J. RES. 182, a suspensão nos termos das anteriores. Novamente estiveram presentes, nessa proposta, os deputados Bunning (R-KY), Burton (R-IN), Diez-Balart (R-FL), Evans (D-IL), Frank (D-MA), Lantos (D-CA), Markey (D-GA), Pelosi (D-CA), Solomon (R-NY) e Wolf (R-VA); também a eles se juntaram os democratas Eliot L. Engel (NY) e Cynthia Ann McKinney (GA) e os republicanos Ileana Ros-Lehtinen (FL) e Christopher H. Smith (NJ). Novamente os GI contrários ao aprofundamento das relações comerciais saíram perdendo, pois a proposta foi derrotada na votação nº 284, de 27 de junho, por 286 a 141 votos.

2.2.1 A concessão da NMF e a obtenção da Permanent Normal Trade Relatios (PNTR)

O deputado Solomon (R-NY) introduz, em 3 de junho de 1997, mais uma proposta (H.J.RES. 79) para interromper a concessão de favorecimento da RPC nas questões comerciais com os EUA. Estavam com ele os deputados republicanos Bunning (KY), Burton (IN), Christopher Cox (CA), James A. Gibbons (NV), Duncan Hunter (CA) e os democratas Peter A. DeFazio (OR), Marcy Kaptur (OH), Markey (MA) e Pelosi(CA). Na votação nº 79, de 24 de junho, a proposta foi rejeitada por 259 votos a 173, na RC 231, de 24 de junho. A participação de Gibbons nessa proposta não é compreensível; seu perfil e os principais GI que financiaram suas campanhas não corroboram a sua participação na proposta. No caso de Kaptur, a participação de sindicatos e a concorrência de manufaturas chinesas no comércio

doméstico norte-americano poderão sinalizar alguma coerência na decisão daquele deputado. Segundo Clymer (1997), destacaram-se dois argumentos vitoriosos no plenário. Um deles apontava para a percepção de que não poderia ocorrer uma política de engajamento com a RPC sem que houvesse uma cooperação econômica, como defendia o deputado Lee Hamilton. (D-IN). O corolário seria atrair os chineses para as normas internacionais. O outro argumento seria a presença dos congressistas com base eleitoral nos estados produtores rurais, que se beneficiavam com as exportações para o Extremo Oriente; somavam-se a eles os deputados democratas James Albert McDermott e Thomas Stephen Foley, ambos do estado de Washington, base da Boeing, com contratos de venda de aeronaves para a RPC. Para o deputado DeLay (R-TX), a redução do nível de comércio entra os dois Estados teria consequência negativa para a influência que a liberdade norte-americana poderia ter sobre os chineses. O deputado democrata Lewis (GA) optou pela rejeição, embora tivesse ponderado em plenário sobre os problemas existentes na RPC.

Os 173 votos favoráveis da RC 231 foram, quantitativamente, a maior objeção à NMF desde 1992, quando o Congresso foi confrontado com o veto presidencial e não pôde derrubá-lo. O resultado da RC 231 mostrou uma confluência de interesses dos GI sindicalistas com os dos GI conservadores. A visita a periódicos da época revela contra-argumentos àqueles abordados acima. O deputado Gephardt (MO) teria ponderado que o melhor caminho seria a redução do nível de relações, para forçar a RPC a diminuir a rigidez política e conceder liberdade para a população. Esta idéia era oposta à do presidente Clinton.

Também em 1997 o plenário do Senado votou, em 17 de julho, a proposta S. 955, de autoria do senador republicano pelo Kentucky Mitch McConnell, que tinha sido apresentada, sem *cosponsor*, em 24 de junho. Recomendava a revogação da cláusula da NMF para a RPC. A votação nº 184 rejeitou-a por 77 votos a 22. Um dos articuladores da rejeição foi o democrata Max Sieben Baucus, natural de Helena (MT), onde o senador tem propriedades rurais e tem sua base eleitoral voltada para o setor do agronegócio. Baucus era um dos membros da Comissão de Agricultura no Senado e favorável à permanência da *Farm Bill*, como consta do seu portal⁵⁴.

O deputado Solomon (R-NY) insiste, em 4 de junho de 1998, em propor, mais uma vez, por meio da H.J.RES. 121, a suspensão da NMF para a RPC. Nesta nenhum outro congressista se alia a ele. Na votação nº 317, de 22 de julho, a proposta é rejeitada por 264 votos a 166. A mesma tendência se verifica nos dois anos seguintes tanto na HR quanto no

⁵⁴ Pode ser consultado o portal <http://baucus.senate.gov/issues/agriculture.cfm?view=mvwork>.

Senado. Em 1999, o deputado republicano Rohrabacher (CA) propõe a H. J. RES. 57, em 7 de junho, a não extensão, acompanhado dos deputados republicanos Barton (TX), Burton (IN), Hunter (CA) e Smith (NJ), e dos democratas Brown (OH), Frank (MA), McKinney (GA) e Pelosi (CA). Há uma rejeição em plenário, por meio da RC 338, de 27 de julho, de 260 votos a 170. A rejeição alinhou a liderança republicana na HR e os democratas moderados, com a percepção de que por meio do comércio poderiam influenciar positivamente a RPC a respeitar os DH. Sintonizado assim, o deputado Roemer (D-IN) assinalou que *“We can have a constructive, powerful engagement with China or we can have a new cold war with a new evil empire”*⁵⁵. Um depoimento contrário foi apresentado pelo deputado Wu (D-OR), nascido em Taiwan: *“The business of América must be more than just business, and engagement must be through more than just than cash register”*, conforme o articulista.

Também no Senado houve duas tentativas em 1999: uma do senador republicano Hutchinson (AR), que apresenta sozinho a S.AMDT 89, em 18 de março que exigia do Executivo a aprovação do Senado para que os EUA apoiassem a entrada da RPC na OMC; a RC 54, de 18 daquele mês, também rejeitou por 69 votos a 30; e outra apresentada pelo republicano, por New Hampshire, Bob Smith (S.J.RES.27) que desaprovava a concessão da PNTR para a RPC, em 7 de junho, juntamente com o democrata Feingold (WI) e a republicana Snowe (ME). Desta feita a desaprovação em plenário, de acordo com a RC 213, de 20 de julho, foi de 87 votos a 12.

Contudo, em 2000 verifica-se uma dinâmica nova nas duas casas legislativas, no que toca aos assuntos de política externa dos EUA respeitante à RPC. As propostas não são apresentadas como interrupção à renovação do *waiver*. Os termos com que elas são levadas a plenário para votação reconhecem as relações, mas tentam condicioná-las. E mais: começaram a ser levadas a plenário moções que se relacionavam à entrada da RPC na OMC. Assim é que, a 15 de maio, o deputado republicano Archer (TX) leva para votação a H.R.4444, junto com os colegas republicano Crane (IL) e democrata Tanner (IN), para “autorizar a extensão do tratamento não-discriminatório (tratamento de relações normais de comércio) à RPC e para estabelecer uma estrutura [operacional] entre os EUA e a RPC”⁵⁶. Referente a essa moção, o plenário votou duas vezes: rejeitou-a em 24 de maio, segundo a RC 227, por 258 votos a 176, por causa da inexistência de documento explicativo; e a aprovou no mesmo dia, após a apresentação das explicações formalmente, por meio da RC 228, com 237 votos favoráveis e

⁵⁵ Conforme o artigo de Eric Schmitt intitulado “House Renews China’s Trading Benefits”, publicado no New York Times de 28 jul. 1999.

⁵⁶ Título da H.R.4444, cuja tradução é de minha inteira responsabilidade.

197 contra. Ainda em 2000, o deputado republicano Dreier (CA) introduz, sozinho, a proposta H.RES.510 em 23 de maio, para que se autorizasse o tratamento normal nas relações de comércio com a RPC. O plenário da HR aprova por 294 votos a 136, em 24 de maio, por meio da RC 225. No Senado, a H.R.4444 é aprovada depois de três votações. A primeira delas referiu-se ao encerramento dos debates; assim, por 86 votos a 12, a RC 231 encerrou-os em 27 de julho. Em 7 de setembro o plenário voltou a se reunir para o exame das considerações resultantes dos debates; o relatório dessas considerações foi levado a votação, e foi aprovado por 92 votos contra 5, na RC 233. Por fim, em 19 daquele mesmo mês, a RC 251 aprova, por 83 votos a 15, a autorização para que seja estendido o tratamento normal nas relações com a RPC.

Vale ressaltar a importância da RC 228 na HR e a da RC 251 no Senado, conseqüentes à H.R.4444: nestas votações os congressistas decidiram, nas duas casas, pela aprovação da PNTR com a RPC, cujo instrumento legal é a *Public Law 106-286-Oct.10.2000*⁵⁷. Trata-se do fim de um ciclo de discussões anuais referentes à continuidade, sem discriminações) das relações econômico-comerciais sino-norte-americanas. Nos anos seguintes, como se verá, permanecerão resistências, com diferentes argumentos e motivações. Mas essas votações foram importantes para que os EUA pudessem beneficiar-se depois com a entrada da RPC na OMC. Com o reconhecimento norte-americano por meio da PNTR e como Estado-parte daquela organização internacional, os chineses seriam obrigados a desgravar os produtos dos EUA e moldarem-se às regras referentes aos seguros e serviços financeiros. Parte dos congressistas acreditava também que essas iniciativas levariam a RPC a assimilar, gradualmente, as práticas democráticas ocidentais e a respeitar os DH. O senador republicano Brownback (KS), por exemplo, declarou, na ocasião, que nutria muito boas expectativas com o estabelecimento da PNTR e com a entrada da RPC na OMC. Segundo ele, dados esses passos, os chineses seriam mais diretamente influenciados pela globalização econômica, na medida em que eles estariam operando dentro de regras comuns com todos os demais Estados. Esperava, portanto, que a RPC fosse instada a realizar reformas econômicas e financeiras, citando como exemplo a bancária⁵⁸.

O ano de 2000 ainda mostrou resistências às relações EUA-RPC no campo econômico-comercial. Assim é que, em 7 de setembro, são apresentadas três moções, duas do

⁵⁷ O texto da *Public Law 106-286-OCT, 10, 2000 Normal Trade Relations for the People's Republic of China* pode ser obtida no portal <http://books.google.com.br/books?isbn=1428953418>.

⁵⁸ Tais declarações estão disponíveis em <http://www.freetrade.org/node/807/print>, da Cato's Center for Trade Policy Studies.

senador democrata, pelo Minnesota, Wellstone (S.AMDT. 4119 e 4120) e uma do senador Hollings (S.AMDT.4122); e em 12 daquele mês, o senador Hollings (D-SC) volta a propor as S.AMDT 4134 e 4135. E ainda em 13 daquele mês o senador Feingold (D-WY) introduz a proposta 4138. As moções do senador Wellstone propunham que os EUA só concordassem com a entrada da RPC na OMC se fossem cumpridos determinados requisitos. Estes se referiam aos acordos assinados entre os dois Estados nos anos 90:

a) Memorando de Entendimento sobre Proibição do Comércio de Produtos de Trabalho de Prisioneiros, assinado pelos dois Estados em 7 de agosto de 1992;

b) Declaração de Cooperação sobre o Memorando de 1992, tornada pública em 14 de março de 1994;

c) Solene Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, assinado pela RPC em outubro de 1998; e

d) acordo bilateral referente ao acesso da RPC na OMC, assinado pelos dois países em 15 de novembro de 1999.

Com base nesses instrumentos, o propósito das moções era criar severas condicionalidades para o acesso da RPC àquela organização multilateral. Em síntese, exigia-se que a RPC iniciasse a revisão jurídica da estrutura voltada para a reeducação pelo trabalho, existente no sistema prisional chinês; que permitisse o acesso de agências humanitárias internacionais, de diplomatas e de jornalistas estrangeiros às províncias de Xinjiang e Tibet para apreciar a situação dos DH *in loco*; e que aceitasse dialogar com os EUA, em alto nível, especificamente sobre liberdade religiosa e que iniciasse diálogo com o Dalai Lama. Significa, portanto, que o senador Wellstone introduziu condições que, para os chineses, constituíam pontos politicamente sensíveis. Levada a plenário, as moções foram rejeitadas 74 votos a 22, segundo a RC 246, de 13 de setembro. A iniciativa do senador Wellstone é coerente com o seu perfil político-ideológico e com as suas fontes de financiamento. Dos congressistas que votaram favoravelmente à proposta, estavam os democratas Bayh (IN), Byrd (WV), Dorgan (ND), Hollings (SC), Leahy (VT), Sarbanes (MD) e Feingold (WI), além dos republicanos Helms (NC), Hutchinson (AR), Inhofe (OK), Smith (NH), Snowe (ME) e Specter (PA). Como pode ser verificado no Anexo A, há coerência na postura deles, nesta votação.

A proposta 4122 do senador Hollings teve menor adesão; foi excessivamente sintética, ao tratar da revogação da Lei de 1974 e sugerir o apoio à entrada da RPC na OMC. Foi rejeitada na RC 236, no mesmo dia em que foi apresentada. O resultado da votação em plenário foi de 81 votos a 13. Dos senadores que votaram favoravelmente às moções 4119 e 4120, mantiveram a posição aqui os senadores Bayh, Byrd, Dorgan, Helms, Hutchinson,

Inhofe, Leahy, Sarbanes, Smith, Snowe e Specter. Diante desse resultado, o senador Hollings apresentou as outras propostas, mas com alvos diferentes. Com a 4134, o senador sugeria que a *Securities and Exchange Commission* incluísse nos relatórios a variação de abertura e fechamento de postos de trabalho no exterior, em função das receitas que os EUA obtivessem com o comércio exterior. As outras moções sugeriam que o Executivo informasse semestralmente ao Congresso a variação da balança comercial sino-norte-americana. Havia especial atenção para os grãos e os produtos de tecnologia avançada. A 4134 foi rejeitada pela RC 247, de 14 de setembro, por 90 votos a 6; a 4135 também teve o mesmo resultado na RC 250, na mesma data, por 81 a 16..

Já a proposta do senador Feingold (D-WI) se refere a alterações pontuais no texto da H.R. 4444. Sugere que a Comissão Executiva do Congresso elabore relatórios a cada 12 meses com as recomendações de ações para o Executivo ou para o Legislativo no caso de serem necessárias alterações no comércio com a RPC. Mais uma vez, o plenário se mostra refratário a mudanças na H.R. 4444, rejeitando por 78 votos a 18 a sugestão do senador Feingold na RC 245, daquele 13 de setembro.

A partir de 2000, no que diz respeito à abordagem econômico-comercial, são ainda dignas de referência algumas propostas e votações subsequentes. A H.RES. 414 é proposta pelo deputado republicano Phil English (PA), em 28 de outubro de 2003, para que o Congresso solicite à RPC que cumpra as regras da OMC, por meio de reformas monetária e do mercado financeiro. Os *cosponsors* nesta proposta foram os companheiros de partido Tom DeLay (TX), Baker (LA), Coble (NC), Gingrey (GA), Hayworth (AZ) e Johnson (CT) além dos democratas Boswell (IA), Cramer (AL) e Hill (IN). O exame isolado das fontes de financiamento não explicaria satisfatoriamente o engajamento desses deputados na proposta. Vê-se, mais uma vez, que a combinação delas com os perfis ajudam a entender a opção por tal engajamento. Esses congressistas tiveram financiamento tanto de sindicatos e do segmento defesa quanto do segmento de negócios. O conjunto de argumentos contidos na proposta indica a percepção negativa daqueles congressistas em relação à condução da economia pelo governo de Pequim e à sua articulação na OMC. Pode-se afirmar que há legisladores norte-americanos preocupados com uma “flexibilização” chinesa das regras daquela organização multilateral. Pode-se inferir ainda que havia, naquele momento, desconfiança sobre as intenções da RPC ao aderir a esse regime. A reafirmação disto aparece na H.RES.576, de 24 de março de 2004, do deputado democrata Watson (CA), junto com os colegas de partido Berman (CA), Lantos (CA), Bárbara Lee (CA), Payne (NJ) e Wexler (FL) e os republicanos Burton (IN), Hyde (IL) e McCotter (MI). A moção exige que o governo da RPC melhore o

controle sobre os direitos à propriedade intelectual [de empresas estrangeiras]. O plenário se manifesta em 14 de julho pela RC 374, de 14 de julho de 2004, com 416 votos favoráveis e 3 contrários: os irmãos Diaz-Balart (FL) e Ros-Lehtinen (FL). Não se conseguiu detectar as razões que levaram esses três deputados republicanos a decidirem pelo voto contrário. Afinal, o tema é suficientemente sensível, na medida em que importa no pagamento de *royalties* aos detentores de patentes. É do domínio público o contorno das normas que compõem tais direitos pelas empresas chinesas.

Em 6 de abril de 2005, o senador democrata Schumer (NY) propôs a S.AMDT. 309. Ele foi acompanhado pelos colegas de partido Bayh (IN), Dodd (CT), Feingold (WI) e Kohl (WI)), mais os republicanos Bunning (KY) e Graham (CA). O argumento central da moção era que o superávit comercial chinês era utilizado, internamente, para modernizar o EPL, não para melhorar os salários dos trabalhadores. O superávit estaria sendo obtido por mecanismos condenáveis, tomando-se por base as regras da OMC. Um dos artifícios alegados pelos congressistas era a desvalorização da moeda chinesa, o Yuan, frente ao dólar norte-americano. A relação entre as moedas dos dois Estados estaria prejudicando os EUA, ao gerar desemprego, na medida em que os produtos norte-americanos perdiam competitividade. Outros argumentos citados era o desrespeito às propriedade intelectual que, para os proponentes, era completamente ignorada pelos chineses; e o emprego de subsídios para os negócios. A recomendação era que o plenário aprovasse a proposta com a recomendação para que se instasse a RPC a: valorizar a sua moeda; obedecer as regras da OMC; respeitar a propriedade intelectual. O plenário do Senado votou a proposta naquele mesmo dia pela RC 86. O resultado foi a rejeição por 67 votos a 33, isto é, 1/3 foi favorável.

A última proposta referente às relações econômico-comerciais sino-norte-americanas foi introduzida em 17 de julho de 2007, por iniciativa do deputado democrata Marshall (GA), com o acompanhamento dos colegas de partido Barney Frank (MA) e dos republicanos Bachus (AL) e Roskan (IL). Por meio da H.RES. 552, o grupo pedia ao plenário que fosse favorável a solicitar a RPC para respeitar os investimentos norte-americanos, não os discriminando e, assim, cumprisse as normas da OMC referentes ao assunto. A votação foi francamente favorável, por 401 votos a 4, segundo a RC 850, de 5 de setembro de 2007. Todos os quatro que votaram contrariamente à proposta eram do partido republicano: os irmãos Diaz-Balart (FL), McCotter (MI) e Ros-Lehtinen (FL). Desses quatro, somente a deputado Ros-Lehtinen é considerada moderada; os demais são anticomunistas. Coincidentemente, todos são católicos romanos. Os GI ideológicos e os sindicatos que financiam alguns deles poderiam ser parte da explicação pela opção.

O quadro 1 – Concessão da NMF e obtenção da PNTR - abaixo sintetiza as aprovações (A) e as rejeições (R), nas duas casas, das propostas analisadas neste sub-tópico. Os anos são indicados pelos dois últimos dígitos. A sequência das propostas obedece a data de introdução em plenário. O quadro teve que ser desmembrado para melhor formatação das páginas e da distribuição pelos anos em que elas ocorreram.

[illegible]

Continuação do quadro 1

Proposta/ano	Descrição/ano	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07
H.J.RES.121	Desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.	R									
H.J.RES.57	Desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.		R								
S.AMDT.89	O Executivo deveria submeter ao Senado o apoio dos E UA à entrada da RPC na OMC.		A								
S.J.RES.27	Desaprovação da condição de PNTR para a RPC.		R								
H.R.4444	Autoriza o estabelecimento da PNTR.			A							
H.RES.510	Considera a H.R. 4444 para conceder a PNTR.			A							
S.AMDT.4119	Proíbe importação de produtos chineses feitos por detentos.			R							
S.AMDT.4120	Reconhece discretos avanços da RPC na organização da produção obtida nas cadeias.			R							
S.AMDT.4122	Revogação da Lei de 1974 e propunha o apoio à entrada da RPC na OMC.			R							
S.AMDT.4134	Inclusão nos relatórios da influência da importação de produtos chineses na variação dos postos de trabalho nos EUA.			R							
S.AMDT.4135	Sugere que o Executivo reporte, por ano, o balanço do comércio de grãos com a RPC.			R							
S.AMDT.4138	Recomenda ações para o Executivo e para o Legislativo, função da proposta anterior.			R							
H.RES. 414	Exigir da RPC que cumpra as regras da OMC.						A				
H.RES.576	Exigir da RPC que cumpra regras de propriedade intelectual.							A			
S.AMDT.309	Verificar se o superávit comercial chinês está aplicado, em parte, no EPL.								R		
H.RES.552	Exigir que a RPC respeite os investimentos de empresas dos EUA.										A

Quadro organizado pelo autor, com base nos dados nos portais da Biblioteca do Congresso, da Câmara dos Representantes e do Senado dos EUA.

Nota-se uma concentração de propostas rejeitadas no ano 2000, após a aprovação da H.R. 4444: do total de 15 propostas rejeitadas, 6 foram naquele ano. A disposição do Congresso norte-americano foi, claramente, de superar o desgaste anual na disputa política em torno do *waiver*.

2.2.2 Preocupação com a Segurança no Extremo Oriente e o acompanhamento do EPL

Um ponto já adiantado anteriormente é a ligação dos EUA com Taiwan, cuja última formalidade legal foi instituída pelo TRA, de 10 de abril de 1979. Pode-se mesmo afirmar que o desgaste provocado pela autorização do Congresso (a partir da H.CON.RES.53, já analisada) para a visita do presidente da ilha, Lee Teng-hui, aos EUA ocorrida em 1995, contribuiu para o contencioso no Estreito de Taiwan em 1996. O governo da RPC protestou lembrando de dois acordos assinados pelos governos dos dois Estados: o Comunicado de Shanghai, de 1972, por meio do qual os EUA reconheciam o princípio de “Uma só China”; e o outro acordo - tornado público em 1979 - foi o Comunicado de Normalização [das relações], onde os EUA reconheciam que a RPC tinha o único governo da China. A proximidade de engajamento de componentes militares dos EUA e da RPC naquele Estreito, em 1996, criou instabilidade momentânea em todo o Extremo Oriente e preocupação do Congresso norte-americano. Consubstanciou-se entre 1994 e 1996 a dificuldade das lideranças norte-americanas de exercitar o jogo de dois níveis sugerido por Putnam: reconciliar as demandas domésticas – aquelas favoráveis a Taiwan e as outras com interesse na RPC – e as relações com Pequim. A autorização gerou um desequilíbrio entre os dois níveis porque, ao autorizar a visita, as autoridades dos EUA experimentaram desgaste político nas relações sino-norte-americanas.

As preocupações com a crise no Estreito foram expressas por meio de iniciativas em 1996. O deputado republicano Cox (CA) apresentou uma proposta, a H.CON.RES.148, em 7 de março, com a condenação dos exercícios militares da RPC no Estreito. Acompanharam-no os companheiros de partido Armev (TX), Barton (TX), Bohener (OH), Brownback (KS), Bunning (KY), Burton (IN), DeLay (TX), Diaz-Balart (FL), English (PA), Gilman (NY), Hunter (CA), Hyde (IL), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL), Shadegg (AR), Smith (NJ), Solomon (NY) e Wolf (VA), além dos democratas Ackerman (NY), Andrews (NJ), Berman (CA), Brown (OH), Foley (WA), Lantos (CA), Payne (NJ) e Pelosi (CA). O sumário da proposta acrescentava que a defesa de Taiwan estava ameaçada pelos exercícios efetuados pelo EPL e que os EUA deveriam demonstrar maior vigor na contestação. A RC 70, de 19 de março aprovou a proposta por 369 votos a 14. Ainda em 1996, o mesmo deputado Cox

introduziu outra proposta em 25 de junho, a H.RES.461, por meio da qual asseverava que o EPL contribuía para o comércio internacional ilegal de material de defesa. A proposta também sugeria condenar a RPC por desrespeito aos DH e por contribuir para a proliferação de armamento nuclear. Cox foi acompanhado dos deputados republicanos: Arme y (TX), Bohener (OH), DeLay (TX), Gilman (NY), Hyde (TL), Royce (CA) e Solomon (NY). A proposta foi aprovada em 27 de junho pela RC 285 com 411 votos contra 11. As fontes de financiamento e os perfis dos congressistas ajudam a compreender o engajamento desses congressistas. Mas nem por isso deixa de revelar a preocupação do Congresso com as ações da RPC no domínio da segurança.

Assim, a partir em 1997 as RC relacionadas à RPC, nas duas casas legislativas, passaram a contemplar também propósitos relacionados ao TRA e à atividades do aparato militar chinês. Em 3 de setembro de 1997, o deputado republicano Hunter (CA) propõe, sozinho, a H.R.2386 para autorizar a aquisição de um sistema de defesa contra mísseis balísticos por Taiwan, dentro do TRA e compatível com o sistema de defesa contra mísseis balísticos norte-americano idealizado para a Ásia-Pacífico. A proposta foi votada em 6 de novembro duas vezes. A primeira RC, a 601, foi desfavorável por 301 a 116 votos, por necessidade de maiores informações. A segunda, RC 602, aprovou a proposta por 245 votos a 175. A oportunidade vista pelo proponente é coerente com a conjugação do seu perfil político-ideológico e da origem do seu financiamento de campanha. Pode-se inferir que outros deputados simpáticos a Taiwan tenham ajudado a aprovação da moção.

No mesmo ano, em 9 de outubro, a deputado Fowler (R-FL) introduziu moção H.R. 2647 para garantir que empresas ligadas ao EPL fossem monitoradas nos EUA. Algumas dessas empresas dedicavam-se ao comércio de material de defesa. Acompanhavam-no os colegas de partido Burton (IN), Cox (CA), Gibbons (NV), Hunter (CA), Hyde (IL), Rohrabacher (CA), Shadegg(AZ), Smith (NJ), Solomon (NY) e Wolf (VA), mais os democratas Markey (MA) e Pelosi (CA). A RC 614, de 7 de novembro, aprova-a por 408 votos a 10. Pode-se afirmar que os episódios de 1996 impactaram no Congresso na medida em que legisladores moderados – alguns deles citados aqui – e, até, inteiramente favoráveis às relações EUA-RPC sem restrições, como o deputado Gibbons, reconheceram a necessidade de o Congresso acompanhar com maior frequência os assuntos ligados ao aparato de defesa da RPC.

As preocupações dos congressistas com o aparato militar da RPC e a questão Taiwan continuaram em 1998 por meio de três propostas na HR e duas no Senado. A primeira delas foi introduzida em 12 de maio pelo senador Hutchinson (R-AR), a S.AMDT. 2387. Ela se

relacionava com atividades comerciais de empresas chinesas do EPL nos EUA. O senador foi acompanhado pelo colega Abraham (R-MI). Argumentava-se proposta tinha que as atividades eram danosas à segurança nacional; deveriam ser, então, ser identificadas e coibidas. Dado que muitas dessas atividades comerciais relacionavam-se a compras de sistemas e equipamentos eletrônicos de emprego dual, a interrupção *tout court* significava, provavelmente, reduções de receitas para as empresas fabricantes. Assim é que, a 14 de maio, a RC 136 rejeita a proposta por 76 votos a 24. Os perfis dos dois congressistas proponentes e os GI de cunho ideológico não obtiveram sucesso com a moção. Mas a questão da possibilidade de transferência de tecnologia de emprego dual que beneficiasse o EPL continuou como fonte inspiradora de moções. O deputado Solomon (R-NY)) reabre a discussão com a proposta H.RES. 463, de 9 de junho, para constituir um comitê para assuntos comerciais-militares e de segurança nacional respeitante à RPC. O foco era a comercialização de material que ensejasse aperfeiçoamento da indústria nuclear chinesa e de fabricação de mísseis balísticos. Esta proposta foi aprovada pelo plenário da HR por larga margem, 409 votos a 10, pela RC 245 de 18 de junho. Vale observar que em 17 daquele mês o próprio Solomon reforçara aquela moção com outra, a H.RES. 476, nos mesmos termos da 463. Não foi possível averiguar a razão desse ato. Contudo, a votação desta moção, a RC 244, também de 18 de junho, ocorreu horas antes da RC 245: a 244 foi votada às 13h45, com aprovação de 226 votos a 197; a 245 foi votada às 15h11. Essas duas últimas votações mostram que a HR passou a acompanhar mais de perto os assuntos relacionados à segurança no Extremo Oriente.

Com relação a Taiwan, ainda em 1998, o senador republicano Lott (MS) entra com a S.CON.RES. 107 em 7 de julho, para que o plenário do Senado examine os dados atualizados referentes à segurança da ilha e vote iniciativas de aperfeiçoamento da sua defesa, dentro do TRA. Acompanham-no os republicanos Abraham (MI), Ashcroft (MO), Bond (MO), Brownback (KS), Hutchinson (AR) e McCain (AZ); nenhum democrata constava como *cosponsor*. O exame do Anexo A revela que a maioria desses senadores rejeita as relações com a RPC, sendo três incondicionalmente; o financiamento das suas campanhas é balanceado entre segmentos de GI ideológicos e de defesa ao lado do agronegócio. A moção é aprovada por unanimidade em 10 de julho, pela RC 196. Também na HR, o deputado republicano DeLay (TX) propõe a H.CON.RES. 301, em 17 daquele mês, com texto semelhante àquela do senador Lott. Acompanharam-no os republicanos Armey (TX), Bachus (AL), Bliley (VA), Blunt (MO), Boehner (OH), Chabot (OH), Coburn (OK), Cox (CA), Cubin (WY), King (NY), Latham (IA), Rohrabacher (CA), Shadegg (AZ), Sununu (NH) e Tiahrt (KS), além dos democratas Ackerman (NY), Andrews (NJ), Berman (CA), Sherrod Brown (OH), e Jefferson

(LA). Reforçava-se, segundo o texto, a recomendação de que as questões pertinentes aos dois lados do Estreito de Taiwan fossem resolvidas por meios pacíficos, de modo a não afetar os interesses norte-americanos na região. A RC 300, de 20 de julho aprovou a proposta por 390 votos a 1.

Em 1999, os 20 anos do estabelecimento do TRA são lembrados, mediante a moção H.CON.RES. 56, de 17 de março, do deputado republicano Gilman (NY). Juntam-se a ele os colegas de partido Burton(IN), Chabot (OH), Cox (CA), DeLay (TX), Hunter (CA), Rohrabacher (CA) e Christopher Smith (NI), mais os democratas Ackerman (NY), Berman (CA), Sherrod Brown (OH) e Lantos (CA). A lembrança da data e a proposta de reafirmação do Ato foi aprovada por 429 votos a 1, em 23 de março, pela RC 62.

No ano seguinte, o deputado republicano Armeý (TX) sugere que o plenário se congratule com o povo de Taiwan pelo sucesso nas eleições presidenciais na ilha, e que a HR reafirme a política norte-americana para Taiwan. Propõe, assim, a H.CON.RES. 292. Os deputados republicanos que tomaram parte na proposta foram Chabot (OH), Cox (CA), DeLay (TX), Lincoln Diaz-Balart (FL), Fowler (FL), Gibbons (NV), Gilman (NY), Rohrabacher (CA), Royce (CA), Sessions (TX) e Tancredo (CO). Os democratas foram Berman (CA), Sherrod Brown (OH) e Lantos (CA). A proposta foi aprovada por 418 votos a 1, por meio da RC 77, de 28 de março. Em 2000 também houve exame de questões ligadas ao desenvolvimento militar chinês no Senado. O senador republicano Robert Smith, de New Hampshire, introduziu, individualmente, a S.AMDT. 4129, em 7 de setembro, com o propósito de levar à apreciação do plenário a proposta de criação de uma comissão para, sistematicamente, acompanhar as atividades de obtenção de itens por empresas do EPL, que tivessem ligações com congêneres dos EUA. Essas atividades de obtenção cobririam desde munições e itens de consumo imediato até componentes úteis a equipamentos e sistemas espaciais. A preocupação especial era com o desenvolvimento da capacidade de lançamento de mísseis balísticos e o controle da sua atitude em vôo. Isto porque poderiam ser adquiridos itens sensíveis juntamente com outros produtos. Complementarmente, a moção também contemplava o monitoramento da proteção ambiental na RPC. Vê-se que os argumentos repousam em assuntos de defesa e, supostamente, de meio ambiente. O plenário, em 13 de setembro, apreciou a moção e rejeitou-a por 66 votos a 29, por meio da RC 241. Os GI que correspondentes à fonte de financiamento do senador e o seu perfil são coerentes com a sua iniciativa. Mas no âmbito do Executivo, naquele ano, foi instituída uma Comissão de Acompanhamento EUA-RPC para a Economia e Segurança, segundo a Lei nº 106-398. Esta

foi modificada nos anos seguintes. A partir de então, anualmente é publicado pelo Congresso um relatório de atividades nesses dois domínios relativos à RPC.

Em 15 de outubro de 2003, o deputado democrata Wexler (FL) introduz a H.CON.RES 302, juntamente com os colegas de partido Ackerman (NY), Berman (CA), Brown (OH), Engel (NY), Kaptur (OH) e Lantos (CA) e os republicanos Burton (IN), Chabot (OH), Cox (CA), Lincoln Diaz-Balart (FL), Kirk (IL), Rohrabacher (CA) e Ros-Lehtinen (FL). O argumento era que o Congresso deveria expressar as boas vindas ao presidente de Taiwan, Chen Sui-bien, que tinha agendado visita aos EUA naquele mês. A RC 596, de 30 de outubro, aprovou a proposta por unanimidade. Mais uma vez aparece a força dos GI com atividades de interesse em Taiwan. O desgaste nas relações EUA-RPC não foi tão profundo como em 1996; mas as notas de protesto de Pequim ocorreram de pronto.

A importância do TRA é recorrente, pois em 23 de junho de 2004 o deputado republicano Hyde (IL) reuniu companheiros de HR para propor a H.CON.RES. 462 ao plenário que examine a reafirmação da responsabilidade [dos EUA] com o TRA. Estavam presentes a nessa proposta os republicanos Chabot (OH), King (NY), Kirk (IL), McCotter (MI), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL) e Christopher Smith (NJ), mais os democratas Abercrombie (HI), Berman (CA), Lantos (CA), Schiff (CA), Wexler (FL) e Wu (OR). O plenário decidiu na RC 379, de 15 de julho, pela aprovação por 400 votos a 18.

Em 10 de junho de 2005 o deputado republicano Wolf (VA) propôs, sem acompanhamento, a H.R.2862 a qual, entre outros propósitos, recomendava na seção 635 que a Comissão deveria investigar e relatar [para o Congresso] “o papel da RPC na proliferação de armas de destruição em massa e de outros armamento, incluindo ações que os EUA devessem tomar para encorajar a RPC a cessar tais práticas”⁵⁹. A moção foi aprovada pela RC 329, de 16 de novembro, por 94 votos a 5. A partir de então, a cada 30 de outubro, a Comissão emite um relatório para o Congresso. O último relatório para o Congresso da *US-China Economic and Security Review* foi, então, distribuído em novembro de 2007. A Comissão conta com três congressistas. A formalização da periodicidade do relatório é um reflexo do sucesso dos GI pertencentes direta ou indiretamente ao segmento de defesa.

Vale mencionar que no ano de 2005 o Congresso votou duas outras propostas referentes a atividades militares da RPC e ao TRA, ambas por iniciativa do deputado republicano Hyde (IL). A primeira delas foi a H.RES. 57, de 1º de fevereiro, por meio da qual aquele congressista sugeria ao plenário que aprovasse a solicitação para que a União Européia

⁵⁹ Tradução de minha inteira responsabilidade. O texto original pode ser obtido em <http://thomas.loc.gov/cgi-bin/bdquery/z?d109:HR02862:@@D&summ2=m&>.

(UE) mantivesse o embargo de fornecimento de armamentos para a RPC. Acompanharam-no os colegas de partido Chabot (OH), Gallegly (CA), Hostetter (IN), Hunter (CA), Kirk (IL), McCotter (MI), Ros-Lehtinen (FL) e Sessions (TX), mais os democratas Berman (CA), Lantos (CA) e Ryan (OH). O plenário decidiu pela aprovação por 411 votos a 3. A segunda moção do deputado Hyde referiu-se à decisão legal da RPC instituindo a lei anti-secessão, tendo como alvo Taiwan. A H.CON.RES. 98 teve por *cosponsors* os republicanos Burton (IN), Chabot (OH), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL), Christopher Smith (NJ) e Tancredo (CO), mais os democratas Sherrod Brown (OH) e Lantos (CA). A preocupação deste grupo de congressistas era com a possibilidade legal, mas unilateral pela RPC, de utilizar o EPL contra a ilha, em caso de esta declarar-se independente. Esta possibilidade, se fosse concretizada, apontaria para a quebra do *status quo* regional. A moção também ressaltava os danos para os EUA, decorrentes dessa concretização. O plenário aprovou a sugestão por 424 votos a 4, pela RC 81 de 16 de março.

O último relatório, na parte referente à segurança, reconhece um fenômeno que foi acentuado com o fim da GF: o aprofundamento da trans-nacionalização de grandes empresas. No setor de pesquisa e desenvolvimento, significativo número delas estaria se transferindo para a RPC, em decorrência de vantagens lá identificadas. Parcela daquelas empresas produz itens de tecnologia dual. O relatório aponta que vários itens oferecidos pelos tradicionais fabricantes de material de defesa norte-americanos já incorporavam itens fabricados na RPC. Neste caso estão itens eletrônicos embarcados em aeronaves de combate, mísseis, sistemas militares diversos e equipamentos isolados. A preocupação expressa no documento caracteriza uma crescente dependência de componentes importados. Posto que não esteja explícito, pode-se afirmar que os congressistas norte-americanos começam a perceber um desconforto com a redução da autonomia na fabricação de material de defesa, mesmo aqueles que se situam na fronteira tecnológica. Outra parte do relatório destaca do estreitamento dos laços dos EUA com Taiwan, pela importância como pólo de ciência e tecnologia.

Respeitante às relações entre os dois lados do Estreito, o relatório aponta que a estratégia de defesa RPC contempla o desenvolvimento e a aquisição de meios para a incorporação de Taiwan. Para tanto, esses meios teriam que ser capazes de deter, ou retardar, forças estrangeiras, especialmente norte-americanas, que fossem em auxílio da ilha. Consequentemente, adianta o relatório, a capacidade naval do EPL deve ser tal que possa defender os interesses da RPC na região e ao redor do planeta. Isto porque a RPC é dependente de matérias-primas e energia importadas. Logo, garantir o trânsito seguro dos navios pelas linhas de comunicação marítimas (LCM) é vital para a RPC. Porém, o relatório

reconhece que os ramos do EPL, principalmente no mar, são inconsistentes para a execução de tarefas de tal envergadura. O EPL estaria, hoje, em condições de projetar poder sobre Taiwan, mesmo assim com limitações⁶⁰.

Portanto, para os EUA e o seu Congresso, os assuntos referentes ao desenvolvimento militar da RPC e a questão Taiwan ocupam espaço privilegiado na agenda das duas casas legislativas. Esses assuntos competem com o eixo de interesses econômico-comercial. Como um dos chamados “novos temas” nas relações internacionais, os congressistas reservam espaço para examinar os DH na RPC, como se verá a seguir. Contudo, ressalta-se que por vezes uma dada proposta apresentada para votação em plenário contém argumentos de domínios diferentes. Pode-se afirmar, então, que há, nesses casos, contaminação dos temas econômico-comercial ou segurança pelos DH.

O quadro 2 – Segurança - resume as aprovações e as rejeições das propostas levadas a plenário no tocante a este subitem. As duas primeiras fazem parte do quadro anterior; contudo, são aqui anotadas por alcançarem o domínio da defesa no seu conteúdo. Haverá outros casos em que dada proposta atinge domínios distintos, o que determina a entrada da proposta em dois quadros.

Proposta/ano	Descrição/ano	89	90	91	92	93	94	95	96	97
S.AMDT. 271	Suspensão de munição e helicópteros para o EPL.	A								
H.J.RES. 263	Acompanhamento do desenvolvimento da Marinha do EPL.			A						
S,AMDT. 2462	Sugestão para conceder visto para entrada do presidente de Taiwan.						A			
H.CON.RES. 53	Aprovação da visita privada do presidente de Taiwan.							A		
H.CON.RES. 9	Mesmo texto anterior, no Senado.							A		
H.CON.RES. 148	Condenação dos exercícios militares do EPL no Estreito de Taiwan.								A	
H.RES.461	Condenação do EPL por contribuir para o comércio ilegal de armas.								A	
H.R. 2386	Manutenção do TRA.									A
H.R. 2647	Garantia do monitoramento das atividades comerciais do EPL nos EUA.									A

⁶⁰ O 2007 Report to Congress, de 30 de novembro de 2007, é dividido em oito capítulos, dos quais são relevantes

Continuação do quadro 2.

Proposta/ano	Descrição/ano	98	99	00	01	02	03	04	05
S.AMDT. 2387	Relatar atividades comerciais de empresas do EPL nos EUA.	R							
H.RES. 463	Proibição de transferência de tecnologia dual para a RPC.	A							
H.RES. 476	Criação de comitê para a segurança nacional em assuntos militares/comerciais referente à RPC.	A							
S.CON.RES. 107	Exame da situação da defesa de Taiwan.	A							
H.CON.RES. 301	Reafirmação dos compromissos dos EUA com Taiwan.	A							
H.CON.RES. 56	Comemoração dos 20 anos do TRA.		A						
H.CON.RES. 292	Congratulação com o povo de Taiwan pelo sucesso nas eleições presidenciais.			A					
S.AMDT. 4129	Criação de comissão para acompanhar atividades comerciais de empresas norte-americanas com o EPL.			R					
H.CON.RES. 302	Concessão de boas vindas ao presidente de Taiwan.						A		
H.CON.RES. 462	Reafirmação dos compromissos dos EUA com Taiwan.							A	
H.RES. 57	Solicitação para a União Européia manter o embargo da venda de material de defesa para a RPC.								A
H.CON.RES. 98	Expressão de preocupação com a lei anti-secessão criada pela RPC.								A
H.R. 2862	Criação de comissão para investigar o papel da RPC na proliferação de armas.								A

Quadro organizado pelo autor, com base nos dados nos portais da Biblioteca do Congresso, da Câmara dos Representantes e do Senado dos EUA.

2.2.3 Os Direitos Humanos e a RPC

As objeções de congressistas em aprovar propostas levadas a plenário por conta de alegadas práticas desrespeitosas de Pequim em relação aos DH permeou as votações, como foi visto. Podemos ainda mencionar a combinação de perfis político-ideológicos e financiamento de campanhas dos congressistas que participaram da S. RES. 187, proposta em 2/3/1998 pelo senador Cornelius Alexander McGillicuddy III, ou Connie Mack III (R-FL). Condenava-se o desrespeito aos DH pela RPC. Acompanharam-no os colegas de partido Ashcroft (MO),

Brownback (KS), Helms (NC) e Hutchinson (AR), além dos democratas Boxer (CA), Feingold ((WI), Leahy (VT) e Wellstone (MN). Houve aprovação pela RC 31, de 12/3/1998, por 95 votos a 5.

Contudo, é a partir de 2000 que se verifica um aumento de moções apresentadas para votação respeitantes aos DH. Naquele ano, foram levadas para votação no Senado seis propostas, das quais 4 deram entrada no dia 7 de setembro. A primeira foi a S.AMDT. 4114, por meio da qual o senador Wellstone requeria que o Presidente certificasse o Congresso de que a RPC vinha tomando medidas para garantir a liberdade religiosa, de acordo com a Comissão dos EUA para a Liberdade Religiosa Internacional. O plenário decidiu no mesmo dia pela rejeição por 67 votos a 30. A outra proposta do senador Wellstone (D-MN) foi a S.AMDT. 4119, com a sugestão para que o Presidente da República certificasse o Congresso sobre o cumprimento da RPC do Memorando de Entendimento relativo à proibição de mão-de-obra prisional na fabricação de produtos exportados. No dia 12 daquele mês, contudo, o plenário rejeitou-a, pela RC 238, por 68 votos a 29. A terceira proposta, S.AMDT.4115 de 7 de setembro, foi a do senador Byrd para que o país apoiasse a transferência de tecnologia de energia limpa norte-americana como parte dos programas de assistência para o setor de energia da RPC. A votação plenária 235, do mesmo dia, rejeitou a proposta por 64 votos a 32. A última proposta daquele dia 7 de setembro foi a do senador Bob Smith apresentou, em 7 de setembro, a S.AMDT. 4129, do senador Bob Smith, com a proposta para que a Comissão Executiva do Congresso monitorasse a cooperação da RPC para a identificação dos prisioneiros norte-americanos mortos em campos de detenção chineses durante a guerra da Coreia, assim como os mortos em combate. Sugeriu ainda que a cooperação se estendesse às áreas de abortos forçados, trabalho escravo e retirada de órgãos humanos. Como se vê, há um grupo de temas diversos. O plenário dividiu o exame dos temas em duas partes. Uma delas foi a questão dos combatentes na guerra da Coreia. A votação 248, de 14 de setembro rejeitou a proposta por 68 votos a 30. Os outros temas foram votados no mesmo dia, pela votação 249, sendo também a proposta rejeitada por 74 votos a 24.

Em 12 de setembro, o senador Helms (R-NC) entrou com duas outras, a S.AMDT. 4125 e a S.AMDT. 4128. Uma delas sugeria que o chefe do Executivo certificasse o Congresso de que a RPC vinha empreendendo ações para proteção dos DH. Isto porque, segundo a explicação da proposta, os chineses tinham assinado a Convenção dos Direitos Políticos da ONU, mas não a tinham ratificado até então. A moção ampliava a razão da apresentação proposta com outros argumentos complementares: opressão de pobres; discriminação contra a mulher; confissões forçadas por torturas; execuções mediante

julgamentos sumários de prisioneiros; e restrições à prática religiosa. Também aqui o plenário não foi sensível à proposta, pois, ainda no dia 12 rejeitou-a por 63 votos a 32, por meio da RC 239. A outra proposta do senador Helms, de 13 de setembro, sugeria que o Senado condicionasse as relações econômico-comerciais entre os EUA e a RPC com a prática forçada de abortos pelas chinesas. Mais uma vez o plenário rejeitou pela RC 243, de 13 de setembro, por 53 votos a 43.

Como pode ser notado, no ano de 2000 todas as propostas referentes aos DH foram rejeitadas pelo plenário do Senado. Pode-se afirmar que os GI ligados aos DH movimentaram-se junto aos congressistas para tentarem influenciar a política norte-americana para a RPC. Pode-se afirmar também que essas iniciativas eram de reação à recente aprovação da PNTR. Os perfis ideológicos e os GI contribuintes de campanha, principalmente os ideológicos, explicariam as iniciativas tomadas por esses senadores.

No ano de 2001 foram introduzidas três propostas. Na primeira, o deputado Lantos (D-CA) introduziu, em 26 de fevereiro, a H.RES. 56, junto com os colegas de partido Abercrombie (HI), Ackerman (NY), Berkley (NV), Berman (CA), Sherrod Brown (OH), Capuano (MA), DeFazio (OR), DeGette (CO), Engel (NY), Frank (MA), Jackson (IL), McKinney (GA), Payne (NJ) e Pelosi (CA), mais os republicanos Gilman (NY), Kirk (IL), Ros-Lehtinen (FL), Christopher Smith (NJ) e Wolf (VA). Ela foi apresentada em reconhecimento à decisão do governo dos EUA pela participação ativa na Comissão de DH da ONU, em Genebra, e ter chamado a RPC para abandonar os abusos nos DH perpetrados no Tibete. Tal proposta foi votada em 3 de abril pela RC 78, com a aprovação de 406 deputados contra 6 votos. A segunda proposta, também do mesmo dia, partiu do deputado Christopher Smith (R-NJ), com a H.RES. 160, juntamente com os colegas de partido Bachus (AL), Davis (VA), DeLay (TX), Ferguson (NJ), Gilman (NY), Graham (CA), Hunter (CA), King (NY), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL), Sessions (TX) e Wolf (VA), além dos democratas Sherrod Brown (OH), Holt (NJ), Honda (CA), Kaptur (OH), Lantos (CA), Lee (CA), Payne (NJ) e Pelosi (CA). Essa proposta visava que o governo dos EUA solicitasse ao governo chinês libertar intelectuais. Houve aprovação em plenário, pela RC 186, de 25 de junho, por 379 votos, com 53 abstenções. Por fim, em 18 de julho, a terceira proposta foi apresentada para votação foi a H.CON.RES. 188, pela deputado republicana Ros-Lehtinen (FL). Pedia que a RPC cessasse as perseguições contra os praticantes da seita Falun Gong. Os praticantes dessa seita dedicavam-se a um rito que mesclava exercícios de relaxamento e cumprimentos religiosos. Acompanharam-na os republicanos Barton (TX), Burton (IN), Chabot (OH), Lincoln Diaz-Balart (FL), English (PA), Ferguson (NJ), King (NY), Kirk (IL), Rohrabacher

(CA) e Wolf (VA), além dos democratas Abercrombie, Ackerman (NY), Berkley (NV), Berman (CA), Capuano (MA), Conyers (MI), DeFazio (OR), Franck (MA), Lantos (CA), McKinney (GA), Sanders (VT) e Wexler (FL). A decisão do plenário saiu somente no ano seguinte, por meio da RC 344, de 24 de julho, quando 420 deputados votaram favoravelmente à proposta, enquanto 14 se abstiveram.

Em 2003, o deputado democrata Frank (MA) propôs a H.RES. 199, em 11 de abril, que o plenário aprove nota a ser emitida ao Executivo para que este conduza ações diplomáticas para que a RPC liberte prisioneiros de consciência. Acompanham o deputado os colegas de partido Abercrombie (HI), Ackerman (NY), Berman (CA), Sherrod Brown (OH), Capuano (MA), Engel (NY), Evans (IL), Jackson (IL), Kaptur (OH), Lantos (CA), Markey (MA) e Wexler (FL), mais os republicanos Burton (IN), Cox (CA), Davis (VA), Mario Diaz-Balart (FL), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL), Chridtopher Smith (NJ) e Wolf (VA). Em 25 de junho, o plenário aprova pela RC 316 por 412 votos, com 22 abstenções. Também em 2003, o deputado democrata pelo Novo México Thomas Uddal propôs a H.RES. 157, em 20 de março para que a HR apresentasse à RPC a preocupação pela manutenção de presos políticos de consciência por terem sido contrários à ocupação chinesa no Tibete. Ao deputado somaram-se os colegas de partido Abercrombie (HI), Ackerman (NY), Sherrod Brown (OH), Capuano (MA), DeFazio (OR), Frank (MA), Jackson (IL), Kaptur (OH), Markey (MA), Payne (NJ), Pelosi (CA), Ryan (OH), Sanders (VT), Mark Udall (NM) e Wexler (FL); estiveram nessa proposta, também como *cosponsors*, os republicanos Burton (IN), Chabot (OH), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL), Christopher Smith (NJ) e Wolf (VA). A proposta foi votada em plenário por meio da RC 13, em 3 de fevereiro de 2004, cujo resultado foi de 398 votos favoráveis, com 34 abstenções.

O que se verifica em 2004 é a reunião do deputado republicano Cox (CA) com os colegas republicanos na HR Burton (IN), McCotter (MI), Rohrabacher (CA) e Christopher Smith (NJ) e os democratas Lantos (CA), McGovern (MA), Payne (NJ) e Pelosi (CA) para propor, em 1º de junho, a H. RES. 655 referente à condenação da RPC pela repressão na Praça da Paz Celestial, naquela lembrança dos 15 anos do episódio. O plenário, em 3 de junho, acolhe a proposta pela RC 228, com 400 votos contra apenas 1. A lembrança da data pode ser explicada por duas formas: ideológica, com a leitura do evento pretérito como repressão ao direito de liberdade de expressão, caro aos princípios norte-americanos; e político-partidário, na medida em que o Congresso naquele ano era de maioria republicano e, afinal, tal episódio tinha ocorrido havia mais de uma década.

A proposta H.CON.RES 294, de 9 de novembro de 2005, do deputado republicano Wolf (VA), pode ter outra leitura. Ela propunha que os EUA lembrassem a comunidade internacional sobre a utilização de prisioneiros na fabricação de produtos exportados pela RPC. Acompanharam os companheiros de partido Burton (IN), Chabot (OH), McCotter (MI), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL) e Christopher Smith (NJ), mais os democratas Ackerman (NY), Berman (CA), Engel (NY), Evans (IL), Lantos (CA), Markey (MA), McGovern (MA), Payne (NJ), Pelosi (CA), Ryan (OH) e Watson (CA). O fator ideológico está presente claramente; mas o interesse econômico-comercial não pode ser esquecido porque a utilização de mão-de-obra cativa pode ser considerada *dumping* social, isto é, poderia vir a ser defendida uma barreira não tarifária para os produtos que viessem a ser identificado como fabricados com aquela mão-de-obra. A condenação proposta a esse sistema chinês conhecido como *Laogai* foi acolhida pelo plenário da HR por 413 votos a 1 pela RC 647, de 16 de dezembro. E o deputado McCotter (R-MI) propõe, ainda em 2005, a 14 de dezembro, a H.RES608, por meio da qual condena o que chamou da escalada na repressão à liberdade religiosa na RPC. Na RC 608, de 12 de junho de 2006 a proposta foi aprovada por 363 votos contra 1. Pelo número de abstenções, 67, pode-se inferir que o tema não teve maior realce naquele momento. Afinal, no campo econômico-comercial o PNTR já havia sido aprovado; e no campo da segurança, naquele ano a situação no Extremo Oriente não suscitava preocupação adicional.

Contudo, é em 2006 que um novo assunto é levado à votação em plenário: a H.CON.RES 365, de 28 de março, do deputado republicano Mark Kennedy (MN) propõe que se condene o governo da RPC por fechar escritórios de advocacia de chineses. Acompanharam-no os também republicanos McCotter (MI), Christopher Smith (NJ) e Wolf (VA), e os democratas Andrews (NJ), McNulty (NY), Payne (NJ) e Ryan (OH). Segundo o representante, a cassação de licença pelo governo da RPC deu-se pelo empenho dos advogados em defesa de clientes acusados de crimes pela Polícia Armada do Povo (PAP). A proposta lembra os padrões internacionais sobre o exercício de advocacia que estariam sendo descumpridos pela RPC. O plenário da HR aprovou a proposta por 421 votos a 1 pela RC 104, de 26 de abril. E dentro da lembrança dos eventos ocorridos na Praça da Paz Celestial, mais uma vez eles foram lembrados: a H.RES 794, do deputado republicano Christopher Smith (NJ), que teve os *cosponsors* republicanos Burton (IN), Davis (VA), English (PA), McCotter (MI), Rohrabacher (CA) e Wolf (VA), além dos democratas Ackerman (NY), Berkley (NV), Lantos (CA), McGovern (MA), Pelosi (CA) e Watson (CA). Esse repisar ideológico acolhido pelo plenário por 362 votos a 1, com 68 abstenções. Aqui se pode sustentar que o episódio já

não despertou interesse. Provavelmente por isso a atenção em 2006, no que tange a DH, se tenha voltado para as liberdades religiosas. O deputado republicano English (PA), juntamente com os colegas de partido Burton (IN), Chabot (OH), Fergusson (NJ), Hyde (IL), Mark Kennedy (MN), King (NY), McCotter (MI), Rohrabacher (CA), Christopher Smith (NJ), Tancredo (CO) e Wolf (VA), mais os democratas Lantos (CA), e McGovern (MA), propuseram a H.RES 804, em 9 de maio. O texto da proposta afirmava que os católicos não tinham liberdade de culto na RPC. A conhecida interferência governamental na prática religiosa oferecia, mais uma vez, a oportunidade que GI de DH se conectassem a congressistas dos EUA e exercessem pressão sobre o governo da RPC. O texto salientava que a repressão deveria ser evitada até que as diferenças entre o Vaticano e a RPC fossem resolvidas. O plenário aprovou a proposta por 362 votos a 1 em 12 de junho na RC 252. O resultado desta RC é o mesmo que a anterior. Pode-se observar que não houve mudança de interesse no plenário nas duas votações.

Em 2007, a deputada Bárbara Lee (D-CA) propôs ao plenário, em 21 de maio de 2007, a H.RES. 422, para que a HR solicite à RPC que utilize a sua influência econômica no Sudão, de modo a cessar o genocídio. Estavam com Lee os colegas de partido Ackerman (NY), Andrews (NJ), Berman (CA), Berkley (NV), Capuano (MA), DeFazio (OR), Engel (NY), Frank (MA), Honda (CA), Jackson (IL), Jefferson (LA), Lantos (CA), Markey (MA), McDermott (WA), MacGovern (MA), Norton (DC), Payne (NJ), Waters (CA) e Watson (CA), mais os republicanos Chabot (OH), Davis (VA), McCotter (MI), Rohrabacher (CA), Ros-Lehtinen (FL), e Christopher Smith (NJ). O plenário votou a proposta em 5 de junho pela RC 427; o resultado foi a aprovação por 410 votos, tendo havido 22 abstenções.

Podemos notar que as últimas RC não contiveram votos contrários quantitativamente significativos, mas abstenções. Pode-se especular que esses congressistas que se abstiveram não se sentiam confortáveis em votar contra. Mesmo que a conjugação de perfis ideológicos com os interesses dos GI financiadores das campanhas apontasse para o voto contrário, esses deputados preferiram a abstenção. Mas não se pode afirmar com segurança, uma vez que não foram analisados os perfis e as fontes de financiamento dos votantes, com exceção daqueles dos *sponsors* e *cosponsors*. Contudo, pode-se afirmar que, desse embate, os GI de DH tiveram atendidos os seus interesses, na medida em que o Legislativo e, principalmente, o Executivo emitiram notas à RPC sobre a preocupação com os temas do domínio do DH. Aparentemente, os domínios econômico-comercial e de segurança passaram a ter maior relevância do que os dos DH. Mesmo porque, no caso da última proposta analisada, há o reconhecimento dos norte-

americanos da importância da RPC como interlocutora nos debates sobre assuntos relevantes em regiões diferentes do entorno geográfico que enfoca este trabalho acadêmico.

O quadro 3 – DH – consolida as propostas pertinentes ao domínio dos DH introduzidas. Como se observa, há um maior número de propostas nos anos de 1989 e 2000, isto é, logo após o evento ocorrido na Praça de Paz Celestial e por ocasião da decisão dos EUA em conceder a condição de PNTR à RPC.

Proposta	Descrição/ano	89	90	96	98	99	00	01	02
H.CON.RES. 136	Expressa a preocupação do Legislativo com possível repressão do governo chinês contra manifestantes.	A							
S.RES. 142	Condena a repressão do governo chinês contra manifestantes.	A							
H.R. 2712	Autoriza a estender por mais dois anos a residência temporária de chineses e conceder asilo a perseguidos políticos.	A							
S.AMDT. 239	Regulamenta a residência temporária de chineses.	A							
S.AMDT 324	Autoriza asilo a casais perseguidos por recusarem realizar aborto forçado ou esterilização obrigatória.	A							
S.AMDT 775	Sugere interromper recursos para a UNFPA aplicar na RPC.	A							
H.R. 4939	Condena a proibição pelo governo de Pequim de chineses emigrarem.		A						
H.J.RES. 647	Propõe rejeitar a solicitação de <i>waiver</i> do Executivo sem condiciona-lo aos DH.		A						
H.RES. 461	Condena abusos aos DH pelo governo de Pequim.			A					
S.RES. 187	Condena desrespeito aos DH pela RPC.				A				
H.RES.364	Condena o governo da RPC por desrespeitar os DH.				A				
S.AMDT. 2737	Condena abusos aos DH pelo governo de Pequim.				R				
S.AMDT. 3124	Condena o governo da RPC por desrespeitar os DH.				R				
S.RES. 45	Condena abusos aos DH pelo governo de Pequim.					A			
S,AMDT. 4114	Condena a RPC por desrespeitar liberdade religiosa.						R		
S.AMDT. 4115	Apoia transferência de tecnologia em energia limpa para a RPC.						R		

Proposta	Descrição/ano	89	90	96	98	99	00	01	02
S.AMDT. 4119	Recomenda a proibição de comercializar produtos fabricados por prisioneiros chineses.						R		
S.AMDT. 4125	Requer do Presidente da República certificar o Congresso sobre desrespeito aos DH por Pequim.						R		
S.AMDT. 4128	Condena a RPC pela política de abortos forçados.						R		
S.AMDT. 4129	Requer comissão mista com o Executivo para monitorar retirada de órgãos humanos, trabalho escravo e abortos forçados na RPC.						R		
H,RES. 56	Apóia a decisão do Executivo de participar, na ONU, da condenação da RPC por desrespeitar os DH.							A	
H.RES. 160	Insta o governo da RPC para libertar presos políticos.							A	
H.CON.RES. 188	Insta o governo da RPC a cessar a perseguição aos praticantes do Falun Gong.							A	

Continuação do quadro 3.

Proposta/ano	Descrição/ano	03	04	05	06	07
H.RES. 157	Condena a RPC por manter presos políticos.	A				
H.RES. 199	Solicita ao governo da RPC liberar médico chinês.	A				
H.RES. 655	Condena a repressão da RPC, no 15º aniversário do episódio na Praça da Paz Celestial.		A			
H.CON.RES. 294	Conclama a comunidade internacional a condenar a RPC pela existência de campos de trabalho forçados			A		
H.RES. 608	Condena o aumento da repressão contra a liberdade religiosa na RPC.			A		
H.CON.RES. 365	Insta a RPC a permitir defesa, por advogado, de firmas de cidadãos chineses.				A	
H.RES. 794	Pesar pela passagem do 17º aniversário do episódio na Praça de Paz Celestial.				A	
H.RES. 804	Condena o governo chinês por interferir na Igreja Católica na RPC.				A	
H.RES. 422	Sugere que o governo da RPC use a sua influência para cessar o genocídio em Darfur.					A

Quadro organizado pelo autor, com base nos dados nos portais da Biblioteca do Congresso, da Câmara dos Representantes e do Senado dos EUA.

Percebe-se um número maior de propostas voltadas para o tema dos DH por ocasião dos debates sobre a concessão do PNTR para a RPC. Decidida a PNTR, verifica-se um replicar de propostas sobre DH. A percepção que se tem é que os congressistas que encontraram motivação para expressar objeção por tal medida levantam argumentos de restrição ao governo de Pequim. Dada a crescente interdependência entre os EUA e a RPC em segmentos do domínio econômico-comercial, é válido afirmar que as parte das ressalvas no campo dos DH propostas pelos congressistas, após a formalização da PNTR, refletem a concorrência de GI com atuação no campo econômico-comercial e no campo da segurança. É como se fosse uma forma indireta para se tentar obter medidas restritivas ao que já foi acordado. E é também válido afirmar que essa forma indireta pode estar mais conforme interesses no domínio da segurança do que no do econômico-comercial. Como pode ser observado neste capítulo, o financiamento de congressistas pelo segmento de defesa é discreto. Dos congressistas analisados, não foram muitos aqueles contemplados com recursos de financiamento deste segmento. Mas não podemos afastar a possibilidade de que empresas voltadas para a fabricação de produtos de emprego dual estiveram a financiar os congressistas. Assim, por exemplo, empresas do segmento de comunicações e eletrônica podem dedicar-se a produzir itens de emprego civil e militar. Contudo, neste trabalho acadêmico, o segmento de defesa foi considerado específico.

2.2.4 O pragmatismo e a ética

A concorrência dos GI norte-americanos por espaço na formulação da política externa dos EUA levou – e leva ainda – à identificação dos congressistas que poderiam auxiliá-los a atingir os seus interesses. A contaminação das relações sino-norte-americanas pelo episódio ocorrido em 3 e 4 de junho de 1998 na Praça da Paz Celestial foi didática porque mostrou, ao longo dos anos seguintes, até onde a decisão dos poderes dos EUA restringir-se-ia aos princípios éticos. A sedução do potencial de demanda chinês de produtos oferecidos pelos norte-americanos impulsionou diferentes GI para a aproximação com a RPC, preferencialmente sem peias que limitassem os retornos financeiros para as empresas. Para os formuladores da política externa norte-americana, a questão era conformar essa política a uma resultante que contivesse a colocação dos produtos no mercado chinês sem ferir os princípios éticos defendidos pelos GI de DH e os ligados à segurança. A luta travada pelos GI de DH parece ser difícil, na medida em que o leque de direitos infunde complexidade. Os direitos civis, para os ocidentais, é assunto discutido pelo menos desde o século XVIII. A sua

assimilação tem sido lenta. Os direitos políticos foram conscientizados a partir do século XIX, no Ocidente. Os direitos sociais foram sistematizados no século passado nesta parte do mundo. Porém, o Oriente não vivenciou a mesma evolução dos direitos.

A conjugação de interesses econômico-comerciais – obedecidos os postulados éticos - e requisitos de segurança constituíram criatividade. Os sindicatos preocupam-se com o fechamento de postos de trabalho. Simultaneamente, os GI empresariais, ansiosos em aprofundar os seus interesses na RPC, lutam por menores restrições às suas operações. E os GI atentos a possíveis desvios aos DH, nas suas diferentes formas, são defendidos nas decisões dos plenários das duas casas legislativas. No período da administração Bush (pai), a então recente repressão fornecia justificações claras para os GI de DH. Com o passar do tempo, os GI envolvidos com as atividades econômico-comerciais procuraram superar as imagens negativas da repressão na Praça, transmitidas em tempo real para o planeta. A obtenção da satisfação dos interesses por esses GI implicou no convencimento da maioria dos congressistas de que a melhor resposta à repressão seria mais comércio. Por outro lado, aqueles GI preocupados com a segurança dos EUA no Extremo Oriente objetaram que não se poderia descuidar do acompanhamento acurado do desenvolvimento qualitativo do EPL. Os GI do setor de comunicações e eletrônica e os de defesa articularam-se com os congressistas sensíveis ao tema para mostrarem a importância das suas argumentações.

O Anexo B apresenta alguns GI proeminentes na disputa por espaço na política externa norte-americana referente à RPC. O propósito é identificar de onde os congressistas obtêm recursos para operarem e em que segmentos esses GI podem ser tipificados. Trata-se de uma amostra da sustentação de interesses nos domínios econômico-comercial, de defesa e dos DH. A atuação deles deve seguir a legislação pertinente. Significa dizer que os GI podem contribuir individualmente para o comitê de candidatos ou formarem um PAC de grupos com interesses afins. Em ambos os casos, o FEC limita a quantia da contribuição; e o antigo *bypass* conhecido como *soft money* é proibido, como vimos, a partir de 2006.

Com referência aos congressistas, as categorias definidas no início deste capítulo podem indicar tendências quanto ao pragmatismo e à ética. Os legisladores que rejeitam as relações sino-norte-americanas, mas admitem que essas relações se façam se as vantagens econômico-comerciais forem incontestáveis, certamente aproximam-se do pragmatismo. Não se pode afirmar que eles não tenham as suas convicções, porém não as têm como cláusula pétrea. Semelhante é o caso dos congressistas da categoria AI. Aqui, o pragmatismo repousa na possibilidade de realizações de cooperação independente de dogmas. Por outro lado, os políticos categorizados como AC aproximam-se de uma postura ética, na medida em que

atrelam as relações a determinados parâmetros. São crenças que modelam as preferências; são referências que orientam as decisões a tomar. No caso dos RI, as crenças são verdadeiros dogmas: as características do sistema político da RPC e a sua operação são condenadas por esses políticos. Eles também tendem a argumentar em bases éticas que lembram crenças religiosas.

2.2.5 Conclusões parciais do capítulo

Os números de propostas apresentadas para exame dos plenários das duas casas apontam para um equilíbrio entre as do domínio econômico-comercial e dos DH (30 e 31, respectivamente). Em número menor aquelas ligadas à defesa, isto é, 22. As propostas referentes às liberdades individuais, à liberdade religiosa e ao meio ambiente apareceram desde o início do período estudado. Mesmo porque as primeiras diziam respeito à repressão ordenada pelo governo chinês contra os manifestantes no mês de junho de 1989. Mesmo no período precedente, como vimos, o *Trade Act* de 1974 proibia o presidente dos EUA estabelecer relações comerciais com países comunistas. Após o evento da Praça da Paz Celestial as propostas dos congressistas relacionadas com os DH foram recorrentes; até mesmo após o estabelecimento do PNTR para a RPC. Participaram das propostas deputados e senadores de ambos os partidos e categorizados diferentemente, isto é, não somente os AC. Este fato pode ensejar que houvesse motivações diferentes de parte dos congressistas que introduziram das propostas referentes aos DH. Uma conclusão parcial é que parte desses congressistas poderia estar motivada por outros fatores, como por exemplo, setores econômicos prejudicados com as relações sino-norte-americanas ou preocupados com a projeção militar da RPC no Extremo Oriente.

O menor número de propostas respeitante ao domínio da segurança deve ser entendido como referente a um período no qual houve insuspeitado incentivo para as relações comerciais promovidas pós Bill Clinton. Mas nem por isso deixaram de existir as tensões no Estreito de Taiwan e no Mar do Sul da China. Os eventos de 1996 no Estreito e de 2001 nos céus do Mar do Sul da China lembraram aos formuladores da política externa dos EUA que a região não era necessariamente pacífica. No mesmo diapasão foi evocado o TRA em algumas propostas, o que representa um elemento ambíguo de política externa norte-americana, mesmo que se o interprete como um fator de auxílio ao poder moderador exercido pelos EUA na região.

A parte mais visível fica no domínio econômico-comercial. A luta anual do Executivo para receber o *waiver* do Congresso mostrou elevado número de propostas. O número de interesses em jogo mostrou a pluralidade dos grupos que tomaram parte. O exame das

motivações dos *sponsors* e dos *cosponsors* demonstra o elevado número de participantes do jogo. E nem sempre as propostas eram aprovadas nos plenários; ou se eram, em alguns casos houve o veto presidencial. Mesmo após o estabelecimento do PNTR houve propostas que desaconselhavam o presidente apoiar a entrada da RPC na OMC, um regime internacional multilateral.

Como última conclusão parcial, pode ser afirmado que as relações econômico-comerciais dos EUA com a RPC aparentemente preponderaram sobre as postulações dos GI comprometidos com os DH. Mas os congressistas, em geral, não se sentiram confortáveis com a desconsideração dos DH. Tanto é que reafirmaram ser favoráveis aos limites éticos nas relações EUA-RPC. Mesmo com a aprovação da PNTR, as moções sobre DH continuaram a ser propostas, com aprovação quase unânime do plenário. Para os formuladores da política externa dos EUA para a RPC, significa sinal claro de que os interesses econômico-comerciais devem se ater aos limites éticos. No campo da segurança, pode-se afirmar também que a sedução do comércio pujante entre os dois Estados-nação não tem levado os formuladores de política externa a descurarem do Extremo Oriente, especialmente no entorno do Estreito de Taiwan. As RC mostraram que os congressistas se dedicam a essas questões com cuidado semelhante. Mais do que um capricho de alguns congressistas, a defesa do TRA – embora enseje ambigüidade na política externa dos EUA para aquela ilha – reflete instrumentalmente os cuidados com a segurança daquela região, considerada importante pelo Legislativo norte-americano.

O Anexo C relaciona, em ordem cronológica crescente, as propostas e respectivas RC pertinentes neste trabalho, com os respectivos resultados por partido político. A sua finalidade é proporcionar uma visão sintética das votações nas duas casas legislativas. Por meio dele pode-se situar o Congresso que votou a proposta. Pode-se saber também qual foi o partido que detinha a maioria em cada casa.

Capítulo 3

A Busca pela Resultante da Competição por Espaço na Política Externa

3.1 As categorias e a conjugação de interesses

A procura da resultante explicativa para a formulação da política externa dos EUA para a RPC se apóia no Anexo A, que contém os congressistas que elaboraram propostas pertinentes ou condicionantes referentes às relações entre os dois Estados-nação. Por meio da tabela 1, são sintetizadas as quantidades dos *sponsors* e *cosponsors* participantes nas propostas, segundo as categorias:

Tabela 1

Distribuição quantitativa dos congressistas por categoria

CATEGORIAS	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS	TOTAL
AI	9	6	15
AC	59	25	84
RC	12	19	31
RI	6	37	43

Organizado pelo autor, com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate; e Center for Responsive Politics. Período: jan./1989 a jan./2008.

Gráfico 1

Representação da tabela 1.

Organizado pelo autor, com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate; e Center for Responsive Politics. Período: jan./1989 a jan./2008.

Observa-se no total que a concentração dos *sponsors* e *cosponsors* está na categoria AC. A maioria apóia as relações sino-norte-americanas mediante alguma condição. Mas o gráfico de barras permite visualizar que a categoria AC prepondera entre os democratas, discriminados em cor azul. Os republicanos realçados em cor vinho, que tomaram parte das propostas, situam-se majoritariamente na categoria que rejeita incondicionalmente essas relações. Vemos também que entre os democratas há os que rejeitam as relações, admitindo-as somente mediante vantagens incontestáveis para os interesses norte-americanos; e há os que se situam nos extremos: apóiam *in totum* as ditas relações e os que as rejeitam simplesmente. Como já visto, as condicionalidades referem-se aos DH, incluindo-se aí a liberdade religiosa e, ainda, o respeito ao meio ambiente e à melhoria do nível democrático na RPC. Os republicanos que rejeitam incondicionalmente as relações são religiosos fervorosos, anticomunistas, belicosos ou combinam algumas destas características. Alguns vêem com simpatia o TRA e defendem a sua continuidade. Assim como entre os democratas, há também os republicanos que se situam nas categorias RC, AC e AI. Contudo, aqui, percebe-se que há melhor distribuição quantitativa pelas categorias do que entre os democratas. Do exame isolado deste quadro, tem-se, ainda, a impressão inicial de que esses republicanos tendem ao unilateralismo e à competição, enquanto os democratas tendem ao multilateralismo. Mas deve ser observado também que entre os democratas posicionados como RI há os anticomunistas, os que se relacionam com grupos racistas e aqueles que se opõem aos acordos de livre comércio. Estes poderiam ser considerados isolacionistas. Em contrapartida, entre os republicanos verifica-se pequeno número de congressistas que adere incondicionalmente às relações sino-norte-americanas. Estes são ligados a GI que se beneficiam com essas relações. Eles poderiam ser considerados multilateralistas e cooperativos.

É também extraído do Anexo A que, dos nove democratas categorizados como AI, computados na tabela 1, cinco não tiveram financiamento de sindicatos. São progressistas, contrários a embargos comerciais e críticos dos programas de segurança dos EUA. E dos seis democratas categorizados como RI, observamos posição ideológica anticomunista, preocupação com produção de material de defesa pelos diferentes Estados-nação, especial atenção com o desenvolvimento qualitativo do EPL, e acompanhamento da obtenção de tecnologia nuclear sofisticada pela RPC.

Ainda na tabela 1, dos seis congressistas republicanos que são categorizados como AI, cinco são favoráveis ao comércio até mesmo de material de defesa para a RPC, e apoiaram a concessão do PNTR para os chineses (ver Anexo A). No extremo oposto, dos 37 republicanos considerados RI, verificamos que a maioria é conservadora, anticomunista, segregacionista ou

religiosos intransigentes, têm ligações com fabricantes de material de defesa, sustentam a permanência do TRA e debita responsabilidade no governo da RPC pelo desrespeito aos DH e à propriedade intelectual, pelo cerceamento à imprensa, e descaso com o meio ambiente. Esses republicanos RI também acusam a RPC de transferir armamento de destruição em massa para países da região. Enfim, acompanham o desenvolvimento qualitativo do EPL e estão permanentemente atentos às tensões que acontecem no Estreito de Taiwan

As crenças e tendências, isto é, os perfis político-ideológicos dos congressistas, conjugados com a necessidade de levantamento de fundos para as suas campanhas eleitorais mobilizam os diferentes GI norte-americanos. Foi ressaltada a percepção de que os GI categorizados como “setores financeiro e seguros” constituem as fontes de financiamento preponderantes, independente dos perfis e, logo, dos partidos. Os demais segmentos de GI aparecem com outras frequências. É prudente verificar essa percepção e detalhar as origens dos financiamentos. Dos congressistas que participaram de propostas como *sponsors* ou *cosponsors*, podemos montar a tabela abaixo, com os dados do Anexo A. Os GI estão grupados em 14 segmentos. As tabelas relacionam quantas vezes cada segmento aparece como fonte de financiamento de campanhas de deputados e de senadores:

Tabela 2

Grupos de GI X número de congressistas apoiados

GRUPOS	Nº CONGRESSISTAS
Setores financeiro e seguros	122
Escritórios de advocacia	74
Ideológicos	69
Negócios	69
Sindicatos	65
Setor de saúde	31
Defesa	28
Comunicações/eletrônica	25
Agronegócio	17
Empresas de energia	11
Transportes	7
Empresas de biotecnologia	1
Núcleo-elétricas	1
Setor de tecnologia dual	1

Organizado pelo autor, com base nas fontes: Federal Election Commission; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

Verifica-se que o segmento dos setores financeiro e seguros foi, de fato, aquele que mais vezes apareceu como fonte de financiamento dos congressistas em análise. Confirma a

percepção. Denota que os GI desse segmento mantêm extenso leque de apoio nas duas casas legislativas, nos dois partidos. Pode ser afirmado que essa prática indica que esses GI calculam elevada probabilidade de que os seus interesses sejam atendidos na formulação da política externa dos EUA para a RPC. Dentro do quadro temporal considerado nesta pesquisa, a regularidade com que esse segmento financiou os congressistas reflete, no mínimo, expectativa de retorno atraente. É também o segmento fundamental para a viabilização de negócios e de contratos realizados por GI de outros segmentos.

O segmento do agronegócio aparece quantitativamente discreto em relação aos demais. Esperava-se que fossem mais intensas as ações de financiamento dos GI voltados à exportação de *commodities* agrícolas para a RPC. Afinal, como foi comentado anteriormente, os GI desse segmento dispõem de legislação que os protege e, em consequência, os incentivaria à concorrência por mercados externos. Na medida em que a RPC necessitar de crescentes quantidades de produtos agrícolas para atender à demanda interna, era válida a suposição de mais intensa participação desse segmento no Congresso.

Gráfico 2

Representação da tabela 2

Organizado pelo autor, com base nas fontes: Federal Election Commission; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

Os dados da tabela 2, visualizados espacialmente no gráfico, indicam que os *sponsors* e *cosponsors* de propostas, apresentadas para votação em plenário, tiveram subsídios financeiros dos GI dos segmentos ideológicos e dos negócios praticamente com a mesma magnitude. De outro lado, os GI ligados ao agronegócio aparecem com participação abaixo de 37,4, que é a média aritmética simples de participações dos 14 segmentos financiadores. Os GI ligados aos sindicatos situam-se acima; constituem GI normalmente reticentes ao incremento das relações sino-norte-americanas. Os GI considerados como “escritórios de advocacia” podem indicar que haja balanceamento dos seus financiamentos para os democratas e para os republicanos. Em princípio, eles financiariam indistintamente congressistas de perfis isolacionistas, unilateralistas e multilateralistas, assim como cooperativos ou competitivos.

Mas é necessário aprimorar o foco nesta discussão. Para tanto, as duas tabelas e gráficos abaixo apresentam os dados acima extratificados por partido. Numericamente, pretende-se verificar a distribuição dos financiamentos de campanha pelos congressistas dos dois partidos. A ordem apresentada na tabela 2, como se vê nas duas seguintes, é alterada segundo as quantidades em que os financiamentos dos segmentos de GI beneficiam os congressistas. As tabelas 3 e 4 e os gráficos 3 e 4 permitem aprofundar o estudo das ligações dos GI com os deputados e senadores que apresentaram propostas para exame dos respectivos plenários.

Tabela 3

Grupos de GI X número de congressistas democratas apoiados

GRUPOS	Nº CONGRESSISTAS
Sindicatos	59
Escritórios de advocacia	54
Setores financeiro e seguros	54
Ideológicos	36
Negócios	16
Setor de saúde	15
Comunicações e eletrônica	10
Defesa	8
Agronegócio	3
Transportes	2
Empresas de energia	2
Empresas de biotecnologia	0
Núcleo-elétricas	0
Setor de tecnologia dual	0

Organizado pelo autor, com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate; e Center for Responsive Politics. Período: jan./1989 a jan./2008.

Gráfico 3
Representação da Tabela 3

Organizado pelo autor, com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate; e Center for Responsive Politics. Período: jan./1989 a jan./2008.

Como se vê, há uma alteração de ordem na apresentação dos segmentos de GI que financiaram os democratas, relativamente ao que foi mostrado pela tabela anterior. Era esperado que os sindicatos tivessem realce; mas é importante a posição relativamente modesta que ocupa o segmento dos negócios, mesmo com o relativo cuidado que os democratas vêm as relações econômico-comerciais com a RPC.

Tabela 4
Grupos de GI X número de congressistas republicanos apoiados

GRUPOS	Nº CONGRESSISTAS
Setores financeiro e seguros	68
Negócios	53
Ideológicos	33
Escritórios de advocacia	20
Defesa	20
Setor de saúde	16
Comunicações e eletrônica	15
Agronegócio	14
Empresas de energia	9
Sindicatos	6
Transportes	5
Empresas de biotecnologia	1
Núcleo-elétricas	1
Setor de tecnologia dual	1

Organizado pelo autor, com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate; e Center for Responsive Politics. Período: jan./1989 a jan./2008.

Gráfico 4
Representação da tabela 4

Organizado pelo autor, com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate; e Center for Responsive Politics. Período: jan./1989 a jan./2008.

Na tabela 4 podemos observar que o segmento dos setores financeiro e seguros ocupa o primeiro lugar entre os GI que financiam os republicanos. Porém, na tabela anterior referente aos democratas, esse segmento ocupa o terceiro lugar. Dado que a percepção inicial era a de que os democratas não atrairiam substancialmente o financiamento de tais setores, verifica-se que, mesmo entre estes os setores financeiro e seguros têm destaque.

Os GI enquadrados como escritórios de advocacia ocupam o segundo lugar tanto na tabela 2 quanto na tabela 3 (nesta juntamente com os segmentos financeiro e seguros). Como os escritórios são GI ligados às mais diferentes atividades os que apóiam os democratas também trabalhariam para os sindicatos e ramos empresariais que perdem com a concorrência chinesa. No apoio aos republicanos, os escritórios de advocacia podem assessorar as empresas do segmento negócios que experimentam vantagens nas relações dos EUA com a RPC.

Os GI ideológicos têm distribuição numérica praticamente igual nos dois partidos. Entre os republicanos situam-se imediatamente abaixo dos GI de negócios; entre os democratas, imediatamente acima. Reforça-se que entre os GI ideológicos há os que têm

motivação pelos DH ou pelo meio ambiente, assim como aqueles que são anticomunistas. Há também aqueles que se preocupam com o desenvolvimento militar da RPC. E há ainda alguns ligados à questão Taiwan, seduzindo congressistas a manterem vivo o TRA. É um segmento não pragmático.

Os GI computados como negócios defendem os seus interesses sintonizados na articulação das relações dos EUA com a RPC no campo econômico-comercial. A articulação será mais favorável a essas relações ou não, a depender do ramo do negócio. Deve-se considerar que tais grupos são, por sua vez, financiados pelo segmento dos setores financeiro e seguros. Pode-se aqui também afirmar que ambos os segmentos têm que operar em fina sintonia. Em princípio, essa operação busca uma postura cooperativa entre os norte-americanos e chineses. Logo, buscam sensibilizar os congressistas categorizados como AC e RC para que defendam os seus interesses. Em outros termos, supõe-se que os congressistas financiados por esses segmentos tenham, majoritariamente, os seus perfis político-ideológicos sensíveis aos interesses dos GI.

Os sindicatos são GI que preponderam no financiamento dos democratas, como se vê na tabela 3, pois entre os republicanos eles aparecem nos últimos lugares. Confirma os autores tratados no Capítulo 1. Portanto, ao serem examinados os congressistas democratas relacionados no Anexo A, verifica-se que os sindicatos ocupam o primeiro lugar nas quantias de financiamento de campanhas.

O setor de saúde corresponde às empresas desse setor, tanto hospitalares como de equipamentos e sistemas, além das empresas de manutenção especializadas. Como se nota nas tabelas, há equilíbrio no financiamento dos GI desse setor para congressistas dos dois partidos. É um segmento que engloba profissionais de saúde, comercialização de material – exportação e importação – e que têm seus interesses com afetados pelas relações dos EUA com a RPC no que tange à comercialização de equipamentos e componentes.

O setor de defesa merece cuidado porque corresponde a empresas ligadas especificamente a esse setor. Isto significa que não estão sendo consideradas aqui empresas que se dedicam à produção de equipamentos e sistemas que não sejam especificamente de uso militar. Os fabricantes de equipamentos eletrônicos para comunicação, por exemplo, não estão enquadrados como defesa. Sabe-se, contudo, que boa parte dos sistemas e equipamentos de comunicações e eletrônica pode ter emprego dual, isto é, há uma versão para emprego civil e outra para emprego militar. As tabelas 3 e 4 revelam que esse segmento contempla mais republicanos do que democratas. Os GI ligados a comunicação e eletrônica distribuem de forma quase equitativa os seus recursos para financiamento de campanhas de candidatos dos

dois partidos. Dado que se trata de empresas cujos produtos fabricados têm amplo espectro de utilização, compreende-se a balanceada distribuição pelos GI desse segmento.

O segmento do agronegócio apresentado nas tabelas 3 e 4 revela que os republicanos foram financiados em maior número. O segmento desses GI têm interesses que contemplam o incremento das relações econômico-comerciais sino-norte-americanas, pela possibilidade de exportar os seus produtos para os chineses, como já foi adiantado. É coerente, então, que o financiamento de campanha recaia em candidatos simpáticos ao estreitamento das relações. Houve três congressistas democratas que tiveram substancial financiamento do agronegócio; mas nenhum deles teve este segmento como a maior das suas fontes de financiamento. Em outros termos, os GI do agronegócio foram fonte secundária de financiamento entre os democratas que compõem o Anexo A. Entre os republicanos, tem-se três congressistas que tiveram nos GI do agronegócio a fonte preponderante de financiamento das suas campanhas eleitorais. Eles são categorizados AI, AC e RC.

Os GI do segmento de empresas de energia foram preponderantes no financiamento de campanhas eleitorais de somente dois democratas AC; mas contribuiu também, sem ser preponderante, no financiamento de quatro republicanos AI, um AC, dois RC e dois RI. Trata-se de um segmento que encampa empresas fabricantes de equipamentos e de distribuição de energia. As empresas fabricantes de equipamentos estão dentre aquelas que se interessam pelo incremento das relações EUA-RPC, pela possibilidade de fornecimento de produtos para os chineses. Os números modestos parecem indicar que os GI desse segmento não se interessam em financiar congressista que retenha alguma objeção importante às relações EUA-RPC.

Os GI circunscritos ao segmento de transportes se interessam por exportar equipamentos de transporte para a RPC e, eventualmente, adquirir componentes dos asiáticos. Pode-se inferir que tais GI devem preferir o estreitamento das relações. Os GI desse segmento foram preponderantes no financiamento de somente um congressista republicano.

O segmento de GI ligado a empresas de biotecnologia financiou um único senador republicano e, neste caso, sequer foi o maior contribuinte. Os GI compreendidos nos segmentos de núcleo-eletricidade e de tecnologia dual não foram preponderantes no financiamento de qualquer campanha de congressista arrolado no Anexo A.

O estudo dos financiamentos de campanha até aqui realizados têm considerado os segmentos contribuintes e os números de congressistas apoiados em cada partido. O que se impõe agora é verificar como se deu a distribuição desses financiamentos por categoria. Esta nova verificação permitirá que sejam mapeadas as preferências de cada segmento de grupos de interesse segundo os perfis político-ideológicos identificados nos congressistas. A

distribuição revelada será mais um passo para se estabelecer a tendência geral dos legisladores na contribuição para a formulação da política externa dos EUA para a RPC. Escolhemos apresentar em uma tabela única a distribuição nos dois partidos, de modo a favorecer a leitura do conjunto dos dados distribuídos.

A decomposição quantitativa das fontes de financiamento pelos segmentos GI pelas categorias está na tabela 8. A cor azul indica democratas e a vermelha os republicanos.

Tabela 5
Segmentos de financiamento X categorias aplicáveis

Segmento/Categoria	AI	AC	RC	RI	Totais
Setores fin. e seg.	9 3	38 20	6 15	1 30	54 68
Escr. advoc.	5 1	38 5	7 8	4 6	54 20
Ideológicos	2 2	24 9	5 6	5 16	36 33
Negócios	2 5	9 16	5 10	0 22	16 53
Sindicatos	5 0	43 2	7 1	4 3	59 6
Setor saúde	2 0	12 7	0 4	1 5	15 16
Defesa	0 2	2 3	4 3	2 12	8 20
Comum. eletr.	2 0	6 3	1 4	1 8	10 15
Agronegócio	0 2	3 4	0 3	0 5	3 14
Empr. Energia	0 4	2 1	0 2	0 2	2 9
Transporte	0 1	1 1	1 1	0 2	2 5
Empresa biotec.	0 1	0 0	0 0	0 0	0 1
Núcleo-eletr.	0 1	0 0	0 0	0 0	0 1
Setor tec. Dual	0 0	0 0	0 1	0 0	0 1
Totais	27 22	178 71	36 58	18 111	259 262

Organizado pelo autor, com base nas fontes: Federal Election Commission; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

A decomposição dos números constantes da tabela 5 forneceria os gráficos 5 e 6 seguintes. O primeiro apresenta a posição dos democratas. O único segmento que não tem a maioria da categoria AC é o da defesa, o qual é majoritariamente RC.

Gráfico 5

Representação da tabela 5 referente aos democratas.

Organizado pelo autor, com base nas fontes: U.S. Govenment.info; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

O gráfico seguinte representa os republicanos. Pode ser observado que não há uma categoria que concentre de financiamentos como a AC entre os democratas. Mostra a categoria RI maior; mas, como se afirmou antes, entre os republicanos examinados há distribuição menos assimétrica. Poderá significar maior leque de interesses distribuídos entre GI, o que poderá dificultar o debate intra-partidário no diz respeito à tomada de posições frente aos diferentes temas em debate. Por outro lado, tal debate fica enriquecido com os diferentes argumentos consoantes os vários GI.

Gráfico 6

Representação da tabela 5 referente aos republicanos.

Organizado pelo autor, com base nas fontes: U.S. Government.info; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

Os dados da tabela 5 e a visualização dos gráficos revelam a preponderância dos GI ligados aos sindicatos no financiamento dos democratas que apóiam condicionalmente as relações sino-norte-americanas. Ainda entre os democratas, são mais numerosos os GI que se encaixam nos segmento dos setores financeiro e seguros e no segmento dos escritórios de advocacia arrolados em AC. Se somarmos estes segmentos ao ideológicos, tem-se a consolidação da hegemonia da categoria AC. Pode-se traduzir essa hegemonia como um multilateralismo condicionado. Como já tivemos ocasião de afirmar, as condições reclamadas são a melhoria do ambiente político na RPC por meio de práticas democráticas ocidentais,

respeito aos DH e cuidado efetivo com o meio ambiente. São reclamações de GI norte-americanos que têm prejuízos com a plena abertura econômico-comercial com a RPC. As demais categorias entre os democratas são mostradas na tabela com números bem menores. Significa que há congressistas democratas que rejeitam as relações condicionalmente (36) ou incondicionalmente (18). Por outro lado, há também um número (27) que nutre esperanças que a RPC possa melhorar os níveis de democracia, de respeito aos DH e adotar modernas técnicas de controle de poluição, melhorando o meio ambiente; eles apóiam as relações incondicionalmente.

Do lado dos republicanos, considerando-se os totais, verifica-se maior quantidade da categoria RI. Significa que a maioria dos republicanos que contribuíram com as propostas para exame em plenário, de ambas as casas legislativas, estavam aqueles cujos perfis político-ideológicos rejeitavam incondicionalmente as relações entre os EUA e a RPC. Entre os segmentos de GI, o de maior participação, isto é, o dos setores financeiro e seguros distribuem-se menos heterogeneamente nas categorias comparativamente aos democratas. Verifica-se ainda que os congressistas que rejeitam incondicionalmente as relações EUA-RPC tiveram maior quantidade de financiamentos de campanha neste segmento. Os quatro maiores segmentos financiadores dos republicanos também se distribuem menos heterogeneamente. O segmento de negócios segue-se com ligeira superioridade da categoria RI. Os congressistas republicanos desta categoria também estão em maior número em vários outros segmentos; praticamente na maioria deles. A tendência recai no unilateralismo ou isolacionismo. Mas não podemos desprezar a composição dos totais daqueles que apóiam condicionalmente as relações EUA-RPC: há 71 incidências de financiamento para republicanos que apóiam as relações condicionalmente. Também têm que ser considerados os 58 financiamentos para os que rejeitam condicionalmente. Diz-se com isso que há melhor distribuição dos financiamentos entre os republicanos. Logo, existe parte dos congressistas desse partido que impõe condições para as relações bilaterais.

A comparação dos dados da tabela 3 com os da tabela 5, nos permite um exame mais acurado referente aos democratas que estiveram empenhados em propor medidas referentes às relações sino-norte-americanas. A tabela 3 mostra que os GI do segmento sindicatos correspondem à maioria quantitativa de fontes financiadoras. Na tabela 5 verificamos que a preponderância não recai sobre os congressistas contrários às relações EUA-RPC de forma incondicional. Mostra, por outro lado, que recai sobre aqueles que aceitam essas relações condicionalmente. Trata-se de um ponto fundamental na análise, pois os argumentos usados para a não aceitação *in totum* têm como premissas elementos concretos, tangíveis: relacionam-

se ao quantitativo de postos de trabalho dos sindicalizados norte-americanos que desapareceram ou podem ser suprimidos e do seu padrão de vida. Com referência aos GI dos segmentos setores financeiro e seguros, e escritórios de advocacia dá-se verificação semelhante: a concentração na categoria AC. Pode-se afirmar que a concentração ocorre em face de ligações entre os escritórios e os sindicatos; quanto ao segmento financeiro e seguros, a razão recai na extensão que esse segmento atende no financiamento de campanhas eleitorais, como já foi afirmado anteriormente. Já os GI do segmento ideológico têm como retorno os elementos intangíveis: melhora no ambiente político por meio da democracia; respeito às liberdades de imprensa, de locomoção, religiosa e outras; proteção efetiva do meio ambiente; e abandono de políticas sociais coercitivas, como o aborto forçado e esterilização involuntária. De fato, esperam que o Partido Comunista Chinês conduza o sistema político para o caminho da democracia, que haja respeito aos DH e que passe a conduzir uma política ambiental compatível com a sustentabilidade. Os demais segmentos têm participação mais modesta.

A comparação da tabela 4 com a tabela 5 também nos permite aprofundar o exame dos congressistas republicanos. O segmento dos setores financeiro e seguros é preponderante dentre os segmentos que financiam os republicanos, como mostra a tabela 4. A tabela 5 revela que o segmento se distribui quantitativamente entre os categorizados como RI, AC, RC e AI, nessa ordem. Nesse segmento, os RI correspondem a dez vezes mais que os AI. O exame dos segmentos dos negócios e ideológicos mostra que eles têm comportamento semelhante. Mas há quase equilíbrio entre os congressistas republicanos RI que receberam recursos dos GI de negócios e os colegas de partido categorizados como AC. No segmento escritórios de advocacia há, praticamente, uma distribuição uniforme. Contudo, no segmento defesa há maior distância entre os categorizados RI dos demais, pois estes receberam financiamentos três vezes mais do que os AC e quatro vezes os RC. São números coerentes. O segmento de comunicações e eletrônica tem comportamento semelhante. como dissemos, trata-se de um segmento que atua em subáreas comuns com as de defesa. Há coerência na distribuição quantitativa dos financiamentos de campanha desses números revelados pelos segmentos da defesa e de comunicações e eletrônica, contidos na tabela 5.

Como síntese, enfim, da tabela 5, quantitativamente, há equilíbrio dos totais de congressistas democratas e republicanos categorizados como AI. Nesta categoria, os segmentos que se destacam no financiamento dos democratas são o dos setores financeiro e seguros, dos escritórios de advocacia e o dos sindicatos; do lado dos republicanos, o de negócios, empresas de energia e os setores financeiro e seguros. Para uma categoria de congressistas que defende profundas relações com a RPC, há coerência na relevância do

binômio financiamento e perfil político-ideológico, com exceção dos sindicatos. Mesmo aqui, dado que não se especifica de que ramos são esses sindicatos – foge ao escopo deste trabalho fazê-lo – pode-se inferir que não sejam necessariamente refratários às relações EUA-RPC.

Na categoria AC, nota-se que entre os democratas sobressaem os segmentos sindicatos, setores financeiro e seguros, e escritórios de advocacia. No segmento dos sindicatos a assimetria favorável aos democratas é intensa (21,5:1); no segmento escritório de advocacia a assimetria cai para 7,6:1. Essas fontes de financiamento de campanha aceitam as relações entre os dois Estados desde que haja a satisfação de dadas condições. Estas seriam fatores de contribuição para a redução de assimetrias de fatores de produção, como, por exemplo, mão-de-obra barata e de prisioneiros na RPC, o que ensejaria *dumping* social. Destaca-se também o segmento ideológico, que composto de GI dogmáticos, menos permeáveis a aceitar modelos culturais diferentes. No caso dos republicanos, o segmento dos negócios aparece em destaque, mas modestamente, na razão de 2,3:1.

Na categoria RC também os segmentos dos sindicatos e de defesa contemplam os democratas. Pode-se afirmar que GI de ambos os segmentos podem, neste caso, visualizar possibilidade de vantagens substanciais com a exportação, para os chineses de produtos, sem contrapartida (importações) relevante. No lado republicano, os segmentos dos setores financeiro e seguros, dos negócios e da saúde podem significar a visualização de vantagens em nichos onde haveria débil concorrência do lado chinês.

Na categoria RI os destaques situam-se no lado republicano, nos segmentos: financeiro e seguros; dos negócios; ideológico; e de defesa. Referente ao segmento dos negócios, pode ser afirmado que reúne GI que experimentam dificuldades com concorrência de produtos chineses. Neste caso, o financiamento de congressistas que rejeitam incondicionalmente as relações EUA-RPC contribuirá para dificultar a entrada da concorrência no mercado norte-americano. No caso do segmento defesa, o argumento é a ameaça do desenvolvimento qualitativo do EPL, o que, como já afirmado, poderia contribuir para a construção de uma hegemonia regional chinesa que prejudicasse os interesses norte-americanos no Extremo Oriente. Segundo este argumento, seria superado o *status quo* defendido pelos EUA.

Vale ainda observar dos números da tabela 5 que, entre os democratas, a categoria AC é igual ao somatório das outras mais 97, o que realça a preponderância desta categoria entre aqueles congressistas. Entre os republicanos, numericamente o total na RI é superior; mas não o é se somarmos os totais das demais categorias, que resultaria em 151.

Deve-se lembrar que a análise desenvolvida ao longo do capítulo 2 teve como instrumento as propostas relacionadas a algum tipo de reticência às relações sino-norte-

americanas. Mesmo que houvesse *cosponsor* categorizado como AI, dada proposta alertava o plenário para algum fato relevante que deveria ser examinado por todos os congressistas da casa onde estava sendo introduzida a moção. Por meio das propostas, os interesses dos GI estavam sendo defendidos. Como vimos acima, no caso dos democratas os GI principalmente dos segmentos sindicatos, setores financeiro e seguros, escritórios de advocacia e ideológicos, nessa ordem, foram defendidos por meio de moções introduzidas por congressistas que apoiavam condicionalmente as relações dos EUA com a RPC. Pode-se afirmar que se trata de uma combinação de interesses dos GI desses segmentos, aliados com os perfis dos congressistas financiados.

Já vimos que os GI dos segmentos dos setores financeiro e seguros, dos negócios, ideológicos e de defesa, nessa ordem, tiveram maior participação no financiamento dos republicanos. Porém, diferentemente do que se verifica com os democratas, os recursos destinados aos republicanos não foram concentrados. É fato que há maior participação dos congressistas categorizados como RI, mas os AC seguem-lhes de perto. Essa distribuição mostra também que houve GI de negócios que não desejavam as relações entre os EUA e a RPC. Esses GI de negócios estariam se sentindo prejudicados com tais relações. Poderiam estar operando em sintonia com os sindicatos. Pode ser afirmado tratar-se de empresas alcançadas pela competição e que não se sentiram capacitadas ao enfrentamento dos produtos estrangeiros. E não se sentiram estimuladas a, por exemplo, associarem-se a congêneres chinesas para aproveitarem vantagens oferecidas pela RPC.

Ainda com relação aos republicanos, os GI do segmento defesa situam-se melhor do que entre os democratas. A maior parte dos financiamentos recai também para os categorizados como RI, o que confirma a percepção que se tinha dos GI desse segmento em financiarem aqueles que possam defender os seus interesses, os quais possam ser traduzidos em interesse público, isto é, proteger o povo norte-americano; no campo externo a tradução toma o nome de interesse nacional.

3.2 Possibilidade do *spill over* da categorização

A percepção pretérita entendia haver a primazia da influência dos sindicatos na postura política dos legisladores democratas; entendia também haver ligações familiares dos republicanos com os setores financeiros e dos negócios. Essa percepção geral é acentuada por parte da literatura, como está no capítulo 1. A análise realizada no capítulo 2 mostrou a intrincada imbricação dos perfis político-ideológicos dos congressistas com os seus

financiadores de campanha. Por meio dela, passa-se da simples percepção para a complexidade da real conjugação dos interesses que motivam os grupos privados e a luta pela sobrevivência política no Congresso. O universo político pesquisado foi fração do todo, isto é, contemplou aqueles que se reuniram para propor moções ao plenário.

A decomposição dos interesses dos GI pelos diferentes segmentos, realizada neste capítulo 3, reafirma a maior participação do segmento dos setores financeiro e seguros. Ela contempla variados perfis em ambas as legendas. Não é difícil entender que independe do perfil político-ideológico de um congressista receber contribuição desse setor, na medida em que os interesses que impulsionam os GI desse segmento são de amplo espectro, como já foi analisado. Portanto, aqui, é compreensível a capacidade desse segmento de financiar, como identifica Furlong⁶¹; e a motivação para fazê-lo é dada pela complexidade de ligações com outros segmentos. Grupos de interesse como o Minnesota Bankers Association, o U.S. Bancorp e o Washovia Corporation se interessam por um ambiente financeiro e comercial favorável na RPC e são favoráveis ao estreitamento das relações sino-norte-americanas. Outros grupos experimentariam constrangimentos com a concorrência chinesa.

Pode ser afirmado que os GI constituintes de sindicatos componentes do AFL-CIO não se sentem confortáveis com a concorrência dos produtos chineses. A preferência por financiar campanhas de candidatos democratas que aceitam condicionalmente as relações sino-norte-americanas mostra uma tentativa de conciliar os interesses particulares de sindicatos e de instituições financeiras. Dessa forma, a conjugação desses interesses passa a ter chance de agregar adesão dos eleitores e, assim, se tornar interesse público. Já em relação aos republicanos, um número maior dos financiamentos foi para os congressistas com rejeição incondicional. Neste caso, a explicação repousa no discurso desses congressistas; aqui, a motivação ideológica analisada anteriormente tonifica a argumentação. Mas há argumentações objetivas, como a de que a sub-valorização da moeda chinesa, o yuan, distorce as relações comerciais entre os dois Estados, como foi visto na S.AMDT 309, de 6 de abril de 2005. Esta assimetria na relação dessa moeda com o dólar norte-americano aprofundaria o déficit comercial dos EUA. O argumento tem impacto no público e contribui para transformar a relação de moedas um interesse nacional. Uma das preocupações expressas pelos proponentes da S.AMDT. 309⁶² era exatamente a alegada artificialidade do valor da moeda chinesa relativamente ao dólar dos EUA.

⁶¹ Op. Cit. à página 40 neste trabalho.

⁶² A análise da proposta pode ser apreciada na página 73 deste trabalho.

Os congressistas contrários às relações sino-norte-americanas mostram perfis favoráveis ao financiamento do segmento defesa, porque há simbiose entre os interesses de tal segmento e crenças daqueles congressistas. A combinação de interesses dos grupos desse segmento com a ojeriza de tais congressistas explica o discurso que aponta a RPC como uma ameaça. Explica em parte, também, iniciativas de apoio à manutenção do TRA. A crise no Estreito de Taiwan ocorrida em 1996 ilustra a tensão potencial causada pela presença de forças militares exógenas à região. No caso dos EUA, como foi comentado, as suas forças militares estacionadas no Extremo Oriente são percebidas por parte de analistas como elemento moderador; mas nem por isso afastam as tensões. Um exemplo: elas existiram por ocasião das eleições presidenciais em Taiwan.

O exame das tabelas e dos gráficos permite-nos entender que o exame de Kau e Rubin (1982) realmente não explicaria suficientemente as relações entre os GI e os congressistas considerando apenas a variável financiamento. Não é suficiente afirmar que em alguns casos o financiamento explicaria a posição dos congressistas nas votações, e em outros casos não explicaria. Reafirma-se que há a necessidade de sintonizar as crenças que alicerçam o perfil político-ideológico do congressista com o interesse de determinado grupo. Este, então, estará inclinado a financiar a campanha desse congressista. Mas este suprirá os gastos por meio de um leque de contribuições; mesmo porque a legislação limita as quantias destinadas à contribuição. Portanto, os políticos do Legislativo têm que acorrer a diferentes fontes de financiamento.

Essa verificação já foi sinalizada ao longo deste trabalho. O Anexo A indica os três segmentos que mais contribuíram para cada deputado ou senador. Contudo, seria útil conhecer como incidem os diferentes segmentos de GI por categoria de cada legenda. Isto porque a ordem de contribuição indicará a magnitude da contribuição. O que se pretende é mapear a posição de dado segmento nas quatro categorias de cada partido. Deseja-se, por exemplo, verificar como o segmento defesa contribuiu para os congressistas republicanos RI: será 1º, 2º ou 3º em magnitude de contribuição? Esse mapeamento aprofundará a análise realizada até aqui e contribuirá para melhor explicar a dinâmica do conjugado financiamento e perfil determinante da categoria de cada congressista.

O mapeamento está conforme Smith (1995: 112)⁶³, quando afirma que “The theory predicts that: Lawmakers grant interest group access... only when circumstances fulfill two conditions: 1) when interest groups enjoy competitive advantage over their rivals in meeting

⁶³ Op cit à página 43 deste trabalho.

congressional reelection needs; and 2) when legislators expect the issues and circumstances that established the competitive advantage to recur”. Smith enumera exemplos obtidos de outros pesquisadores que validariam as duas condições. Para este trabalho, reforça-se a validade do conjugado financiamento e perfil. A competição entre os diversos grupos de cada segmento – e entre segmentos – pode-se compreender a formulação da política externa, como uma das políticas públicas. A tabela abaixo apresenta a ordem de contribuição dos segmentos de GI para cada categoria de congressistas dos dois partidos.

Tabela 6
Ordem decrescente de contribuição X categoria

Segmento/Categoria	Democratas				Republicanos			
	AI	AC	RC	RI	RI	RC	AC	AI
Setores fin. e seg.	3º	2º	3º	3º	1º	1º	1º	2º
Escr. advoc.	2º	3º	3º	3º	3º	2º	3º	1º
Ideológicos	2º	3º	2º	3º	2º	1º	3º	3º
Negócios	2º	3º	3º	0	3º	3º	2º	2º
Sindicatos	1º	1º	1º	1º	3º	2º	1º	0
Setor saúde	2º	3º	0	1º	2º	3º	2º	0
Defesa	0	3º	3º	2º	1º	1º	3º	3º
Comum. eletr.	1º	3º	1º	1º	3º	2º	2º	0
Agro-negócio	0	2º	0	0	3º	3º	3º	1º
Empr. energia	0	2º	0	0	1º	3º	3º	2º
Transporte	0	2º	2º	0	3º	3º	2º	1º
Empresa biotec.	0	0	0	0	0	0	0	1º
Núcleo-eletr.	0	0	0	0	0	0	0	1º
Setor tec. Dual	0	0	0	0	0	1º	0	0

Organizado pelo autor, com base nas fontes: Federal Election Commission; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

Como se observa, o segmento financeiro e seguros, posto que contribua para os vários perfis político-ideológicos, como se afirmou diversas vezes ao longo do trabalho, o faz com magnitude diferente. Ele foi o maior financiador dos congressistas republicanos em três das categorias. Entre os democratas, posicionou-se em terceiro em três categorias. Portanto, há maior sintonia entre os congressistas republicanos com esse segmento do que os democratas. E entre

os republicanos, há predileção por conservadores RI e RC e moderados AC. A predileção para os democratas recai sobre os moderados. A explicação está na cautela que todo GI financeiro e seguros adota nas suas decisões por apoiar congressistas. Pode-se inferir que se trata de um investimento que busca a satisfação dos seus interesses por meio da sua defesa no Legislativo.

O segmento dos negócios se mostra aqui com maior tendência ao aprofundamento das relações sino-norte-americanas. Confirma a percepção geral. Embora não tenha sido o primeiro em contribuição, foi o segundo entre os que aceitam essas relações. Há uma distribuição razoavelmente homogênea entre democratas e republicanos.

O segmento ideológico também se manifesta com distribuição homogênea. Somente entre os republicanos RC ele aparece preponderante. Esta distribuição pode ser explicada em face das variadas tendências dos grupos ideológicos, embora todos tenham sido congregados no domínio DH. Os defensores do meio ambiente provavelmente sentir-se-ão satisfeitos se a RPC obtiver progressos no cuidado com a poluição hídrica e do ar. Os defensores das liberdades individuais não se sentirão atendidos se o regime político continuar preferindo a igualdade à liberdade. Os religiosos não descansarão enquanto todas as práticas de crença continuarem a ser tuteladas e financiadas pelo Estado chinês.

Outra percepção geral que é comprovada é o caso dos sindicatos. Como se observa, em todas as categorias de democratas, o segmento foi o maior financiador de campanhas eleitorais. Posto que a maioria dos democratas esteja categorizada como AC, esse segmento pode ser majoritariamente compreendido como reticente ao entrelaçamento dos interesses entre os EUA e a RPC. Explica, portanto, a postura da AFL-CIO, como confederação de sindicatos de vários segmentos de trabalhadores norte-americanos. Explica também o fato de financiar republicanos que rejeitam as relações entre os dois Estados.

O segmento defesa mostra a preferência dos grupos de interesse em financiar políticos que rejeitam a aproximação com os chineses. Manifesta preferência por republicanos RI e RC. Contempla congressistas conservadores. A explicação pode ser encontrada no fato de que tais legisladores advogam a manutenção do *status quo* no Extremo Oriente para conter a RPC regionalmente. Os congressistas, aqui, são os que identificam a RPC como uma ameaça aos interesses dos EUA na região. Tal postura contribui para que os GI desse segmento visualizem a possibilidade da satisfação dos seus interesses, que seriam a produção e venda de material de defesa. E é interessante verificar que um outro segmento próximo, o de comunicações e eletrônica, deposita preferência nos democratas. A explicação está no fato de que este segmento produz material tanto para uso militar quanto civil. Dadas as restrições para exportação de material militar norte-americano para a RPC, os interesses desses grupos recai

sobre produtos de consumo civil. As propostas S.AMDT. 2387, de 14 de maio de 1998 e a H.R. 463, de 9 de junho do mesmo ano são exemplos dessa preocupação entre os congressistas dos EUA.

O detalhamento revela, enfim, a preferência por certas categorias; trata-se de uma maior aproximação do que a apresentada nas tabelas anteriores. E explica a postura dos políticos e das suas fontes de financiamento. Por meio dela – e das demais tabelas e dos gráficos – se tem as razões das preferências dos GI por determinados perfis de políticos no Congresso. Pode-se projetar essas explicações para os demais componentes dos Congressos de números 101 a 110. Pode-se afirmar também que tem maior visibilidade o congressista que toma parte de uma proposta do que os simples votantes do plenário. Os *sponsors* e *cosponsors* permitem ao estudioso, portanto, aferir as suas preferências, suas motivações e capacidades financeiras. A síntese das tabelas 5 e 6 é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 7

Síntese explicativa da conjugação GI X Perfil político-ideológico do Congresso dos EUA nas questões referentes à RPC

Segmentos de GI	PARTIDO	CATEG. MAIS FINANC.
Sistema financeiro e seguros	Democratas	AC
	Republicanos	RI/RC/AC
Escritórios de advocacia	Democratas	AC
	Republicanos	AI
Ideológicos	Democratas	AC
	Republicanos	RI
Negócios	Democratas	AI
	Republicanos	AC/AI
Sindicatos	Democratas	AC
Defesa	Republicanos	RI

Organizado pelo autor, com base nas fontes: Federal Election Commission; Center for Responsive Politics; Gov.Track.us. Período: jan./1989 a jan./2008.

A tabela 7 mostra a maior incidência da categoria AC. A combinação de interesses dos GI dos mais relevantes segmentos que compuseram as tabelas anteriores leva a postura dos congressistas norte-americanos a uma aceitação das relações dos EUA com a RPC. Diferentemente do que se poderia inferir, ao examinar as propostas individualmente, os

congressistas que delas participaram encontram-se majoritariamente entre os que aceitam as relações, mesmo que condicionalmente. A exceção importante repousa no segmento defesa, na qual a escolha dos respectivos grupos de interesse recai sobre os republicanos RI. Há maior tendência, pois, ao multilateralismo; o unilateralismo – ou eventual isolacionismo - repousaria na categoria RI, a segunda em expressão. Esta categoria, em segundo lugar em importância na tabela acima, alicerçaria o interesse nacional pela manutenção do *statua quo* no Extremo Oriente. O balanço final leva à conclusão de que há maior tendência à cooperação do que à competição. Significa que a maioria dos congressistas norte-americanos opta pela aproximação dos EUA com a RPC, com a ressalva de que o PCCh deve empreender reformas no campo político de modo a modificar o sistema político para um modelo mais próximo da democracia ocidental. Igualmente, os parlamentares entendem que as liberdades individuais possam ser respeitadas pelo governo da RPC, assim como a liberdade religiosa. Também defendem um cuidado com o meio ambiente, de modo a que os recursos hídricos e o ar sejam menos afetados pelo modelo de desenvolvimento adotado. Mesmo porque tais problemas são sentidos em Estados vizinhos, como a República da Coréia e o Império do Japão.

A maioria dos legisladores norte-americanos identifica nos chineses uma parceria. Portanto, o conjunto de interesses privados preponderante na formulação da política externa dos EUA para a RPC repousa na cooperação. Embora o atual Executivo tenha rotulado a RPC como competidor estratégico, o eco nas casas legislativas dos EUA é modulado pela parceria condicionada. Esta forma de cooperação explica os cuidados com a manutenção do *status quo* no campo da defesa na região. Os resultados das votações em plenário mostraram a importância do Congresso no tratamento do tema. Na busca do *win set*, a conjugação dos interesses privados com as crenças dos congressistas resulta na interdependência, cuja face mais visível está no campo econômico-comercial.

Considerações Finais

As inquietações experimentadas pelo Congresso dos EUA após os eventos na Praça da Paz Celestial foram expressas por meio de propostas para que o Executivo repensasse as suas iniciativas com a RPC. As imagens transmitidas em tempo real da repressão policial contra estudantes constituíram componente emocional poderoso para todos os congressistas reticentes à aproximação dos EUA com a RPC. Elas trouxeram a lume, mais uma vez, o debate entre a convicção e o pragmatismo. Naquele momento, a percepção era que o custo do afastamento dos valores norte-americanos não compensaria o benefício dos retornos tangíveis no campo econômico-comerciais.

Porém, a discussão entre convicção e pragmatismo se deu nas duas casas congressuais impulsionada por elemento exógeno a elas. Os grupos de interesse viram-se desafiados a mostrarem os seus argumentos junto aos deputados e senadores. Afinal, nenhuma proposta é introduzida para exame do plenário sem motivo; em outros termos, nenhuma delas é neutra. De certo há as convicções do eleitorado. Mas os eleitores constituem a população economicamente ativa; logo, ocupam postos de trabalho. E, aqui, quem os provê são as empresas privadas, em ambiente de economia liberal. Portanto, os interesses dos diferentes grupos são relevantes na equação. E os GI procuram acautelar-se por meio da aproximação dos congressistas. A forma tradicional é financiando-lhes as campanhas eleitorais.

A importância dos GI na formulação da política externa dos EUA tem origem histórica. A visita às obras de autores como Tocqueville e Weber contribuem para esclarecer as motivações que levaram os norte-americanos do final do século XVIII e do século XIX a transformarem o hábito das discussões nas associações em propostas de solução para os problemas comuns. A própria Declaração de Independência constituiu-se em um ato de adesão das colônias; não foi uma ação impositiva de um poder central. A tradição da autonomia das colônias foi herdada pelos estados. As instituições sub-estatais seguem as normas estabelecidas fundamentalmente pelos estados. O nome do Estado-nação norte-americano corresponde a essa tradição. O Congresso reflete a tradição, onde os legisladores trabalham de acordo com os interesses dos atores mais dinâmicos de seus estados.

Essa tradição acolhe um repositório de crenças emanadas dos ramos religiosos adotados pelos colonizadores. Cristalizou-se a percepção da predestinação, com um destino manifesto do qual o povo norte-americano não podia escapar. A construção das instituições foi permeada dos valores morais originários da religião. O povo norte-americano percebia-se diferente, excepcional e responsável pelo cumprimento de uma missão. Os representantes do

povo da jovem república no Executivo e no Legislativo operaram politicamente por meio da combinação da predestinação, do destino manifesto e do excepcionalismo. A base política era o liberalismo de Locke. A estrutura político-institucional assim montada teve reflexo recente com o NED de Regan. Vivenciou-se o ocaso do socialismo soviético. Incentivou-se, assim, os povos do planeta a adotar a democracia liberal norte-americana, com o respeito às liberdades individuais, assim como as instituições econômicas em prática nos EUA. Era a missão.

No pós-GF, a política de promoção da democracia, da liberdade de mercados e observação dos valores norte-americanos aparecem nos discursos do governo dos EUA. Em relação à RPC, a recomendação do ex-Presidente Clinton era a aproximação. Ele sugeria que essa aproximação seria útil aos interesses dos EUA e para a disseminação dos ideais do povo norte-americano. E, desta forma, os chineses se sentiriam atraídos por práticas diferentes e sedutoras. E os interesses seriam atendidos. O NSS em vigor explicita o convite à RPC para que rume no aperfeiçoamento político, de modo a adotar um regime democrático de modelo norte-americano. No campo das relações econômico-comerciais as empresas norte-americanas poderiam, assim, exercer as suas práticas em ambiente de elevado potencial consumidor. Significava a possibilidade de obtenção de retornos tangíveis, mercê do avanço tecnológico que normalmente as empresas do país são dotadas. Do lado empresarial, *lato sensu*, seria satisfatória tal aproximação.

Os grupos privados dos EUA, por seu lado, agem naturalmente consoante a tradição. A busca pela satisfação dos interesses privados, modernamente, decorre da liberdade histórica de associação. Em outros termos, as associações do passado são os GI de hoje. A aversão ao risco em ambiente de competição intensa leva-os ao intercâmbio de informações. Por vezes formam conglomerados para reforçar a auto-proteção. Com isso, defendem os seus interesses diante da escassez material, diferentes influências na sociedade e conflito de valores no campo externo. Os GI que têm interesses no exterior, procuram buscar espaço nos objetivos da política externa norte-americana. Dada a importância do Congresso neste mister, torna-se fundamental a busca por apoio de deputados e senadores. Como os congressistas dependem do voto popular para manterem os seus cargos políticos, qualquer demanda de GI deve levar em conta este ponto basilar. As demandas têm que estar, pois, perfeitamente sintonizadas com os desejos dos eleitores. Qualquer interesse de GI no exterior deve, portanto, transmitir internamente a percepção de contribuição para a população como um todo. Com isso, o interesse passa a ser legítimo. O interesse particular torna-se, assim, público; no campo externo, repousa em interesse nacional.

No caso dos EUA, as políticas públicas são, assim, resultantes da conjugação de preferências dos segmentos particulares. Da mesma forma, a política externa é a resultante dos interesses dos GI. No período que se seguiu ao evento ocorrido na Praça da Paz Celestial, as reações no Congresso criaram dificuldades para o Executivo dar prosseguimento às relações com a RPC. As moções que foram apresentadas repousavam no argumento do desrespeito aos DH. Os valores morais e de liberdade individual, tão caros para os norte-americanos, foram conflitados com imposição da ordem pelo PCCh. A oposição ao governo Bush (pai), em maioria nas duas casas legislativas, plantou obstáculos para renovar a autorização para o Executivo manter a cláusula da NMF. Com a ascensão de Clinton, a maioria no Congresso continuou com os democratas; mas nem por isso as moções contrárias à continuação da cláusula NMF deixaram de ser propostas.

Assim, a maioria no Congresso não significou que os democratas se abstivessem de questionar as relações sino-norte-americanas. Como foi analisado, congressistas como o senador Mitchell e a deputado Pelosi – ela própria representante do grupo favorável aprovação da NMF condicionalmente - colocaram obstáculos. Os dois tinham as suas campanhas financiadas por GI que não viam vantagens nas relações favorecidas, dentre eles os sindicatos. Os GI voltados para os DH continuaram a levantar argumentos morais, preciosos para os norte-americanos, para objetarem as relações. Por outro lado, parte dos GI ligados aos negócios mobilizou-se para defender maior enlace com a RPC. Igualmente, os GI do segmentos financeiro e seguros que tinham ligações com essa porção do segmento dos negócios somou-se a este. O embate no Congresso resultava na rejeição de propostas de cunho condicional. As *roll call* restabelecia o *waiver* e o Executivo continuava a conceder o *status* da NMF para a RPC. A tendência manteve-se até a superação da luta do Executivo pela NMF, por meio da concessão do PNTR.

Em outro campo, os GI do segmento defesa levantaram questões ligadas à segurança. A possível transferência de tecnologia incorporada a satélites exportados para a RPC preocupou esses grupos. O que se verificou foi a renhida luta dos GI desse segmento com os dos negócios, dos escritórios de advocacia e dos setores financeiro e seguros. O argumento dos fabricantes de componentes para equiparem os satélites era o corte de postos de trabalho, caso a exportação não fosse aprovada. Naquele momento, a disputa mostrava esses últimos segmentos de GI de um lado; e do outro, os segmentos de GI dos DH, da defesa e dos sindicatos. Estes, de um modo geral, sensibilizavam congressistas para que incorporassem barreiras às importações chinesas.

A preocupação dos GI ligados ao segmento defesa teve um episódio que reforçou os seus argumentos: a crise no Estreito de Taiwan, em 1996. Com efeito, o que se verifica é que o Congresso passou a perceber a questão Taiwan – e o TRA – como complexa o suficiente para acautelarem-se nos convites a autoridades formosinas. Os congressistas mais ligados ao segmento defesa passaram a atuar para que o Congresso acompanhasse o desenvolvimento qualitativo do EPL. Relatórios anuais sobre este tema passaram a compor a agenda do Legislativo. De forma semelhante, congressistas ligados a outros segmentos também propuseram moções que recomendavam controle sobre atividades comerciais-militares com a RPC. Foram iniciativas que procuraram evitar uma quebra de equilíbrio de forças no Estreito. A manutenção do *status quo* foi afirmada concretamente pelo Legislativo norte-americano.

A categorização dos congressistas de acordo com a aceitação ou rejeição das relações sino-norte-americanas mostra a disputa de duas grandes alas. Uma delas é a ala que luta por retornos intangíveis, ligados às crenças político-ideológicas. A outra é a ala que disputa retornos tangíveis, ligados a mercado. Ambas aproximam-se dos congressistas de perfil adequado aos seus propósitos e procuram financia-lhes as campanhas eleitorais. A luta combina, pois, a convicção com o pragmatismo. A primeira expressa na observação dos valores norte-americanos, caros desde os colonizadores. Eles são manifestados pela percepção de que os chineses devem adotar um modelo democrático. O PCCh deve respeitar os DH em todas as suas vertentes, como a liberdade religiosa, por exemplo. E entre os novos temas nas RI, o meio ambiente deve ter um cuidado diferente, acodem os ambientalistas norte-americanos. Os GI do meio ambiente, enquadrados no segmento ideológico, forçam os representantes no Legislativo para questionarem a RPC.

O pragmatismo procura conceber as relações dentro de uma possibilidade de retorno. O custo/benefício constitui a validação do empreendimento em terras chinesas. Assim, o financiamento de campanha é um instrumento de tentativa de incorporar interesses na formulação da política externa norte-americana para a RPC. Para aqueles que, pragmaticamente, o custo/benefício é elevado, a defesa dos seus interesses passa pela articulação com os congressistas contrários ao aprofundamento das relações EUA-RPC. Os grupos de interesse do segmento dos negócios também podem estar reticentes a esse aprofundamento, de acordo com o custo/benefício. Podem ligar-se a GI dos segmentos escritórios de advocacia; e podem também ligar-se aos do setores financeiro e seguros. A combinação de interesses de GI compreendidos em segmentos diferentes pode explicar o financiamento de campanha de dado congressista por GI de diferentes segmentos.

Verifica-se, então, a composição de GI do segmento de negócios que financiam campanhas de candidatos que não aprovam totalmente as relações dos EUA com a RPC; ou mesmo as rejeitam. Depende, pragmaticamente, do cálculo que fazem. Do mesmo modo, os GI do segmento escritórios de advocacia encontram-se presentes nos financiamentos tanto de candidatos favoráveis a essas relações quanto contrários a elas. Há uma pluralidade de interesses a se compor com os perfis político-ideológicos dos congressistas. A categorização criada mostra que essa composição incorre nos dois partidos presentes no Congresso. E que ambas as legendas contém facções dotadas de políticos de perfis diferentes. Essa verificação ajuda a explicar a diversidade de combinações de interesses de GI com crenças de congressistas. Assim, são encontrados políticos que não põem objeção alguma nas relações EUA-RPC; e recebem financiamento de GI do segmento ideológico. E há congressistas que rejeitam totalmente as relações e recebem financiamento de GI do segmento setores financeiro e seguros.

Temos, então, que as categorias AI, AC, RC e RI congregam políticos do Legislativo que recebem recursos de origens diversas. Não é verificada correlação direta entre dados segmentos de GI e perfis de congressistas. Afirmar-se que o segmento de GI dos negócios seria favorável ao aprofundamento das relações EUA-RPC verifica-se falso; depende do custo/benefício que o GI calcula. Da mesma forma, a afirmação de que GI do segmento ideológico não financiaria quem não colocasse qualquer objeção a essas relações, verifica-se igualmente falso. Da investigação realizada foram levantados nomes que compuseram propostas de iniciativas que corrigissem ou aperfeiçoassem as ditas relações. Das tabelas montadas, o que se comprova é que as fontes de financiamento dos democratas conduzem a uma postura internacional de multilateralismo. A incidência vigorosa nos congressistas que aceitam condicionalmente as relações EUA-RPC aponta para uma conjugação virtuosa de convicção e pragmatismo. Pode-se afirmar que são cooperativos.

Do lado republicano, as fontes de financiamento se distribuem menos concentradamente. Há vantagem entre os políticos que rejeitam incondicionalmente as relações, que são 41,9% do total de republicanos investigados. São congressistas aferrados a posições políticas competitivas, unilateralistas ou, eventualmente, isolacionistas. Suas interpretações do mundo pós-GF resultam da utilização de modelo de análise próprio do período precedente do SI. Mas a participação dos republicanos categorizados como AC congrega 29,3% do total da legenda. Os republicanos, quantitativamente, podem ser considerados competitivos, se tomarmos os dados da tabela 5. Isto porque a soma de RC e RI

é maior que a soma das outras duas categorias. Isto é, 169 contra 80. Pode-se afirmar aqui que os republicanos investigados tendem ao unilateralismo e, eventualmente, ao isolacionismo.

O cômputo dos congressistas das duas legendas classificados por categoria mostra que o somatório dos que aceitam as relações sino-norte-americanas – 298 – comparado com o somatório dos que as rejeitam – 223 – indica que há maior adesão ao multilateralismo e à cooperação. Esta é a confirmação que se tem da tabela 7. Desta forma, a formulação de uma política externa norte-americana para a RPC contemplará uma resultante multilateral e cooperativa. Mas contemplará também os cuidados com a manutenção do *status quo* no Extremo Oriente, pois não poderá desprezar a necessário cuidado com a contribuição para um ambiente regional estável, próprio para que a cooperação entre os dois Estados-nação e a multilateralidade não sejam contaminadas por dissensões entre os dois lados do Estreito de Taiwan.

Por fim, vale acrescentar que, para o Brasil, é favorável a verificação de um ambiente de relações sino-norte-americanas condicionadas pelo multilateralismo e norteadas pela cooperação. As relações brasileiras são plurais. Especificamente quanto aos dois Estados-nação, os interesses brasileiros são crescentes. Logo, é positivo para o Brasil que as relações EUA-RPC não sejam contaminadas por tensões competitivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. A Percepção da Política Externa dos EUA e do Brasil por Diplomatas Brasileiros. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
- _____. As Relações Brasil-EUA na Percepção dos Militares. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
- ANGELL, Norman. O Comércio Exterior e a Força Militar. In: **A Grande Ilusão**. Trad. Sérgio Bath. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 51-65.
- ART, Robert J. A Defensible Defense: America's Grand Strategy after the Cold War. **International Security**. Cambridge (MA): MIT Press, v. 15, n. 4, Spring 1991, p. 9.
- ASPIN, Leslie "Les". The Defense Budget and Foreign Policy: the role of Congress. **Dedalus**, n. 104, Summer 1975, p. 168.
- AUSTIN, Greg. **China's Ocean Frontier: international law, military force, and national development**. Camberra: Allen & Unwin Austrália Pty Ltda., 1998.
- BAILEY, Michael e BRADY, David W. Heterogeity and Representation: The Senate and free trade. **American Journal of Political Science**. V. 42, n. 2, Apr. 1998, p. 524-544. Disponível em: [http://links.jstor.org/sici?sici=0092-5853\(199804\)42:2%3C524:HARTSA%3E2.0.CO:2-K](http://links.jstor.org/sici?sici=0092-5853(199804)42:2%3C524:HARTSA%3E2.0.CO:2-K). Acesso em: 12 fev. 2008.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. Cooperação Científica e Tecnológica: o Conteúdo Estratégico dessa Dimensão na Política Externa Brasileira. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
- BARBOSA, Rubens Antônio. A China e o Brasil na América do Sul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A2, 28 nov. 2006.
- _____. As Relações Econômicas Brasil-Estados Unidos e as negociações comerciais, In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA, Rubens Antônio (Org.). **As Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BARNETT, Thomas P. M. **The Pentagon's New Map: war and peace in the twenty-first century**. New York: Berkley Books, 2004.
- BAUCUS, Max Sieben. **Agriculture**. Disponível em: <http://baucus.senate.gov/issues/agriculture.cfm?view=mywork>. Acesso em: 10 fev. 2008.

- BENTLEY, Arthur. **The Process of Government: a study of social pressures**. Cambridge: Belknap Press, 1967.
- BERGÈRE, Marie-Claire; BIANCO, Lucien; DOMES, Jürgen. **La Chine au XXe Siècle: de 1949 à aujourd' hui**. Paris: Fayard, 1990. 2 v.
- BERRY, J. M. Subgovernors, issue networks, na dpolitical conflict. In: HARRIS, R. & MILKIS, S. (Edit). **Remaking American Politics**. Boulder: Westview, 1989, p. 239-260.
- BILL, Clinton. Why I'm Going to China. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/newsweek/why.htm>. Acesso em: 13 set. 2003.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **Second Chance: Three Presidents and the crisis of American superpower**. Cambridge: Basic Books, 2007.
- BUCHANAN, William. **Legislative Partisanship: the deviant case of Califórnia**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1963.
- CARDOSO, Renato Silva. A Defesa Comercial no Âmbito das Relações Brasil-China. In: FURLAN, Fernando de Magalhães; FERLSBERG, Thomas Benes. **Brasil-China; comércio, direito e economia**. São Paulo: Aduaneiras; Lex Editora, 2005.
- CHERRY, Conrad. **God's New Irael: Religious interprtations of American Destiny**. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1998.
- CHRISTOPHER, Warren. A liderança dos Estados Unidos e as oportunidades norte-americanas. **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, v. 4, n. 3, dez. 1995.
- CLINTON, William Jefferson. **Why I'm Going to China**. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/newsweek/why.htm>. Acesso em: 3 set. 2005.
- CLOUD, David S. House Attaches Conditions to MFN status for China. **Congressional Quarterly Weekly Report**, 13 Jul. 1991.
- CLAYMER, Adam. House Defeats Effort to Punish China by Curbing Trade. **The New York Times**. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C06E5DD1431F936A15755C0A961958>. Acesso em: 10 fev. 2008.
- CRANE, Bárbara B.; FINKLE, Jason L. The United States, China and the United Nations Popuilation Fund Dynamics of US Policy-making. **Population and Development Review**, v. 15, n. 1, Mar. 1989.
- CLYMER, Adam. Votes Backing Use of Force are Predict in Congress. **New York Times**, New York, 7 Jan 1991.
- CROPPER et all. The determinant of pesticide regulation: A statistical analysis of EPA decision making. **Journal of Political Economy**, 1992, n. 100, p. 175-197.

- DAHL, Robert. **Who Governs? Democracy and power in na American city**. New Haven: Yale University Press, 1961.
- DEIBEL, Terry L. Strategies Before Containment: Patterns for the Future. **International Security**. Cambridge, MA, v. 16, n. 4, Spring 1992, p. 82.
- DIETRICH, John W. Interest Groups and Foreign Policy: Clinton and the MFN debates. **Presidential Studies Quarterly**, v. 29, n. 2, Jun, 1999, p. 280-296.
- DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR. Robert L. **Relações Internacionais: as Teorias em Confronto**. Trad. Marcos Farias Ferreira, Mônica Sofia Ferro, e Maria João Ferreira. Lisboa: Gradiva, 2003.
- DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos**. Trad. Mariluce Pessoa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- FREE Trade , free markets: rating Congress – 106th Congress. Disponível em: <http://www.freetrade.org/node/807/print>. Acesso em: 31 jan. 2008.
- FURLONG, Scott R. Interest Group Influence on Rule Making. **Adminstration and Society**, v. 29, n. 3, Jul. 1997, p. 325-347.
- GIBSON, M. L. **Conflict amid Consensus in American trade policy**. Washington: Gerogetown University Press, 2000.
- GROSSMAN, Gene; HELPMAN, Ehnan. Protection for Sale. **American Economic Review**. 84, September, 1994, p.833-850.
- HALL, Peter. **The Political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Priceton University Press, 1989.
- HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in América**. New York: Harcourt Brace and World, 1955.
- HASSNER, Pierre; VAÏSSE, Justin. **Washington et le Monde: dilemmas d'une superpuissance**. Paris: Autrement, 2005.
- HERMANN, Margareth G.; HERMANN, Charles F.; HAGAN, Joe D. How Decision Units Shape Foreign Policy Behaviour. In: HERMANN, Charles F.; KEGLEY JR, Charles W.; ROSENAU, James N. **New Directions in the Study of Foreign Policy**. Boston: Allen & Unwin, 1987.
- HIRST, Mônica. **The United States and Brazil: A Long Road of Unmet Expectations**. New York: Routledge, 2005.

HOGAN, Michael J. Foreign Policy, Partisan Politics, and the End of the Cold War. In: _____ (Ed.). **The End of the Cold War: It's Meaning and Implications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (reimpr.).

HOOK, Steven W. Sino-american Trade Relations: Privatizing Foreign Policy. In: CARTER, Ralph G. (Edit). **Contemporary Cases in US Foreign Policy: From Terrorism to Trade**. Washington: CUPress, 2005.

HOYT, W. H.; TOMA, E. F. Lobbying expenditure and government output: The NEA and public education. **Southern Economic Journal**, 1993, n. 60, p. 405-417.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JENTLESON, Bruce W. American Diplomacy around the World and along Pennsylvania Avenue. In: MANN, Thomas E. (ed.). **A Question of Balance: The President, the Congress and the Foreign Policy**. Washington: Brookings Institution, 1990.

KAU, J. B. e RUBIN, P. H. Public interest lobbies: Membership and influence. **Public Choice**, 1979, n. 34, p. 45-54.

_____. **Congressman, Constituents, and Contributors: Determinants of roll call votes in the House of Representatives**. Boston: Martinus Nijhoff, 1982.

KEEFE, W. **Congress and the American People**. 3. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

KISSINGER, Henry. **Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century**. New York: Simon & Shuster Paperbacks, 2001.

KOLBE, Jim. Remarks Honoring Congressman Robert Matsui Lifetime Achievement Award. **Arizona Journal of International and Comparative Law Online**. Disponível em: <http://www.law.arizona.edu/journals/ajicl/AJICL.2007/vol241/vol241.htm>.

LAMPTON, David M. America's China Policy in the Age of the Finance Minister: Clinton Ends Linkage. **China Quarterly**, 1994, n. 139, p. 597-621.

LEIGHT, J. P. Non-random assignment, vehicle safety inspection laws and high way fatalities. **Public Choice**, 1994, n. 78, p. 373-387.

LILLEY, James R.; SHAMBAUGH, David. **China's Military Faces the Future**. Washington: AEI, 1999.

LINDASY, James M. Congress and Foreign Policy. **Political Science Quarterly**, v. 107, n.4, Winter, 1992-1993, p. 607-628.

- LINDBLOM, Charles E. Funções dos Grupos de Interesse na Decisão Política. In: **O Processo de Decisão Política**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 75-84. (Coleção Pensamento Político).
- MAASS, Arthur A. Congress and Water Resources. **American Political Science Review**. N. 44, 1950, p. 576-593.
- MAISEL, Louis Sandy. Congressional Information Sources. In: COOPER, Joseph e MACKENZIE, G. Calvin. (ed.). **The House at Work**. Austin: University of Texas Press, 1981, p. 247-274.
- MARTIN, Hollis; SMITH, Steve. **Explaining and Understanding International Relations**. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- MEAD, Walter Russel. **Poder, Terror, Paz e Guerra**. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- MELLO, Patrícia Campos. **O Mundo tem Medo da China? Nós Também: o maior enigma da economia mundial**. São Paulo: Terceiro Nome: Mostarda, 2005.
- MIXON, F. G. Public choice and the EPA: Empirical evidence on carbon emission violations. **Public Choice**, 1995, n. 83, p. 127-137.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do Espírito das Leis**. Trad. Difusão Européia do Livro. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores). Original francês.
- MOSHER, Steven W. **Hegemony: China's Plan to Dominate Ásia and the World**. San Francisco: Encounter Book, 2000.
- MORAVICSIK, Andrew. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, New Orleans, v. n. 4, p. 513-553, Autumn 1997.
- NAKAYAMA, Toshihiro. **Politics of U. S. Policy Toward China: Analysis of Domestic Factors**. Washington: The Brookings Institution, 2006.
- NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: transitions and growth**. Cambridge: MIT Press, 2007.
- NELKIN, Dorothy. Scientific Knowledge, Public policy and Democracy. **Knowledge, Creation, Difusion Utilization**. 1 (September), 1979.
- NETTO, Andrei. 'Brasil pode ser ponte entre Leste e Oeste, Norte e Sul'. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jul. 2008. Nacional, p. A18.
- NOKKEN, Timothy P. The ideological ends against the middle: House roll call votes on normal trade relations status for China, 1990-2000. **Congress and the Presidency**. n. 30, p. 153-170.

- NYE JR., Joseph. **O Paradoxo do Poder Americano**. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2002.
- O'HALLORAN, S. **Politics, process, and American trade policy**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. O Conceito de Política Externa. In: **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 1-28.
- _____; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon. **A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2005.
- OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo: EdUSP, 1999.
- PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert. **The Rational Public**. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- PAPP, Daniel S; JOHNSON, Lock K; ENDICOTT, John E. **American Foreign Policy: history, politics and policy**. New York: Pearson Education Inc., 2005.
- PASQUINO, Nicola. Grupos de Pressão. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12. ed. Trad. Carmem C. Varriale et alli. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. 2v, p. 562-570.
- PISTONE, Sergio. Interesse Nacional. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 12. ed. Trad. Carmem C. Varriale et alli. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. 2v, p. 641-642.
- POTTERS, Jan e SLOOF, Randolph. Interest groups: A survey of empirical models that try to assess their influence. **European Journal of Political Economy**, v. 12, 1 jun. 1996, p. 403-442.
- PREGEJL, Vladimir N. 92094: Most-Favored-Nation Status of the People's Republic of China. **CRS Issues Brief**. 6 Dec. 1996. Disponível em: <http://www.fas.org/man/crs/92-094.htm> . Acesso em: 4 fev. 2008.
- PRESIDENT Jiang spells out chinese values. **People's Daily**, Beijing, p. 2, 22 Oct. 1999.
- PROCÓPIO, Argemiro. **No Olho da Águia: unilateralismo e relações internacionais**. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.
- PUMPHREY, Carolyn W. **The Rise of China in Ásia: security implications**. Washington: SSI, 2002.

- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The logic of two-level games. In: EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert D. (Ed.). **Double-Edge Diplomacy: International bargaining and domestic politics**. Los Angeles: University of California Press, 1993.
- RAY, Bruce A. Federal Spending and the Selection of Committee Assignments in the US House of Representatives. **American Journal of Political Science**, n. 24, 1980, p. 495-510.
- RITTBERGER, Volker. Approaches to the Study of Foreign Policy Derived from International Relation Theories. **International Studies Association**. New Orleans: 2002. Disponível em: <http://www.isanet.org/noarchive/rittberger.html>. Acesso em: 24 jul. 2006.
- ROGOWSKI, Ronald. **Commerce and Coalitions**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ROSATI, Jarel A e SCOTT, James M. **United States Foreign Policy**. 4th ed. Belmont: Thomson, 2007.
- ROSECRANCE, Richard. **The Rise of the Virtual State: Wealth and Power in the Coming Century**. New York: Basic Books, 1999.
- RUBIN, Barry. The Media and the Neutron Warhead. **Washington Quarterly**, n. 1 Jul 1978, p. 93.
- SANTOS, Hermílio. Grupos de interesse e redes de políticas públicas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, ano 2, n. 1, p. 193-210, jun. 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Lógica Dual da Ação Coletiva. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 23-39, 1989.
- SCHMITT, Eric. House Renews China's Trade Benefits. **New York Times**, 28 jul. 1999. Acesso em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9900EED61F3EF93BA15754C0A96F958...> . Acesso em: 10 fev. 2008.
- SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (Brasil). **Balança Comercial**. Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.org.br/default.asp> . Acesso em: 9 jul 2007.
- SHAMBAUGH, David; YANG, Richard H. **China's Military in Transition**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- SMITH, James A. **Idea brokers: think tanks and the rise of the new policy elite**. New York: The Free Press, 1991.
- SMITH, Richard A. Advocacy, Interpretation and Influence in the US Congress. **American Science Political Review**, n. 78, p. 44-63.

_____. Interest Group Influence in the U. S. Congress. **Legislative Studies Quartely**, XX, n. 1, Feb., 1995.

SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. Trad. Tomás Rosa Bueno; Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STOKES, Bruce. The Old Couple. **National Journal**. Kansas City, 30 Jul. 1994, p. 1798-1801.

SUSBIELLE, Jean-François. **Chine-USA: la guerre programmée**. Paris: Générales First, 2006.

SUTTER, Robert G. **US Policy Toward China: na introduction to the role of interest groups**. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1998.

SWAINE, Michael D.; TELLIS, Ashley J. **Interpretating Chinese Grand Strategy**. Santa Mônica: Rand, 2000.

THE US-CHINA BUSINESS COUNCIL. Apresenta dados estatísticos de comércio. Disponível em: <http://www.uschina.org/ststistics/tradetable.html>. Acesso em: 28 dez. 2006.

THORSTENSEN, Vera. Comércio Internacional e a Criação da OMC. In: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilateral**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2v.

TRUMAN, Harry S. Discurso antecedente à Seção conjunta do Congresso, em 12 de março de 1947.

TUCKER Robert W. e HENDRICKSON, David C. 1992. **The Imperial Temptation: The new world order and America's purpose**. New York: New York University Press, 1992.

US-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. **2007 Report to Congress: one hundred tenth Congress, first session**. Washington: US Government Printing Office, 2007. Disponível em: <http://www.uscc.gov>. Acesso em: 31 jan. 2008.

US CONGRESS. Public Law 106-286-OCT.,10,2000. **Normal Trade Relations for the People's Republic of China**. 2000. 41 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?isbn=1428953418>. Acesso em: 5 fev. 2008.

US DEPARTMENT OF STATES. International Information Programs. **Taiwan Relations Act**. Disponível em: http://usinfo.state.gov/eap/Archive_Index/Taiwan_Relations_Act.html. Acesso em: 25 out. 2005.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. O Sistema Unipolar e as Responsabilidades dos EUA como Potência Hegemônica. In; ARAUJO, Heloisa Vilhena (Org.). **O Sistema Político**

dos EUA e suas Repercussões Externas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005.

YALE LAW SCHOOL. The Avalon Project. **Mutual Defense Treaty Between the United States and Republic of China.** Disponível em: <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/diplomacy/china/chin001.htm>. Acesso em: 25 out. 2005.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações Internacionais.** Trad. Maria Luisa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva, 2002.

_____. **O Homem, o Estado e a Guerra.** Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. **Ensaio de Sociologia.** 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 2002. Versão inglesa de: H. H. Gerth e C. Wright Mills. Original em alemão.

WEISBAD, Edward. **The Ideology of American Foreign Policy: a paradigm of Lockian liberalism.** Beverly Hills, CA: Sage, 1973.

WHITE HOUSE. **National Endowment for Democracy (MAD).** Washington, 1983.

WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of América.** Washington, 1991.

_____. _____ . Washington, 1997.

_____. _____ . Washington, 2000.

_____. _____ . Washington, 2002.

_____. _____ . Washington, 2006.

WILSON, G. K. **Interest Groups.** Oxford: Basil Blackwell, 1990.

_____. American interest groups in comparative perspective. In: PETRACA, M. (Org.). **Interest Group Transformed.** Boulder: Westview Press, 1992.

WITTKOPF, Eugene R.; KEGLEY, JR., Charles W.; SCOTT, James M. **American Foreign Policy pattern and process.** 6th ed. Belmont, CA: Wadsworth/Thomson Learning, 2002.

WRIGHT, J.R. Contributions, lobbyng, and committee voting in th US House of Representatives. **American Public Science Review**, 1990, n. 84, p. 417-438.

_____. **Interest Group and Congress: lobbying, contributions, and influence.** Boston: Allyn and Bacon, 1996.

ANEXOS

ANEXO A – Contribuições de campanha, perfis político-ideológicos e categorias

NOME	REP. (R) OU SEN. (S) PARTIDO E ESTADO	SETORES MAIOR CONTRIBUIÇÃO*	PERFIL	CATEGORIA APLICÁVEL
Abercrombie, Neil	R (D-HI)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Considerado liberal; defensor intransigente das liberdades individuais; crítico ácido ao zelo ideológico de facções do partido Republicano.	AC
Abraham, Spencer	S. (R-MI)	Empresas de energia; ideológicos; defesa.	Defensor de redução do controle da imigração. Ligação com setor nuclear. CC.	AC
Ackerman, Gary	R (D-NY)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; negócios.	Contrário a importações de armas pelos EUA; ligações com lobby israelenses; condiciona as relações comerciais com a RPC aos DH.	AC
Akaka, Daniel K.	R (D-HI)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Considerado defensor dos direitos civis dos migrantes de origem japonesa e ibero-americanos; contrário ao envolvimento no Iraque.	AC
Andrews, Robert “Rob” Ernest	R (D-NJ)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Considerado moderado; defensor d-e programas fiscais conservadores e das liberdades individuais; nem sempre vota com o partido.	AC
Archer Jr., William Reynolds	R (R-TX)	Ideológicos; escritórios de advocacia; agro-negócio.	Considerado conservador no campo econômico; conhecido pelas iniciativas pela eficiência financeira do Legislativo; vota sempre com o partido; favorável às relações com a RPC nos segmentos de alimentos.	RC
Armey, Richard K.	R (R-TX)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; defesa.	Considerado conservador; defensor de eficiência fiscal; anti-comunista.	RI
Armstrong, William L.	S (R-CO)	Ideológicos; defesa; setores financeiro e seguros.	Preocupa-se com a balança comercial norte-americana, especialmente em relação à RPC; favorável a baixas taxas de juros internamente.	RC
Ashcroft, John	S (R-MO)	Ideológicos; defesa;	Considerado conservador;	RI

David		setores financeiro e seguros.	segregacionista; religioso intransigente.	
Bachus III, Spencer Thomas	R (R-AL)	Setores financeiro e seguros; negócios; setor de saúde.	Considerado conservador; vota com o partido; anti-comunista.	RI
Baker, Richard	R (R-LA)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado um dos mais conservadores membros do Congresso; reconhece desvios do governo chinês quanto aos DH; admite relações com Pequim que tragam vantagens para os EUA.	RC
Barton, Joe	R (R-TX)	Empresas de energia; setor de saúde; negócios.	Crítico do <i>main stream</i> acadêmico sobre meio ambiente; participação no Congresso considerada favorável a empresas de telecomunicações; defensor de drástica redução de impostos.	RC
Baucus, Max Sieben	R (D-MT)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Considerado moderado no partido; vota frequentemente contra aumento de taxas; contrário ao embargo a Cuba; votos a favor do meio ambiente no Alaska.	AC
Bayh III, Birch Evans "Evan"	S (D-IN)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado político de centro; propôs sanções ao Irã, pelo seu desenvolvimento nuclear; reticente às relações com a RPC em função dos DH.	AC
Berkley, Rochelle "Shelley"	R (D-NV)	Negócios; sindicatos; ideológicos.	Vota com o partido; condena relações com a RPC sem condições ligadas aos DH.	AC
Berman, Howard Lawrence	R (D-CA)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Defensor da restrição do porte de armas; alinha-se à facção progressista do partido no campo social; alinha-se aos republicanos nos processos de integração regional.	AI
Bingaman, Jeff	S (D-NM)	Escritórios de advocacia; empresas de energia; setores financeiro e seguros.	Iniciativas em defesa do meio-ambiente, especialmente com a qualidade da água e do ar.	AC
Bliley, Jr.,	R (R-VA)	Sistemas financeiro	Considerado conservador,	AC

Thomas J.		e seguros; comunicações e eletrônica; agro-negócio.	mas com bom trânsito entre os democratas; nem sempre vota com o partido; defensor da liberdade religiosa.	
Blunt, Roy D.	R (R-MO)	Sistemas financeiro e seguros; negócios; setor de saúde.	Considerado conservador no campo social; contrário ao <i>main stream</i> quanto ao consumo de cigarros; defende da redução drástica do déficit comercial com a RPC.	RC
Boehner, John Andrew	R (R-OH)	Setores financeiro e seguros; negócios; agro-negócio.	Vota com o partido; forte apoio à solicitação de gastos suplementares no Iraque; ligações com empresas petrolíferas e fabricantes de material dual.	RI
Bond, Kit	S (R-MO)	Setores financeiro e seguros; negócios; agronegócio.	Conservador, contra cercar ações estatais de segurança; defende relações com a RPC restrita ao agronegócio.	RC
Boren, David L.	S (D-OK)	Ideológicos; defesa; setores financeiro e seguros.	Conservador, ligado a grupos de extrema direita. Anti-comunista ferrenho.	RI
Bosswell, Leonard L.	R (D-IA)	Síndicaos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Foi ligado ao setor de inteligência do Exército dos EUA; discreto, mas auante observador do desenvolvimento do EPL.	RC
Boucher, Rick	R (D-VA)	Empresas de energia; setores financeiro e seguros; comunicações e eletrônica.	Entusiasta da democratização do acesso à novas tecnologias via Internet e sua segurança na utilização pelos órgãos públicos.	AC
Boxer, Bárbara Levy	S (D-CA)	Ideológicos; escritórios de advocacia; comunicações e eletrônica.	Ligada a grupos ambientalistas, DH, defesa dos direitos da mulher.	AC
Brown, Hank	S (R-CO)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; defesa.	Considerado conservador; guarda posturas anti-comunistas; vê com reticências ligações EUA-RPC.	RI
Brown, Sherrod	R (D-OH)	Setor de saúde; escritórios de advocacia;	Considerado progressista no campo social e populista no econômico; contrário a	RI

		sindicatos.	acordos de livre comércio; reticente às relações comerciais com a RPC.	
Brownback, Sam	S (R-KS)	Setores financeiro e seguros; negócios; comunicações e eletrônica.	Conservador, luta contra o aborto, defensor da intervenção humanitária; favorável às ligações EUA-Taiwan; acusa RPC desrespeito aos DH.	RI
Bumpers, Dale Leon	S (D-AR)	Sindicatos; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Dedicado a questões sociais, especialmente crianças; vota com o partido.	AC
Bunning, Jim	R (R-KY)	Setores financeiro e seguros; negócios; setor de saúde.	Considerado um dos mais conservadores congressistas; ferrenho defensor do conflito no Iraque; defende agressividade no setor comercial	RC
Burns, Conrad	S (R-MT)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setor de tecnologia dual.	Favorável a restrições à soberania territorial das tribos indígenas e à imigração; apoio ao livre mercado; defensor vigoroso da expansão das forças armadas norte-americanas; opositor vigoroso ao <i>Patriotic Act</i> .	RC
Burton, Dan	R (R-IN)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Vota com frequência com democratas; Defensor de normas favoráveis às pessoas com necessidades especiais.	AC
Byrd, Robert Carlyle	S (D-WV)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Opositor da política adotada para o Iraque; anti-comunista; ligações com o Ku Klux Klan.	RI
Capuano, Michael “Mike” Everett	R (D-MA)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Vota com o partido; crítico das relações dos EUA com a RPC sem efetiva contrapartida de DH.	AC
Cardin, Benjamin L.	R (D-MD)	Financeiro e seguros; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Vota com o partido; engajado em programas sociais voltados para a saúde pública; contrário ao modelo adotado pela RPC para a contracepção obrigatória.	AC
Castle, Michael	R (R-DE)	Setores financeiro e	Considerado um dos mais	AC

Newbold “Mike”		seguros; escritórios de advocacia; negócios.	moderados republicanos; compôs grupos de apoio a Bush filho em algumas oportunidades; nem sempre vota com o partido.	
Chabot, Steve	R (R-OH)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; negócios.	Destaca-se pela fiscalização ao controle de gastos governamentais; nem sempre vota com o partido; defensor dos direitos privados.	RC
Chafee, Lincoln	S (R-RI)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios.	Considerado “liberal”, defensor do meio-ambiente e de fundos para saúde pública.	AC
Coble, Howard	R (R-NC)	Negócios; comunicação e eletrônica; setores financeiro e seguros.	Considerado liberal econômico; favorável aos negócios com a RPC, desde que não haja transferência de tecnologia sensível.	AC
Coburn, Thomas Allen M. D.	R (R-OK)	Setor de saúde; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Favorável à restrição de armas aos cidadãos; posições independentes no partido; alinha-se com frequência a posições dos democratas; no campo social é conservador; defensor dos DH.	AC
Cochran, Thad	S (R-MS)	Fortemente pelo agro-negócio; setores financeiro e seguros; defesa.,	Vota conforme a opinião pública e muitas vezes diferente do partido; crítico da RPC no campo dos DH.	AC
Cohen, William Sebastian	S (R-ME)	Defesa; comunicações e eletrônica; transportes.	Moderado; incentiva fortemente o desenvolvimento das forças armadas; apoio à expansão da OTAN; favorável a que os EUA impeçam disseminação armas destruição em massa.	RI
Conrad, Kent	S (D-ND)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; sindicatos.	Defensor dos DH; contrário ao livre comércio; forte apoio a subsídios agrícolas; favorável ao PNTR; contrário às sanções à RPC por vender material de defesa.	AC
Conyers, Jr., John.	R (D-MI)	Sindicatos; comunicações e	Considerado um dos mais liberais congressistas;	AC

		eletrônica; escritórios de advocacia.	defensor das liberdades individuais; ferrenho opositor dos governos Bush, principalmente de Bush filho, de quem pediu <i>impeachment</i> por conta de suposto acordo secreto com o Reino Unido para atacar o Iraque em 2002.	
Cox, Christopher	R (R-CA)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Favorável aos Estado mínimo; anti-comunista; crítico dos chineses quanto à propriedade intelectual e ao controle da Internet.	RI
Cramer Jr., Robert E.	R (D-AL)	Sindicatos; defesa; negócios.	Faz parte do <i>Blue Dog Democrats</i> , que reúne democratas em uma coalizão conservadora e mooderada; vota contra o partido nos itens controle de armamemnto e aumento de tributos; admite relações com a RPC desde que vantajosas.	RC
Crane, Philip M.	R (R-IL)	Ideológicos; negócios; agro-negócio.	Considerado conservador no campo social; favorável às relações econômico-comerciais EUA-RPC, como vetor de democratização e liberdade religiosa para os chineses.	AI
Cranston, Alan MacGregor	R (D-CA)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Trajetória política voltada para o desarmamento nuclear, direitos civis e meio ambiente.	AC
Cubin, Bárbara Lynn	R (R-WY)	Empresas de energia; ideológicos; setor de saúde.	Conservadora; contrária a restrições recomendadas pelos ambientalistas; contra migrantes ilegais.	RI
Davis, Jo Ann	R (R-VA)	Defesa; ideológicos; sistemas financeiro e seguros.	Conservadora no campo social; crítica do desrespeito do PCCh à liberdade religiosa e à política de aborto coercitivo.	RI
DeConcini, Dennis	S (D-AZ)	Ideológicos; defesa; sindicatos	Defende liberdade para os tibetanos; anticomunista; crítico do déficit comercial dos EUA.	RC
DeFazio, Peter Antony	R (D-OR)	Sindicatos; transportes;	Crítico da política de Bush (filho) para o Iraque; contra	AC

		escritórios de advocacia.	a política de redução dos impostos. Crítico das relações com a RPC por desrespeito aos DH.	
DeGette, Diana Pouise	R (D-CO)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setor de saúde.	Vota com o partido; Crítica com o sistema de saúde chinês; crítica da política do filho único.	AC
DeLay, Thomas Dale	R (R-TX)	Setores financeiro e seguros; negócios; empresas de energia.	Considerado moderado, mas anti-comunista; reage a algumas posições do partido; favorável a processos de integração econômica; defende aprofundamento do capitalismo na RPC.	RC
Diaz-Balart, Lincoln	R (R-FL)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Considerado conservador; anticastrista e anticomunista; vota com o partido.	RI
Diaz-Balart, Mario	R (R-FL)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Irmão de Lincoln, tem o mesmo perfil.	RI
Dodd, Christopher John	S (D-CT)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; comunicações e eletrônica	Contrário a embargos a outros países (Cuba, inclusive); a favor do pleno engajamento comercial; simpático à imigração; idem ao meio ambiente.	AI
Dole, Bob	S (R-KS)	Agronegócio; empresas de energia; defesa.	Fortemente ligado à base eleitoral do agronegócio; pragmatismo comercial.	AI
Doolittle, John Taylor	R (R-CA)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; agro-negócio.	Considerado conservador; crítico de extensões de políticas sociais; apoiou o enfrentamento no Iraque; cauteloso com os programas de conservação do meio ambiente.	RI
Dorgan, Byron	S (D-ND)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Fortemente contrário à política dos EUA para Cuba; contrário também à generalização de políticas de liberalização do comércio.	AI
Dreier, David Timothy	R (R-CA)	Setores financeiro e seguros; negócios; comunicações e eletrônica.	Considerado conservador; anti-comunista; vota com o partido.	RI

Durenberger, Dave	S (R-MN)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; agro-negócio.	Ligado ao setor de saúde; endossou propostas de leis que punam poluidores do ar.	AC
Engel, Eliot	R (D-NY)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Defensor do uso de combustíveis veiculares alternativos, de forma a romper dependência do petróleo importado e da poluição produzida por essa fonte de energia; crítico da influência síria no Líbano.	AC
English, Phillip Sheridan	R (R-PA)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Vota com o partido; crítico da RPC quanto aos DH; defende que os EUA devem ser mais vigorosos ao cobrar da RPC liberdade religiosa.	AC
Evans, Lane	R (D-IL)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Considerado um defensor dos interesses e direitos dos veteranos da guerra do Vietnã, da qual tomou parte; segue o partido nas votações. Preocupa-se com a balança comercial dos EUA, em especial com os asiáticos.	RC
Feingold, Russ	S (D-WI)	Escritórios de advocacia; ideológicos; sindicatos.	Moderado; opôs-se à guerra do Iraque; único senador a votar contra o <i>Patriotic Act</i> ; foi um dos responsáveis pelo banimento do <i>soft money</i> ; institucionalista.	AC
Ferguson, Michael “Mike” A.	R (R-NJ)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; ideológicos.	Opõe-se à privatização da saúde; crítico da política do filho único adotada na RPC; crítico da política chinesa para os DH.	AC
Foley, Thomas Stephen	R (D-WA)	Sindicatos; setor de saúde; ideológicos.	Considerado moderado; vota com o partido; defensor da liberdade religiosa.	AC
Fowler, Tillie Kidd	R (R-FL)	Defesa; comunicações e eletrônica; ideológicos.	Considerada moderada; liberal no campo social; conservadora no campo da defesa; ardorosa feminista; no campo comercial, defende que os EUA reduzam déficit comercial.	RC
Frank, Barney	R (D-MA)	Setores financeiro e seguros; sindicatos;	Pertencente à ala liberal do partido; dedicado às	AC

		escritórios de advocacia.	questões dos DH.	
Gallegly, Elton W.	R (R-CA)	Setores financeiro e seguros; negócios; agronegócio.	Acompanha o partido nas votações; favorável ao livre-comércio; defende aproveitamento das oportunidades de negócios na RPC se contribuir para reduzir déficit na balança comercial.	RC
Gephardt, Richard Andrew	R (D-MO)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Contrário ao NMF para a RPC; condena a política do PCCh para os DH; protecionista; opôs-se ao estabelecimento do NAFTA.	RC
Gibbons, James “Jim” A.	R (R-NV)	Negócios; setores financeiro e seguros; empresas de energia.	Considerado controverso dentro do partido; envolvimento com negócios obscuros; favorável a negócios com a RPC sem restrições.	AI
Gilman, Benjamin Arthur	R (R-NY)	Sindicatos; negócios; escritórios de advocacia.	Vota com o partido; engajado em projetos de combate a fome; crítico da política chinesa para os DH.	AC
Gingrey, John Phillip	R (R-GA)	Setor de saúde; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado um dos mais conservadores; apóia a manutenção de Guantânamo; reticente quanto ao desenvolvimento militar da RPC.	RI
Graham, Lindsey Olin	R (R-CA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado moderado; contrário à restrição de concessão de <i>habeas corpus</i> para prisioneiros em Guantanamo; nem sempre vota com o partido.	AC
Grassley, Charles Ernest “Chuck”.	S (R-IA)	Empresas de biotecnologia; negócios; núcleo-eletricidade.	Forte apoio à pesquisa de combustíveis alternativos (etanol); favor da extensão do NAFTA para o sul e ao PNTR; contra sanção à RPC por venda de material de defesa.	AI
Hagel, Chuck	S (R-NE)	Setores financeiro e seguros; negócios; empresas de energia.	Contra a guerra do Iraque; crítico dos custos da guerra e dos danos ao meio ambiente.	AC
Hamilton, Lee	R (D-IN)	Sindicatos;	Favorável às relações EUA-	AC

Herbert		escritórios de advocacia; negócios.	RPC desde que condicionada aos DH e à segurança dos EUA; preocupa-se com transferência de tecnologia de ponta para a RPC.	
Hayworth Jr., John D,	R (R-AZ)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Considerado um dos mais conservadores no Congresso e na bancada do seu estado; apoia a política de Bush (filho); crítico do desenvolvimento do aparato militar da RPC.	RI
Helms, Jesse	S (R-NC)	Defesa; ideológicos; comunicações e eletrônica.	Conservador; preocupado com a ameaça comunista; segregacionista; mas é favorável ao alívio da dívida dos países pobres.	RI
Hill, Baron	R (D-IN)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Compõe o grupo moderado-conservador dos democratas; conhecido no Congresso pela defesa da ética na política; contesta as relações sino-norte-americanas.	RI
Hinchey, Maurice Dudley	R (D-NY)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Considerado um dos mais liberais congressistas; nem sempre vota com o partido.	AC
Hollings, Ernest Frederick	S (D-SC)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Atento ao cumprimento dos direitos civis; defensor do serviço militar obrigatório; reticente sobre as relações com a RPC, em face dos DH.	AC
Holt, Rush Dew	R (D-NJ)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Considerado liberal no campo social; preocupado com salvaguarda de propriedade intelectual de tecnologia de ponta; crítico da política dos EUA para a RPC.	AC
Honda, Michael Makoto	R (D-CA)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Porta-voz de imigrantes latinos e asiáticos; defensor de políticas de acolhimento de chineses exilados; crítico do PCCh quanto aos DH.	AC
Hostettler, John Nathan	R (R-IN)	Ideológicos; negócios; setores financeiro e seguros.	Considerado um dos mais conservadores deputados; religioso; anti-comunista; nacionalista mas admite	RC

			relações com a RPC se houver vantagens econômicas.	
Hunter, Duncan	R (R-CA)	Defesa; negócios; transportes.	Crítico das relações dos EUA com a RPC; defensor de rígido controle dos fluxos migratórios pela fronteira sul do país; fortemente favorável ao engajamento dos EUA no Iraque.	RI
Hutchinson, Timothy	S (R-AR)	Setores financeiro e seguros; negócios; agro-negócio.	Considerado conservador no campo econômico; crítico da RPC pela possibilidade de venda de armas de destruição em massa; contrário ao estabelecimento das relações permanentes de comércio com a RPC.	RI
Hyde, Henry John	R (R-IL)	Setores financeiro e seguros; comunicações e eletrônica; negócios.	Ligado ao setor de inteligência; defensor dos governos Bush (pai) e Bush (filho); anti-comunista; aliou-se aos proponentes do <i>impeachment</i> do presidente Bill Clinton.	RI
Inhofe, James Mountain	S (R-OK)	Empresas de energia; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Um dos republicanos mais conservadores; crítico dos ambientalistas; um dos mais preocupados congressistas com o desenvolvimento militar chinês.	RI
Jackson, Jr., Jesse Louis	R (D-IL)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Ligado aos ambientalistas; iniciativas voltadas para o desenvolvimento e a aplicação de energia renovável.	AC
Jefferson, William J.	R (D-LA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Favorável ao livre comércio, inclusive com a RPC após 1993; segue partido no plenário.	AI
Johnson, Nancy Lee	R (R-CT)	Setor de saúde; setores financeiro e seguros; negócios	Um dos melhores apoios do presidente Bush (filho) no Congresso; reticente às relações dos EUA com a RPC.	RI
Kaptur, Marcy Carolyn	R (D-OH)	Sindicatos; agro-negócio; setores financeiro e seguros.	Considerada uma das mais progressistas; vota com o partido; aprova as relações	AC

			com a RPC na medida em que melhorem as liberdades individuais.	
Kasten, Robert W.	S (R-WI)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; defesa	Considerado moderado; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Kennedy, Edward M.	S (D-MA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Contrário ao aumento de tropas no Iraque; favorável ao desenvolvimento de energia alternativa; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Kennedy, Mark	R (R-MN)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios.	Defende que a RPC tem que proceder com responsabilidade nos DH; usar a RPC para demover a Coreia do Norte a prosseguir com o desenvolvimento nuclear.	RI
Kerry, John Forbes	S (D-MA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; comunicações e eletrônica.	Considerado liberal; foi favorável à guerra do Iraque; defende que os EUA assinem o Protocolo de Kyoto.	AC
King, Peter T.	R (R-NY)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Considerado conservador; intermediou negociações entre o IRA e o governo britânico; visto entre os colegas como <i>soft</i> com o terrorismo.	RC
Kirk, Mark Steven	R (R-IL)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios.	Aliou-se com os proponentes de normas mais rígidas para imigração; vê com reticências as relações com a RPC.	RI
Kohl, Herb	S (D-WI)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Considerado conservador; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Lantos, Tom	R (D-CA)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; ideológicos.	Defensor do engajamento no Iraque e no Afeganistão; favorável à adesão a Kyoto; lançou proposta de a AIEA ¹ dispor de banco de urânio enriquecido. Crítico do	RC

¹ Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A proposta do Deputado tinha como argumento os Estados não necessitarem de enriquecer o combustível nuclear domesticamente.

			déficit da balança comercial dos EUA.	
Latham, Thomas	R (R-IA)	Agro-negócio; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Voltado para propostas de ações na segurança interna do país; defende relações com a RPC que não sejam deficitárias; acompanha votações do partido.	RC
Lautenberg, Frank R.	S (D-NY)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado um dos mais liberais senadores; militante contra o fumo; crítico da política de segurança do governo.	AI
Leach, James Albert	R (R-IA)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Considerado moderado ou republicano liberal por alguns; votou contra a invasão do Iraque neste século; propôs plano para aliviar fome de populações pobres, por meio do FMI.	AC
Leahy, Patrick	S (D-VT)	Escritórios de advocacia; comunicações e eletrônica; agro-negócio.	Crítico da política de inteligência do governo; defensor de legislação que melhor proteja os trabalhadores; defende subsídios à agricultura para exportação.	AC
Lee, Barbara	R (D-CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Contrária à invasão do Iraque sem o aval da ONU; preocupa-se com os DH na RPC.	AC
Lee, Sheila Jackson	R (D-TX)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Defensora dos direitos de imigrantes asiáticos e latinos; contrária a acordos de integração regional; contra relações plenas com a RPC.	AC
Levin, Carl	S (D-MI)	Ideológicos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Contrário ao engajamento no Iraque sem aval da ONU; assume posturas em defesa das liberdades individuais.	AC
Lewis, John Robert	R (D-GA)	Sindicatos; setor de saúde; setores financeiro e seguros.	Considerado liberal; engajado em movimentos por direitos civis; vota com o partido.	AC
Lieberman, Joe	S (D-CT)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; defesa.	Favorável fortemente à política para o Iraque; favorável à adequação das indústrias a Kyoto.	RC

Lofgren, Zoe	R (D-CA)	Comunicações e eletrônica; sindicatos; escritórios de advocacia.	Segue o partido; contra o engajamento pleno dos EUA com a RPC, por verificar práticas anti-democráticas em Pequim.	AC
Lott, Trent	S (R-MS)	Setores financeiro e seguros; negócios; agro-negócio.	Nutre simpatia por Taiwan e expressa sua preferência; crítico do PCCh.	RI
Lugar, Richard G.	S (R-IN)	Setores financeiro e seguros; agro-negócio; negócios.	Conservador. Participante nas discussões sobre segurança.	RI
Markey, Edward J.	R (D-MA)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Considerado protecionista moderado; contrário à importação de armamentos leves por contribuir para o déficit comercial dos EUA.	RC
Marshall, James Creel	R (D-GA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos.	Considerado politicamente centrista; conservador no campo social; porta-voz demandas dos militares da ativa e da reserva; defensor da liberdade religiosa.	AC
Matsui, Robert (Bob)	R (D-CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológico.	Considerado moderado; compôs grupo independente para aprovar a MNF à RPC.	AI
McCain III, John Sidney	S (R-AZ)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Considerado conservador nos assuntos fiscais, mas moderado nas questões sociais; tem postura independente; pró-Israel; contrário à política de detenção em Guantanamo e Abu Grabi; compôs o BCRA**** que encerrou o <i>soft money</i> .	AC
McConnell, Mitch	S (R-KY)	Setores financeiro e seguros; defesa; comunicações e eletrônica.	Conservador, ligado a empreendimentos do setor de defesa.	RI
McCotter, Thaddeus G.	R (R-MI)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Defensor do engajamento norte-americano no Iraque; acompanha com desconforto desenvolvimento militar da RPC; vota com o partido.	RI
McDermott, James Albert “Jim”	R (D-WA)	Sindicatos; setor de saúde; setores financeiro e seguros.	Considerado moderado; bandeira política voltada para programas sociais; favorável ao livre comércio, inclusive com a RPC.	AI

McGillicuddy III, Cornelius Alexander “Connie Mack III”	S (R-FL)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Conservador; vota com o partido; crítico da postura chinesa quanto aos DH; favorável às relações sino-norte-americanas, simultaneamente a atento acompanhamento da evolução do EPL.	RI
McGovern, James P.	R (D-MA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos	Contrário à guerra do Iraque; considerado liberal no campo social; crítico da política chinesa para o Tibet.	AC
McKinney, Cynthia Ann	R (D-GA)	Sindicatos; ideológicos; setor de saúde.	Crítica contundente do governo Bush filho; engajada na política de raça; nem sempre vota com o partido; defensora das liberdades individuais.	AC
McNulty, Michael Robert	R (D-NY)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; setor de saúde.	Considerado de moderado para liberal; vota contra o aborto por convicção religiosa; foi contra o NAFTA, mas admite relações com a RPC condicionadas aos DH.	AC
Mitchell, George J.	S (D-ME)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; setor de saúde	Apresentou propostas para leis mais duras referentes à poluição do ar; preocupa-se com os DH.	AC
Norton, Eleanor Holmes	R (D-DC)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Vota segundo a orientação do partido; defende voto condicionado aos DH para relações com a RPC. .	AC
Obey, David R.	R (D-WI)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos.	Considerado liberal; contrário à proibição do livre porte de armas pelos cidadãos; ligado a grupos ambientalistas.	AC
Pallone Jr., Frank	R (D-NJ)	Setor de saúde; sindicatos; setores financeiro e seguros.	Tem defendido autonomia para tribos indígenas norte-americanas; defende maior alcance da saúde pública; nem sempre vota com o partido.	AC
Payne, Donald Milford	R (D-NJ)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Contra a pena de morte; participou nas negociações para conter desrespeito aos DH na RPC e, hoje, em Darfur.	AC

Pease, Donald J.	R (D-OH)	Sindicatos; defesa; ideológicos.	Considerado liberal; opõe-se às relações com a RPC sem progresso no campo dos DH.	AC
Pell, Claiborne deBorda	S (D-RI)	Comunicações e eletrônica; defesa; ideológicos.	Apoio vigoroso ao controle de armamentos pelos Estados-nação; participou das conversações SALT e da UNCLOS**.	RI
Pelosi, Nancy Patricia D'Alesandro	R (D-CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Considerada progressista e liberal; forte opositora da guerra do Iraque; liderou Ato de Proteção aos Estudantes Chineses após o evento na Praça da Paz Celestial.	AC
Reid, Harry	S (D-NV)	Negócios; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Contra leis que limitem a posse de armas pelos cidadãos favorável a negócios com a RPC desde que não haja qualquer setor prejudicado nos EUA.	RC
Roemer, Timothy J.	R (D-IN)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Considerado moderado, com voto liberal na política externa e conservador nos assuntos sociais; ligado ao setor de inteligência; contra o NAFTA, mas favorável a outros acordos comerciais vantajosos para os EUA.	RC
Rohrabacher, Dana	R (R-CA)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios	Postura anti-comunista; forte opositor à imigração ilegal.	RI
Roskan, Peter J.	R (R-IL)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado moderado; nem sempre vota com o partido; favorável às relações com a RPC desde que as condicione com liberdades individuais e respeito institucional.	AC
Ros-Lehtinen, Ileana	R (R-FL)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Considerada liberal entre os colegas de partido; nem sempre vota com o seu partido; defendeu ajuda financeira para o Afeganistão.	AC
Royce, Edward Randall	R (R-CA)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Preocupa-se com o desenvolvimento do EPL; ações consideradas	RI

			favoráveis a Taiwan.	
Ryan, Timothy J.	R (D-OH)	Sindicatos; negócios; escritórios de advocacia.	Crítico da estratégia norte-americana adotada no Iraque; preocupa-se com a invasão de produtos chineses no mercado interno; crítico da forma de relações EUA-RPC.	RC
Sanders, Bernie	R (D-VT)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Vigoroso opositor da guerra ao Iraque; defende atendimento de saúde universal para a população doméstica; opõe-se a acordos de comércio com o exterior que aprofundem déficit comercial com os EUA.	RC
Sarbanes, Paul	S (D-MD)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Ligações com lobby defensores de imigrantes; ligado a grupos de DH.	AC
Schiff, Adam	R (D-CA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos.	Favorável a que o governo dos EUA impeçam a transferência de tecnologia nuclear para a RPC; preocupado com o desenvolvimento do EPL.	RI
Schumer, Charles Ellis “Chuck”	R (D-NY)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Engajado no desarmamento dos cidadãos; favorável à política para o Iraque; nem sempre vota com o partido; contrário à operação de portos dos EUA por estrangeiros.	AC
Sessions, Pete	R (R-TX)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Defensor de soluções alternativas para os elevados débitos de bancos privados; defende engajamento econômico-comercial com a RPC.	AI
Shadegg, John Barden	R (R-AZ)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Considerado conservador; defensor de medidas de desburocratização para imigração de acadêmicos e cientistas; nacionalista e protecionista no campo comercial.	RC
Shelby, Richard	S (R-AL)	Setores financeiro e seguros; defesa; escritórios de	Defensor das indústrias de cigarros; auxiliou fabricante de mísseis e componentes	RI

		advocacia.	de plataformas espaciais.	
Smith, Christopher H.	R (R-NJ)	Sindicatos; ideológicos; setor de saúde.	Considerado moderado; contra legalização do aborto; fortes ligações com sindicatos.	AC
Smith, Robert C. “Bob”	S (R-NH)	Ideológicos; defesa; comunicações e eletrônica.	Considerado um conservador; duro crítico das administrações Clinton; crítico ácido das relações sino-norte-americanas.	RI
Snowe, Olympia	S (R-ME)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; defesa.	Considerada moderada; uma das introdutoras do Global Warming Reduction Act de 2007; contudo, apoiou a guerra no Kosovo e do Iraque; votou contra o NAFTA e o CAFTA*** por aumentar o déficit da balança comercial.	RC
Solarz, Stephen	R (D-NY)	Ideológico; escritórios de advocacia; setor de saúde.	Ligado aos direitos humanos; participou de moções para interceder por democracia na África do Sul e Camboja.	AC
Solomon, Gerald B. H.	R (R-NY)	Comunicações e eletrônica; defesa; negócios.	Considerado conservador; preocupado com o progresso das atividades marítimas da RPC e com o desenvolvimento qualitativo da Marinha do EPL.	RI
Specter, Arlen	S (R-PA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado moderado; opõe-se ao cerceamento das liberdades individuais de imigrantes ilegais; favorável à equalização de impostos; foi um dos críticos do seu partido na tentativa de impeachment de Clinton.	AC
Stevens, Ted	S (R-AK)	Comunicações e eletrônica; transportes; escritórios de advocacia.	Apóia com recorrência créditos suplementares para a guerra do Iraque; propôs banimento de imigrantes asiáticos e ibero-americanos ilegais; defende que a RPC deve melhorar as condições de DH para evitar migração ilegal para os EUA.	AC
Sununu, John Edward	R (R-NH)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Considerado moderado; nem sempre vota com o partido; foi contrário ao	AC

			<i>Patriot Act</i> ; favorável ao relaxamento do embargo a Cuba e de incentivo aos DH na RPC; ligações com setores de alta tecnologia do país.	
Tancredo, Thomas Gerard "Tom"	R (R-CO)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado conservador; favorável à redução da imigração; reticente quanto as relações sino-norte-americanas.	RI
Tanner, John S.	R (D-TN)	Setores financeiro e seguros; negócios, setor de saúde.	Crítico da política econômica deficitária do governo Bush (filho); favorável aos acordos de livre comércio; contrário ao Patriotic Act; nem sempre vota com o partido.	AI
Taylor, Eugene	R (D-MS)	Negócios; transportes; defesa.	Considerado um dos mais conservadores; foi o único democrata a pedir de impeachment de Bill Clinton; defensor do direito ao porte de armas; defensor da pena de morte e do controle rigoroso da imigração; contra as ações afirmativas; crítico ácido das ligações de Dick Cheney com a Halliburton; crítico do déficit da balança comercial norte-americana, em especial com a RPC.	RC
Thurmond, James Strom	S (R-SC)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Conservador; conhecido segregacionista; convicto nacionalista.	RI
Tiahrt, Todd	R (R-KS)	Transportes; empresas de energia; negócios.	Acompanha votação do partido; defende livre comércio; defende aprofundamento dos negócios com a RPC.	AI
Towns, Edolphus	R (D-NY)	Setor de saúde; setores financeiro e seguros; sindicatos.	Acompanha o partido nas votações; participação considerada discreta; defensor do respeito ao meio ambiente.	AC
Udall, Mark Emery	R (D-CO)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Considerado liberal no campo social; crítico da política de DH chinesa.	AC

Udall, Thomas Stewart	R (D-NM)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Considerado liberal no campo social; defensor da manutenção dos direitos sociais; contrário ao porte de armas pelos cidadãos; crítico da política chinesa para os DH.	AC
Warner, John	S (R-VA)	Setores financeiro e seguros; negócios; defesa.	Contrário ao Patriot Act; propôs uma “terceira via” para retornar as tropas do Iraque; admite relações com a RPC condicionadas à melhoria das condições de meio ambiente.	AC
Waters, Maxine	R (D-CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Conta com acusações de envolvimento em casos de corrupção; crítica ácida dos republicanos; vota com o partido; condiciona as relações com a RPC à melhoria das condições ambientais nas grandes cidades chinesas.	AC
Watson, Diane Edith	R (D-CA)	Sindicatos; ideológicos; setor de saúde.	Crítica da decisão norte-americana de apoiar a independência do Kosovo; crítica da política dos EUA para a RPC; defensora dos DH.	AC
Weldon, Curt	R (R-PA)	Defesa; escritórios de advocacia; ideológicos.	Carreira política voltada para assuntos de defesa; participou da comissão que investigou possível prejuízo à segurança dos EUA, decorrente da venda de material de defesa norte-americano para a RPC.	RI
Wellstone, Paul	S (D-MN)	Ideológicos; sindicatos; escritórios de advocacia.	Considerado liberal; crítico agudo à política para o Iraque; opôs-se ao PNTR com a RPC.	RI
Wexler, Robert I.	R (D-FL)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; sindicatos.	Considerado moderado; acredita que as boas relações econômico-comerciais com a RPC incentivarão o governo chinês a inclinar-se para a democracia.	AI
Wirth, Timothy E.	S (D-CO)	Ideológicos; agro-negócio; defesa.	Estudioso do meio ambiente e população; crítico da	AC

			política chinesa de contracepção.	
Wolf, Frank	R (R-VA)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; transportes.	Considerado moderado; defensor do planejamento familiar voluntário com medicamentos; crítico da balança comercial norte-americana.	RC
Wu, David	R (D-OR)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Nascido em Taiwan; ligado à área tecnológica; vota com o partido.	AC

- A sequência dos GI financiadores indica magnitude decrescente de financiamento.

** SALT – Strategic Arms Limitation Talks;

UNCLOS – United Nations Conference on the Law of the Sea;

*** NAFTA – North America Free Trade and Agreement;

CAFTA – Central America Free Trade and Agreement.

IRA – Irish Republican Army.

**** BCRA - Bipartisan Campaign Reform Act

Estados norte-americanos e siglas correspondentes

Alabama	AL	Indiana	IN	Nebraska	NE	South Carolina	SC
Alaska	AK	Iowa	IA	Nevada	NV	South Dakota	SD
Arizona	AZ	Kansas	KS	New Hampshire	NH	Tennessee	TN
Arkansas	AR	Kentucky	KY	New Jersey	NJ	Texas	TX
Califórnia	CA	Louisiana	LA	New México	NM	Utah	UT
Colorado	CO	Maine	ME	New York	NY	Vermont	VT
Connecticut	CT	Maryland	MD	North Carolina	NC	Virginia	VA
Delaware	DE	Massachussetts	MA	North Dakota	ND	Washington	WA
Florida	FL	Michigan	MI	Ohio	OH	Washington	DC
Geórgia	GA	Minnesota	MN	Oklahoma	OK	West Virginia	WV
Hawaii	HI	Mississippi	MS	Oregon	OR	Wisconsin	WI
Idaho	ID	Missouri	MO	Pennsylvania	PA	Wyoming	WY
Illinois	IL	Montana	MT	Rhode Island	RI		

Congressistas democratas

NOME	REP. (R) OU SEN. (S) PARTIDO E ESTADO	SETORES MAIOR CONTRIBUIÇÃO*	PERFIL	CATEGORIA APLICÁVEL
Abercrombie, Neil	R (HI)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores	Considerado liberal; defensor intransigente das liberdades individuais;	AC

		financeiro e seguros.	crítico ácido ao zelo ideológico de facções do partido Republicano.	
Ackerman, Gary	R (NY)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; negócios.	Contrário a importações de armas pelos EUA; ligações com lobby israelenses; condiciona as relações comerciais com a RPC aos DH.	AC
Akaka, Daniel K.	R (HI)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Considerado defensor dos direitos civis dos migrantes de origem japonesa e ibero-americanos; contrário ao envolvimento no Iraque.	AC
Andrews, Robert “Rob” Ernest	R (NJ)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Considerado moderado; defensor d-e programas fiscais conservadores e das liberdades individuais; nem sempre vota com o partido.	AC
Baucus, Max Sieben	R (MT)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Considerado moderado no partido; vota frequentemente contra aumento de taxas; contrário ao embargo a Cuba; votos a favor do meio ambiente no Alaska.	AC
Bayh III, Birch Evans “Evan”	S (IN)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado político de centro; propôs sanções ao Irã, pelo seu desenvolvimento nuclear; reticente às relações com a RPC em função dos DH.	AC
Berkley, Rochelle “Shelley”	R (NV)	Negócios; sindicatos; ideológicos.	Vota com o partido; condena relações com a RPC sem condições ligadas aos DH.	AC
Berman, Howard Lawrence	R (CA)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Defensor da restrição do porte de armas; alinha-se à facção progressista do partido no campo social; alinha-se aos republicanos nos processos de integração regional.	AI
Bingaman, Jeff	S (NM)	Escritórios de advocacia; empresas de energia; setores financeiro e seguros.	Iniciativas em defesa do meio-ambiente, especialmente com a qualidade da água e do ar.	AC
Boren, David L.	S (OK)	Ideológicos; defesa; setores financeiro e seguros.	Conservador, ligado a grupos de extrema direita. Anti-comunista ferrenho.	RI

Boucher, Rick	R (VA)	Empresas de energia; setores financeiro e seguros; comunicações e eletrônica.	Entusiasta da democratização do acesso à novas tecnologias via Internet e sua segurança na utilização pelos órgãos públicos.	AC
Boxer, Bárbara Levy	S (CA)	Ideológicos; escritórios de advocacia; comunicações e eletrônica.	Ligada a grupos ambientalistas, DH, defesa dos direitos da mulher.	AC
Brown, Sherrod	R (OH)	Setor de saúde; escritórios de advocacia; sindicatos.	Considerado progressista no campo social e populista no econômico; contrário a acordos de livre comércio; reticente às relações comerciais com a RPC.	RI
Bumpers, Dale Leon	S (AR)	Sindicatos; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Dedicado a questões sociais, especialmente crianças; vota com o partido.	AC
Byrd, Robert Carlyle	S (WV)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Opositor da política adotada para o Iraque; anti-comunista; ligações com o Ku Klux Klan.	RI
Cardin, Benjamin L.	R (MD)	Financeiro e seguros; saúde; escritórios de advocacia.	Vota com o partido; engajado em programas sociais voltados para a saúde pública; contrário ao modelo adotado pela RPC para a contracepção obrigatória.	AC
Capuano, Michael “Mike” Everett	R (MA)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Vota com o partido; crítico das relações dos EUA com a RPC sem efetiva contrapartida de DH.	AC
Conrad, Kent	S (ND)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; sindicatos.	Defensor dos DH; contrário ao livre comércio; forte apoio a subsídios agrícolas; favorável ao PNTR; contrário às sanções à RPC por vender material de defesa.	AC
Conyers, Jr., John.	R (MI)	Sindicatos; comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia.	Considerado um dos mais liberais congressistas; defensor das liberdades individuais; ferrenho opositor dos governos Bush, principalmente de Bush filho, de quem pediu	AC

			<i>impeachment</i> por conta de suposto acordo secreto com o Reino Unido para atacar o Iraque em 2002.	
Cramer Jr., Robert E.	R (D-AL)	Sindicatos; defesa; negócios.	Faz parte do <i>Blue Dog Democrats</i> , que reúne democratas em uma coalisão conservadora e moderada; vota contra o partido nos itens controle de armamento e aumento de tributos; admite relações com a RPC desde que vantajosas.	RC
Cranston, Alan MacGregor	R (CA)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Trajetória política voltada para o desarmamento nuclear, direitos civis e meio ambiente.	AC
DeConcini, Dennis	S (AZ)	Ideológicos; defesa; sindicatos	Defende liberdade para os tibetanos; defensor das liberdades individuais; anticomunista.	RC
DeFazio, Peter Antony	R (OR)	Sindicatos; transportes; escritórios de advocacia.	Crítico da política de Bush (filho) para o Iraque; contra a política de redução dos impostos. Crítico das relações com a RPC por desrespeito aos DH.	AC
DeGette, Diana Pouise	R (CO)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setor de saúde.	Vota com o partido; Crítica com o sistema de saúde chinês; crítica da política do filho único.	AC
Dodd, Christopher John	S (CT)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; comunicações e eletrônica	Contrário a embargos a outros países (Cuba, inclusive); a favor do pleno engajamento comercial; simpático à imigração; idem ao meio ambiente.	AI
Dorgan, Byron	S (ND)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Fortemente contrário à política dos EUA para Cuba; contrário também à generalização de políticas de liberalização do comércio.	AC
Engel, Eliot	R (NY)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Defensor do uso de combustíveis veiculares alternativos, de forma a romper dependência do petróleo importado e da poluição produzida por essa	AC

			fonte de energia; crítico da influência síria no Líbano.	
Evans, Lane	R (IL)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Considerado um defensor dos interesses e direitos dos veteranos da guerra do Vietnã, da qual tomou parte; segue o partido nas votações. Preocupa-se com a balança comercial dos EUA, em especial com os asiáticos.	RC
Feingold, Russ	S (WI)	Escritórios de advocacia; ideológicos; sindicatos.	Moderado; opôs-se à guerra do Iraque; único senador a votar contra o <i>Patriotic Act</i> ; foi um dos responsáveis pelo banimento do <i>soft money</i> ; institucionalista.	AC
Foley, Thomas Stephen	R (WA)	Sindicatos; setor de saúde; ideológicos.	Considerado moderado; vota com o partido; defensor das liberdades individuais.	AC
Frank, Barney	R (MA)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Pertencente à ala liberal do partido; dedicado às questões dos DH.	AC
Gephardt, Richard Andrew	R (MO)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Contrário ao NMF para a RPC; condena a política do PCCh para os DH; protecionista; opôs-se ao estabelecimento do NAFTA.	RC
Hamilton, Lee Herbert	R (IN)	Sindicatos; escritórios de advocacia; negócios.	Favorável às relações EUA-RPC desde que condicionada aos DH e à segurança dos EUA; preocupa-se com transferência de tecnologia de ponta para a RPC.	AC
Hill, Baron	R (D-IN)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Compõe o grupo moderado-conservador dos democratas; conhecido no Congresso pela defesa da ética na política; contesta as relações sino-norte-americanas.	AI
Hinchey, Maurice Dudley	R (NY)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Considerado um dos mais liberais congressistas; nem sempre vota com o partido.	AC
Hollings, Ernest Frederick	S (SC)	Escritórios de advocacia; setores	Atento ao cumprimento dos direitos civis; defensor do	AC

		financeiro e seguros; ideológicos.	serviço militar obrigatório; reticente sobre as relações com a RPC, em face dos DH.	
Holt, Rush Dew	R (NJ)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Considerado liberal no campo social; preocupado com salvaguarda de propriedade intelectual de tecnologia de ponta; crítico da política dos EUA para a RPC.	AC
Honda, Michael Makoto	R (CA)	Sindicatos; ideológicos; setores financeiro e seguros.	Porta-voz de imigrantes latinos e asiáticos; defensor de políticas de acolhimento de chineses exilados; crítico do PCCh quanto aos DH.	AC
Jackson, Jr., Jesse Louis	R (IL)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Ligado aos ambientalistas; iniciativas voltadas para o desenvolvimento e a aplicação de energia renovável.	AC
Jefferson, William J.	R (LA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Favorável ao livre comércio, inclusive com a RPC após 1993; segue partido no plenário.	AI
Kaptur, Márcia Carolyn	R (OH)	Sindicatos; agro-negócio; setores financeiro e seguros.	Considerada uma das mais progressistas; vota com o partido; aprova as relações com a RPC na medida em que melhorem as liberdades individuais.	AC
Kennedy, Edward M.	S (MA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Contrário ao aumento de tropas no Iraque; favorável ao desenvolvimento de energia alternativa; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Kerry, John Forbes	S (MA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; comunicações e eletrônica.	Considerado liberal; foi favorável à guerra do Iraque; defende que os EUA assinem o Protocolo de Kyoto.	AC
Kohl, Herb	S (WI)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Considerado conservador; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Lantos, Tom	R (CA)	Setores financeiro e seguros; sindicatos;	Defensor do engajamento no Iraque e no Afeganistão;	RC

		ideológicos.	favorável à adesão a Kyoto; lançou proposta de a AIEA ² dispor de banco de urânio enriquecido. Crítico do déficit da balança comercial dos EUA.	
Lautenberg, Frank R.	S (NY)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado um dos mais liberais senadores; militante contra o fumo; crítico da política de segurança do governo.	AI
Leahy, Patrick	S (VT)	Escritórios de advocacia; comunicações e eletrônica; agro-negócio.	Crítico da política de inteligência do governo; defensor de legislação que melhor proteja os trabalhadores; defende subsídios à agricultura para exportação	AC
Lee, Barbara	R (CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Contrária à invasão do Iraque sem o aval da ONU; preocupa-se com os DH na RPC.	AC
Lee, Sheila Jackson	R (TX)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Defensora dos direitos de imigrantes asiáticos e latinos; contrária a acordos de integração regional; contra relações plenas com a RPC.	AC
Levin, Carl	S (MI)	Ideológicos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Contrário ao engajamento no Iraque sem aval da ONU; assume posturas em defesa das liberdades individuais.	AC
Lewis, John Robert	R (GA)	Sindicatos; setor de saúde; setores financeiro e seguros.	Considerado liberal; engajado em movimentos por direitos civis; vota com o partido.	AC
Lieberman, Joe	S (CT)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; defesa.	Favorável fortemente à política para o Iraque; favorável à adequação gradual das indústrias a Kyoto.	RC
Markey, Edward J.	R (MA)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Considerado protecionista moderado; contrário à importação de armamentos leves; defende que as relações com a RPC devem	RC

² Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A proposta do Deputado tinha como argumento os Estados não necessitarem de enriquecer o combustível nuclear domesticamente.

			se pautar em vantagens concretas para os EUA.	
Marshall, James Creel	R (GA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos.	Considerado politicamente centrista; conservador no campo social; porta-voz demandas dos militares da ativa e da reserva; defensor da liberdade religiosa.	AC
Matsui, Robert (Bob)	R (CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológico.	Considerado moderado; compôs grupo independente para aprovar a MNF à RPC.	AI
McDermott, James Albert “Jim”	R (WA)	Sindicatos; setor de saúde; setores financeiro e seguros.	Considerado moderado; bandeira política voltada para programas sociais; favorável ao livre comércio inclusive com a RPC.	AI
McGovern, James P.	R (MA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos	Contrário à guerra do Iraque; considerado liberal no campo social; crítico da política chinesa para o Tibet.	AC
McKinney, Cynthia Ann	R (GA)	Sindicatos; ideológicos; setor de saúde.	Crítica contundente do governo Bush filho; engajada na política de raça; nem sempre vota com o partido; defensora das liberdades individuais.	AC
McNulty, Michael Robert	R (NY)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; setor de saúde.	Considerado de moderado para liberal; vota contra o aborto por convicção religiosa; foi contra o NAFTA, mas admite relações com a RPC condicionadas aos DH.	AC
Mitchell, George J.	S (ME)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; setor de saúde	Apresentou propostas para leis mais duras referentes à poluição do ar; preocupa-se com os DH na RPC.	AC
Norton, Eleanor Holmes	R (DC)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Vota segundo a orientação do partido; defende voto condicionado aos DH para relações com a RPC.	AC
Obey, David R.	R (WI)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos.	Considerado liberal; contrário à proibição do livre porte de armas pelos cidadãos; ligado a grupos ambientalistas.	AC
Pallone Jr., Frank	R (NJ)		Tem defendido autonomia para tribos indígenas norte-americanas; defende maior	AC

			alcance da saúde pública; nem sempre vota com o partido.	
Payne, Donald Milford	R (NJ)	Sindicatos; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Contra a pena de morte; participação nas negociações para conter desrespeito aos DH na RPC e, hoje, também em Darfur.	AC
Pease, Donald J.	R (D-OH)	Sindicatos; defesa; ideológicos.	Considerado liberal; opõe-se às relações com a RPC sem progresso no campo dos DH.	AC
Pell, Claiborne deBorda	S (RI)	Comunicações e eletrônica; defesa; ideológicos.	Apoio vigoroso ao controle de armamentos pelos Estados-nação; participou das conversações SALT e da UNCLOS**.	RI
Pelosi, Nancy Patricia D'Alesandro	R (CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Considerada progressista e liberal; forte opositora da guerra do Iraque; liderou Ato de Proteção aos Estudantes Chineses após o evento na Praça da Paz Celestial.	AC
Reid, Harry	S (NV)	Negócios; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Contra leis que limitem a posse de armas pelos cidadãos favorável a negócios com a RPC desde que não haja qualquer setor prejudicado nos EUA.	RC
Roemer, Timothy J.	R (IN)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Considerado moderado, com voto liberal na política externa e conservador nos assuntos sociais; ligado ao setor de inteligência; contra o NAFTA, mas favorável a outros acordos comerciais inequivocamente vantajosos para os EUA.	RC
Ryan, Timothy J.	R (OH)	Sindicatos; negócios; escritórios de advocacia.	Crítico da estratégia norte-americana adotada no Iraque; preocupa-se com a invasão de produtos chineses no mercado interno; crítico da forma de relações EUA-RPC.	RC
Sanders, Bernie	R (VT)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Vigoroso opositor da guerra ao Iraque; defende atendimento de saúde universal para a população	RC

			doméstica; opõe-se a acordos de comércio com o exterior que aprofundem o déficit comercial dos EUA.	
Sarbanes, Paul	S (MD)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Ligações com lobby defensores de imigrantes; ligado a grupos de DH.	AC
Schiff, Adam	R (CA)	Sindicatos; escritórios de advocacia; ideológicos.	Favorável a que o governo dos EUA impeçam a transferência de tecnologia nuclear para a RPC; preocupado com o desenvolvimento do EPL.	RI
Schumer, Charles Ellis “Chuck”	R (NY)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Engajado no desarmamento dos cidadãos; favorável à política para o Iraque; nem sempre vota com o partido; contrário à operação de portos dos EUA por estrangeiros.	AC
Solarz, Stephen	R (NY)	Ideológico; escritórios de advocacia; setor de saúde.	Ligado aos direitos humanos; participou de moções para interceder por democracia na África do Sul e Camboja.	AC
Tanner, John S.	R (TN)	Setores financeiro e seguros; negócios, setor de saúde.	Crítico da política econômica deficitária do governo Bush (filho); favorável aos acordos de livre comércio; contrário ao Patriotic Act; nem sempre vota com o partido.	AI
Taylor, Eugene	R (MS)	Negócios; transportes; defesa.	Considerado um dos mais conservadores; foi o único democrata a pedir de impeachment de Bill Clinton; defensor do direito ao porte de armas; defensor da pena de morte e do controle rigoroso da imigração; contra as ações afirmativas; crítico ácido das ligações de Dick Cheney com a Halliburton; crítico do déficit da balança comercial norte-americana, em especial com a RPC.	RC
Towns, Edolphus	R (NY)	Setor de saúde; setores financeiro e	Acompanha o partido nas votações; participação	AC

		seguros; sindicatos.	considerada discreta; defensor do respeito ao meio ambiente.	
Udall, Mark Emery	R (CO)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Considerado liberal no campo social; crítico da política de DH chinesa.	AC
Udall, Thomas Stewart	R (NM)	Sindicatos; ideológicos; escritórios de advocacia.	Considerado liberal no campo social; defensor da manutenção dos direitos sociais; contrário ao porte de armas pelos cidadãos; crítico da política chinesa para os DH.	AC
Waters, Maxine	R (CA)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Conta com acusações de envolvimento em casos de corrupção; crítica ácida dos republicanos; vota com o partido; condiciona as relações com a RPC à melhoria das condições ambientais nas grandes cidades chinesas.	AC
Watson, Diane Edith	R (CA)	Sindicatos; ideológicos; setor de saúde.	Crítica da decisão norte-americana de apoiar a independência do Kosovo; crítica da política dos EUA para a RPC; defensora dos DH.	AC
Wellstone, Paul	S (MN)	Ideológicos; sindicatos; escritórios de advocacia.	Considerado liberal; crítico agudo à política para o Iraque; opôs-se ao PNTR com a RPC.	RI
Wexler, Robert I.	R (FL)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; sindicatos.	Considerado moderado; acredita que as boas relações econômico-comerciais com a RPC incentivarão o governo chinês a inclinar-se para a democracia.	AI
Wirth, Timothy E.	S (CO)	Ideológicos; agro-negócio; defesa.	Estudioso do meio ambiente e população; crítico da política chinesa de contracepção.	AC
Wu, David	R (OR)	Sindicatos; setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Nascido em Taiwan; ligado à área tecnológica; vota com o partido.	AC

Congressistas Republicanos

NOME	REP. (R) OU SEN. (S) E ESTADO	SETORES MAIOR CONTRIBUIÇÃO*	PERFIL	CATEGORIA APLICÁVEL
Abraham, Spencer	S. (MI)	Empresas de energia; ideológicos; defesa.	Defensor de redução do controle da imigração. Ligação com setor nuclear.	AC
Archer Jr., William Reynolds	R (TX)	Ideológicos; escritórios de advocacia; agro- negócio.	Considerado conservador no campo econômico; conhecido pelas iniciativas pela eficiência financeira do Legislativo; vota sempre com o partido; favorável às relações com a RPC nos segmentos de alimentos.	RC
Armey, Richard K.	R (TX)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; defesa.	Considerado conservador; defensor de eficiência fiscal; anticomunista.	RI
Armstrong, William L.	S (R-CO)	Ideológicos; defesa; setores financeiro e seguros.	Preocupa-se com a balança comercial norte-americana, especialmente em relação à RPC; favorável a baixas taxas de juros internamente.	RC
Ashcroft, John David	S (MO)	Ideológicos; defesa; setores financeiro e seguros.	Considerado conservador; segregacionista; religioso intransigente.	RI
Baker, Richard	R (R- LA)	Financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado um dos mais conservadores membros do Congresso; reconhece desvios do governo chinês quanto aos DH; admite relações com Pequim que tragam vantagens para os EUA.	RC
Bachus III, Spencer Thomas	R (AL)	Setores financeiro e seguros; negócios; Setor de saúde.	Considerado conservador; vota com o partido; anti- comunista.	RI
Barton, Joe	R (TX)	Empresas de energia; setor de saúde; negócios.	Crítico do <i>main stream</i> acadêmico sobre meio ambiente; participação no Congresso considerada favorável a empresas de telecomunicações; defensor de drástica redução de impostos.	RC
Bliley, Jr., Thomas J.	R (VA)	Sistemas financeiro e seguros;	Considerado conservador, mas com bom trânsito entre	AC

		comunicações e eletrônica; agro-negócio.	os democratas; nem sempre vota com o partido; defensor da liberdade religiosa.	
Blunt, Roy D.	R (MO)	Sistemas financeiro e seguros; negócios; setor de saúde.	Considerado conservador no campo social; contrário ao <i>main stream</i> quanto ao consumo de cigarros; defende a redução drástica do déficit comercial com a RPC.	RC
Boehner, John Andrew	R (OH)	Setores financeiro e seguros; negócios; agro-negócio.	Vota com o partido; forte apoio à solicitação de gastos suplementares no Iraque; ligações com empresas petrolíferas e fabricantes de material dual.	RI
Bond, Kit	S (MO)	Setores financeiro e seguros; negócios; agronegócio.	Conservador, contra cercar ações estatais de segurança; defende relações com a RPC restrita ao agronegócio.	RC
Brown, Hank	S (CO)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; defesa.	Considerado conservador; guarda posturas anti-comunistas; vê com reticências ligações EUA-RPC.	RI
Brownback, Sam	S (KS)	Setores financeiro e seguros; negócios; comunicações e eletrônica.	Conservador, luta contra o aborto, defensor da intervenção humanitária; favorável às ligações EUA-Taiwan; acusa RPC desrespeito aos DH.	RI
Bunning, Jim	R (KY)	Setores financeiro e seguros; negócios; setor de saúde.	Considerado um dos mais conservadores congressistas; ferrenho defensor do conflito no Iraque; defende agressividade no setor comercial	RC
Burns, Conrad	S (MT)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setor de tecnologia dual.	Favorável a restrições à soberania territorial das tribos indígenas e à imigração; apoio ao livre mercado; defensor vigoroso da expansão das forças armadas norte-americanas; opositor vigoroso ao <i>Patriotic Act</i> .	RC
Burton, Dan	R (IN)	Setores financeiro e	Vota com frequência com	AC

		seguros; negócios; ideológicos.	democratas; Defensor de normas favoráveis às pessoas com necessidades especiais.	
Castle, Michael Newbold “Mike”	R (DE)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Considerado um dos mais moderados republicanos; compôs grupos de apoio a Bush filho em algumas oportunidades; nem sempre vota com o partido.	AC
Chabot, Steve	R (OH)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; negócios.	Destaca-se pela fiscalização ao controle de gastos governamentais; nem sempre vota com o partido; defensor dos direitos privados.	RC
Chafee, Lincoln	S (RI)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios.	Considerado “liberal”, defensor do meio-ambiente e de fundos para saúde pública.	AC
Coble, Howard	R (R-NC)	Negócios; comunicação e eletrônica; financeiro e seguros.	Considerado liberal econômico; favorável aos negócios com a RPC, desde que não haja transferência de tecnologia sensível.	AC
Coburn, Thomas Allen M. D.	R (OK)	Setor de saúde; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Favorável à restrição de armas aos cidadãos; posições independentes no partido; alinha-se com frequência a posições dos democratas; no campo social é conservador; defensor dos DH.	AC
Cochran, Thad	S (MS)	Fortemente pelo agronegócio; setores financeiro e seguros; defesa.	Vota conforme a opinião pública e muitas vezes diferente do partido; crítico da RPC no campo dos DH.	AC
Cohen, William Sebastian	S (ME)	Defesa; comunicações e eletrônica; transportes.	Moderado; incentiva fortemente o desenvolvimento das forças armadas; apoio à expansão da OTAN; favorável a que os EUA impeçam disseminação armas destruição em massa.	RI
Cox, Christopher	R (CA)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Favorável aos Estado mínimo; anti-comunista; crítico dos chineses quanto à propriedade intelectual e	RI

			ao controle da Internet.	
Crane, Philip M.	R (IL)	Ideológicos; negócios; agro-negócio.	Considerado conservador no campo social; favorável às relações econômico-comerciais EUA-RPC, como vetor de democratização e liberdade religiosa para os chineses.	AC
Cubin, Bárbara Lynn	R (WY)	Empresas de energia; ideológicos; setor de saúde.	Conservadora; contrária a restrições recomendadas pelos ambientalistas; contra migrantes ilegais.	RI
Davis, Jo Ann	R (VA)	Defesa; ideológicos; sistemas financeiro e seguros.	Conservadora no campo social; crítica do desrespeito do PCCh à liberdade religiosa e à política de aborto coercitivo.	RI
DeLay, Thomas Dale	R (TX)	Setores financeiro e seguros; negócios; empresas de energia.	Considerado moderado, mas anti-comunista; reage a algumas posições do partido; favorável a processos de integração econômica; defende aprofundamento do capitalismo na RPC.	RC
Diaz-Balart, Lincoln	R (FL)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Considerado conservador; anticomunista e anticomunista; vota com o partido.	RI
Diaz-Balart, Mario	R (FL)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; negócios.	Irmão de Lincoln, tem o mesmo perfil.	RI
Dole, Bob	S (KS)	Agronegócio; empresas de energia; defesa.	Fortemente ligado à base eleitoral do agronegócio; pragmatismo comercial; fortemente favorável às relações com a RPC.	AI
Doolittle, John Taylor	R (CA)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; agro-negócio.	Considerado conservador; crítico de extensões de políticas sociais; apoiou o enfrentamento no Iraque; cauteloso com os programas de conservação do meio ambiente.	RI
Dreier, David Timothy	R (CA)	Setores financeiro e seguros; negócios; comunicações e eletrônica.	Considerado conservador; anti-comunista; vota com o partido.	RI
Durenberger,	S (MN)	Setores financeiro e	Ligado ao setor de saúde;	AC

Dave		seguros; setor de saúde; agro-negócio.	endossou propostas de leis que punam poluidores do ar.	
English, Phillip Sheridan	R (PA)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Vota com o partido; crítico da RPC quanto aos DH; defende que os EUA devem ser mais vigorosos ao cobrar da RPC liberdade religiosa.	AC
Ferguson, Michael “Mike” A.	R (NJ)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; ideológicos.	Opõe-se à privatização da saúde; crítico da política do filho único adotada na RPC; crítico da política chinesa para os DH.	AC
Fowler, Tillie Kidd	R (FL)	Defesa; comunicações e eletrônica; ideológicos.	Considerada moderada; liberal no campo social; conservadora no campo da defesa; ardorosa feminista; no campo comercial, defende que os EUA reduzam déficit comercial.	RC
Gallegly, Elton W.	R (CA)	Setores financeiro e seguros; negócios; agronegócio.	Acompanha o partido nas votações; favorável ao livre-comércio; defende aproveitamento das oportunidades de negócios na RPC se contribuir para reduzir déficit na balança comercial.	RC
Gibbons, James “Jim” A.	R (NV)	Negócios; setores financeiro e seguros; empresas de energia.	Considerado controverso dentro do partido; envolvimento com negócios obscuros; favorável a negócios com a RPC sem restrições.	AI
Gilman, Benjamin Arthur	R (NY)	Sindicatos; negócios; escritórios de advocacia.	Vota com o partido; engajado em projetos de combate a fome; crítico da política chinesa para os DH.	AC
Gingrey, John Phillip	R (R-GA)	Setor de saúde; financeiro e seguros; negócios.	Considerado um dos mais conservadores; apóia a manutenção de Guantânamo; reticente quanto ao desenvolvimento militar da RPC.	RI
Graham, Lindsey Olin	R (CA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado moderado; contrário à restrição de concessão de <i>habeas corpus</i> para prisioneiros em Guantânamo; nem sempre vota com o partido.	AI

Grassley, Charles Ernest “Chuck”.	S (IA)	Empresas de biotecnologia; negócios; núcleo-eletricidade.	Forte apoio à pesquisa de combustíveis alternativos (etanol); favor da extensão do NAFTA para o sul e ao PNTR; contra sanção à RPC por venda de material de defesa.	AI
Hagel, Chuck	S (NE)	Setores financeiro e seguros; negócios; empresas de energia.	Contra a guerra do Iraque; crítico dos custos da guerra e dos danos ao meio ambiente.	AC
Hayworth Jr., John D,	R (R-AZ)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Considerado um dos mais conservadores no Congresso e na bancada do seu estado; apoia a política de Bush (filho); Reticente quanto ao desenvolvimento do aparato militar da RPC.	RI
Helms, Jesse	S (NC)	Defesa; ideológicos; comunicações e eletrônica.	Conservador; preocupado com a ameaça comunista; segregacionista; mas é favorável ao alívio da dívida dos países pobres.	RI
Hostettler, John Nathan	R (IN)	Ideológicos; negócios; setores financeiro e seguros.	Considerado um dos mais conservadores deputados; religioso; anti-comunista; nacionalista mas admite relações com a RPC se houver vantagens econômicas.	RC
Hunter, Duncan	R (CA)	Defesa; negócios; transportes.	Crítico das relações dos EUA com a RPC; defensor de rígido controle dos fluxos migratórios pela fronteira sul do país; fortemente favorável ao engajamento dos EUA no Iraque.	RI
Hutchinson, Timothy	S (AR)	Setores financeiro e seguros; negócios; agro-negócio.	Considerado conservador no campo econômico; crítico da RPC pela possibilidade de venda de armas de destruição em massa; contrário ao estabelecimento das relações permanentes de comércio com a RPC.	RI
Hyde, Henry John	R (IL)	Setores financeiro e seguros; comunicações e	Ligado ao setor de inteligência; defensor dos governos Bush (pai) e Bush	RI

		eletrônica; negócios.	(filho); anti-comunista; aliou-se aos proponentes do <i>impeachment</i> do presidente Bill Clinton.	
Inhofe, James Mountain	S (OK)	Empresas de energia; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Um dos republicanos mais conservadores; crítico dos ambientalistas; um dos mais preocupados congressistas com o desenvolvimento militar chinês.	RI
Johnson, Nancy Lee	R (R-CT)	Setor de saúde; setores financeiro e seguros; negócios	Um dos melhores apoios do presidente Bush (filho) no Congresso; reticente às relações dos EUA com a RPC.	RI
Kasten, Robert W.	S (WI)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; defesa	Considerado moderado; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Kennedy, Mark	R (MN)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios.	Defende que a RPC tem que proceder com responsabilidade nos DH; usar a RPC para demover a Coreia do Norte a prosseguir com o desenvolvimento nuclear.	RI
King, Peter T.	R (NY)	Setores financeiro e seguros; sindicatos; escritórios de advocacia.	Considerado conservador; intermediou negociações entre o IRA e o governo britânico; visto entre os colegas como <i>soft</i> com o terrorismo.	RC
Kirk, Mark Steven	R (IL)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios.	Aliou-se com os proponentes de normas mais rígidas para imigração; vê com reticências as relações com a RPC.	RI
Kohl, Herb	S (WI)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Conservador; posições pautadas em regras institucionais e democráticas.	AC
Latham, Thomas	R (IA)	Agro-negócio; setores financeiro e seguros; ideológicos.	Voltado para propostas de ações na segurança interna do país; defende relações com a RPC que não sejam deficitárias; acompanha votações do partido.	RC
Leach, James Albert	R (IA)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Considerado moderado ou republicano liberal por alguns; votou contra a	AC

			invasão do Iraque neste século; propôs plano para aliviar fome de populações pobres, por meio do FMI.	
Lott, Trent	S (MS)	Setores financeiro e seguros; negócios; agro-negócio.	Nutre simpatia por Taiwan e expressa sua preferência; crítico do PCCh.	RI
Lugar, Richard G.	S (IN)	Setores financeiro e seguros; agro-negócio; negócios em geral.	Conservador. Participante nas discussões sobre segurança.	RI
Markey, Edward J.	R (MA)	Comunicações e eletrônica; escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros.	Considerado protecionista moderado; contrário à importação de armamentos leves por contribuir para o déficit comercial dos EUA.	RC
McCain III, John Sidney	S (AZ)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Considerado conservador nos assuntos fiscais, mas moderado nas questões sociais; tem postura independente; pró-Israel; contrário à política de detenção em Guantânamo e Abu Grabi; compôs o BCRA**** que encerrou o <i>soft money</i> .	AC
McConnell, Mitch	S (KY)	Setores financeiro e seguros; defesa; comunicações e eletrônica.	Conservador, ligado a empreendimentos do setor de defesa.	RI
McCotter, Thaddeus G.	R (MI)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Defensor do engajamento norte-americano no Iraque; acompanha com desconforto desenvolvimento militar da RPC; vota com o partido.	RI
McGillicuddy III, Cornelius Alexander “Connie Mack III”	S (FL)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; escritórios de advocacia.	Conservador; vota com o partido; crítico da postura chinesa quanto aos DH; favorável às relações sino-norte-americanas, simultaneamente a atento acompanhamento da evolução do EPL.	RI
Rohrabacher, Dana	R (CA)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; negócios	Postura anti-comunista; forte opositor à imigração ilegal.	RI
Roskan, Peter J.	R (IL)	Ideológicos; setores financeiro e seguros;	Considerado moderado; nem sempre vota com o	AC

		negócios.	partido; favorável às relações com a RPC desde que as condicione com liberdades individuais e respeito institucional.	
Ros-Lehtinen, Ileana	R (FL)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Considerada liberal entre os colegas de partido; nem sempre vota com o seu partido; defendeu ajuda financeira para o Afeganistão.	AC
Royce, Edward Randall	R (CA)	Sistemas financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Preocupa-se com o desenvolvimento do EPL; ações consideradas favoráveis a Taiwan.	RI
Sessions, Pete	R (TX)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Defensor de soluções alternativas para os elevados débitos de bancos privados; defende engajamento econômico-comercial com a RPC.	AI
Shadeeg, John Barden	R (AZ)	Setores financeiro e seguros; setor de saúde; negócios.	Considerado conservador; defensor de medidas de desburocratização para imigração de acadêmicos e cientistas; nacionalista e protecionista no campo comercial.	RC
Shelby, Richard	S (AL)	Setores financeiro e seguros; defesa; escritórios de advocacia.	Defensor das indústrias de cigarros; auxiliou fabricante de mísseis e componentes de plataformas espaciais.	RI
Smith, Christopher H.	R (NJ)	Sindicatos; ideológicos; setor de saúde.	Considerado moderado; contra legalização do aborto; fortes ligações com sindicatos.	AC
Smith, Robert C. "Bob"	S (NH)	Ideológicos; defesa; comunicações e eletrônica.	Considerado um conservador; duro crítico das administrações Clinton; crítico das relações sino-norte-americanas.	RI
Snowe, Olympia	S (ME)	Setores financeiro e seguros; ideológicos; defesa.	Considerada moderada; uma das introdutoras do Global Warming Reduction Act de 2007; contudo, apoiou a guerra no Kosovo e do Iraque; votou contra o NAFTA e o CAFTA*** por aumentar o déficit da balança comercial.	RC

Solomon, Gerald B. H.	R (NY)	Comunicações e eletrônica; defesa; negócios.	Considerado conservador; preocupado com o progresso das atividades marítimas da RPC e com o desenvolvimento qualitativo da Marinha do EPL.	RI
Specter, Arlen	S (PA)	Escritórios de advocacia; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado moderado; opõe-se ao cerceamento das liberdades individuais de imigrantes ilegais; favorável à equalização de impostos; foi um dos críticos do seu partido na tentativa de impeachment de Clinton.	AC
Stevens, Ted	S (AK)	Comunicações e eletrônica; transportes; escritórios de advocacia.	Apóia com recorrência créditos suplementares para a guerra do Iraque; propôs banimento de imigrantes asiáticos e ibero-americanos ilegais; defende que a RPC deve melhorar as condições de DH para evitar migração ilegal para os EUA.	AC
Sununu, John Edward	R (NH)	Setores financeiro e seguros; negócios; ideológicos.	Considerado moderado; nem sempre vota com o partido; defensor das liberdades individuais foi contrário ao <i>Patriot Act</i> ; favorável ao relaxamento do embargo a Cuba e de incentivo aos DH na RPC; ligações com setores de alta tecnologia do país.	AC
Tancredo, Thomas Gerard "Tom"	R (CO)	Ideológicos; setores financeiro e seguros; negócios.	Considerado conservador; favorável à redução da imigração; reticente quanto as relações sino-norte-americanas.	RI
Thurmond, James Strom	S (SC)	Setores financeiro e seguros; negócios; escritórios de advocacia.	Conservador; conhecido segregacionista; convicto nacionalista.	RI
Tiahrt, Todd	R (KS)	Transportes; empresas de energia; negócios.	Acompanha votação do partido; defende livre comércio e aprofundamento dos negócios com a RPC.	AI
Warner, John	S (VA)	Setores financeiro e seguros; negócios; defesa.	Contrário ao <i>Patriot Act</i> ; propôs uma "terceira via" para retornar as tropas do Iraque; admite relações com	AC

			a RPC condicionadas à melhoria das condições de meio ambiente.	
Weldon, Curt	R (PA)	Defesa; escritórios de advocacia; ideológicos.	Carreira política voltada para assuntos de defesa; participou da comissão que investigou possível prejuízo à segurança dos EUA, decorrente da venda de material de defesa norte-americano para a RPC.	RI
Wolf, Frank	R (VA)	Setores financeiro e seguros; escritórios de advocacia; transportes.	Considerado moderado; defensor do planejamento familiar voluntário com medicamentos; crítico da balança comercial norte-americana.	RC

Fontes: House of Representatives; U.S.Senate; Center of Responsive Politics; Gov.Track.us.

ANEXO B - GI norte-americanos proeminentes

NOME	Mantido por	Segmento (s)	Referente à RPC
American Electronics association.	Contribuições de empresas associadas.	Comunicações e eletrônica.	Favorável às relações sino-norte-americanas; defendeu o PNTR e apoiou a entrada da RPC na OMC.
American Federation of Labor-Congress of Industrial Organization (AFL-CIO).	Sindicatos; contribuições das entidades filiadas*.	Sindicatos.	Crítica das relações EUA-RPC, com alegações de inexistência de direitos trabalhistas e trabalho de prisioneiros, constituindo <i>dumping</i> social.
[The] American Assembly.	Columbia University.	Ideológico.	Defende a manutenção das relações com Taiwan, assim como o aprofundamento das relações com a RPC, em especial as econômico-comerciais.
American Enterprise Institute for Public Research (AEI).	Fundações e Corporações.	Financeiro e seguros; e defesa.	Considerado conservador; apoia as relações econômico-comerciais entre os EUA e a RPC, assim como a continuação do engajamento com Taiwan.
Amnesty International USA..	Doações de grupos particulares.	Ideológico.	Contrário às relações com a RPC enquanto não perceber distensão política e respeito aos DH e proteção dos trabalhadores.
Asia Foundation.	Instituições governamentais e ONG.	Negócios; e ideológico.	Apoia as relações com Pequim e defende cuidadosas e moderadas relações com Taiwan.
Asia-Pacific Exchange Foundation.	Fundações.	Ideológico.	Defende aprofundamento das relações com a RPC, principalmente no campo econômico-comercial; recomenda cautela nas relações com Taiwan.
[The] Asia Society.	Fundações; e corporações.	Financeiro e seguros; e defesa.	Favorável tanto às relações dos EUA-RPC quanto com Taiwan, desde que estas últimas não prejudiquem as primeiras.
[The] Atlantic Council of the United States.	Fundações; corporações; e doações individuais.	Negócios; e defesa.	Defende aprofundamento com a RPC, principalmente econômico-comercial, assim como vigorosas relações com Taiwan, apoiando-a militarmente.
[The] Brookings Institution.	Fundações; corporações; e doações individuais.	Financeiro e seguros; negócios.	É considerada uma instituição liberal moderada que se diz favorável às relações EUA-RPC e contrária ao incremento com Taiwan.
Business Roundtable	Corporações associadas;	Financeiro e seguros; negócios.	Fortemente favorável às relações com a RPC.
[The] Cato Institute	Fundações;	Financeiro e	Considerado conservador e defende

	corporações; e doações individuais.	seguros; e ideológico.	cautela nas relações sino-norte-americanas.
Carnegie Council on Ethics and International Affairs.	Corporações; prestação de services; doações individuais; e taxas dos filiados.	Financeiro e seguros; e ideológico.	Defende a entrada de Taiwan nas organizações internacionais, mesmo com a oposição da RPC à entrada da ilha nesses organismos.
[The] Carnegie Endowment for International Peace.	Fundações; dotação própria; e subsídios (?).	Ideológico; e escritórios de advocacia.	Sustenta que os EUA devem continuar com as relações com a RPC e evitar iniciativas referentes a Taiwan que contaminem as relações com Pequim.
Center for National Security Policy.	Não determinado (ND).	Defesa; e financeiro e seguros.	Crítico às políticas do governo da RPC, especialmente no campo da segurança, e apoia fortemente ligações com Taiwan.
Center for Strategic and International Studies (CSIS).	Corporações; doações individuais; e receitas de consultorias e vendas de publicações.	Defesa; negócios.	Considerado conservador; recomenda incremento nas relações com a RPC e cautela relativamente às com Taiwan para não prejudicar os laços com Pequim.
Center for Taiwan International Relations (CTIR).	Doações individuais.	Ideológico.	Defende as relações dos EUA com Taiwan, por entender que a ilha é a lúdima representante do povo chinês.
China Information and Culture Center (CICC).	Governo de Taiwan; e doações individuais.	Ideológico.	Decorrente do financiamento, o CICC defende relações privilegiadas com Taiwan.
Committee of 100 for Tibet.	ND.	Ideológico.	Defende autonomia para o Tibet e denuncia desrespeito aos DH por parteda RPC.
Council for Foreign Relations.	Corporações; doações individuais; receita com venda de publicações.	Ideológico.	Considerado de centro; mantém balanceada posição entre as relações EUA-RPC e entre EUA-Taiwan; mas defende que se evite políticas que prejudiquem as relações com Pequim.
East-West Center.	Congresso dos EUA; doações de governos estrangeiros; corporações; e contratos para pesquisas.	ND.	Tende a defender a manutenção das relações construtivas EUA-RPC e desestimular com Taiwan.

Emergency Committee for American Trade (ECAT).	ND.	Financeiro e seguros; e negócios.	Favorável às relações econômico-comerciais com a RPC; defendeu a entrada dela na OMC; defende revisão nas restrições de comércio com a RPC.
Emily's List	Doações individuais	Ideológico	Ajuda no financiamento de campanhas eleitorais de candidatas democratas; critica o desrespeito dos DH pela RPC pela imposição ao aborto.
[The] Family Research Council (FRC).	ND.	Ideológico.	Defende a revogação do NMF; crítica da RPC quanto aos DH; condena o governo de Pequim por não permitir a liberdade religiosa.
Formosian Association for Public Affair (FAPA).	Doações de famílias taiuanesas dos EUA.	Ideológico; escritórios de advocacia.	Defende as relações EUA-Taiwan e recomenda cautela nas relações dos EUA com a RPC; tem relações explícitas com congressistas norte-americanos.
Free Congress Foundation.	Fundações.	Defesa Negócios.	Considerado conservador; nutre desconfiança em relação à RPC; critica o sistema político fechado e a falta de liberdades civis e políticas.
Freedon House.	Contribuições de fundações e simpatizantes.	Ideológico.	Reticente à aproximação dos EUA com a RPC por acusá-la de desrespeitar os DH.
Greenpeace	Contribuições de fundações e de simpatizantes.	Ideológico.	Contrária às relações entre os dois Estados por causa da baixa atenção com o meio ambiente.
[The] Heritage Foundation.	Combina doações individuais com as de corporações, de fundações e venda de publicações.	Ideológico; negócios.	Um dos mais ativos GI conservadores; defende fortemente o aprofundamento das relações EUA-Taiwan, assim como a PNTR.
Hoover Institution.	Mantido pela Stanford University.	Ideológico.	Considerado conservador; sustenta forte apoio a Taiwan e aberta crítica à RPC.
Human Rights in China.	Doações individuais.	Ideológico.	Condena a política chinesa para os DH; incentiva chineses a reclamarem em organizações estrangeiras; defende; sustenta programa de apoio humanitário para famílias de prisioneiros chinesas.

Human Rigths Watch /Asia.	Fundações; doações individuais.	Ideológico; negócios.	Apoia condicionalmente o aprofundamento das relações dos EUA com a RPC, em face do alegado desrespeito aos DH.
International Intellectual Property Alliance (IIPA).	Associações de indústrias.	Negócios.	Procura manter permanente contato com políticos, para que as relações econômicomerciais dos EUA com a RPC garantam a propriedade intelectual.
Institute for Study of Diplomacy (ISD).	Georgetown University.	Defesa; sistema financeiro e seguros.	Defende aprofundamento das relações com a RPC e cautela nas relações com Taiwan, para não contaminar o diálogo com Pequim.
International Campaign for Tibet.	Doações privadas.	Ideológico; escritório de advocacia.	Embora defenda debates sobre o Tibet, recomenda não ter política agressiva para Pequim.
International Republican Institute (IRI).	Corporações; associações; doações individuais.	Negócios.	Interessa-se por assessoria ao governo chinês no campo legislativo e reforma econômica; defende, pois, aprofundamento das relações com a RPC.
Kettering Foundation.	Fundações.	Financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Favorável às relações com a RPC; promove intercâmbio de empresários.
Mansfield Center for Pacific Affairs.	Fundações.	Financeiro e seguros.	Fortemente favorável às relações sino-norte-americanas; promove encontro de empresários.
Market Access Ltd..	ND.	Escritórios de advocacia; negócios.	Favorável às relações com a RPC sob condições; sustenta que os EUA devem continuar a negociar com a RPC, mas pressionar para que Pequim respeite os DH.
Minnesota Bankers Association	Instituições financeiras da corporação.	Financeiro e seguros; negócios.	Favorável ao aprofundamento das relações dos EUA com a RPC.
National Association of Manufactorers.	Contribuições de associadas.	Negócios; financeiro e negócios.	Favorável às relações; contribuiu com campanhas de aproximação entre os dois Estados.
National Automobile Dealer Association.	Fundações; contribuições de associados.	Negócios; escritórios de advocacia.	Possui bom diálogo com congênera chinesa. Favorável ao aprofundamento das relações sino-norte-americanas.
National Bureau of Asian Research (NBR).	Fundações; doações individuais; contribuições governamentais.	Financeiro e seguros; escritórios de advocacia.	Defende o aprofundamento das relações; recomenda moderação nos contatos com Taiwan, para não criar contencioso com Pequim.
National	Agências	Financeiro e	Favorável às relações com Pequim;

Committee for United States-China Relations.	governamentais; fundações; doações privadas.	seguros; escritórios de advocacia.	sustenta que os EUA devem ser cautelosos com as relações com Taiwan.
National Council for US-China Trade.	Contribuições das associadas.	Negócios; financeiro e seguros.	Favorável ao aprofundamento das relações sino-norte-americanas.
National Education Association	Contribuições dos membros.	Ideológico.	Favorável às relações sino-norte-americanas, como meio para a consecução de intercâmbios de professores e de estudantes.
National Grain and Feed Association	Contribuições dos membros.	Financeiro e seguros; negócios.	Fortemente favorável às relações econômico-comerciais com a RPC.
National Resources Defense Council	Fundações; doações individuais.	Ideológico.	Crítico da política de Pequim para o meio ambiente.
National Rifle Association.	Fundações; contribuições dos membros.	Negócios; ideológicos.	Defende a posse de armas pelos cidadãos; contrário a importações norte-americanas de armamento portátil chinês.
[The] Nonproliferation Policy Education Center (NPEC).	ND.	Ideológico; defesa.	Crítico do desenvolvimento militar da RPC e das exportações de material de defesa.
Organic Trade Association.	Contribuições de associados.	Agro-negócio.	Contrária a importação de produtos orgânicos da RPC; defende exportação de experiência para a RPC.
Pacific Basin Economic Council (PBEC).	Corporações.	Financeiro e seguros; negócios.	Favorável a incondicionais relações com a RPC.
Pacific Economic Cooperation Council (PECC).	Corporações; contribuições governamentais das economias da Ásia-Pacífico.	Financeiro e seguros; negócios.	Defende moderadas relações sino-norte-americanas, de modo a não constranger Taiwan; defende o aprofundamento das relações econômico-comerciais entre os Estados-nação da bacia do Pacífico.
Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA).	Laboratórios farmacêuticos associados.	Setor de saúde; negócios.	Seus interesses se refletem em quase todos os acordos bilaterais norte-americanos; favorável ao relacionamento EUA-RPC.
Qualcomm Corporation.	Contribuições de associadas.	Comunicações e eletrônica; negócios.	Favorável ao estreitamento das relações entre os EUA e a RPC
Sierra Club Foundation.	Fundações; individuais.	Ideológico.	Reticências para as relações bilaterais EUA-RPC.
Taiwan International Alliance.	Doações individuais; contribuições	Ideológico.	Sustenta que a ilha é de fato independência; opõe-se às relações privilegiadas com a RPC.

	dos membros.		
United Methodist Church's General Board Church and Society.	Doações individuais.	Ideológico.	Reticente às relações EUA-RPC em face da falta de liberdade religiosa.
US-Asia Institute.	ND.	Financeiro e seguros.	Promove intercâmbio de empresários e congressistas dos EUA à RPC.
United States Catholic Conference (USCC).	ND.	Ideológico; escritório de advocacia.	Contrário às relações com a RPC, com a alegação da falta de liberdade religiosa; exerceu tenaz oposição aos <i>waiver</i> junto ao Congresso.
U.S. Bancorp	Instituições financeiras do corporação.	Financeiro e seguros; negócios.	Favorável ao aprofundamento das relações dos EUA com a RPC.
[The] United States-China Business Council.	Contribuições dos membros.	Financeiro e seguros; negócios.	Defende fortemente as relações com Pequim; vê com reticência as relações com Taiwan.
US Chamber of Commerce	Contribuições dos membros.	Negócios; financeiro e seguros.	Favorável Às relações entre os EUA e a RPC.
United States-China People's Friendship Association (USCPFA).	Organizações educacionais.	Ideológico.	Apoia a instituição do PNTR; percebe as relações EUA-Taiwan como não ofensivas à RPC.
United States Institution of Peace.	Contribuições do Congresso dos EUA; receita com relaização de conferências; venda de publicações.	Ideológico.	Favorável às relações com a RPC; recomenda cautela nas relações com Taiwan, para não sensibilizar Pequim negativamente.
USA-ROC Economic Council.	Contribuições dos seus membros; contribuições governamentais.	Negócios; agro-negócio.	Defende fortemente o intercâmbio econômico-comercial com a RPC; opõe-se a condicionamento nas relações com Pequim.
Washington Center for Chinese Studies.	Fundações; corporações; doações individuais.	Ideológico.	Favorável às relações com a RPC; favorável ao aprofundamento do conhecimento mútuo; defende cuidado nas relações com Taiwan.
Washovia Corporation	Instituições financeiras participantes.	Financeiro e seguros; negócios.	Favorável às relações sino-norte-americanas; realiza freqüentes estudos sobre a economia chinesa.
Wisconsin Project on Nuclear Arms Control.	Universidade de Wisconsin.	Defesa.	Crítico do desenvolvimento military do EPL; defende que o PNTR deve ser condicionado ao reconhecimento chinês da não proliferação de

			armamento de destruição massiva.
Woodrow Wilson International Center for Scholars.	Congresso dos EUA; fundações.	Ideológico.	Favorável ao relacionamento com a RPC, principalmente no campo econômico-comercial; tem relegado a importância de Taiwan a plano menor.
World United Formosians for Independence.	Doações individuais.	Ideológico.	Defende a independência de Taiwan; trabalha para demonstrar o vigor das instituições da ilha, assim como a liberdade política experimentada pelos taiuaneses.

*A United Auto Worker é uma das afiliadas.

Fontes: Robert G. Sutter, U.S. Policy Toward China; Steven W. Hook, Sino-American Trade Relations: Privatizing Foreign Policy.

ANEXO C - Síntese das propostas e conseqüentes RC (em ordem cronológica crescente das proposta)

Congresso 101: Senado – 55 D e 45 R; HR – 260 D e 175 R

1ª Sessão

H.CON.RES.136, de 24/5/1989 proposta pelo deputado Solomon (D-NY): postergação de financiamentos de exportações dos EUA para a RPC.

RC 76, de 6/6/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	406	242	164
NÃO	0	0	0

S.RES.142, de 6/6/1989, introduzida pelo senador Mitchell (D-ME): condena a repressão do governo chinês contra manifestantes.

RC 78, de 6/6/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	100	55	45
NÃO	0	0	0

H.R.2712, de 21/6/1989, apresentada pela deputado Pelosi (D-CA): autoriza a estender por mais dois anos a residência temporária de chineses e conceder asilo a perseguidos políticos.

RC 4, De 24/6/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	390	245	145
NÃO	25	0	25

S.AMDT.239, de 11/7/1989, proposta pelo senador Mitchell (D-ME): regulamenta a residência temporária de chineses.

RC 104, de 11/7/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	97	54	43
NÃO	0	0	0

S.AMDT.271, de 14/7/1989, do senador Mitchell (D-ME): postergação de financiamentos de exportações dos EUA para a RPC.

RC 118, de 14/7/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	81	48	33
NÃO	10	2	8

S.AMDT.324, de 19/7/1989, do senador Armstrong (R-CO): autoriza asilo a casais perseguidos por recusarem realizar aborto forçado ou esterilização obrigatória.

RC 130, de 20/7/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	95	52	43
NÃO	0	0	0

S.AMDT.775, de 20/9/1989 (houve três votações, que se seguem), proposta pelo senador Kasten Jr. (R-WI): sugere interromper recursos para a UNFPA aplicar na RPC.

RC 186, de 20/9/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	46	39	9
NÃO	50	14	36

RC 187, de 20/9/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	52	43	9
NÃO	47	11	36

RC 188, de 20/9/1989

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	52	42	10
NÃO	48	13	35

2a Sessão

H.R.4939, de 24/5/1990, da deputado Pelosi (D-CA): proibição da continuação da NMF para a RPC por um ano.

RC 484, de 18/10/1990

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	347	219	128
NÃO	74	30	44

RC 485, de 18/10/1990

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	409	240	169
NÃO	7	5	2

RC 486, de 18/10/1990

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	384	234	150
NÃO	30	11	19

H.J.RES.647, de 5/9/1990, do deputado Solomon (R-NY): propõe rejeitar a solicitação de *waiver* do Executivo sem condiciona-lo aos DH.

RC 483, de 18/10/1990

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	247	166	81
NÃO	174	84	90

Congresso 102: Senado – 56 D e 44 R; HR – 267 D e 167 R1a Sessão

H.R.2212, de 2/5/1991, da deputado Pelosi (D-CA): proibição da extensão da cláusula da NMF por um ano.

RC 204, de 10/7/1991

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	118	24	93
NÃO	308	238	69

RC 205, de 10/7/1991

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	313	230	82
NÃO	112	31	81

RC 436, de 26/11/1991

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	409	257	151
NÃO	21	7	14

RC 31, de 25/2/1992

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	59	51	8
NÃO	39	5	34

RC 52, de 18/3/1992

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	60	51	9
NÃO	38	4	34

H.J.RES.263, de 30/5/1991, do deputado Solomon (R-NY): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 203, de 10/7/1991

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	223	171	51
NÃO	204	92	112

S.1367, de 25/6/1991, do senador Mitchell (D-ME): condiciona a extensão da cláusula da NMF.

RC 142, de 23/7/1991

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	55	49	6
NÃO	44	7	37

2a Sessão

H.J.RES.502, de 5/6/1992, do deputado Solomon (R-NY): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 285, de 21/7/1992

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	258	181	76
NÃO	135	56	79

Congresso 103: Senado – 57 D e 43 R; HR – 258 D e 176 R

1a Sessão

H.J.RES.208, de 8/6/1993, do deputado Solomon (R-NY): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 347, de 21/7/1993

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	105	41	63
NÃO	318	210	108

2a Sessão

H.J.RES.373, de 8/6/1994, do deputado Solomon (R-NY): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 381, de 9/8/1994

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	75	38	36
NÃO	356	215	141

S.AMDT.2294, de 14/7/1994, do senador Bumpers (D-AR): restrição de recursos à UNPF que se destinassem à RPC.

RC 197, de 14/7/1994

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	60	49	11
NÃO	38	8	30

S.AMDT 2462, de 5/8/1994, do senador Brown (R-CO): sugestão para conceder visto para entrada do presidente de Taiwan.

RC 265, de 5/8/1994

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	94	52	42
NÃO	0	0	0

Congresso 104: Senado – 48 D e 52 R; HR – 204 D e 230 R1a Sessão

H.J.RES.96, de 16/6/1995, do deputado Wolf (R-VA): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 537, de 20/7/1995

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	321	143	178
NÃO	107	54	52

H.CON.RES.53, de 29/3/1995, do deputado Lantos (D-CA): aprovação da visita privada do presidente de Taiwan.

RC 304, de 2/5/1995

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	396	180	215
NÃO	0	0	0

S.CON.RES.9, de 6/3/1995, do senador Murkovski (R-AR): mesmo texto anterior, no Senado.

RC 157, de 9/5/1995

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	97	46	51
NÃO	1	1	0

2a Sessão

H.CON.RES 148, de 7/3/1996, do deputado Cox (R-CA): condenação dos exercícios militares do EPL no Estreito de Taiwan.

RC 70, de 19/3/1996

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	369	151	217
NÃO	14	11	3

H.J.RES.182, de 13/6/1996, do deputado Rohrabacher (R-CA): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 284, de 27/6/1996

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	141	75	65
NÃO	286	119	167

H.RES.461, de 25/6/1996, do deputado Cox (R-CA): condena abusos aos DH pelo governo de Pequim.

RC 285, de 27/6/1996

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	411	182	228
NÃO	7	6	1

Congresso 105: Senado – 45 D e 55 R; HR – 206 D e 228 R

1ª Sessão

H.J.RES.79, de 3/6/1997, do deputado Solomon (R-NY): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 231, de 24/6/1997

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	173	93	79
NÃO	259	112	117

S.955, de 24/6/1997, do senador McConnell (R-KY): sugestão para a revogação da cláusula da NMF.

RC 184, de 17/7/1997

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	22	6	16
NÃO	77	39	38

H.R.2386, de 3/9/1997, do deputado Hunter (R-CA): manutenção do TRA.

RC 601, de 6/11/1997

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	301	88	213
NÃO	116	108	1

RC 602, 6/11/1997

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	245	22	223
NÃO	175	174	0

H.R.2647, de 9/10/1997, do deputado Fowler (R-FL): garantia do monitoramento das atividades comerciais do EPL nos EUA.

RC 614, de 7/11/1997

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	408	191	216
NÃO	10	8	2

2a Sessão

H.RES.364, de 12/2/1998, do do deputado Smith ((R-NJ) condena o governo da RPC por desrespeitar os DH.

RC 54, de 17/3/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	397	187	209
NÃO	0	0	0

S.RES.187, de 2/3/1998, do senador McGillucuddy III (R-FL): condena o governo da RPC por desrespeitar os DH.

RC 31, de 12/3/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	95	44	51
NÃO	5	1	4

S.AMDT.2387, de 14/5/1998, do senador Hutchinson (R-AR): relatar atividades comerciais de empresas do EPL nos EUA.

RC 136, de 14/5/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	24	18	6
NÃO	76	27	49

H.J.RES.121, de 4/6/1998, do deputado Solomon (R-NY): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 317, de 22/7/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	166	87	78
NÃO	264	115	149

H.RES.463, de 9/6/1998, do deputado Solomon (R-NY): proibição de transferência de tecnologia dual para a RPC.

RC 245, de 18/6/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	409	186	222
NÃO	10	10	0

H.RES.476, de 17/6/1998, do deputado Solomon (R-NY): criação de comitê para a segurança nacional em assuntos militares/comerciais referente à RPC.

RC 244, de 18/6/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	226	2	224
NÃO	197	196	0

S.AMDT.2737, de 19/6/1998, do senador Hutchinson (R-AR): condena abusos aos DH pelo governo de Pequim.

RC 167, de 23/6/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	14	2	12
NÃO	82	43	39

S.CON.RES.107, de 7/7/1998, do deputado Lott (R-MS): exame da situação da defesa de Taiwan.

RC 196, de 10/7/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	92	44	48
NÃO	0	0	0

S.AMDT.3124, de 13/7/1998, do senador Hutchinson (R-AR): condena o governo da RPC por desrespeitar os DH.

RC 248, de 30/7/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	29	17	12
NÃO	70	28	42

RC 250, de 30/7/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	99	45	54
NÃO	0	0	0

H.CON.RES.301, de 17/7/1998, proposta pelo deputado DeLay (R-TX): reafirmação dos compromissos dos EUA com Taiwan.

RC 300, de 20/7/1998

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	390	176	213
NÃO	1	0	1

Congresso 106: Senado – 45 D e 55 R; HR – 211 D e 222 R

1ª Sessão

S.RES.45, de 12/2/1999, do senador Hutchinson (R-AR): condena abusos aos DH pelo governo de Pequim.

RC 27, de 25/2/1999

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	99	44	55
NÃO	0	0	0

H.CON.RES.56, de 17/3/1999, do deputado Gilman (R-NY): comemoração dos 20 anos do TRA.

RC 62, de 23/3/1999

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	429	209	219
NÃO	1	0	1

S.AMDT.89, de 18/3/1999, do senador Hutchinson (R-AR): o Executivo deveria submeter ao Senado o apoio dos E UA à entrada da RPC na OMC.

RC 54, de 18/3/1999

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	69	39	30
NÃO	30	6	24

H.J.RES.57, de 7/6/1999, do deputado Rohrabacher (R-CA): desaprovação do tratamento da cláusula da NMF.

RC 338, de 27/7/1999

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	170	98	71
NÃO	260	110	150

S.J.RES.27, de 7/6/1999, do senador Smith (R-NH): desaprovação da condição de PNTR para a RPC.

RC 213, de 20/7/1999

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	12	4	8
NÃO	87	40	47

2ª Sessão

H.CON.RES.292, de 22/3/2000, do deputado Armey (R-TX): congratulação com o povo de Taiwan pelo sucesso nas eleições presidenciais.

RC 77, de 28/3/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	418	206	210
NÃO	1	0	1

H.R.4444, de 15/5/2000, do deputado Archer (R-TX): autoriza o estabelecimento da PNTR.

RC 227, de 24/5/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	176	130	44
NÃO	258	81	177

RC 228, de 24/5/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	237	73	164
NÃO	197	138	57

RC 231, de 27/7/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	86	42	44
NÃO	12	5	7

RC 233, de 7/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	92	44	48
NÃO	5	0	5

RC 251, de 19/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	83	37	46
NÃO	15	7	8

H.RES.510, de 23/5/2000, do deputado Dreier (R-CA): considera a H.R. 4444 para conceder a PNTR.

RC 225, de 24/5/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	294	77	217
NÃO	136	132	2

S.AMDT.4114, de 7/9/2000, do senador Wellstone (D-MN): condena a RPC por desrespeitar liberdade religiosa.

RC 234, de 7/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	30	15	15
NÃO	67	29	38

S.AMDT.4115, de 7/9/2000, do senador Byrd (D-WV): apoia a transferência de tecnologia em energia limpa para a RPC.

RC 235, de 7/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	32	15	17
NÃO	64	28	36

S.AMDT.4119, de 7/9/2000, do senador Wellstone (D-MN): recomenda a proibição de comercializar produtos fabricados por prisioneiros chineses.

RC 238, de 12/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	29	16	13
NÃO	68	28	40

S.AMDT.4120, de 7/9/2000, do senador Wellstone (D-MN): reconhece discretos avanços da RPC na organização da produção obtida nas cadeias.

RC 246, de 13/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	22	13	9
NÃO	74	30	44

S.AMDT.4122, de 7/9/2000, do senador Hollings (D-SC): revogação da Lei de 1974 e propunha o apoio à entrada da RPC na OMC.

RC 236, de 7/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	13	6	7
NÃO	81	36	45

S.AMDT.4125, de 7/9/2000, do senador Helms (R-NC): requer do Presidente da República certificar o Congresso sobre desrespeito aos DH por Pequim.

RC 239, de 12/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	32	13	19
NÃO	63	30	33

S.AMDT.4128, de 7/9/2000, do senador Helms (R-NC): condena a RPC pela política de abortos forçados.

RC 243, de 13/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	43	19	24
NÃO	53	25	28

S.AMDT.4129, de 7/9/2000, do senador Smith (R-NH): requer comissão mista com o Executivo para monitorar retirada de órgãos humanos, trabalho escravo e abortos forçados na RPC.

RC 241, de 13/7/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	29	10	19
NÃO	66	34	32

RC 248, de 14/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	30	10	20
NÃO	68	34	34

RC 249, de 14/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	24	13	11
NÃO	74	31	43

S.AMDT.4134, de 12/9/2000, do senador Hollings (D-SC): inclusão nos relatórios da influência da importação de produtos chineses na variação dos postos de trabalho nos EUA.

RC 247, de 14/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	6	5	1
NÃO	90	37	53

S.AMDT.4135, de 12/9/2000, do senador Hollings (D-SC): sugere que o Executivo reporte, por ano, o balanço do comércio de grãos com a RPC.

RC 250, de 14/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	16	8	8
NÃO	81	36	45

S.AMDT.4138, de 13/9/2000, do senador Feingold (D-WI): recomenda ações para o Executivo e para o Legislativo, função da proposta anterior.

RC 245, de 13/9/2000

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	18	11	7
NÃO	78	32	46

Congresso 107: Senado – 50 D e 49 R; HR – 212 D e 221 R

1ª Sessão

H.RES.56, de 26/2/2001, do deputado Lantos (D-CA): apóia a decisão do Executivo de participar, na ONU, da condenação da RPC por desrespeitar os DH.

RC 78, de 3/4/2001

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	406	195	209
NÃO	6	4	2

H.RES.160, de 8/6/2001, do deputado Smith (R-NJ): insta o governo da RPC para libertar presos políticos.

RC 186, de 25/6/2001

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	379	184	193
NÃO	0	0	0

H.CON.RES.188, de 18/7/2001, da deputado Ros-Lehtinen (R-FL): insta o governo da RPC a cessar a perseguição aos praticantes do Falun Gong.

RC 344, de 24/7/2001

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	420	204	214
NÃO	0	0	0

Congresso 108: Senado – 48 D e 51 R; HR – 204 D e 229 R1ª Sessão

H.RES.157, de 20/3/2003, do deputado Thomas Udall (D-MN): condena a RPC por manter presos políticos.

RC 13, de 3/2/2004

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	398	182	215
NÃO	0	0	0

H.RES.199, de 11/4/2003, do deputado Franck (D-MA): solicita ao governo da RPC liberar médico chinês.

RC 316, de 25/6/2003

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	412	199	212
NÃO	0	0	0

H.CON.RES.302, de 15/10/2003, do deputado Wexler (D-FL): concessão de boas vindas ao presidente de Taiwan.

RC 596, de 30/10/2003

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	416	195	220
NÃO	0	0	0

H.RES.414, de 28/10/2003, do deputado English (R-PA): exigir da RPC que cumpra as regras da OMC.

RC 579, de 29/10/2003

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	411	189	221
NÃO	1	0	1

2ª Sessão

H.RES.576, de 24/3/2004, do deputado watson (D-CA): exigir da RPC que cumpra regras de propriedade intelectual.

RC 374, de 14/7/2004

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	416	196	219
NÃO	3	0	3

H.RES.655, de 1/6/2004, do deputado Cox (R-CA): Ccondena a repressão da RPC, no 15º aniversário do episódio na Praça da Paz Celestial.

RC 288, de 3/6/2004

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	400	193	206
NÃO	1	0	1

H.CON.RES.462, de 23/6/2004, do deputado Hyde (R-IL): reafirmação dos compromissos dos EUA com Taiwan.

RC 379, de 15/7/2004

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	400	179	220
NÃO	18	16	2

Congresso 109: Senado – 44 D e 55 R; HR – 202 D e 231 R1ª Sessão

H.RES.57, de 1º/2/2005, do deputado Hyde (R-IL): solicitação para a União Européia manter o embargo da venda de material de defesa para a RPC.

RC 18, de 2/2/2005

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	411	190	220
NÃO	3	2	1

H.CON.RES.98, de 15/3/2005, do deputado Hyde (R-IL): expressão de preocupação com a lei anti-secessão criada pela RPC.

RC 81, de 16/3/2005

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	424	197	226
NÃO	4	3	1

S.AMDT.309, de 6/4/2005, do senador Shumer (D-NY): verificar se o superávit comercial chinês está aplicado, em parte, no EPL.

RC 86, de 6/4/2005

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	33	7	26
NÃO	67	38	29

H.R.2862, de 10/6/2005, do deputado Wolf (R-VA): criação de comissão para investigar o papel da RPC na proliferação de armas.

RC 329, de 16/11/2005

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	94	41	53
NÃO	5	3	2

H.CON.RES.294, de 9/11/2005, do deputado Wolf (R-VA): conclama a comunidade internacional a condenar a RPC pela existência de campos de trabalho forçados

RC 647, de 16/12/2005

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	413	196	216
NÃO	1	0	1

H.RES.608, de 14/12/2005, do deputado McCotter (R-MI): condena o aumento da repressão contra a liberdade religiosa na RPC.

RC 253, de 12/6/2006

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	363	166	196
NÃO	1	0	1

2ª Sessão

H.CON.RES.365, de 28/3/2006, do deputado Kennedy (R-MN): insta a RPC a permitir defesa, por advogado, de firmas de cidadãos chineses.

RC 104, de 26/4/2006

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	421	197	223
NÃO	0	0	0

H.RES.794, de 3/5/2006, do deputado Smith (R-NJ): pesar pela passagem do 17º aniversário do episódio na Praça de Paz Celestial.

RC 251, de 12/6/2006

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	362	165	196
NÃO	1	0	1

H.RES.804, de 9/5/2006, do deputado English (R-PA): condena o governo chinês por interferir na Igreja Católica na RPC.

RC 252, de 12/6/2006

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	362	165	196
NÃO	1	0	1

Congresso 110: Senado – 51 D e 49 R; HR – 233 D e 202 R

1ª Sessão

H.RES.422, de 21/5/2007, da deputado Bárbara Lee (D-CA): sugere que o governo da RPC use a sua influência para cessar o genocídio em Darfur.

RC 427, de 5/6/2007

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	410	193	217
NÃO	0	0	0

H.RES.552, de 17/7/2007, do deputado Marshall (D-GA): exigir que a RPC respeite os investimentos de empresas dos EUA.

RC 850, de 5/7/2007

VOTO	TOTAL	DEMOCRATAS	REPUBLICANOS
SIM	401	180	221
NÃO	4	04	0

Organizado pelo autor com base nas fontes: House of Representatives; U.S. Senate.